DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

SUMÁRIO

GOVERNADORIA....3
CASA MILITAR....31
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE....41
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE....44
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP....45
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC....55
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG....58
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP....58
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL....68
SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT....72
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN....75
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC....77
POLÍCIA MILITAR - PM....79
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM....96
POLÍCIA CIVIL - PC....110
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS....119
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU....133
HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP....167
HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO - HICD....172
CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON....172
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - LACEN....178
FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON....178
AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA....180
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO....182
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC....184
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER....373
INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP....376
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS....383
AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON....398
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM....399
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC....401
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER....402
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER....423
FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO....423
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN....435
ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER....442
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON....443
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE RONDÔNIA - AGERO....445
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI....450
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA....450
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS....450

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE..... 452
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO..... 452
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´OESTE..... 454
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE..... 454
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE..... 455
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS..... 456
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI..... 457
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA..... 457
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA..... 457
DECISAO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - ME..... 458

DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 19 de outubro de 2026 Edição 201

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA

DECRETO N° 32.138, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Cede Oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica cedido o Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO do Quadro de Oficiais Bombeiro Militar Combatentes - QOBM, Registro Estatístico **59-3, FELIPE BERNARDO VITAL, para exercer funções de natureza bombeiro militar na Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, com ônus para o Órgão de origem, no período de 19 de outubro a 31 de dezembro de 2026, em conformidade com o art. 46 da Lei n° 4.302, de 25 de junho de 2018, que “Dispõe sobre a Organização Básica e as atribuições dos Órgãos da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.”, combinado com o art. 24, § 2°, inciso IV, do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Parágrafo único.O Bombeiro Militar, quando necessário e devidamente requisitado pelo Comandante-Geral do CBMRO, atuará no período de estado de calamidade pública, em atividades extraordinárias, especiais, em grandes eventos, para compor comissões e instruir procedimentos apuratórios no âmbito da Corporação, bem como concorrer em escalas de serviços compatíveis com seu Posto.

Art. 2°O Oficial ficará agregado ao Quadro de Oficiais Bombeiro Militar Combatentes - QOBM, pelo mesmo período de sua cedência, em consonância com o art. 79, § 1°, inciso I, do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Art. 3°O Bombeiro Militar será transferido para o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia - QEPM/QEBM, durante o intervalo de sua cedência, conforme estabelecido no art. 2° da Lei n° 3.514, de 5 de fevereiro de 2015, que “Cria o Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia QEPM/QEBM, no âmbito das Corporações Militares, e dá outras providências.”.

Art. 4°O Oficial encontrar-se-á adido à Coordenadoria de Pessoal para efeitos de alterações e remuneração, de acordo com o art. 80 do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982

Art. 5°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a contar de 19 de outubro de 2026.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77763017

DECRETO N° 32.137, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Cessa o afastamento temporário e reverte Oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e dá outras providências.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput,* inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica cessado o afastamento temporário do Coronel Bombeiro Militar, Registro Estatístico **59-3, FELIPE BERNARDO VITAL, a contar de 19 de outubro de 2026, das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, por haver cessado o motivo que determinou seu afastamento para concorrer ao pleito eleitoral de 2026, em conformidade com o art. 52, *caput*, inciso IV do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.".

Art. 2°O Oficial será revertido ao Quadro de Oficiais Bombeiro Militar Combatentes - QOBM, a contar da mesma data, por haver cessado o motivo que determinou sua agregação, concomitante com o art. 52, *caput*, inciso IV, § 1°, em consonância com o art. 79, § 6°, bem como o art. 82, todos do Decreto-Lei n° 09-A, de 9 de março de 1982.

Art. 3°Fica determinado a Comandante-Geral da CBMRO, que adote os procedimentos referentes à classificação do bombeiro militar revertido, de acordo com a necessidade da Instituição, conforme dispõe o art. 5°, § 1°, inciso I, concomitante com o art. 15, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-1-PM), aprovado pelo Decreto n° 8.134, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 4°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a contar de 19 de outubro de 2026.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77799028

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 1 de outubro de 2026, ESTEFANE FERREIRA ESTEVAM MARINHO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77596686

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, SHARLENE FRANCA ROCHA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Gerente de Execução Orçamentária Governamental, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77596964

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, ELIANE ROCHA MONTEIRO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Gerente de Planejamento Governamental, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77597207

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, BRUNA CABRAL BARROS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Assessora X, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77597426

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, UELERSON OLIVEIRA DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-12, de Assessor XII, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77597727

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, JUCIREMA DE SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77597968

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, JUCIREMA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77598365

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, SHARLENE FRANCA ROCHA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77614601

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, ELIANE ROCHA MONTEIRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77614881

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, BRUNA CABRAL BARROS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Gerente de Execução Orçamentária Governamental, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77615181

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, UELERSON OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-12, de Gerente de Planejamento Governamental, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77615482

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, ALINE SAUDANHA BENVINDO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 14 de outubro de 2026, 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77615931

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de setembro de 2026, JEFERSON MARTINS DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de SEVIC, da Polícia Civil.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77603195

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, ERICA DOS SANTOS VAZ, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente Administrativa II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77726156

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, LEONARDO BORGES DE PAULA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente Administrativo II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77726906

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, FABIANA OLIVEIRA COSTA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Ouvidora, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77723126

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei nº 1.100, de 18 de outubro de 2021,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, CILENE ALVES DE ABREU, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77726956

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei nº 1.100, de 18 de outubro de 2021,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, FABIANA OLIVEIRA COSTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77727196

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, ALLONNSO HENRIQUE PRUDENTE BRITO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Casa Civil.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77727436

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 14 de setembro de 2026 publicado no diário oficial nº.178 de 15 de setembro de 2026 que nomeou, a contar de 8 de setembro de 2026, VALDIR RIBEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Convênios, Fomentos e Transporte Escolar II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77729259

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, VINICIUS NASCIMENTO DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Casa Civil.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77727770

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, SILVIO CESAR EVANGELISTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessor VI, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77729004

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de junho de 2026, CYNARA ALBINO RABELO DOS REIS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Contratação, Lotação e Movimentação de Pessoal II , da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730440

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, THAYNA CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Assessora VII, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77734123

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, LEILA MARIA DE SOUZA MEDEIROS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77734224

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, THAYNA CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77734333

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, LEILA MARIA DE SOUZA MEDEIROS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Gerente, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77734443

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, MARIA DE JESUS VALE DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77647375

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, PEDRO HENRIQUE LISBOA MELO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77647719

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, LUAN DE SOUZA OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77647875

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, JULICE EVARISTO FERREIRA DE SANTANA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77648027

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de setembro de 2026, CLAUDIR BORACINI FILHO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Núcleo, da Polícia Civil.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77602124

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, SANDRA ECHELEM PRESTES SOARES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77648198

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, ALANNA BORBA DE SOUZA BARROS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77648397

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 8 de setembro de 2026, ADRIANA LIMA ABREU, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Chefe de Núcleo de Apoio Pedagógico ao Baixo Madeira , da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77732281

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 8 de setembro de 2026, RAVELE DA SILUA SANTANA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Chefe de Núcleo de Apoio Pedagógico ao Baixo Madeira , da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77732371

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 16 de outubro de 2026, BIANCA PASSOS RODRIGUES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Gerente de Planejamento de Aquisições, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730890

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 16 de outubro de 2026, LIVIA SAMILA DE OLIVEIRA PINTO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731041

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 16 de outubro de 2026, LETICIA FELIX ROMANO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731166

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Designar, no período de 16 de outubro de 2026 a 13 de abril de 2027, BIANCA PASSOS RODRIGUES, para responder pelo Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Gerente de Indenizações, da Secretaria de Estado da Educação, em substituição da Titular DANIELE RODRIGUES DE ARAUJO, que se encontra Em Gozo de Licença Maternidade.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731276

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 16 de outubro de 2026, LIVIA SAMILA DE OLIVEIRA PINTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Gerente de Planejamento de Aquisições, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
GOVERNADOR

Protocolo 77731387

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 16 de outubro de 2026, LETICIA FELIX ROMANO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731505

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 16 de outubro de 2026, GABRIELA RODRIGUES DA COSTA LAGOS , para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731642

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, GABRIELLY KAUANY MARTINS RIBEIRO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Administração de Pessoal II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77728488

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, LUDIMILA DOS SANTOS OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Contratação, Lotação e Movimentação de Pessoal II , da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77728673

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, GABRIELLY KAUANY MARTINS RIBEIRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Contratação, Lotação e Movimentação de Pessoal II , da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77728831

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, LUDIMILA DOS SANTOS OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Administração de Pessoal II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77728942

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 14 de outubro de 2026, JULIMARA VALERIA COURINOS LIMA DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Gerente de Planejamento de Contratações de Serviços, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77732937

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, DIEMISON DO NASCIMENTO GARCIA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77719843

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, JAIME DE SAMPAIO CABRAL, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Agricultura.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77720236

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, PATRICIA DA SILVA SANTOS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Chefe de Gabinete, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77729163

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, AMANDA MOURA NOGUEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Chefe de Gabinete, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77729413

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, ONESIMO DA COSTA AGUIAR, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe de Obras de Arte, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77727999

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

R E T I F I C A Ç Ã O:

No Decreto de 23 de setembro de 2026, publicado no diário oficial nº 186 de 25 de setembro de 2026, que exonerou a contar de 18 de agosto de 2026, BARBARA ELLEN ANDRADRE MOREIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe de Engenharia, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Onde se Lê	Leia-se
a contar de 18 de Agosto de 2026	a contar de 18 de Setembro de 2026

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 16 de outubro de 2026, 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77736135

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, CLAUDEMIR DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe de Obras de Arte, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77728175

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 1 de outubro de 2026, GUILHERME FIALHO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe I, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77726667

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 5 de outubro de 2026, VALDIR JOSÉ DE SOUSA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe I, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77727229

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 13 de outubro de 2026, PEDRO HENRIQUE LOURENCO DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77725600

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 14 de outubro de 2026, ELIZETE CARLOS DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Secretária Escolar, da Unidade Escolar da Rede Pública Estadual, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77724252

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 24 de agosto de 2026 publicado no diário oficial nº.164 de 25 de agosto de 2026 que nomeou, a partir de 25 de agosto de 2026, ANDRESSA BARBOSA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730088

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, VINICIUS MARTINS SANTOS DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77731579

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, ROSANGELA WENDLING TREVISAN, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730357

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 19 de outubro de 2026, ROSANA MARIA MATOS SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Gerente V, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730493

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, DIEINE GOMES CORDEIRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730629

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, ROSANGELA WENDLING TREVISAN, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Gerente V, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77730771

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 9 de outubro de 2026, FELIPE ANDRADE DE MIRANDA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Gerente Financeiro, do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77733154

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 9 de outubro de 2026, VAGNER MACEDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Gerente Financeiro, do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77733574

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 19 de outubro de 2026, GABRIELY VITORIA MONTANARI LOPES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77726160

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 19 de outubro de 2026, MARIA DALVA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessora I, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77736614

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 16 de outubro de 2026, MARIA EDUARDA CASSOLI, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Casa Civil.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77677968

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 20 de outubro de 2026, ARTHUR REIZER DETTMANN, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Casa Civil.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77712874

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 21 de outubro de 2026, CAMILY SOFIA ALVES DE SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77713025

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, LAURA MARIA MOREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77714110

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 7 de outubro de 2026, THAYNÁ CORREIA OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77620004

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 7 de outubro de 2026, FRANCISCA LIMA DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77620307

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 7 de outubro de 2026, DAIANE COSTA PEREIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77620462

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 7 de outubro de 2026, THAYNÁ CORREIA OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Gerente de Fomento ao Empreendedorismo, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77620649

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nomear, a contar de 7 de outubro de 2026, FRANCISCA LIMA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77620985

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 7 de outubro de 2026, DAIANE COSTA PEREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77621208

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 7 de outubro de 2026, LANNA KAILANNY CARVALHO ROCHA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 14 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77621453

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 3 de novembro de 2026, NILBERTO SILVA DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 13 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77568160

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 13 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77570826

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 9 de outubro de 2026, ANA PAULA STEIN REBOUÇAS, do Cargo de Direção Superior,símbolo CDS-05, de Assessora de Procurador, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77794603

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 9 de outubro de 2026, NATALIA FRANÇA MARINI, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora de Procurador, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795068

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 19 de outubro de 2026, ANDRESSA BARBOSA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77778576

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, CINEIDE CANDIDA PEREIRA DE LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77779961

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, GEOVANNA BARROSO DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77780345

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, GABRIELY VITORIA MONTANARI LOPES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77781298

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, PYETRA VICTORYA FRANCA BELO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77781638

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 14 de outubro de 2026, LIDIA GREGORIO FARIAS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77782246

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 16 de outubro de 2026, SIDMAR WESLEY CORREA DOS SANTOS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessor VIII, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795500

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 19 de outubro de 2026, MARIA HELENA ALMEIDA DE SOUSA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessora I, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795668

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 19 de outubro de 2026, DEBORA DUARTE DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessora I, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795838

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 19 de outubro de 2026, POLYANA AZEVEDO LEITEI VIEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77782375

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, ERICA DOS SANTOS VAZ, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Gerente de Convênios, Fomentos e Transporte Escolar II, da Superintendência Regional de Educação.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77770876

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 20 de outubro de 2026, ELAINE DA SILVA SANTOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Contabilidade Geral do Estado.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77779864

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 13 de outubro de 2026, RUIDEGLAN PERES VOLFF, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Chefe do Núcleo de Patrimônio, Almoxarifado, Diárias e Transporte, da Superintendência Estadual do Indígena.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77784067

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.100, de 18 de outubro de 2021,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 13 de outubro de 2026, CINTHIA EMILLY DE SOUZA ANDRADE, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77785038

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 7 de outubro de 2026, LETICIA ALVARENGA VEDOVETO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77792112

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 7 de outubro de 2026, SIDENI PESSOA DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77794011

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.209, de 18 de dezembro de 2023,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 16 de outubro de 2026, JONES BONAYS BARROS DA ROCHA JUNIOR, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Chefe de Divisão da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento Estadual de Trânsito.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77792022

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.209, de 18 de dezembro de 2023,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 16 de outubro de 2026, FRANCISCO ALBERTO ROCHA DE ALBUQUERQUE, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Chefe de Divisão da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento Estadual de Trânsito.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77792252

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 14 de outubro de 2026, VAGNOIR RODRIGUES DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Plantão, da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77792468

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 20 de agosto de 2026 publicado no diário oficial nº.162 de 21 de agosto de 2026 que nomeou, a contar de 19 de agosto de 2026, ANA PAULA ANDRADE DE FREITAS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-12, de Diretora Técnica XII, da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77792936

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 3 de setembro de 2026 publicado no diário oficial nº.172 de 4 de setembro de 2026 que nomeou, a contar de 1 de setembro de 2026, RAQUEL ZANDOMENICO GONÇALVES PEREIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Gerente de Enfermagem, da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77794916

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, ANA CLÁUDIA GUEDES DOS SANTOS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795404

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 1 de outubro de 2026, SANDRO LOURENCO DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77795831

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 25 de agosto de 2026, TEN CEL PM PAULO LIMA DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Coordenador Adjunto, da Polícia Militar.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77738854

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 16 de setembro de 2026, 1º SGT PM LEILA CRISTINA BUZINI, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessora I, da Polícia Militar.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77739532

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 25 de agosto de 2026, TEN CEL PM WANDES MELO MACIEL, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Coordenador Adjunto, da Polícia Militar.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77793403

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nomear, no período de 10 de agosto de 2026 a 2 de outubro de 2026, 1º SGT JUDSON DA SILVA PENHA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Comandante de Pelotão Destacado, da Polícia Militar.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77794028

Portaria nº 434 de 08 de outubro de 2026

O COORDENADOR-GERAL DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições legais, delegadas pela Lei Complementar nº 1.215, de 29 de dezembro de 2023, publicada no DOE n. 245 de 29 de Dezembro de 2023.

R E S O L V E :

Art. 1º Convalidar, pelo período de 08 (oito) dias, a contar de 05/09/2026 a 12/09/2026, licença por motivo de matrimônio, conforme o Art.135 "III" "a", da Lei Complementar n.º 68 de 1992, à servidora LUCIMAR FERNANDES DO NASCIMENTO**, Assessora IV, CDS-04, matrícula nº ******230, pertencente ao quadro de servidores da Casa Civil, lotada na Secretaria Executiva Regional de Guajará-Mirim-GOV-SERX.**

Publique-se,

FLAVIO DERZETE DA MOTA
Coordenador-Geral das Secretarias Executivas Regionais
Gabinete do Governador

Protocolo 77493910

Portaria nº 447 de 16 de outubro de 2026

A Secretária-Executiva do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta e, considerando o solicitado no Processo nº 0036.044888/2026-22.

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar, a contar de 13 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, o servidor Cristiano da Silva Pinheiro, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, do Gabinete do Governador, para desenvolver suas atividades laborais junto a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

Parágrafo Único. A renovação da lotação para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão acerca de cessar a lotação.

Art. 2º Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar à SUGESP-CGP, com cópia ao Gabinete do Governador para ciência, as folhas de frequência do servidor mencionado no Art. 1º, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata, no 1º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Em relação às férias do servidor disponibilizado, a Secretaria solicitante deverá providenciar a elaboração e publicação da Portaria de Férias, enviando posteriormente à Unidade de Recursos Humanos - RH do Gabinete Governador, através de Processo Sei, conforme orientações contidas no Ofício n. 798/2023/SEGEP-REOF.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA
Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77716485

CASA MILITAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria de férias nº 15014 de 19 de outubro de 2026.

O(A) chefe de seção, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Lei Complementar 965 de 20/12/2017,publicada no DOE n.238, de 20/12/2017.

RESOLVE:

Estabelecer a **Escala Anual de Férias dos servidores do quadro de pessoal** da Casa Militar, referente ao **Ano Aquisitivo 2026 e Ano de Exercício 2027**, na forma do ANEXO I.

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ERVERTON PAIXAO ALVES
chefe de seção

ANEXO I

Nº	Servidor	1ºPERÍODO	2ºPERÍODO	3ºPERÍODO	ABONO PECUNIÁRIO PERÍODO A CONVERTER
1	**Matricula** ******714 **Nome** ADAILTON AZEVEDO DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
2	**Matricula** ******473 **Nome** ADEMIR VIEIRA RIBEIRO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
3	**Matricula** ******893 **Nome** ADLON CLAUDIO DA SILVA SOUSA **Cargo** CASA MILITAR - GERENTE DE RECURSOS AÉREOS - CDS-12 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4	**Matricula** ******196 **Nome** ADRIANA ALVES COSTA DA SILVA FERNANDES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
5	**Matricula** ******993 **Nome** ADRIANA SILVA DIOGENES RIBEIRO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
6	**Matricula** ******091 **Nome** ADRIANE SOUSA MARQUES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
7	**Matricula** ******372 **Nome** ADRIANO DE SOUZA ANTUNES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
8	**Matricula** ******084 **Nome** ALAN CARIOCA HOLANDA SOUZA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)
9	**Matricula** ******924 **Nome** ALAN JOSE DE MELO MACHADO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

10	**Matricula** ******366 **Nome** ALCICLEY ANTONIO ROCHA RODRIGUES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
11	**Matricula** ******571 **Nome** ALEX NOBRE DE LIMA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
12	**Matricula** ******082 **Nome** ALEXANDRE GONCALVES VIANA **Cargo** CASA MILITAR - SUBCHEFE DA CASA MILITAR - CDS-17 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
13	**Matricula** ******455 **Nome** ANA LUCIA DE LIMA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
14	**Matricula** ******308 **Nome** ANDERSON CHUIKA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
15	**Matricula** ******375 **Nome** ANDERSON DANTAS DA COSTA RODRIGUES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
16	**Matricula** ******733 **Nome** ANDRE ALBRES OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)

17	**Matricula** ******695 **Nome** ANDRE LACERDA QUEIROZ COSTA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-11-2027) **Fim** (30-11-2027)			**Inicio** (01-11-2027) **Fim** (10-11-2027)
18	**Matricula** ******754 **Nome** ANDREA SOUSA MARQUES **Cargo** CHEFE DO NÚCLEO DE MANUTENÇÃO	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
19	**Matricula** ******965 **Nome** ANDREIA ELIZETE SCHMITZ DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
20	**Matricula** ******591 **Nome** ANDRIO DOS SANTOS RIBEIRO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
21	**Matricula** ******693 **Nome** ANTONIO WELLINTON DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
22	**Matricula** ******231 **Nome** ARY GURGEL PRADO JUNIOR **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (01-09-2027) **Fim** (30-09-2027)			

23	**Matricula** ******832 **Nome** BRENO AUGUSTO BOLLATI PEIXOTO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
24	**Matricula** ******864 **Nome** BRUNO ALMEIDA DE SOUSA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
25	**Matricula** ******281 **Nome** CAMILA MIRELA THEOBALD **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
26	**Matricula** ******159 **Nome** CARLOS DE SOUZA LIMA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
27	**Matricula** ******990 **Nome** CASSIA DA SILVA MENDONCA **Cargo** CHEFE DO NÚCLEO DE MANUTENÇÃO	**Inicio** (01-11-2027) **Fim** (30-11-2027)			
28	**Matricula** ******471 **Nome** CLEBEILDO DE LIMA GOMES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

29	**Matricula** ******872 **Nome** CLEVERSON LUIS CAVALCANTE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
30	**Matricula** ******163 **Nome** CLEYDSON QUEIROZ DA TRINDADE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
31	**Matricula** ******891 **Nome** DANIEL DE LOIOLA PAIVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
32	**Matricula** ******799 **Nome** DANIEL MORAIS ALVES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
33	**Matricula** ******478 **Nome** DAVES ROSSI ALVES RIBEIRO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
34	**Matricula** ******932 **Nome** DAVI GALDINO RAMOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
35	**Matricula** ******094 **Nome** DAVID PIRES DE ALMEIDA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)

36	**Matricula** ******397 **Nome** DIEGO MENDES MORAIS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
37	**Matricula** ******676 **Nome** DINO CESAR PEREIRA SAMPAIO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
38	**Matricula** ******695 **Nome** DIONES DA SILVA SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-08-2027) **Fim** (30-08-2027)			**Inicio** (01-08-2027) **Fim** (10-08-2027)
39	**Matricula** ******369 **Nome** DIVINO FABIO RIBEIRO DOS SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
40	**Matricula** ******555 **Nome** EDCARLOS OLIVEIRA ARAUJO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-05-2027) **Fim** (30-05-2027)			**Inicio** (01-05-2027) **Fim** (10-05-2027)
41	**Matricula** ******039 **Nome** EDCARLOS SILVA MEDEIROS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
42	**Matricula** ******570 **Nome** EDER VELOZO DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-09-2027) **Fim** (30-09-2027)			**Inicio** (01-09-2027) **Fim** (10-09-2027)

43	**Matricula** ******287 **Nome** EDHILLAN SOUSA DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
44	**Matricula** ******965 **Nome** EDNA SILVA DO NASCIMENTO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
45	**Matricula** ******700 **Nome** EDNALDO AMORIM DE SOUSA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
46	**Matricula** ******885 **Nome** EDUARDO ANDRADE TEXEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
47	**Matricula** ******937 **Nome** EFFERSON ALVES PAIXAO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
48	**Matricula** ******958 **Nome** ELI CARLOS PEREIRA ANUNCIACAO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
49	**Matricula** ******557 **Nome** ELIONES VITURINO DIAS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

50	**Matricula** ******921 **Nome** ELLEN ELZIMAR RODRIGUES DA TRINDADE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
51	**Matricula** ******125 **Nome** ELVIS JACQSON RAMOS **Cargo** CASA MILITAR - DIRETOR DE OPERAÇÕES - CDS-14 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
52	**Matricula** ******939 **Nome** EMERSON SANCHES TEIXEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
53	**Matricula** ******884 **Nome** ÊNISSON MENDES DE ARAUJO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
54	**Matricula** ******886 **Nome** ERICA VIEIRA DA COSTA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-05-2027) **Fim** (30-05-2027)			**Inicio** (01-05-2027) **Fim** (10-05-2027)
55	**Matricula** ******532 **Nome** ERICK GONCALVES BEZERRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

56	**Matricula** ******259 **Nome** ERVERTON PAIXAO ALVES **Cargo** CASA MILITAR - GERENTE DE INTELIGÊNCIA - CDS-12	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
57	**Matricula** ******408 **Nome** FÁBIO ALBRES DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)

Protocolo DOC65699

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TACNV Nº 213/2025/PGE-SEPOG **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG **3-VINCULADA:** MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, CNPJ/MF Nº: 04.391.512/0001-87 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Termo de Convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados do prazo final da vigência do Termo. **5-PROCESSO:** 0035.001446/2025-11 **6-DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2026.

Protocolo 77713719

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TACNT Nº 1119/2025/PGE-PA 2-CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO ESTADO DE RONDÔNIA 3-CONTRATADA: M. X. P. USINA DE INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA - ME, CNPJ/MF Nº: 13.273.219/0001-06 4-OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 13.10.2026. 5-PROCESSO: 0052.003139/2026-47 6-DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026.

Protocolo 77741839

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TAFOM Nº 472/2026/PGE-SEJUCEL 2-VINCULANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL 3-VINCULADA: LIGA RONDONIENSE DE KARATE DO SHOTOKAN, CNPJ/MF Nº: 84.638.014/0001-25 4-OBJETO: Fica prorrogado até 15 de dezembro de 2026 o prazo de vigência do Termo de Fomento, bem como incorporado ao instrumento o novo Plano de Trabalho. 5-PROCESSO: 0032.003103/2026-00 6-DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026.

Protocolo 77743302

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TACNT Nº 280/2026/PGE-SESAU 2-CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE 3-CONTRATADA: HOSPITAL 9 DE JULHO DE RONDONIA LTDA, CNPJ/MF Nº: 00.919.386/0001-30 4-OBJETO: Fica prorrogado a vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar do dia 04/06/2026. 5-PROCESSO: 0036.010128/2026-11 6-DATA DA ASSINATURA: 08/06/2026.

Protocolo 77743531

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1-EXTRATO: 1º TACNV Nº 683/2025/PGE-SEOSP **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-VINCULADA:** MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA, CNPJ/MF Nº: 04.394.805/0001-18 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 210 dias, a contar de 24 de novembro de 2026. **5-PROCESSO:** 0069.003240/2025-38 **6-DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2026

Protocolo 77762079

Portaria nº 617 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições delegadas pelo Procurador-Geral do Estado, por meio da Portaria 205, de 27 de maio de 2024; Considerando o que consta no Processo 0020.012537/2026-21:

R E S O L V E:

Art. 1º REMARCAR o gozo de 10 (dez) dias de férias da servidora **MAIARA ROBERTO PINHEIRO**, matrícula nº ******229, lotado na Procuradoria Geral do Estado, marcadas para o período de 13 a 22.10.2026, referente ao exercício de 2026, o qual fica transferido para fruição nos períodos de **23.11 a 02.12.2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÍTALO LIMA DE PAULA MIRANDA

Secretário-Geral da PGE-RO

Protocolo 77757284

Portaria nº 615 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições delegadas pelo Procurador-Geral do Estado, por meio da Portaria 205, de 27 de maio de 2024; Considerando o que consta no Processo 0020.016554/2026-38:

R E S O L V E:

Art. 1º INTERROMPER a contar de **07.10.2026** o gozo das férias do servidor **GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA**, matrícula nº ******731, lotado na Procuradoria Geral do Estado, referente ao exercício de 2026.2, marcadas anteriormente para o período de 05 a 14.10.2026.

Art. 2º REMARCAR o gozo de 08 (oito) dias de férias de que trata o artigo anterior para o período de **23 a 30.10.2026.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÍTALO LIMA DE PAULA MIRANDA

Secretário-Geral da PGE-RO

Protocolo 77710136

Portaria nº 614 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições delegadas pelo Procurador-Geral do Estado, por meio da Portaria 205, de 27 de maio de 2024; Considerando o que consta no Processo 0020.006394/2026-19:

R E S O L V E:

Art. 1º INTERROMPER a contar de **16.10.2026** o gozo das férias do servidor **FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO**, matrícula nº ******475, lotado na Procuradoria Geral do Estado, referente ao exercício de 2026.1, marcadas anteriormente para o período de 16 a 25.10.2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÍTALO LIMA DE PAULA MIRANDA

Secretário-Geral da PGE-RO

Protocolo 77706139

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1102/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA:** CONNECT ON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ/MF n.º 13.859.951/0001-62; **4-OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 03 (três) servidores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), lotados na Área Técnica, sendo 02 (dois) Engenheiros e 01 (um) Desenhista, para participação no curso "Summit Elite Obras Públicas: A Reforma Tributária e a Nova Engenharia de Custos"; 5-VALOR: R$15.076,50 (quinze mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 11025 - Programa de Trabalho: 26 122 1015 2087 208741 - Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 - Natureza da Despesa: 33.90.39.26; **7-PROCESSO:** 0009.009995/2026-31; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Inexigibilidade de licitação; **9-VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias; **10-DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77779367

EXTRATO

1- EXTRATO: 7º Termo Aditivo ao Convênio nº 017/2022/PJ/DER-RO; **2- CONCEDENTE:** DER; **3- CONVENENTE:** MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO; **4-OBJETO:** Prorrogação de prazo; 5- **CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do **Convênio nº** 017/2022/PJ/DER-RO até a data de 15 de dezembro de 2026 (60 dias a contar de 16/10/2026); 6- **CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas e em vigor as Cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas; 7- PROCESSO: 0009.072993/2022-55; 8- DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026.

Protocolo 77779644

EXTRATO

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1101/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA:** ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA., CNPJ nº 35.963.479/0001-46; **4-OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 02 (duas) servidoras do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), para participação no curso "Inteligência artificial (IA) nos fluxos e rotinas de trabalho da Administração Pública"; 5-VALOR: R$9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 11025 - Programa de Trabalho: 26 122 1015 2087 208741 - Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 - Natureza da Despesa: 33.90.39.26; **7-PROCESSO:** 0009.010112/2026-36; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Inexigibilidade de licitação; **9-VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias; **10-DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77779858

EXTRATO

1- EXTRATO: Errata ao 6º Termo Aditivo ao Convênio nº 215/2021/PJ/DER-RO; 2- CONCEDENTE: DER; 3- CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO; 4-OBJETO: Retificação da **Cláusula Segunda do 6º Termo Aditivo ao Convênio nº 215/2021/PJ/DER-RO** (Id. 0055273481), a fim de corrigir o valor do repasse financeiro da Concedente, com fundamento no opinativo da Procuradoria Autárquica, exarado no Despacho PGE-DERAM de id. 77330642, aprovado por meio do Despacho de id. 77440784; 5- PROCESSO: 0009.593151/2021-51; 8- DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026.

Protocolo 77646536

EXTRATO

1- EXTRATO: Errata ao 15º Termo Aditivo ao Convênio nº 030/18/PJ/DER-RO; **2-** CONCEDENTE: DER; 3- CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/RO; **4-OBJETO:** Retificação da **Cláusula Segunda do 15º Termo Aditivo** (Id. 68486227), a fim de corrigir o valor dos rendimentos de aplicação financeira acrescidos na ocasião, com fundamento no opinativo da Procuradoria Autárquica, no Despacho PGE-DERAM em id. 77307761, aprovado por meio do Despacho de id. 77598189; 5- PROCESSO: 0009.089322/2018-47; 8- DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026.

Protocolo 77646497

EXTRATO

1- EXTRATO: 8º Termo Aditivo ao Convênio nº 018/2022/PJ/DER-RO; **2- CONCEDENTE:** DER; **3- CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO; **4- DO OBJETO:** Prorrogação de prazo; **5- CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do **Convênio nº** 018/2022/PJ/DER-RO até a data de 15 de dezembro de 2026 (60

dias a contar de 16/10/2026); **6-** CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em vigor as Cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas; **7- PROCESSO:** 0009.072992/2022-19; **8- ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77736583

EXTRATO

1-EXTRATO: FOM Nº 488/2026/PGE-SEJUCEL **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL **3-VINCULADA:** SOCIEDADE CULTURAL ATE QUE A NOITE VIRE DIA, CNPJ/MF Nº: 08.583.347/0001-16 **4-OBJETO:** Realização do evento "Mostra Cultural Bolivão", a ser realizado nos dias 16 a 19 de Outubro de 2026, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. **5-REPASSE:** R$ 352.344,00 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 32001 - Programa de Trabalho: 13.392.2093.4211.421101 - Fonte de Recurso: 1.500.0.07022 - Natureza da Despesa: 33.50.41.05 **7-CONTRAPARTIDA:** R$ 6.000,00 **8-VIGÊNCIA:** Finda-se em 19/11/2026, a partir da data da liberação dos recursos **9-PROCESSO:** 0032.002999/2026-00 **10-DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77769256

EXTRATO

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1087/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA: DISBRAL - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA**, CNPJ/MF n.º 26.917.005/0001-77; **4-OBJETO:** Aquisição e transporte de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP 50/70) para o município de Rolim de Moura/RO, destinados à execução de serviços de CBUQ em rodovias estaduais e convênios municipais, conforme especificações constantes do Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado, para atender às necessidades do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO; **5-VALOR: R$ 8.312.400,00** (oito milhões, trezentos e doze mil e quatrocentos reais); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 14011 - Programa de Trabalho: 26 782 2106 1386 138601 - Fonte de Recurso: 1.759.0.08028 - Natureza da Despesa: 44.90.30.69 e Cód. U.O.: 14011 - Programa de Trabalho: 26 782 2106 1386 138601 - Fonte de Recurso: 1.759.0.08028 - Natureza da Despesa: 44.90.39.74; **7-PROCESSO:** 0009.010113/2026-81; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Pregão Eletrônico; **9-VIGÊNCIA:** 01 (um) ano, contados a partir da data de publicação do contrato, tendo início e vencimento em dia de expediente; **10-DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77487727

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

AVISO
SUSPENSÃO DE INSCRIÇÃO DE SANÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 2.414/2011, em harmonia com os arts. 23, 28, § 2º e art. 34, III, do Decreto nº 16.089/2011, e em cumprimento à Decisão Judicial de ID (77588034), proferida nos autos do Processo Judicial nº 7001895-59.2026.8.22.0006, pelo Juízo da Vara Única da comarca de Presidente Médici, torna pública a **SUSPENSÃO** da inscrição da pessoa jurídica abaixo identificada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, conforme os dados a seguir:

Empresa: CONCRETO ENGENHARIA LTDA **- CNPJ** nº 05.021.677/0001-20**.**

Penalidade Suspensa *sub judice*: Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, a contar de 08/09/2026.

Publique-se no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

JOSÉ ABRANTES ALVES DE AQUINO

Controlador-Geral do Estado

Protocolo 77625427

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP

Portaria nº 479 de 15 de outubro de 2026

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, torna pública a seguinte Portaria:

CONSIDERANDO que o contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO as regras e diretrizes dos procedimentos da Gestão dos Contratos Administrativos, estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos (0015847516) e na Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), no âmbito da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo Administrativo n.º 0042.000071/2026-63, bem como a solicitação no Memorando n.º 300/2026/SUGESP-COMAP (77672759) e a Errata SUGESP-COMAP (77674477).

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** as servidoras relacionadas no **§ 1.º**, para que, sem prejuízo de suas atribuições, atuem como **Gestor do Contrato**, responsabilizando-se por todas as etapas relacionadas à supervisão e acompanhamento do processo administrativo indicadas no **§ 2.º**.

§ 1.º - Servidoras designadas:

*__SUELY MARIA KUNZLER SCHNEIDER__, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.542, sendo gestora;

***HANNAH DAS NEVES MOURA RODRIGUES,** cargo de coordenadora de manutenção predial e engenharia, matrícula n.º xxx.xxx.x84, sendo gestora substituta.

§ 2.º - Contrato:

- **Termo de Contrato nº 1090/2026/PGE-SUGESP** (77507685), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia de iluminação ornamental, sob a forma de locação, incluindo montagem, instalação, operação, manutenção, desmontagem e desmobilização de elementos decorativos diversos que comporão a decoração natalina para o evento “Natal de Luz 2026”, a ser realizado no Palácio Rio Madeira – PRM, a pedido da SUGESP.

Art. 2º - A presente designação segue as premissas da Segregação de Funções, visando promover a continuidade na atividade de acompanhamento da execução dos processos administrativos, exigindo-se dos servidores conhecimentos técnicos relacionados à área de atuação da SUGESP.

Art. 3º - O gestor do contrato tem como função administrar o processo administrativo até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, as quais estão estabelecidas no Decreto n.º 28.874/2024, em especial:

I - instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;

II - encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

III - monitorar o prazo de vigência do contrato, a execução do objeto, suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando à autoridade competente, com antecedência mínima de dois anos antes do término da vigência, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, quando aplicável, instruindo o processo com a documentação pertinente;

IV - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

pelo agente, ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

V - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

§ 1.º Os servidores nomeados para a função de Gestor de Contratos, além das atribuições dispostas nesta seção, deverão observar as atividades entabuladas nos Art. 19 e 20 do Decreto n.º 28.874/2024, e Art. 7º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931) no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP. Adicionalmente, é incumbência do gestor coordenar e supervisionar o contrato de fiscalização da execução contratual.

Art. 4º - A designação dos servidores mencionados no art. 1, § 1.º, se dará durante a vigência dos respectivos processos administrativos, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

ALEXANDRO MIRANDA PINCER
Coordenador de Administração e Finanças
SUGESP/CAF
Portaria n.º 163/2024/SUGESP-CGP - DOE n.º 94 de 22 de maio de 2024 (0048995625)

Protocolo 77676103

Portaria nº 480 de 15 de outubro de 2026

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, torna pública a seguinte Portaria:

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO as regras e diretrizes dos procedimentos da Gestão dos Contratos Administrativos, estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos (0015847516) e na Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), no âmbito da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo Administrativo n.º 0042.000071/2026-63, bem como a solicitação no Memorando n.º 300/2026/SUGESP-COMAP (77672759) e a Errata SUGESP-COMAP (77674477).

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores relacionados no § 1. Para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como Fiscal do Contrato em contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021, o art. 117, conjuntamente com Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), referente aos objetos dos Contratos especificados no § 2., no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

§ 1.º - Servidores designados:

*__QUEITIANE CASTRO COSTA__, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.580, sendo Fiscal;

*__WILLIAM GOMES MACHADO__, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.682, sendo Fiscal Técnico.

*__THIAGO HENRIQUE C. DE O. SILVA__, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.209, sendo Fiscal Técnico;

*__INDRA ÁGATA QUINTELA BEJARANA__, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.747, sendo Fiscal Técnico.

*__GERALDO JUAN MARQUES DE FRANÇA__, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.292, sendo Fiscal Técnico.

§ 2.º - Contrato:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

- Termo de Contrato nº 1090/2026/PGE-SUGESP (77507685), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia de iluminação ornamental, sob a forma de locação, incluindo montagem, instalação, operação, manutenção, desmontagem e desmobilização de elementos decorativos diversos que comporão a decoração natalina para o evento “Natal de Luz 2026”, a ser realizado no Palácio Rio Madeira – PRM, a pedido da SUGESP.

Art. 2° - O fiscal do contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função:

I - conhecer o termo de contrato e todos os seus anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - no caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia, cumpre ainda aos fiscais:

a) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;

b) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;

c) atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

d) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;

e) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e

f) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme definido no contrato.

IV - nos casos de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, cumpre ainda aos fiscais:

a) Inspecionar, mensalmente, os documentos pertinentes ao:

i. Registro de ponto ou folha de frequência;

ii. Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

iii. Comprovantes de depósito do FGTS;

iv. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias;

v. Recibos de pagamento de vale-transporte;

vi. Recibo de pagamento de vale-alimentação;

vii. Outras exigências contratuais.

§ 1º A função de fiscal de contrato deve ser atribuída, preferencialmente, a servidor lotado no local cujos serviços serão executados/entregues/recebidos nos moldes do Termo de Referência, Contrato, ou outro instrumento de natureza similar aplicado ao caso.

§ 2º Os servidores nomeados para as funções de fiscal técnico ou administrativo, além das atribuições fixadas nesta seção, deverão observar as atividades entabuladas nos Art. 24 a 26 do Decreto n.º 28.874/2024.

§ 3º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 3º - Demais atribuições estabelecidas no Art. 8º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931) no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 4º - A designação dos servidores mencionados no art. 1, § 1.º, se dará durante a vigência do respectivo Contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GERMANO DE SOUSA JUNIOR

Diretor Executivo

Portaria n.º 298, de 16 de setembro de 2024 - DOE n.º 175, de 17/09/2024 (0052870763)

Protocolo 77676154

Notificação nº 81/2026/SUGESP-CGP

Ao Senhor (a): LEONARDO AFONSO LIMA DE OLIVEIRA

CPF: ***545.242-**

Matrícula n.º ******421

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, a ligar no número 69 9976-8276 ou a comparecer nesta **Coordenadoria de Gestão de Pessoas/SUGESP**, localizada no Palácio Rio Madeira - Avenida Farquar, n.º 2986, Edifício Pacaas Novos, 1º andar, das **07:30 às 13:30h**, **COM PRAZO DE 10 DIAS,** para tratar de assuntos de seu interesse, a contar da data da publicação desta Notificação.

Atenciosamente,

Raquel de Oliveira Rodrigues

Coordenadora de Gestão de Pessoas

SUGESP

GERMANO DE SOUSA JUNIOR

Diretor Executivo

Ordenador de despesas

Portaria nº 11 de 18 de janeiro de 2024 - DOE nº 12 de 18/01/2024 (0045265210)

Protocolo 77734488

Portaria nº 450 de 01 de outubro de 2026

Altera a Portaria nº 384 de 11 de agosto de 2026, quanto à composição dos integrantes da Comissão Local de Inventário de Bens Móveis no âmbito da Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM.

A **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

Considerando que, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade;

Considerando o disposto nos arts. 15 e 16 da Lei Estadual nº 5.092, de 24 de agosto de 2021, que disciplinam o inventário de bens móveis e atribuem sua elaboração à Unidade Gestora, à Unidade Administrativa e ao setor responsável;

Considerando o Decreto nº. 24.041, de 08 de julho de 2019, o qual regulamenta a gestão patrimonial relativa aos bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia;

Considerando as disposições da Instrução Normativa nº 13/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Art. 7º, inciso III, alíneas d), e) e f), que recomenda às unidades gestoras o encaminhamento, na Prestação de Contas Anual, do Inventário do Estoque em Almoxarifado e Inventário Físico Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis;

Considerando o teor do Processo nº 0042.002926/2026-91, especialmente a Portaria nº 384 de 11 de agosto de 2026 (75412202), o Ofício nº 1172/2026/SECOM-DRPC (76531530) e o Memorando nº 21/2026/SUGESP-COINV (77180658);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 384 de 11 de agosto de 2026 (75412202), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a presente Comissão Local de Inventário de Bens Móveis, sob a presidência do primeiro:

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM				
FUNÇÃO	**NOME COMPLETO (SERVIDOR)**	**LOTAÇÃO**	**CARGO**	**MATRÍCULA**
PRESIDENTE	GUILHERME VIDAL AQUINO DE SOUZA	SECOM-GAB	ASSESSOR	******389
MEMBRO	ITALLO DE CASTRO	SECOM-SDI	ASSESSOR	******166
MEMBRO	RÔNIMA COSTA RÊGO CORRÊA	SECOM-DRPC	DIRETORA	******014
MEMBRO	ROGÉRIO BENTES DA MATTA	SECOM-DRPC	ASSESSOR	******079

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 384 de 11 de agosto de 2026, que não tenham sido alterados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

SEMÁYRA GOMES ZILLIG

Superintendente Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos | SUGESP

Protocolo 77236254

Portaria nº 483 de 16 de outubro de 2026

Altera a composição da Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas e Administração (SUGESP), instituída pela Portaria nº 85, de 25 de fevereiro de 2026, e dá outras providências.

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o art. 96 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que determina que o levantamento geral dos bens móveis e imóveis tenha por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética da contabilidade;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 24.041, de 8 de julho de 2019, que regulamenta a gestão patrimonial de bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 85, de 25 de fevereiro de 2026 (69487177), que instituiu a Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis da SUGESP para o exercício financeiro de 2026, bem como a alteração promovida pela Portaria nº 318, de 25 de junho de 2026 (73721340);

CONSIDERANDO o Memorando nº 184/2026/SUGESP-GAP (77733034) em que se solicita a confecção de portaria de alteração com a substituição da Portaria nº 387 de 12 de agosto de 2026 (75432594) para a comissão permanente de inventário 2026,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 85, de 25 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Designar os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP:

FUNÇÃO	**SERVIDOR(A)**	**LOTAÇÃO**	**MATRÍCULA**
PRESIDENTE	LETICIA ARAUJO ALEXANDRE	SUGESP-GTI	******562
VICE-PRESIDENTE	MICHELE FERREIRA BARROS	SUGESP-GAP	******296
SECRETÁRIA	CAROLAINE APARECIDA NASCIMENTO SANTOS	SUGESP-GCONT	******716
MEMBRO	MURILO DANIEL MONTEIRO DE SOUZA	SUGESP-GCONT	******371

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MEMBRO	GERALDO JUAN MARQUES DE FRANÇA	SUGESP-COMAP	******292
MEMBRO	GUSTAVO SOARES E SILVA	SUGESP-COMAP	******544
MEMBRO	FABIANE DA SILVA ALENCAR	SUGESP-ADPRM	******984
MEMBRO	JHONATAS AIRTON PAXURY SANTOS	SUGESP-ADPRM	******926
MEMBRO	ANDRÉ LUIS CUNHA COSTA	SUGESP-GAP	******553
MEMBRO	RAIMARA SIQUEIRA ROBRIGUES	SUGESP-GAP	******556
MEMBRO	ADRIELLY CRHISTINE BARROS BATISTA ARAUJO	SUGESP-GAP	******020
MEMBRO	HELLEN VICTORIA GOMES TEIXEIRA	SUGESP-GAP	******217
MEMBRO	ESTELLE SOLANGE SILVEIRA PINHO BOAVENTURA	SUGESP-GAP	******281
MEMBRO	ISABELLY DARMIELI PEREIRA BETIOLO	SUGESP-CAF	******980
MEMBRO	VITORIA FERNANDA DA SILVA BRITO	SUGESP-NGE	******089
MEMBRO	SERGIO VICTOR BELARMINO DINIZ	SUGESP-GTR	******318
MEMBRO	ISABELE VITÓRIA MELO RODRIGUES	SIBRA/GAB	******897
MEMBRO	BRUNO GUEDES HORTÊNCIO DE LIMA	SIBRA/GAB	******179
MEMBRO	FRANCIS LUCY CHIXARO GRANGEIRO	SUGESP-TAQIG	******786
MEMBRO	JOELSON ALMEIDA DE SOUZA	SUGESP-TAQIG	******796
MEMBRO	KARINE DÉBORA DE SOUZA SILVA	SUGESP-TAQCENTRO	******696
MEMBRO	HÉLIO DE ALMEIDA MESIAS	SUGESP-TAQCENTRO	******111
MEMBRO	MÁRIO JORGE RIBEIRO AMARAL	SUGESP-TAQCENTRO	******753
MEMBRO	VENICIUS ALVES DAS NEVES MARCONDES	SUGESP-TAQCENTRO	******720
MEMBRO	ALESSANDRA ORDOHNES PINCER	SUGESP-TAQCENTRO	******865

Art**. 2º** O art. 4º-A da Portaria nº 85, de 25 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - ao Presidente da Comissão:

a) Planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades relacionadas ao inventário patrimonial e aos procedimentos de desfazimento de bens móveis;

b) Convocar e presidir as reuniões da comissão;

c) Distribuir as atividades entre os membros, acompanhando o cumprimento dos prazos estabelecidos;

d) Orientar tecnicamente os trabalhos de conferência física, identificação, avaliação e classificação dos bens patrimoniais;

e) Garantir que os procedimentos sejam executados em conformidade com o manual de inventário, o manual de desfazimento de bens móveis, o Decreto n.º 24.041/2019 e demais normas vigentes;

f) Dirimir dúvidas e deliberar sobre situações não previstas durante a execução dos trabalhos;

g) Validar os levantamentos realizados pelos membros da comissão;

h) Assinar os relatórios, termos, atas e demais documentos produzidos pela comissão;

i) Encaminhar o relatório final à autoridade competente, contendo as inconsistências identificadas, recomendações, bens passíveis de regularização, recuperação, transferência ou desfazimento;

j) Acompanhar a adoção das providências decorrentes das recomendações da comissão.

II - Vice-Presidente da Comissão:

a) Auxiliar o Presidente na coordenação e execução dos trabalhos da comissão;

b) Substituir o Presidente em seus impedimentos, afastamentos ou ausências, assumindo integralmente suas atribuições;

c) Coordenar equipes de levantamento físico quando determinado pelo Presidente;

d) Acompanhar a conferência patrimonial e a classificação dos bens quanto ao estado de conservação e à possibilidade de reaproveitamento ou desfazimento;

e) Conferir a consistência das informações registradas nos formulários, sistemas e relatórios;

f) Auxiliar na elaboração dos relatórios técnicos e na consolidação dos resultados do inventário;

g) Colaborar no controle dos prazos e no cumprimento do cronograma das atividades.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

III - à(ao) Secretária(o):

a) Organizar os trabalhos administrativos da comissão;

b) Elaborar convocações, atas de reuniões, memorandos, ofícios e demais expedientes;

c) Registrar todas as deliberações e manter o arquivo dos documentos produzidos pela comissão;

d) Controlar a documentação utilizada durante o inventário e o desfazimento;

e) Receber, protocolar, organizar e arquivar os formulários, termos de responsabilidade, relatórios e demais documentos comprobatórios;

f) Elaborar as minutas do relatório final da comissão, consolidando as informações fornecidas pelos membros;

g) Controlar os prazos de execução dos trabalhos e comunicar aos membros as atividades programadas;

h) Providenciar o encaminhamento dos documentos à autoridade competente e aos setores responsáveis após a conclusão dos trabalhos;

i) Apoiar administrativamente o Presidente e os demais membros durante toda a execução do inventário e do processo de desfazimento.

IV - Membros da Comissão:

a) Participar de todas as etapas do inventário patrimonial e dos procedimentos de desfazimento de bens móveis;

b) Realizar o levantamento físico dos bens, procedendo à conferência da existência, localização, identificação patrimonial, quantidade, estado de conservação e responsável pela guarda;

c) Verificar a compatibilidade entre os bens existentes e os registros constantes no sistema de controle patrimonial e demais documentos oficiais;

d) Identificar bens não localizados, não cadastrados, ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, inservíveis ou passíveis de regularização patrimonial;

e) Classificar os bens quanto ao estado de conservação e à destinação, observando os critérios estabelecidos na legislação e nos manuais da SEPAT;

f) Registrar as inconsistências encontradas, propondo medidas para saneamento, regularização, reaproveitamento, transferência ou desfazimento dos bens;

g) Preencher os formulários, termos e demais documentos necessários à execução dos trabalhos;

h) Elaborar pareceres e informações técnicas quando solicitado pelo Presidente da Comissão;

i) Zelar pela veracidade das informações coletadas e pela integridade dos bens durante a realização dos trabalhos;

j) Manter sigilo sobre informações de caráter administrativo quando exigido pela legislação;

k) Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma da comissão e executar as atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente;

l) Colaborar na elaboração do relatório final, apresentando informações e justificativas referentes às atividades desenvolvidas;

m) Assinar os relatórios, termos e demais documentos produzidos pela comissão, responsabilizando-se pelas informações prestadas.

§ 1º Os integrantes deverão atuar em conformidade com a legislação aplicável, com os manuais e as orientações da unidade central de patrimônio e com o Plano de Trabalho da Comissão.

§ 2º Cada integrante responderá pelos atos que praticar e pelas informações que produzir, conferir ou atestar.

§ 3º As deliberações colegiadas deverão ser registradas em ata ou documento equivalente, com a identificação dos participantes e das respectivas manifestações.

§ 4º As atribuições previstas neste artigo não afastam outras competências estabelecidas no Decreto Estadual nº 24.041, de 2019, nos manuais da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT e nos demais atos aplicáveis.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

§ 5º Os integrantes da Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento respondem solidariamente pela adequada execução dos trabalhos, devendo atuar em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, bem como com os princípios da transparência, da economicidade e da responsabilidade na gestão do patrimônio público.

§ 6º Compete à Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento assegurar que o inventário patrimonial retrate fielmente a situação dos bens da unidade gestora, identificar eventuais divergências ou inconsistências, propor medidas para sua regularização e, quando cabível, recomendar o reaproveitamento, a transferência ou o desfazimento de bens móveis, mediante relatório circunstanciado a ser submetido à autoridade competente, observados o Manual de Inventário, o Manual de Desfazimento de Bens Móveis da SEPAT e a legislação estadual aplicável.

Art. 3º Ficam mantidas, na íntegra, as atribuições dos integrantes da Comissão previstas no art. 4º-A da Portaria nº 85, de 2026, bem como ratificados os demais dispositivos daquele ato que não tenham sido alterados por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 387 de 12 de agosto de 2026 (75432594).

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

SEMÁYRA GOMES ZILLIG

Superintendente Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP

Protocolo 77738245

Portaria nº 481 de 16 de outubro de 2026

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, torna pública a seguinte Portaria:

CONSIDERANDO que o contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO as regras e diretrizes dos procedimentos da Gestão dos Contratos Administrativos, estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos (0015847516) e na Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), no âmbito da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo Administrativo n.º 0042.001496/2026-90, bem como a solicitação no Memorando n.º 321/2026/SUGESP-TUDOAQUI (77679584).

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** as servidoras relacionadas no **§ 1.º**, para que, sem prejuízo de suas atribuições, atuem como **Gestor do Contrato**, responsabilizando-se por todas as etapas relacionadas à supervisão e acompanhamento do processo administrativo indicadas no **§ 2.º**.

§ 1.º - Servidoras designadas:

*__ANDRESSA CARLA RIBEIRO__, cargo de Coordenadora das Unidades de Atendimento ao Cidadão - TudoAqui-SUGESP, matrícula n.º xxx.xxx.115, sendo gestora;

***ANA KARLA DA SILVA FEITOZA,** cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.369, sendo gestora substituta.

§ 2.º - Contrato:

- **Termo de Contrato nº 850/2026/PGE-SUGESP (75229638)**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, visando ao fornecimento, instalação, ativação, configuração, suporte técnico e manutenção de link de internet banda larga empresarial, com velocidade mínima de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

300 Mbps, destinado à instalação da unidade da Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Aqui no município de São Miguel do Guaporé/RO (Lote 03), a pedido da SUGESP.

Art. 2º - A presente designação segue as premissas da Segregação de Funções, visando promover a continuidade na atividade de acompanhamento da execução dos processos administrativos, exigindo-se dos servidores conhecimentos técnicos relacionados à área de atuação da SUGESP.

Art. 3º - O gestor do contrato tem como função administrar o processo administrativo até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, as quais estão estabelecidas no Decreto n.º 28.874/2024, em especial:

I - instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;

II - encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

III - monitorar o prazo de vigência do contrato, a execução do objeto, suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando à autoridade competente, com antecedência mínima de dois anos antes do término da vigência, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, quando aplicável, instruindo o processo com a documentação pertinente;

IV - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

V - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

§ 1.º Os servidores nomeados para a função de Gestor de Contratos, além das atribuições dispostas nesta seção, deverão observar as atividades entabuladas nos Art. 19 e 20 do Decreto n.º 28.874/2024, e Art. 7º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931) no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP. Adicionalmente, é incumbência do gestor coordenar e supervisionar o contrato de fiscalização da execução contratual.

Art. 4º - A designação dos servidores mencionados no art. 1, § 1.º, se dará durante a vigência dos respectivos processos administrativos, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

ALEXANDRO MIRANDA PINCER

Coordenador de Administração e Finanças

SUGESP/CAF

Portaria n.º 163/2024/SUGESP-CGP - DOE n.º 94 de 22 de maio de 2024 (0048995625)

Protocolo 77736056

Portaria nº 482 de 16 de outubro de 2026

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, torna pública a seguinte Portaria:

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO as regras e diretrizes dos procedimentos da Gestão dos Contratos Administrativos, estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos (0015847516) e na Instrução Normativa n.º

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), no âmbito da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo Administrativo n.º 0042.001496/2026-90, bem como a solicitação no Memorando n.º 321/2026/SUGESP-TUDOAQUI (77679584).

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR as servidoras relacionadas no § 1. Para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como Fiscal do Contrato em contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021, o art. 117, conjuntamente com Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), referente aos objetos dos Contratos especificados no § 2., no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

§ 1.º - Servidoras designadas:

*__MARIA EDUARDA RAMOS__, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.235, sendo Fiscal;

*__NIRVANA ALBUQUERQUE PEREIRA SANTANA__, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.395, sendo Fiscal substituto.

§ 2.º - Contrato:

- Termo de Contrato nº 850/2026/PGE-SUGESP (75229638), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, visando ao fornecimento, instalação, ativação, configuração, suporte técnico e manutenção de link de internet banda larga empresarial, com velocidade mínima de 300 Mbps, destinado à instalação da unidade da Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Aqui no município de São Miguel do Guaporé/RO (Lote 03), a pedido da SUGESP.

Art. 2° - O fiscal do contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função:

I - conhecer o termo de contrato e todos os seus anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - no caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia, cumpre ainda aos fiscais:

a) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;

b) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;

c) atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

d) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;

e) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e

f) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme definido no contrato.

IV - nos casos de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, cumpre ainda aos fiscais:

a) Inspecionar, mensalmente, os documentos pertinentes ao:

i. Registro de ponto ou folha de frequência;

ii. Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

iii. Comprovantes de depósito do FGTS;

iv. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

v. Recibos de pagamento de vale-transporte;

vi. Recibo de pagamento de vale-alimentação;

vii. Outras exigências contratuais.

§ 1º A função de fiscal de contrato deve ser atribuída, preferencialmente, a servidor lotado no local cujos serviços serão executados/entregues/recebidos nos moldes do Termo de Referência, Contrato, ou outro instrumento de natureza similar aplicado ao caso.

§ 2º Os servidores nomeados para as funções de fiscal técnico ou administrativo, além das atribuições fixadas nesta seção, deverão observar as atividades entabuladas nos Art. 24 a 26 do Decreto n.º 28.874/2024.

§ 3º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 3º - Demais atribuições estabelecidas no Art. 8º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931) no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

Art. 4º - A designação dos servidores mencionados no art. 1, § 1.º, se dará durante a vigência do respectivo Contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

ALEXANDRO MIRANDA PINCER

Coordenador de Administração e Finanças

SUGESP/CAF

Portaria n.º 163/2024/SUGESP-CGP - DOE n.º 94 de 22 de maio de 2024 (0048995625)

Protocolo 77736097

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC

Termo de Cessão de Uso nº 38/2026/SETIC-GAP

CEDENTE: A Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.900.001/0001-95, com sede à Avenida Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Prédio Rio Cautário 6º andar, Cep.: 76.801-470, Porto Velho-RO, neste ato representada pelo Superintendente Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Sr. Delner Freire, portador do CPF nº ***.203.470-**;

CESSIONÁRIO: O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.801.221/0001-10, com sede à Avenida Presidente Dutra, 4229, Bairro Olaria, Cep.: 76.801-326, Porto Velho - RO, neste ato representado pelo Conselheiro Presidente, o Sr. Wilber Carlos dos Santos Coimbra, portador do CPF nº ***.654.762-****.**

As partes resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL,** que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 24.041 de 8 de julho de 2019, e demais normas aplicáveis, vinculando-se ao Processo SEI nº 0070.000281/2026-14.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE:**

1.1. **DO OBJETO: DO OBJETO:** A CEDENTE cede ao CESSIONÁRIO, a título precário e gratuito, o uso do bem móvel abaixo discriminado, atualmente instalado nas dependências do CESSIONÁRIO:

Item	Descrição	Tombamento e-Estado	Nº de série	Classificação	Estado de Conservação	Local

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1	SWITCH DM2301 - 4GT+4GX	020.001.343	5903982	Guarda	Bom	Datacenter - sede do TCE-RO End. : Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria - Cep.: 76.801-326 - Pvh. - RO.

1.2. **DA FINALIDADE:** O equipamento objeto deste Termo destina-se exclusivamente à infraestrutura necessária à manutenção do acesso do CESSIONÁRIO à rede INFOVIA, no endereço indicado no item 1.1, visando assegurar a conectividade necessária ao desenvolvimento de suas atividades institucionais.

1.3. A presente cessão formaliza a continuidade da disponibilização do equipamento ao CESSIONÁRIO, anteriormente abrangido pelo Termo constante do documento nº 0054634885, juntado ao Processo SEI nº 0070.001046/2024-06, devendo ser preservado, para fins de controle patrimonial, o respectivo histórico de utilização e movimentação do bem.

1.4. O bem encontra-se em funcionamento e em estado de conservação classificado como “bom”, conforme registro patrimonial, devendo ser utilizado exclusivamente para a finalidade estabelecida neste Termo.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO:**

2.1. O CESSIONÁRIO obriga-se a receber, guardar e conservar o equipamento cedido, zelando por sua integridade e bom funcionamento.

2.2. O CESSIONÁRIO deverá designar formalmente o servidor ou os servidores responsáveis pelo acompanhamento, guarda e controle do bem no âmbito de sua estrutura administrativa, promovendo a juntada do respectivo ato ao processo ou sua comunicação formal à CEDENTE, bem como informando eventuais substituições.

2.3. O CESSIONÁRIO responsabilizar-se-á:

2.3.1. Pelos custos operacionais de uso e conservação do equipamento;

2.3.2. Pelo correto uso do equipamento, em conformidade com as especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis;

2.3.3. Por todo e qualquer ato que possa resultar em responsabilidade civil ou criminal decorrente do uso do equipamento cedido;

2.4. Por ressarcir a CEDENTE, em caso de perda, a qualquer título, ou dano causado ao equipamento, que não seja decorrente do desgaste natural pelo uso normal.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:**

3.1. A cessão vigorará por prazo indeterminado, nos termos do § 4º do art. 78 do Decreto Estadual nº 24.041, de 8 de julho de 2019, enquanto permanecerem presentes o interesse público que fundamenta a disponibilização do equipamento e a necessidade de sua utilização pelo CESSIONÁRIO para a finalidade prevista neste Termo.

3.2. A adoção de prazo indeterminado justifica-se pela vinculação do equipamento à infraestrutura da rede INFOVIA e pela necessidade de acompanhamento técnico, vistorias e/ou manutenções pela CEDENTE, unidade de origem do bem, sem prejuízo da possibilidade de encerramento da cessão quando cessarem os pressupostos que a fundamentam.

3.3. A manutenção da cessão fica condicionada à permanência da destinação prevista neste instrumento e à observância das obrigações patrimoniais, administrativas e operacionais estabelecidas neste Termo.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO:**

4.1. A cessão poderá ser encerrada a qualquer tempo por interesse de qualquer das partes, mediante comunicação prévia, bem como em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Termo, da alteração da destinação do equipamento, da cessação do interesse público que fundamentou a cessão ou da necessidade de retomada do bem pela CEDENTE.

4.2. Encerrada a cessão, o CESSIONÁRIO deverá disponibilizar o equipamento para restituição à CEDENTE, observadas as orientações desta quanto aos procedimentos técnicos e patrimoniais necessários.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FISCALIZAÇÃO:**

5.1. A CEDENTE poderá realizar, diretamente ou por agentes por ela designados, vistorias e inspeções destinadas à verificação da localização, utilização, conservação e regularidade patrimonial do equipamento, bem

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

como executar as intervenções técnicas e manutenções que se mostrarem necessárias.

5.2. O CESSIONÁRIO deverá assegurar o acesso ao equipamento e prestar as informações necessárias à realização das atividades previstas no item anterior.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:**

6.1. O CESSIONÁRIO deverá manter o equipamento sob adequado controle enquanto permanecer sob sua guarda, prestando à CEDENTE as informações necessárias à realização dos procedimentos de inventário e conciliação patrimonial.

6.2. A CEDENTE permanecerá responsável pelos registros patrimoniais do bem em sua unidade de origem, cabendo às partes adotar, no âmbito de suas respectivas competências, as providências necessárias à atualização das informações no sistema e-Estado e aos procedimentos de inventário, avaliação, mensuração e depreciação, conforme a legislação e as normas patrimoniais aplicáveis.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO INVENTÁRIO:**

7.1. No âmbito do CESSIONÁRIO, a guarda, conservação, utilização e acompanhamento do equipamento ficarão sob responsabilidade da Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (COINFRA), da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sem prejuízo da responsabilidade institucional do próprio CESSIONÁRIO.

7.2. O CESSIONÁRIO deverá manter formalmente designados os servidores responsáveis pelo acompanhamento e controle do equipamento e comunicar à CEDENTE as respectivas designações e posteriores substituições.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO INTERNA DO EQUIPAMENTO NO TCE-RO:**

8.1. A presente cessão não implica transferência de propriedade do bem, que permanecerá incorporado ao patrimônio da CEDENTE.

8.2. Qualquer alteração na finalidade, localização ou condição de utilização do equipamento deverá ser previamente comunicada à CEDENTE.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 24.041/2019 e demais normas aplicáveis.

9. **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo que não possam ser solucionadas administrativamente.

E, por estarem de acordo, as partes firmam eletronicamente o presente Termo de Cessão de Uso, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Velho, data e hora do sistema.

DELNER FREIRE

Superintendente Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

(CEDENTE)

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

Conselheiro Presidente - TCE-RO

(CESSIONÁRIO)

Testemunha I

Testemunha II

Protocolo 77130953

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Portaria de férias nº 14950 de 16 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 361 de 04/05/2026,publicada no DOE n.Ed. 84 , de 04/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **SHARLENE FRANCA ROCHA**, **SEPOG - Gerente de Execução Orçamentária Governamental - CDS - 08 ***, matrícula ******089, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

ANA CLAUDIA SALES PINHEIRO

DIRETORA EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Protocolo DOC65680

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP

Portaria nº 8649 de 16 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Memorando nº 382/2026/SEGEP-1CSPAD, de 13 de Outubro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 125/PAD/SESAU/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 08 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77723632

Portaria nº 8661 de 16 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Memorando n. 3381/2026/SEGEP - 1ª CSPAD, de 13 de Outubro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 090/PAD/SESAU/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 02 de Outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77726748

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 8539 de 13 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Prorrogação de Prazo (77561013), de 13 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 010/PAD/SESAU/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 09 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77566504

Portaria nº 8558 de 14 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Solicitando Prorrogação de Prazo (77585552), de 14 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 139/PAD/SESAU/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 14 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77601293

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.283449/2020-61,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, da servidora DILMA MARIA DA SILVA, Professor Classe C, matrícula n. ******165, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77705070

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.212072/2020-65,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, do servidor EVANDRO CEZAR TONEDO, Técnico Educacional

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nível 2, matrícula n. ******435, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77705331

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.001231/2025-11,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, da servidora HELENA PROVATE, Técnico Educacional Nível 2, matrícula n. ******386, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77705714

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0031.477768/2019-29,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – Segep, até 31 de dezembro de 2027, da servidora MARIA CELIA DA SILVA, Professor Classe C, matrícula n. ******560, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77705977

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0031.313891/2019-12,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - Segep, até 31 de dezembro de 2027, da servidora WANIA APARECIDA LEÔNCIO, Professor Classe C, matrícula n. ******303, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77706200

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0042.003509/2024-01,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - Sugesp, até 31 de dezembro de 2027, do servidor GUSTAVO SOARES E SILVA, Engenheiro Mecânico, matrícula n. ******544, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77706455

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0035.001460/2023-52,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Sepog, até 31 de dezembro de 2027, da servidora PASCALINI CARVALHO CHAGAS, Assistente de Controle Interno, matrícula n. ******561, pertencente ao quadro de pessoal da Controladoria Geral do Estado.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77707027

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0035.001434/2025-96,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Sepog, até 31 de dezembro de 2027, do servidor EMILIANO DE SOUSA MARINHO FILHO, Auditor de Controle Interno, matrícula ******153, pertencente ao quadro de pessoal da Controladoria Geral do Estado.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77707628

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0035.298409/2020-19,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – Sepog, até 31 de dezembro de 2027, da servidora ELIANE ROCHA MONTEIRO, Administrador, matrícula n. ******517, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77707978

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0007.486511/2019-65,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Controladoria Geral do Estado - CGE, até 31 de dezembro de 2027, da servidora VANESSA TRINDADE MELO, Professor Classe C, matrícula n. ******214, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77708272

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0028.391946/2020-18,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam, até 31 de dezembro de 2027, do servidor **UILIAN AMORIM FERREIRA**, Técnico Educacional Nível 2, matricula n. *****701, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77708512

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0009.019226/2020-56,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2027, da servidora DOMINGAS MARIA PEREIRA PIEROTE, Agente em Atividades Administrativas, matrícula n. ******377, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, para desenvolver suas atividades no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77708861

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0088.000268/2023-23,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Contabilidade Geral do Estado - Coges, até 31 de dezembro de 2027, da servidora GLACIELLY PIRES DA COSTA, Técnico Educacional Nível 2, matrícula n. ******298, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77709147

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0036.012067/2025-46,

RESOLVE:

Cessar, a contar de 1º de setembro de 2026, os termos do Decreto de 13.1.2026, que Prorrogou o Aceite de Cedência, a contar de 1º de janeiro de 2026, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2026, do servidor **TALLYSON LUAN DA SILVA**, Técnico em Enfermagem, cadastro n. *531, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Costa Marques, para desenvolver suas atividades na Secretaria de Estado da Educação - Sesau.

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77709847

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0029.051509/2026-40,

RESOLVE:

Aceitar a Cedência, a partir de 16 de outubro de 2026, **com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente**, até 31 de dezembro de 2026, do servidor **VANDERLEI MARCOS PEREIRA**, Professor, matrícula n. *041, 25H, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, para desenvolver suas atividades na **Secretaria de Estado da Educação - Seduc.**

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77664974

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0029.014349/2025-77,

RESOLVE:

Cessar, a contar de 12 de outubro de 2026, os termos do Decreto de 24.11.2026, que Prorrogou o Aceite de Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2026, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2026, da servidora MARLUCIA GOES DE JESUS, Psicopedagogo - Nível I, matrícula n. **660, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vilhena, para desenvolver suas atividades na Secretaria de Estado da Educação - Seduc.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77665603

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0015.015294/2023-18,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2027, do servidor CÁSSIO JOSÉ DO PRADO AUGUSTO, Piloto de Aeronave, matrícula n. ******016, pertencente ao quadro de pessoal da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, para desenvolver suas atividades na Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77666136

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0015.077275/2018-18,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2027, do servidor JURACY NOGUEIRA DE MENEZES, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n. ******648, pertencente ao quadro de pessoal da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, para desenvolver suas atividades na Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77666420

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0091.000902/2026-11,

RESOLVE:

Ceder, a partir da data da publicação, **com ônus para a Superintendência Estadual do Indígena - SI,** até 31 de dezembro de 2026, o servidor **LUIZ FLORÊNCIO DE SOUSA JÚNIOR**, Agente em atividades administrativas matrícula n. ******669, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Rondônia, 15 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77667487

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.043517/2026-12,

R E S O L V E :

Conceder, a contar de 24 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2028, a redução em 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho, sem prejuízo de remuneração, à servidora **MONICA DELMIRA DE AGUIAR**, ocupante do cargo de Professor Classe C, matrícula n. ******683, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação**.**

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77718670

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.002571/2024-46,

R E S O L V E :

Prorrogar, a contar de 15 de julho de 2026, pelo prazo indeterminado, a redução em 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho, sem prejuízo de remuneração, da servidora **SUELLEN CRISTIAN CASTRO**, ocupante do cargo de Professor Classe C, matrícula n. ******169, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação**.**

Rondônia, 16 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77718939

Portaria nº 7919 de 21 de setembro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Prorrogação de prazo (76369341), de 08 de asetembro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 143/PAD/SEDUC/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 07 de setembro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 76837591

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 7921 de 21 de setembro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Prorrogação de prazo (76397257) SEGEP - 3ª CSPAD, de 08 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 026/PAD/SESAU/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 08 de setembro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 76838120

Portaria nº 8693 de 19 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0033.009529/2026-59,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **ANDRESSA DE OLIVEIRA ANDRADE BRANDAO**, Policial Penal, matrícula n. ******063, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/Cacoal, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.4.2026 a 30.4.2026 e 1.1.2028 a 31.1.2028**, referente ao 2º quinquênio de 17.10.2021 a 16.10.2026.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77771467

Portaria nº 8694 de 19 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.039688/2023-02,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **MARLEI BATISTA DE FRANCA**, Professor Classe C - Ch 40, matrícula n. ******693, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Cacoal, no período de **1.10.2026 a 31.10.2026, 1.11.2026 a 30.11.2026 e 1.12.2026 a 31.12.2026**, referente ao 3º quinquênio de 16.7.2020 a 15.7.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77773641

Portaria nº 8679 de 19 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3748 SESAU-NDC (77535482) e, conforme constam no Processo n. 0053.001883/2026-05,

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

MACSON DE FREITAS FONSECA RODRIGUES	
Matricula: xxxxxx078	Data de Admissão: 08/02/2018
Função/Cargo: ENFERMEIRO/ESPECIALISTA EM SAÚDE	
Lotação: CENTRO DE MEDICINA TROPICAL	

Referência	Interstício	A contar de
04	08/02/2022 a 07/02/2024	08/02/2024
05	08/02/2024 a 07/02/2026	08/02/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77759759

Portaria nº 8681 de 19 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3695 SESAU-NDC (77427261) e, conforme constam no Processo n. 0063.001752/2026-09,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

ERINALDA LEMOS DE LIMA	
Matricula: xxxxxx712	Data de Admissão: 23/06/2008
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: POLICLINICA OSWALDO CRUZ	

Referência	Interstício	A contar de
10	23/06/2024 a 22/06/2026	23/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77763943

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

AVISO
DE REVOGAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°0009.137401/2021-77/DER/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONCORRÊNCIA Nº.005/2021/CPLO/SUPEL/RO.

OBJETO: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-491; trecho: Santa Luzia D'Oeste - Entr. RO-492, com extensão de 24,93 Km - Lote Único.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através da Comissão de Obras, instituída pela Portaria nº 120 de 19 de maio de 2026,torna público para conhecimento de todos os interessados e em especial às empresas participantes, que fica revogada a Decisão nº 141/2026/SUPEL-ASTEC,que MANTEVE adecisão da 1ª Comissão de Obras e ainda o AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO, disponibilizado no DIOF de nº 192 do dia 06/10/2026, em cumprimento a nova Decisão nº 145/2026/SUPEL-ASTEC, proferida com base no Ofício nº 23394/2026/PGE-GAB e posteriormente, examinado e decidido pelo Superintendente da SUPEL/RO, em decurso do recurso interposto tempestivamente pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** inscrita no **CNPJ 08.666.201/0001-34.**

"DECISÃO:

> ***I – REFORMAR*** *a decisão proferida em 30 de setembro de 2026, tornando* ***sem efeito a inabilitação*** *da empresa* ***MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL*** *fundada na ausência de plano de recuperação judicial homologado (item 15.4, alínea "a.2", do edital);*
>
> ***II – HABILITAR*** *a empresa* ***MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,*** *diante da recomendação da PGE-GAB que afastou a exigência de plano de recuperação judicial homologado;*
>
> ***III – REVOGAR*** *a publicação do Aviso, Id. (77231567), que havia informado acerca da decisão administrativa e do fracasso do certame.*
>
> ***IV – DETERMINAR*** *a publicação desta decisão.*
>
> *Em consequência,* ***REFORMO*** *a decisão da 1ª Comissão de Obras.*

Considerando o exposto, concluída a etapa da Habilitação informamos que esta comissão estará analisando a documentação relativa aproposta de preços enviada pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (69) 3212-9263 ou por meio do e-mail **coobr.supel@gmail.com**

Publique-se.

Porto Velho, 19 de outubro de 2026.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da Comissão de Obras - SUPEL
Portaria nº 120, de 19 de maio de 2026

Protocolo 77733378

AVISO

DE SUSPENSÃO

Pregão Eletrônico nº **90519/2025/SUPEL/RO**

Processo Administrativo: 0069.003919/2024-46

Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs - SEOSP/RO.**

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeada por força das Portaria nº 191 de 09 de setembro de 2026, publicada no DOE na data de 09 de setembro de 2026, torna público aos interessados e, em especial às empresas que retiraram o Edital da licitação em epígrafe, que o certame licitatório está **SUSPENSO "SINE DIE"**, para viabilizar a análise aprofundada dos pedidos de esclarecimentos e impugnação apresentados por licitantes.

Esclarece-se que, após a conclusão da análise técnica e o retorno dos autos, será verificada a necessidade — ou não — de eventuais adequações nos artefatos que compõem a fase preparatória e/ou no instrumento convocatório,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ocasião em que será definida nova data e horário para realização da sessão inaugural do certame.

Publique-se no sistema Compras Governamentais e nos meios legais.

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

IVANIR BARREIRA DE JESUS
Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO
Portaria nº 191 de 09 de setembro de 2026

Protocolo 77730249

AVISO
DE REABERTURA

A **Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL**, através da **Comissão de Obras**, instituída pela Portaria nº. 120 de 19 de maio de 2026, torna público ao conhecimento dos interessados, a **REABERTURA** da **CONCORRÊNCIA Nº 90598/2025/SUPEL/RO**, oriunda do **Processo Administrativo Nº 0009.006415/2023-10/DER/RO**, cujo objeto é a **Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho da Estaca 136+0,00 - Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 1200+0,00 á Estaca 2284+0,00, com extensão de 21,68 km, referente ao Lote 02.**

Informa-se que o certame encontrava-se **SUSPENSO SINE DIE**, em cumprimento à determinação judicial. Considerando a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda e Saúde Pública da Comarca de Porto Velho e a adoção das providências cabíveis por esta Comissão, fica reaberto o certame para prosseguimento dos atos licitatórios, conforme segue:

Data: **21 de outubro de 2026**

Horário: **10h (horário de Brasília) /09h (horário de Rondônia)**

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (69) 3212-9263 ou por meio do e-mail **coobr.supel@gmail.com**.

Publique-se.

Porto Velho, 19 de outubro de 2026.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da Comissão de Obras - SUPEL/RO
Portaria nº. 120 de 19 de maio de 2026

Protocolo 77766137

AVISO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 052/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0069.001909/2024-76

PREGÃO ELETRÔNICO: 90245/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO de empresa(s) especializada(s) na prestação em estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundo com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços conforme Termo de Referência, com o fito de atender a demanda de água para abastecimento público nos municípios de Rondônia, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

AVISO DE SUSPENSÃO DAS ATAS Nº 052/2025

A Superintendência Estadual de Compras eLicitações – SUPEL torna público aos interessados, que foi suspensa a ATA Nº 052/2025 publicada no Diário Oficial do Estado – DOE - edição do dia 11/03/2025, de acordo com a Decisão DM 0220/2026-GCJEPPM, Id. (77566877) anexo aos autos.

Publique-se no Diário Oficial do Estado.

CECÍLIA MESSIAS VIEIRA
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços em Substituição/SUPEL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 264 de 13 de outubro de 2025
ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO
Diretora Executiva/SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Protocolo 77717492

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - PNCP: 204/2026

Processo Administrativo: 0026.002096/2026-08

Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de kits de enxoval para recém-nascidos, destinados ao atendimento das necessidades básicas de bebês em situação de vulnerabilidade social no Estado de Rondônia, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS), pelo período de 12 (doze) meses.

Tipo: Menor Preço por Itens e lote

Método De Disputa: Aberto

Valor Estimado: R$ 10.845.442,75 (dez milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos)

Data de Abertura: 04 de novembro de 2026, **às 10h00** (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.ou https://rondonia.ro.gov.br/supel/.

Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 19 de Outubro de 2026.

IVANIR BARREIRA DE JESUS
Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO
Portaria nº 191 de 09 de setembro de 2026

Protocolo 77615879

AVISO DE PUBLICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 90289/2026/COESP/SUPEL/RO
PROCESSO ELETRÔNICO N.°:0025.002002/2026-01
OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar Organização da Sociedade Civil – OSC, regularmente constituída e com experiência comprovada, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, demonstrada por meio da execução de eventos de relevância nacional ou regional, tais como feiras, exposições, workshops, simpósios, seminários e demais eventos técnicos relacionados à agricultura, à cafeicultura ou ao agronegócio, mediante apresentação de certificados, atestados de capacidade técnica, declarações ou relatórios oficiais.
A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por meio de sua Presidente, nomeada pela Portaria nº 104/2026/SUPEL-GAB de 30 de abril de 2026, torna público que o procedimento auxiliar em epígrafe estará disponível para apresentação de documentos pelos interessados a partir do dia **23 de novembro de 2026**, às 9h (horário de Brasília-DF) e 8h (horário de Rondônia), conforme publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - **PNCP**.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente nos endereços eletrônicos: https://rondonia.ro.gov.br/supel/ e Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.
Mais informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à **Comissão Especial de Licitações – COESP**, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações, por meio do e-mail **coesp.supel@gmail.com** ou pelo telefone (69) 3212-9243.
OBSERVAÇÃO:A entrega da documentação deverá ser enviada em formato digitalizado (PDF) por meio eletrônico, com arquivos digitalizados em formato PDF, encaminhados via e-mail, conforme disposto no item 1.4 do Instrumento

Convocatório.
Publique-se.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA
Presidente da Comissão Especial de Licitações - COESP/SUPEL
Portaria n.° 104 de 30 de abril de 2026

Protocolo 77782983

SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT

Portaria nº 269 de 15 de outubro de 2026

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 111-A da Lei Complementar N° 1.180, de 14 de março de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade das Unidades Gestoras realizarem anualmente o planejamento das atividades de gestão patrimonial, da necessidade de estabelecer uma rotina de controle e fiscalização pela Unidade Central conforme Decreto 24.041 de 08 de julho de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma rotina anual de inventário e desfazimento, de atividades de gestão patrimonial, bem como as necessidades dos dados patrimoniais e contábeis refletirem a realidade das Unidades Gestoras conforme Decreto 24.041 de 08 de julho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário anual dos procedimentos patrimoniais, para fins da gestão patrimonial dos bens móveis permanentes, no qual estão dispostos os prazos limite para que as Unidades Gestoras do Poder Executivo do Estado realizem as atividades de gestão, estabelecidas no Artigo 16 do Decreto 24.041/2019.

DATA	ATIVIDADE
Até o dia 02 fevereiro de cada exercício	Nomeação das comissões permanentes de inventário e desfazimento.
Até o dia 03 novembro de cada exercício	Entrega do relatório preliminar ao patrimônio setorial, validado pelo titular da pasta para início dos ajustes no sistema de gestão patrimonial.
Até o dia 10 novembro de cada exercício	Entrega do relatório preliminar de inventário com os devidos ajustes no sistema de gestão patrimonial ao contador setorial, para ajustes no SIGEF.
Até o dia 02 janeiro do exercício seguinte	Entrega do relatório consolidado final de inventário anual aos contadores setoriais para conclusão dos ajustes no SIGEF.
Até o dia 08 janeiro do exercício seguinte	Entrega à Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, os relatórios inerentes aos inventários de bens móveis e imóveis, com os anexos TC-15 e TC-16, assinados pelo contador e pelo gestor da pasta, após os devidos lançamentos contábeis.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Até o dia 02 março do exercício seguinte	Instauração de processo administrativo de desfazimento dos bens classificados como inservíveis durante o inventário, bem como para instauração de procedimento apuratório para os bens não localizados.

Art. 2º As Unidades Gestoras encaminharão à Unidade Central, o processo de desfazimento de bens inservíveis, após o término do inventário.

Art. 3º O relatório preliminar de inventário anual, elaborado pela Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento, conterá o saldo de bens da Unidade Gestora até a data de conclusão do inventário físico anual.

Art. 4º O relatório consolidado final de inventário anual, também elaborado pela Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento, conterá o saldo total de bens da Unidade Gestora no exercício corrente, ou seja, será composto pelo saldo de bens registrado no relatório preliminar somado às alterações patrimoniais ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente.

Art. 5º Além dos processos de desfazimentos realizados em função da conclusão do inventário, os processos de desfazimento poderão ser instruídos pela Unidade Central, durante sua realização.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 279 de 22 de outubro de 2025.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para as Unidades Gestoras do Poder Executivo.

Porto Velho–RO, data e hora do sistema.

ÍDEL MARTINS GONÇALVES
Diretor Executivo
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária

Protocolo 77659741

Portaria nº 270 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o disposto no art. 111-A da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 22 de agosto de 2024, e o art. 5º da Constituição do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o alinhamento institucional entre a Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, por meio da Gerência de Titulação – GETIT, e os Cartórios de Registro de Imóveis do Município de Porto Velho/RO, visando à padronização dos procedimentos administrativos e registrais relacionados à titulação imobiliária, bem como à discussão e ao aprimoramento dos fluxos e das funcionalidades necessários à implantação do Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária – SICARF;

CONSIDERANDO o Despacho 77685838 no processo administrativo 0064.001474/2026-71, o qual indica os servidores que comporão a Comissão de Alinhamento Institucional entre a Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, por meio da Gerência de Titulação – GETIT, e os Cartórios de Registro de Imóveis do Município de Porto Velho/RO.

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão de Alinhamento Institucional entre a Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, por meio da Gerência de Titulação – GETIT, e os Cartórios de Registro de Imóveis do Município de Porto Velho/RO.

Art. 2º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, sob a presidência da primeira integrante, a quem caberá coordenar os trabalhos no âmbito desta Secretaria.

Função	Servidor
Presidente da Comissão	Tainara Maia de Castro
Membro	Franciane Brito de Sá
Membro	Bruna da Conceição de Melo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Membro	Daniela Siqueira de Sousa
Membro	Quete Fernandes Botelho

Art. 3º - Na ausência e nos impedimentos legais do Presidente, caberá ao Primeiro Membro da comissão, a fazer a substituição imediata e automática nos assuntos relacionados a esta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÍDEL MARTINS GONÇALVES
Diretor Executivo
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária

Protocolo 77707685

Portaria nº 271 de 19 de outubro de 2026

O DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 111-A, da Lei Complementar n° 1.250, de 22 de agosto de 2024, altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017 e conforme o que preceitua o artigo 5º da Constituição do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 0064.003079/2025-42, que trata da aquisição de café, por meio de contratação de empresa especializada, para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para o acompanhamento da contratação e, após a formalização do instrumento contratual, para o desempenho das atribuições de gestão e fiscalização da respectiva contratação;

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora abaixo para atuar, sem prejuízo de suas atribuições legais, à luz das legislações vigentes, junto ao processo administrativo nº 0064.003079/2025-42.

	GESTOR
SERVIDORA	SIVONE PINTO SÁ

PARÁGRAFO ÚNICO - A Gestora do Contrato deverá, para tanto, controlar e inspecionar sistematicamente o objeto do contrato, com o objetivo de verificar se sua execução obedece às especificações estabelecidas, auxiliando na revisão das cláusulas contratuais, bem como com o acompanhamento da qualidade econômica e minimização de riscos.

Art. 2º - **DESIGNAR** a servidora abaixo para atuar, sem prejuízo de suas atribuições legais, à luz das legislações vigentes, junto ao processo administrativo nº 0064.003079/2025-42.

	FISCAL
SERVIDOR	JOSILENE DE LIMA CUNHA

PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas/solicitadas ao Gestor do Contrato em tempo hábil à adoção das medidas pertinentes e submissão à deliberação superior.

Art. 3º - A designação dos servidores na presente portaria será considerada prestação de serviço público relevante, e não será remunerada.

Art. 4º - O prazo de vigência das designações serão estabelecidas até o limite previsto em contrato ou nos demais aditivos celebrados.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê ciência. Publique-se. Cumpra-se.

ÍDEL MARTINS GONÇALVES
Diretor Executivo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária

Protocolo 77759083

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

EDITAL Nº 20/2026/SEFIN-AGARI

6ªDRRE/AGÊNCIA DE RENDAS DE ARIQUEMES

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, atendendo ao que preceituam os artigos 109, 110, 112, III,e 121 da Lei nº 688/1996 e 8º do Anexo XII, do Decreto nº 22.721/2018, fica o Sujeito Passivo abaixo relacionado **INTIMADO** a pagar o crédito tributário lançado por meio dos Autos de Infração abaixo relacionados, ou oferecer defesa no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do 5º (quinto) dia após a publicação deste edital, sob pena de, vencido o prazo, ser decretada a REVELIA, aplicando-se o que determina o artigo 127 da Lei nº 688/1996.

Fica, ainda, o Sujeito Passivo, **NOTIFICADO** que os documentos que originaram e instruíram a lavratura dos autos de infração, inclusive as peças produzidas em formato digital gravadas e disponibilizadas em mídia ótica, CD-R ou DVD-R (porventura existentes), permanecerão anexados ao processo original, disponível para retirada ou obtenção de cópias.

Auto de Infração de nº: 20263000600077 e 20263000600080

Sujeito Passivo: J PEDRO FILHO LTDA

CNPJ: 45.814.277/0001-96
CAD: 0000000629516-9

Ariquemes/RO, 16 de outubro de 2026

ANDRÉ LUÍS F. FONTOURA
MATRÍCULA Nº *****124
AGENTE DE RENDAS DE ARIQUEMES

Protocolo 77734826

AVISO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário Adjunto de Estado de Finanças de Rondônia considera e torna público aos interessados a inexigibilidade de licitação, segundo os termos do inciso III, alíneas "f", do art. 74 da Lei n.º 14.133/21, nos autos do processo n.º 0030.009735/2026-99, objetivando a participação de dois servidores no **4º Seminário de RH no Setor Público**, a ser realizado no período de **10 a 12 de novembro de 2026**. Resultou-se na contratação da empresa Infoco RH Ltda - CNPJ 44.825.501/0002-63, no valor total de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Publique-se na Imprensa Oficial.

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE | Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77151418

AVISO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário Adjunto de Estado de Finanças de Rondônia considera e torna público aos interessados a inexigibilidade de licitação, segundo os termos do inciso III, alíneas "f", do art. 74 da Lei n.º 14.133/21, nos autos do processo n.º 0030.007261/2026-41, objetivando a participação de cinco servidores no **XXXVIII Congresso Internacional de Direito Tributário**, a ser realizado nos dias **11, 12 e 13 de novembro de 2026**, na cidade de Belo Horizonte/MG. Resultou-se na contratação da empresa ABRADT – Associação Brasileira de Direito Tributário, CNPJ n.° 02.137.618/0001-23, no valor total de **R$ 12.155,00 (doze mil cento e cinquenta e cinco reais)**.

Publique-se na Imprensa Oficial.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE | Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 76497907

AVISO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário-Adjunto de Estado de Finanças de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais e consoante as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, nos autos do Processo Administrativo n.º 0030.009342/2026-85, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break para a realização de eventos e cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, torna pública, para conhecimento dos interessados, a adesão à Ata de Registro de Preços n.º 142/2026/SUPEL_RO, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 90488/2025/SUPEL_RO, gerenciada pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, que resultou na contratação da seguinte empresa:

I - NEIDE BAILHE RODRIGUES, inscrita no CNPJ sob o n.º 64.065.194/0001-96, no valor global de R$ 17.856,00 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e seis reais).

Publique-se na Imprensa Oficial.

MARCIO ALVES PASSOS

AFTE | Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia

SEFIN-RO

Protocolo 77496265

AVISO

DISPENSA DE LICITAÇÃO **N.º 926329 - 10/2026/SEFIN-NCEC**

PROCESSO ADMINISTRATIVO (SEI) N.º 0030.008605/2026-39

Lei Federal de Licitações e Contratos n.º 14.133, de 1° de abril de 2021, art. 75, caput, inciso II. Vide Decreto n.º 12.343, de 2024.

A Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, por meio do seu Gerente Administrativo e de Finanças, torna público aos interessados que a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia - Sefin/RO realizará dispensa de licitação com o intuito de contratar empresas para fornecimento de água natural, mineral e sem gás, acondicionada em garrafões de 20 litros, de material plástico e retornável, por um período de doze meses.

O critério adotado para o julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Os serviços da pretendida contratação deverá estar em total conformidade com as exigências, especificações e quantidades, conforme abaixo e no Termo de Referência:

ITEM	CATMAT/SER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	QUANTIDADE ANUAL
1	445485	Água mineral, sem gás, natural acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	Unidade	Delegacia e Agência de Rendas de **Ariquemes**	284 (duzentos e oitenta e quatro)
2				Agência de Rendas de **Alto Paraiso**	60 (sessenta)
3				Agência de Rendas de **Buritis**	60 (sessenta)
4				Agência de Rendas de **Cujubim**	60 (sessenta)
5				Agência de Rendas de **Machadinho D'Oeste**	60 (sessenta)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O prazo para recebimento das propostas de preços será até às **23h59min do 3º (terceiro) dia útil após a publicação deste Aviso**, **SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO**, caso o envio dos documentos ocorra após o dia e horário estipulado.

O Termo de Referência, SAMS e demais anexos podem ser solicitados ao Núcleo de Compras, através do e-mail: **compras.gaf@sefin.ro.gov.br**. As propostas deverão ser enviados *exclusivamente* via correio eletrônico, e-mail: **compras.gaf@sefin.ro.gov.br**, até a data e horário estipulados na forma prevista neste aviso.

Mais informações e esclarecimentos sobre a referida Dispensa de Licitação serão prestados através do e-mail: **compras.gaf@sefin.ro.gov.br** ou pelo Telefone: (69) 3211-6100, Ramal: 1569.

Publique-se na Imprensa Oficial.

ERNANI MARQUES DE ALMEIDA

AFTE | Gerente de Administração e Finanças

SEFIN-RO

Protocolo 77768529

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC

Portaria nº 1100 de 09 de outubro de 2026

Dispõe sobre designação de Equipe de Planejamento da Contratação e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Constituição do Estado de Rondônia, art. 70 e pela Lei Complementar nº 827/2015, artigo 30 e seus incisos,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Planejamento da Contratação – EPC, visando à aquisição de transformador de distribuição de 225 kVA (220/127V) com serviço especializado de instalação, comissionamento e adequação infraestrutural para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Porto Velho/RO, compreendendo a substituição das cruzetas, adequação do suporte/ancoragem da estrutura, remoção/montagem necessária para sustentação do equipamento, instalação física, conexões de média e baixa tensão, parametrização de proteções, ensaios elétricos de rotina, aterramento, adequação do quadro geral e emissão de ART/CREA , bem como o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários para garantir o pleno funcionamento do sistema elétrico da unidade.

Gerência de Compras - GECOM/SESDEC

Miguel Andrio Gonçalves Piedade - Matrícula: ******086 - Titular

Gerência de Logística - GELOG/SESDEC

Edward Lyncoln Mendes Bazan - Matrícula: ******589 -Titular

Art. 2º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá acompanhar, apoiar e/ou realizar todas as atividades das fases de Planejamento da Contratação e Prospecção de Fornecedor, mantendo registro histórico de:

I - Fatos relevantes ocorridos, a exemplo de comunicação e/ou reunião com fornecedores, comunicação e/ou reunião com grupos de trabalho, consulta e audiência públicas, decisão de autoridade competente, ou quaisquer outros fatos que motivem a revisão dos artefatos do Planejamento da Contratação; e

II - Documentos gerados e/ou recebidos, a exemplo dos artefatos previstos nesta norma, pesquisas de preço de mercado, e-mails, atas de reunião, dentre outros.

Art. 3º Sem prejuízos das demais atribuições, é competência da Equipe de Planejamento da Contratação a realização e/ou elaboração dos seguintes:

a) Elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP, definindo os requisitos para a contratação;

b) Realizar, se necessário, a Análise de Risco inerentes ao processo, com vistas a identificação dos riscos, tratamento e ações de contingências;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

c) Realizar pesquisa de preços com a finalidade de estimar valores para a Contratação;

d) Elaborar o Termo de Referência ou Projeto Básico considerando as normas afetas as licitações;

e) Elaborar Termos de Cooperação, se necessário, para a consecução do objeto, além de outras atividades necessárias;

f) Realizar e/ou Acompanhar análise das Propostas considerando as normas afetas as licitações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, na data da assinatura eletrônica.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Protocolo 77523300

Portaria nº 977 de 24 de agosto de 2026

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão de conferência e confeccção das cautelas do CICC-M da Gerência de Integração de Segurança e Fronteira – GISF, estabelece suas atribuições e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,

Considerando a necessidade de assegurar o adequado planejamento, organização, acompanhamento e execução das atividades desenvolvidas no âmbito da Gerência de Integração de Segurança e Fronteira – GISF, no Centro Integrado de Operação - CIOP e no Centro Integrado de Comando e Controle Móvel - CICC-M;

Considerando a necessidade de formalização da distribuição da responsabilidade pelos equipamentos e materiais integrantes do CICCM aos setores e unidades que efetivamente farão uso dos referidos bens, de modo a assegurar a adequada guarda, utilização, controle e responsabilização patrimonial;

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, a **Comissão de Conferência e Confeccção das cautelas do CICC-M da Gerência de Integração de Segurança e Fronteira – GISF**, destinada ao desenvolvimento, acompanhamento e execução das atribuições previstas nesta Portaria.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de que trata o art. 1º:

FUNÇÃO	NOME
Presidente	JEFERSON LEANDRO CORREIA MACHADO - TC PM
Membro	FRANCLIN PARADA COELHO
Membro	PAULO VITOR DE MELO RIBEIRO
Membro	KLAYTON KELVYO FERNANDES
Membro	JAMES FELIPE ALMEIDA DE ALENCAR
Membro	ANDRE LUIS PAVAN MACHADO

Parágrafo único. A Comissão será coordenada pelo Presidente, a quem caberá organizar os trabalhos, distribuir as atividades entre os membros e acompanhar o cumprimento das atribuições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 3º Os membros da Comissão atuarão sem prejuízo das atribuições inerentes aos respectivos cargos e funções.

Art. 4º Compete à Comissão da Gerência de Integração de Segurança e Fronteira – GISF:

I – realizar as conferências de todos os materiais do CICC-M;

II – atualizar as cautelas dos materiais do CICC-M;

Art. 5º O Presidente da Comissão poderá distribuir tarefas específicas entre os membros e estabelecer os procedimentos necessários à execução das atribuições previstas nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 75878771

Portaria nº 1117 de 19 de outubro de 2026

Dispõe sobre Desligamento de Prestador Voluntário de Serviços Administrativos - PVSA.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 965 de 20.12.2017, Seção II, Art. 42.

Considerando a Portaria nº 567 de 12 de maio de 2026 (72124115) do Processo SEI n.0037.003240/2026-96.

Considerando o Requerimento (77119142) e Memorando nº 936/2026/SESDEC-CIOPDIVADM (77182092) do Processo SEI 0037.006665/2026-57;

RESOLVE:

Art. 1º Desligar, a pedido, do Programa de Prestação Voluntária de Serviços Administrativos (PVSA) da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), a prestadora voluntária **GIGLIANE SILVA SOUZA**, matrícula nº ******542**, anteriormente lotada no Centro Integrado de Operações - CIOP em Porto Velho/RO, a contar de **04 de outubro de 2026**, com fundamento no art. 7º, inciso II, da Lei nº 4.016, de 31 de março de 2017, c/c o art. 22 do Decreto nº 22.053, de 29 de junho de 2017.

Art. 2º Determinar à Gerência de Recursos Humanos que adote as providências necessárias ao desligamento da voluntária do sistema de folha de pagamento, bem como ao CIOP que promova a exclusão de seu acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI/RO) e aos demais sistemas institucionais utilizados pela referida prestadora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77769202

POLÍCIA MILITAR - PM

ATO Nº 239/2026/PM-CP6
ATO CONCESSÓRIO DE REFORMA

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA**, o SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA e o COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das suas respectivas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a instrução processual promovida nos autos do Processo SEI n.º 0021.039276/2026-87, contexto no qual merecem destaque o Parecer nº 192/2026/PGE-SPSM (ID 76334991), Despacho SESDEC-GAB (ID 76678574) e a Informação n.º 735/2026/SESDEC-GESPM (ID 76678747).

R E S O L V E M:

1. Reformar o **CAP PM RR** ******116 **ELIAS** DE ARAÚJO LOPES, transferido para a Reserva Remunerada da Polícia Militar de Rondônia, conforme o Ato Concessório de Reserva Remunerada n.º 38 de 21 de março de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 059, em 01 de abril de 2019 (ID 77454969), com proventos na inatividade com base no Posto de **Major PM**, por ter adimplido, à época, a contribuição do Grau Hierárquico Imediatamente Superior, nos termos do artigo 29 da Lei n.º 1.063, de 10 de abril 2002, o qual passa para a Reforma em decorrência do acometimento de doença, que resultou na incapacidade definitiva para atividade policial militar atestada por junta médica oficial, conforme Ata de Inspeção de Saúde, sessão nº 01/2026 datada de 26 de maio 2026 (ID 73885051), com fulcro no §1º do art. 42, da Constituição Federal de 1988, combinado com art. 9º, c.c inciso II, do art. 10 c.c. inciso IV, do art. 13, todos da Lei Estadual nº 5.245/2022.

2. Este Ato entra em vigor na data da publicação.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

GLAUBER **ILTON DE SOUSA** SOUTO **-** CORONEL PM
Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77453516

AVISO
DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 474/2026

O Comandante-Geral da Polícia Militar de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 169 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e também da Lei Complementar nº 365, de 6 de fevereiro de 2007, que cria o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar de Rondônia (FUMRESPOM), bem como da Lei Complementar nº 753, de 19 de dezembro de 2013, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 365, de 6 de fevereiro de 2007, em atendimento ao disposto no art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados para a aquisição de conjuntos completos da Medalha do Mérito Batalhão Silvério Alves Feitosa, em modelo único, fabricado em material metálico tipo ZAMAC na cor dourada, destinados ao 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), para atender às necessidades da Polícia Militar de Rondônia, conforme as especificações descritas no Termo de Referência sob o ID 76776841, integrante do processo SEI nº 0021.057769/2026-07, cujos dados básicos constam abaixo:

1. Síntese do objeto: Aquisição de 358 (trezentos e cinquenta e oito) conjuntos completos da Medalha do Mérito Batalhão Silvério Alves Feitosa, em modelo único na cor dourada, cada um composto por medalha, fita, moldura metálica, barreta com fecho tipo borboleta, roseta com fecho tipo borboleta e estojo individual, conforme a Resolução nº 0298/2026/PM-ASSELEGIS (77574973) e seus Anexos A1, B1 e C;

2. Forma de contratação: Dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3. Órgão contratante: Polícia Militar de Rondônia (PMRO), por meio do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar – FUMRESPOM;

4. Período para recebimento de propostas: 3 (três) dias úteis a partir da data de publicação deste aviso; e

5. Endereço para recebimento de propostas e demais informações: Departamento de Licitações da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CPOF), virtualmente pelo e-mail cpof.cpl@pm.ro.gov.br, ou presencialmente no horário das 07h30min às 13h30min, no prédio da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças e da Corregedoria-Geral, localizado na Avenida Lauro Sodré, nº 1.663, Bairro Olaria, CEP 76.801-311, Porto Velho, Rondônia.

O resultado da presente dispensa será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente aviso observa os princípios da Administração Pública previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os da legalidade, publicidade, interesse público, transparência, eficiência e julgamento objetivo, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Publique-se no Diário Oficial do Estado.

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO** - Coronel QOPM

Comandante-Geral da Polícia Militar de Rondônia

Protocolo 76776845

TERMO
CONVOCAÇÃO PARA TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)
I CURSO DE TÉCNICO EXPLOSIVISTA POLICIAL – I CTEP/BOPE/PMRO/2026

A Comissão do Processo Seletivo Interno do **I Curso de Técnico Explosivista Policial – I CTEP/BOPE/PMRO/2026**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e em observância às disposições do **Edital nº 1/2026/PM-BOPEEB (75508369)**, publicado no DOE n. 172, de 04/09/2026, referente ao Processo SEI nº 0021.037240/2026-69, por meio da equipe de examinadores, lavra a presente atá de presença, dos candidatos pertencentes à PMRO, resolve:

CONVOCAR PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Ficam convocados os candidatos considerados aptos na Inspeção de Saúde para o Teste de Aptidão Física (TAF) do I CTEP (**chegar 15 minutos antes**):

No dia 19 de outubro, às 6h, no quartel do **Centro de Ensino**, serão realizados os testes de corrida de 2.200 metros, barra, abdominal e apoio de braço, previstos no edital.

No dia 20 de outubro, às 6h30, será realizada exclusivamente a prova de natação de 100 metros, **no Clube Botafogo** (Av. Jorge Teixeira com Av. Calama, Porto Velho-RO).

MARCUS VINICIUS FARIAS LIMA **- MAJ QOPM**

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP

SÉRGIO GONÇALVES DA COSTA - **1º SGT QPPM**

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP

SIDNEY WESLEY OLIVEIRA DA SILVA - **CB QPPM**

MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO I CTEP

Protocolo 77569255

TERMO
TERMO DE RECONHECIMENTO
TERMO DE RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

Considerando as competências da Polícia Militar de Rondônia previstas na Lei 4.302, de 25 de junho de 2018, e as delegações incumbidas ao Subcomandante-Geral por meio da Portaria n.º 750, de 29 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial nº 21, de 29 de janeiro de 2026, torna público a quem possa interessar que este Ordenador de Despesa, considerando o que dispõe o Art. 2º do Decreto Estadual 5.459 de 11 de fevereiro de 1992, reconhece e homologa a despesa com pagamento de diárias, processo n.º 0021.015896/2026-21 no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, no valor total de **R$** 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais), para que se proceda o pagamento. Publique-se no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

LUIS CARLOS GONÇALVES DA COSTA GARIBALDI - Coronel QOPM
Subcomandante-Geral
Ordenador de Despesa por delegação, conforme Portaria n.º 750, de 29/01/2026, DOE nº 21, de 30/01/2026

Protocolo 70196309

TERMO
TERMO DE RECONHECIMENTO
TERMO DE RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

Considerando as competências da Polícia Militar de Rondônia previstas na Lei 4.302, de 25 de junho de 2018, e as delegações incumbidas ao Subcomandante-Geral por meio da Portaria n.º 750, de 29 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial nº 21, de 29 de janeiro de 2026, torna público a quem possa interessar que este Ordenador de Despesa, considerando o que dispõe o Art. 2º do Decreto Estadual 5.459 de 11 de fevereiro de 1992, reconhece e homologa a despesa com pagamento de diárias, processo n.º 0021.015229/2026-48 no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, no valor total de **R$** 5.785,00 (cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais), para que se proceda o pagamento. Publique-se no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

LUIS CARLOS GONÇALVES DA COSTA GARIBALDI - Coronel QOPM
Subcomandante-Geral
Ordenador de Despesa por delegação, conforme Portaria n.º 750, de 29/01/2026, DOE nº 21, de 30/01/2026

Protocolo 70114907

ATA DE REUNIÃO

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2026, às 8h, à Avenida dos Imigrantes, 4884, - Bairro Industrial, Porto Velho/RO, realizou-se a 1ª Reunião da Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Programa de Intercâmbio Educacional Rondônia, nos termos da Portaria 7973 (76917857),sob a Presidência da servidoraDaniele Braga Brasil, matrícula ***672, e com o comparecimento dos membros Lucas de Tarso Savino Nogueira, matrícula ***66, Samara Alves de Souza, matrícula ***410 eTainá Oliveira Santos, matrícula ***440. Registradas as presenças dos membros que

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ao final subscrevem. A Presidente iniciou os trabalhos lendo o inteiro teor da Portaria 7973 (76917857), de 25 de setembro de 2026, em especial aos artigos que tratam das atribuições da presente Comissão. Em seguida, solicitou ao Secretário que apresentasse aos demais membros a planilha gerada pelas respostas no Formulário contido no link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScSoC0UJz8-HBKYIjPSatNl1HcgFFCOhHloON8-4V3z2dpx9w/closedform. Por conseguinte, o secretário apresentou cópia da planilha a todos os membros que passaram a analisar a cada uma das respostas que representam cada uma das inscrições dos alunos candidatos ao Intercâmbio. Após análise de cada uma das inscrições, a Comissão decidiu registrar na presente Ata o que segue:

1. A relação dos candidatos contida na presente Ata, nos termos do Edital 1 (76872193) representa uma listagem preliminar, não tendo sido aplicada à qual qualquer critério de desempate entre os alunos candidatos.

2. Foram reprovados todos os candidatos que não anexaram o Certificado do *Duolingo English Test,* nos termos do subitem 7.13.

3. Todos os candidatos reprovados, e os demais que eventualmente sentirem-se prejudicados, poderão interpor recurso junto à Comissão Organizadora, dentro dos prazos e condições estabelecidas no Edital. Os candidatos que não informaram o número do passaporte ou o número do protocolo de emissão, poderão fazê-lo dentro do prazo do recurso, no Formulário de Recurso respectivo. Protocolos de emissão com data posterior a 16 de outubro de 2026 não serão considerados.

4. Para a seleção dos dez intercambistas que prorrogarão o semestre letivo, a Comissão aguardará as notas semestrais a serem informadas pelo NMMI, além do histórico disciplinar respectivo do corrente semestre letivo.

Por fim, registra-se o disposto no subitem 7.29 A classificação na primeira fase não assegura, por si só, a participação no intercâmbio, ficando a convocação condicionada ao número de vagas disponíveis, à ordem de classificação, ao atendimento de todos os requisitos deste Edital e aos procedimentos de admissão e aceitação estabelecidos pelo New Mexico Military Institute – NMMI. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h45, do dia 17 de outubro de 2026. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por todos os membros presentes.

1. **10 (DEZ) VAGAS DESTINADAS À PRORROGAÇÃO DO SEMESTRE LETIVO DOS INTERCAMBISTAS SELECIONADOS NOS TERMOS DO EDITAL 1 (71507756)**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição
1	LUIZ GUSTAVO SILVA VOEDELO	130	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	2º ano	Aprovado
2	LAURA ISABEL GOMES GUEDES	130	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovada
3	LUCAS BENJAMIN LIMA AVELINO	130	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
4	ENZO CASTRO NASCIMENTO	125	CTPM - V (Vilhena) NMMI	3º ano	Aprovado
5	GEOVANA ATHIAS DE SOUZA MACIEL	125	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovada
6	NICOLAS DE BARROS SOUZA	125	CTPM - VI (Ji-Paraná) NMMI	2º ano	Aprovado
7	LEONARDO BUENOS CANDEIAS	115	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	2º ano	Aprovado
8	DANIEL VIANNA CARDOSO GUIMARÃES	115	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
9	YASMIN DIAS DOMBROSKI	115	CTPM - IX (Cacoal) NMMI	2º ano	Aprovada
10	LARA ALVES ROYER	110	CTPM - XI (Alta Floresta) NMMI	2º ano	Aprovada
11	LUÍZA ALBUQUERQUE MAIA	110	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovada

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

12	VITÓRIA HOLANDA OLIVEIRA	105	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovada
13	LEONARDO GOMES PEREIRA	105	CTPM - XI (Alta Floresta) NMMI	3º ano	Aprovado
14	YAN GABRIEL ALVES WIONCZAK	105	CTPM - IV (Ji-Paraná) NMMI	2º ano	Aprovado
15	ISABELA OLIVEIRA DIAS	105	CTPM - V (Vilhena) NMMI	3º ano	Aprovada
16	MARIA EDUARDA FERNANDES COSTA DE SOUZA	105	CTPM - II (Jaci-Paraná) NMMI	3º ano	Aprovadaa
17	ENZO MARCO AMANTÉA HORN	100	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
18	ARTUR ASSIS RAPES	95	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	3º ano	Aprovado
19	GUSTAVO SALES FERNANDES	90	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovado

2. **30 (TRINTA) VAGAS DESTINADAS A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO DOS COLÉGIOS TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR – CTPMS E DO COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II – CMDPII, MANTIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição
1	FERNANDO REIS VALADARES	125	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
2	MATHEUS DA COSTA FERNANDES	125	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Aprovado
3	THAINA GABRIELA PAULY DA ROCHA	120	CTPM - VIII (Rolim de Moura)	1º ano	Aprovada
4	LUAN GABRYEL KROFCKE MARTINS	120	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovado
5	LAVÍNIA DE BRITTO KIRIHATA	115	CTPM - X (Guajará-Mirim)	3º ano	Aprovada
6	JADSON BRENO MONTEIRO DE SOUZA	115	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
7	WALLERY DE FARIA GOMES BEZERRA	110	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
8	ANABELA AMANCIO GONÇALVES	110	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
9	ISADORA ENDLICH DO VALE	105	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovada
10	DAVI FERREIRA MUNHOZ	105	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
11	SAMUEL MORAIS THADDEU	100	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
12	GUILHERME TAZAWA DOENHA SILVA	100	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
13	ÁLLAN JHEFF SCHRAN NETO	100	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Aprovado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

14	JULIANA GRAEBIN ROCHA	100	CTPM - VI (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovada
15	CECILIA MARIA FARIAS NASCIMENTO	95	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
16	ISABELA NUNES LIMA	95	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
17	GABRIEL TAKESHI ARAKAKI HIMENO	95	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
18	ANNA CLARA MENDES TAVARES DA SILVA	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
19	LUIZ GUILHERME AMARAL TEIXEIRA	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
20	NICOLLAS RAEL GOULART FARIAS	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
21	JORGE GABRIEL SILVA SOARES	90	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
22	GLAUBER JÚNIOR AZEVEDO SOUTO	90	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
23	GEOVANA LUIZA FELICIANO LAVOR	90	CMDPII - Porto Velho	2º ano	Aprovada
24	DIEGO FELIPE SOUZA WILLE	90	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
25	LUÍZA GEOVANNA ALLEYNE OLIVEIRA	90	CTPM - V (Vilhena)	3º ano	Aprovada
26	MARCÍLIO JOSÉ MOURA REIS	90	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
27	MARIANA MERCANDELI DOS SANTOS	90	CTPM - XII (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
28	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MARCONATO	90	CTPM - XII (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
29	IASMIN NUNES DE PAULA MESSIAS	90	CTPM - XI (Alta Floresta)	2º ano	Aprovada
30	ELIANA BATISTA CELESTINO DO NASCIMENTO	85	CTPM - II (Jaci-Paraná)	2º ano	Aprovada
31	ISABELLA SOARES CORRÊA	85	CTPM - V (Vilhena)	3º ano	Aprovada
32	JÚLIA LELLIS	85	CMDPII - Porto Velho	2º ano	Aprovada
33	ISABELA ESTELITA PAIXÃO DE SOUZA	85	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
34	ISABELLY FREITAS RIBEIRO	85	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
35	ANA SOFIA TREVIZANE SANTOS	85	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovada
36	MARIA LUIZA DELMONICO	85	CMDPII - Porto Velho	1º ano	Aprovada

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

37	ELOISY SOFIA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA	85	CTPM - VI (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovada
38	AMANDA FERREIRA SARAH	80	CTPM - VII (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
39	YASMIM RIBEIRO DE PAULA	80	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
40	ALLICE FAZOLIN FONTINELLE	80	CTPM - XIII (Jaru)	1º ano	Aprovada
41	GUILHERME FRAZÃO SARAIVA	80	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovado
42	WDI CAMACHO FURTADO RUIZ	80	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
43	DIULIA ALMEIDA BARROSO	80	CTPM - II (Jaci-Paraná)	1º ano	Aprovada
44	LUCAS VINICIUS DOS SANTOS PINHEIRO	80	CTPM - IX (Cacoal)	3º ano	Aprovado
45	JÚLIA FELIPE PLACIDO RIBEIRO	75	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
46	MARIANA PIRES DE OLIVEIRA	75	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
47	SAMUEL DA SILVA CORDEIRO	75	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovado
48	ANNY HELOÍSA DARMIELI BORGES	75	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
49	ARTHUR MAX SILVEIRA	75	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
50	EDUARDA TOREJIANI BARRIM	70	CTPM - V (Vilhena)	2º ano	Aprovada
51	MARIA FERNANDA OLIVIERI HORN	70	CTPM - V (Vilhena)	1º ano	Aprovada
52	LOREN SOFIA ALVES DE ALBUQUERQUE	70	CTPM - IX (Cacoal)	2º ano	Aprovada
53	KETLEN HELOAR SHOCKNESS DE MIRANDA	70	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
54	JOÃO DOS SANTOS SCHLINDWEIN	65	CMDPII - Porto Velho	1º ano	Aprovado
55	ALICE PETRANSKI FERREIRA	65	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
56	LUCAS SCHEIDT DE SOUZA	65	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
57	DAVID LIMA NEVES	60	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Reprovado. Não alcançou 65 pontos.
58	ARTHUR HENRIQUE GUIMARÃES DA COSTA	0	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Reprovado. Não inseriu o certificado.
59	RICAELLY LOUISE VITORIA MORAES PISA	0	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.
60	AGHATA SANTOS DE SOUZA	0	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

61	LEONARDO WELLEST BRUM DA SILVA	0	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Reprovado. Não inseriu o certificado.
62	JAYNE HELOISA DOS ANJOS OLIVEIRA	0	CTPM - IX (Cacoal)	3º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.

3. **10 (DEZ) VAGAS DESTINADAS A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO DAS DEMAIS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE RONDÔNIA**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição
1	AMANDA VALENTINA DAPONTE	125	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
2	PAOLA BRASIL BIANQUINI SULDINE	125	Escola Campos Sales - São Francisco do Guaporé	3º ano	Aprovada
3	LETÍCIA PORTELA AGUIAR BARRA	120	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
4	MARIA CLARA ITO GALINDO	105	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
5	OLIVIER NOLAN GÓMEZ MANRIQUE FIGUEIREDO	105	Escola Cândido Portinari (Rolim de Moura)	2º ano	Aprovado
6	GUILHERME AUGUSTO ULLRICH LUNA	100	Escola Antônio Francisco Lisboa (Cujubim)	3º ano	Aprovado
7	JÚLIA YASMIN SILVESTRE SOUZA	95	Escola João Bento da Costa (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
8	YASMIM SOUZA HOMEM	95	Escola Pioneira (Teixeirópolis)	3º ano	Aprovada
9	MARIA GABRIELA REBOLI MIRANDA	90	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
10	MARIA CECÍLIA LIMA ALVES	85	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
11	MARIA LUIZA LOPES MALTEZO SAITER	85	Escola Ricardo Cantanhede (Ariquemes)	2º ano	Aprovada
12	LÍVIA TEREZA DOS SANTOS RAMOS	85	Escola Maria Laurinda Groff (Nova Dimensão)	2º ano	Aprovada
13	ALEXANDRE GENTIL DE LIMA	80	Escola JK (Alta Floresta)	3º ano	Aprovado
14	MARIA RITA TRENTIN BOUCHABKI	70	Escola Simón Bolívar (Guajará-Mirim)	2º ano	Aprovada
15	LARA MOREIRA CRUZ LIMA	70	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	2º ano	Aprovada
16	GUILHERME LACERDA DA ROCHA	70	Escola Gonçalves Dias (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovado
17	HEDUARDO LORDIESKI COELHO	40	Escola Marechal Costa e Silva (Jaru)	1º ano	Reprovado. Não alcançou 65 pontos.
18	NICOLY CAROLINE DE OLIVEIRA	0	Escola Campos Sales - São Francisco do Guaporé	3º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.
19	MILENA LETÍCIA RAMOS PAULINO	0	Escola Gonçalves Dias (Ji-Paraná)	3º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.

20	JHEN HELRY ALMEIDA MAIA	0	Escola Eduardo Lima e Silva (Porto Velho)	1º ano	Reprovada. Não inseriu o certificado.

Daniele Braga Brasil, matrícula ***672

Presidente

Lucas de Tarso Savino Nogueira, matrícula ***663

Secretário

Samara Alves de Souza, matrícula ***410

Membro

Tainá Oliveira Santos, matrícula ***440

Membro

Protocolo 77745734

Portaria nº 7825 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre Agregação e Reversão de Praça Policial Militar e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no inciso XI do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021, e bem assim com amparo nos artigos 81 e 83 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar de Rondônia,

CONSIDERANDO o Auto de Prisão em Flagrante referente à Ocorrência Policial de Protocolo nº 3365000899, pertinente ao 3º SGT QPPM ******116 FABRÍCIO WAGNER AMORIM, preso em flagrante delito no dia 02 de outubro de 2026, em tese pela prática do crime tipificado no artigo 298 do Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), conforme documentos do anexo (ID 77291896), do Processo SEI nº 0021.061240/2026-80;

CONSIDERANDO que, por força da decisão judicial do Processo nº 7009010-52.2026.8.22.0000.05.0001-21, que versa sobre o Alvará de Soltura, página 103, do anexo (ID 77291896) da Vara da Auditoria Militar do Tribunal de Justiça de Rondônia, que concedeu a liberdade provisória ao 3º SGT QPPM ******116 FABRÍCIO WAGNER AMORIM, no dia 03 de outubro de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Agregar o 3º SGT QPPM ******116 FABRÍCIO WAGNER AMORIM ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes, com fundamento legal no inciso III do § 1º do artigo 79 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, em razão de ter sido autuado e preso no dia 02 de outubro de 2026, conforme o Auto de Prisão em Flagrante Delito da Ocorrência Policial de Protocolo nº 3365000899 (ID 77291896). Em vista disso, o militar foi recolhido e encaminhado ao Complexo de Correição - Porto Velho - RO, ficando exclusivamente à disposição da Justiça Militar Estadual, de acordo com as circunstâncias exaradas na documentação apresentada por meio do Ofício nº 82231/2026/PM-CCPMSEGCORR (ID 77289851),instruído no Processo SEI nº 0021.061240/2026-80.

Art. 2º Fica o referido militar adido ao 8º Batalhão de Polícia Militar - 8º BPM, com sede no município de Jaru/RO, para fins de controle e escrituração de alteração, enquanto permanecer nessa situação, em conformidade com o artigo 80 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar de Rondônia.

Art. 3º Reverter o 3º SGT QPPM ******116 FABRÍCIO WAGNER AMORIM, a contar de 03 de outubro de 2026, ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes, da Polícia Militar de Rondônia, conforme dispõe o artigo 82 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982.

Art. 4º Classificar o graduado em comento no 8º Batalhão de Polícia Militar - 8º BPM, em conformidade com o disposto no inciso I do § 1º do artigo 5º do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aprovado pelo Decreto nº 8.134, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito administrativo a contar de **03 de outubro de 2026**.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO** - CORONEL QOPM

Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77669583

Portaria nº 7787 de 14 de outubro de 2026

Dispõe sobre Agregação e Reversão de Praça Policial Militar e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no inciso XI do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021, e bem assim com amparo nos artigos 81 e 83 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar de Rondônia,

CONSIDERANDO o Auto de Prisão em Flagrante RGF 26.06.11210, referente à Ocorrência Policial de Protocolo nº 330560215, pertinente ao CB QPPM ******149 FRANCLISNEI PRADO CAMILO, preso em flagrante delito no dia 21 de setembro de 2026, em tese pela prática do crime tipificado no artigo 298 do Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), conforme documentos no anexo (ID 76929585), do Processo SEI nº 0021.058621/2026-81;

CONSIDERANDO que, por força da decisão judicial do Processo nº 7008601-76.2026.8.22.0000 (ID 76901541) e Alvará de Soltura nº 7008601-76.2026.8.22.0000.05.0001-26 (ID 76901572) da Vara da Auditoria Militar do Tribunal de Justiça de Rondônia, que concedeu a liberdade provisória ao CB QPPM ******149 FRANCLISNEI PRADO CAMILO, no dia 21 de setembro de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Agregar o CB QPPM ******149 FRANCLISNEI PRADO CAMILO ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes, com fundamento legal no inciso III do § 1º do artigo 79 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982,em razão de ter sido autuado e preso no dia 21 de setembro de 2026, conforme o Auto de Prisão em Flagrante Delito RGF 26.06.11210 (ID 76929585). Em vista disso, o militar foi recolhido e encaminhado ao Complexo de Correição - Porto Velho - RO, ficando exclusivamente à disposição da Justiça Militar Estadual, de acordo com as circunstâncias exaradas na documentação apresentada por meio do Ofício nº 78758/2026/PM-CCPMSEGCORR (ID 76898523), instruído no Processo SEI nº 0021.058621/2026-81.

Art. 2º Fica o referido militar adido ao Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação ao Crime Organizado - BPTAR, com sede no município de Porto Velho/RO, para fins de controle e escrituração de alteração, enquanto permanecer nessa situação, em conformidade com o artigo 80 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar de Rondônia.

Art. 3º Reverter o CB QPPM ******149 FRANCLISNEI PRADO CAMILO, a contar de 21 de setembro de 2026, ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes, da Polícia Militar de Rondônia, conforme dispõe o artigo 82 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982.

Art. 4º Classificar o graduado em comento no Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação ao Crime Organizado - BPTAR, em conformidade com o disposto no inciso I do § 1º do artigo 5º do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aprovado pelo Decreto nº 8.134, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito administrativo a contar de **21 de setembro de 2026**.

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO** - CORONEL QOPM

Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77620913

Portaria nº 7882 de 19 de outubro de 2026

Outorga a Medalha Mérito Forte do Príncipe da Beira da Polícia Militar de Rondônia.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XI, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021, e em conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento da Medalha

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Mérito Forte do Príncipe da Beira, instituído pelo Decreto nº 29.728, de 28 de novembro de 2024, que aprova o regulamento e a reestilização da referida comenda (73111478),

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar a **Medalha Mérito Forte do Príncipe da Beira**, Grau Cavaleiro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados e às contribuições oferecidas à Polícia Militar de Rondônia, aos membros da diretoria da ***International Association of Chiefs of Police (IACP)***, abaixo nominados:

1. David B. Rausch – Presidente;
2. Will Johnson – Primeiro Vice-Presidente;
3. Vincent H. Vleesenbeek – Vice-Presidente Internacional; e
4. Vincent Hawkes– Diretor de Policiamento Global.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO** – CORONEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77754267

Portaria nº 7809 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre designação de policiais militares para o exercício das funções de Fiscal, Fiscal Substituto e, ainda, a respeito de composição de Comissões de Recebimento no Processo Administrativo 0021.006484/2026-08, que trata da locação do prédio que abriga a Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças e Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 06 de fevereiro de 2025 (77410179), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005 "Polícia Militar de Rondônia" e 150015 "Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar de Rondônia";

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021;

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública; e

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da função de Fiscalde contrato o militar abaixo nominado, anteriormente designado por meio da Portaria nº 6976 de23 de Agosto de 2024 (0052132854):

Graduação/RE/Nome Completo	Função
Tenente- Coronel QOPM ******654 BÁRBARA ALVES MUNHÓZ	Fiscal de Contrato

Art. 2º Designar em substituição, para atuar como Fiscal de contrato o militar a seguir:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
Major QOPM ******264 MÁRCIO ROGÉRIO **TEIXEIRA** PENHA	Fiscalde Contrato

Art. 3º Designar para atuar como Fiscal Substituto de Contrato o militar a seguir:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
Major QOPM ******783 RICARDO GUIMARÃES **FERREIRA**	Fiscal Substituto de Contrato

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 4º O prazo de duração da designação ora efetivada será pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 5º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77648033

Portaria nº 7827 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de policiais militares para as funções de Fiscal, Fiscal Substituto e membros da Comissão de Recebimento, no âmbito do Processo SEI nº 0021.054997/2026-17, que trata da contratação da empresa, especializada na qualificação, treinamento e capacitação de servidores, para atender às demandas da Polícia Militar de Rondônia.

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 06 de fevereiro de 2025 (0061846908), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005;

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021,

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública;

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como Gestor de Contrato e Gestor de Contrato Substituto, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Posto/Graduação/RE/Nome completo	Função
Tenente-Coronel QOPM ******654 IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA	Gestor do Contrato
1º Tenente QOAPM ******062 JEFFERSON **EMANOEL** CASSIANO SILVA	Gestor do Contrato Substituto

Art. 2º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuar como FISCAIS DO CONTRATO, em obediência ao art. 117 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas. Em obediência artigo 140, II, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021 e ao Decreto 28.874/21, o fiscal de contrato deverá fazer o recebimento provisório do contrato, mediante termo detalhado, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato.

Graduação/RE/Nome Completo	Função
2º Tenente QOAPM ******492 GILDEVAN DIAS NÓBREGA	Fiscal do Contrato
2º SargentoQPPM ******812 CLEBSON PEREIRA CRUZ	Fiscal Substituto do Contrato

Art. 3º Compete ao Fiscal do Contrato zelar pela correta execução contratual, exercendo as atividades de orientação, fiscalização, recebimento provisório e controle das obrigações pactuadas nos instrumentos, nos termos da legislação vigente.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Parágrafo único. No impedimento ou diante da impossibilidade do Fiscal do Contrato atuar, o Fiscal Substituto assumirá as atribuições.

Art. 4º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto de que trata o presente processo, em obediência artigo 140, ll, "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado,

Graduação/RE/Nome Completo	Função
3º Sargento QPPM******077 WALACE DE JESUS CORDEIRO MAIA	Presidente
3º Sargento QPPM******111 FÁBIO ROVE QUIRINO DE MEDEIROS	Membro
CB QPPMM ******012 RICARDO RODRIGUES UGÁTTI	Membro

Parágrafo único. A Comissão de Recebimento Definitivo trabalhará com a totalidade de seus integrantes e caso não seja possível, apresentará justificativa nos próprios autos.

Art. 5º O prazo de duração das designações ora efetivadas será pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 6º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77673402

Portaria nº 7759 de 14 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de policiais militares para gestão, fiscalização e recebimento da aquisição de (03) Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA/Drone) destinados a atender às demandas da Polícia Militar de Rondônia.

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 06 de fevereiro de 2025 (0061846908), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005;

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021,

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública;

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como Gestor de Contrato e Gestor de Contrato Substituto, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Posto/Graduação/RE/Nome completo	Função
Tenente-Coronel QOPM ******667 IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA	Gestor do Contrato

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1º Tenente QOAPM ******062 JEFFERSON **EMANOEL** CASSIANO SILVA	Gestor do Contrato Substituto

Art. 2º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como FISCAIS DE CONTRATO**,** Titular e Substituto, em obediência ao artigo 117 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
1ª Tenente QOAPM ******739 **LARISSA** CASTRO MENDES MOREIRA DA SILVA	Fiscal de Contrato
2º Tenente QOPM******994 DARLAN FERNANDO JARDIM CAMPANHA	Fiscal Substituto de Contrato

Art. 3º Compete ao Fiscal de Contrato zelar pela correta execução contratual, exercendo as atividades de orientação e controle das obrigações pactuadas nos instrumentos nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. No impedimento ou diante da impossibilidade do Fiscal de Contrato atuar, o Fiscal Substituto assumirá as atribuições.

Art. 4º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO PROVISÓRIO do objeto de que o presente processo, em obediência ao art. 140, II, "a", da Lei Federal n.º14.133/2021, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
2º Sargento QPPM ******542 ANDERSON DA **S**ILVA **MENDES**	Presidente
3º Sargento QPPM ****353 **EDNEY** ALVES RIBEIRO	Membro
3º SGT QPPM ******515 **JUNIOR** CHEROBIN FERREIRA	Membro

Art. 5º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto de que trata o presente processo, em obediência art. 140, II, "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
2º Sargento QPPM ******860 ANTONIO GADELHA DE CARVALHO **FILHO**	Presidente
Cabo QPPM ******125 TIAGO ALVES **PONTES**	Membro
Cabo QPPM ******055 **J**OSÉ MARIA COSTA DO **NASCIMENTO** JUNIOR	Membro

Parágrafo único. A Comissão de Recebimento Definitivo trabalhará com a totalidade de seus integrantes e caso não seja possível, apresentará justificativa nos próprios autos.

Art. 6º O prazo de duração das designações ora efetivadas será pelo tempo que perdurar a vigência do(s) respectivo(s) contrato(s), podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 7º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77587846

Portaria nº 7820 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de policiais militares para as funções de gestor, gestor substituto, fiscal e fiscal substituto, bem como para compor a comissão de recebimento, no âmbito do Processo Administrativo nº 0021.015330/2026-07, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na ministração de curso de capacitação presencial em “Obras e Serviços de Engenharia de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”.

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 06 de fevereiro de 2025 (0061846908), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021,

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública;

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como Gestor de Contrato e Gestor de Contrato Substituto, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Posto/Graduação/RE/Nome completo	Função
Tenente-Coronel QOPM ******667 IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA	Gestor do Contrato
Major QOPM ******426 **LÚCIO** COLARES **BRAGA**	Gestor do Contrato Substituto

Art. 2º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuar como FISCAIS DO CONTRATO, em obediência ao art. 117 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas. Em obediência artigo 140, II, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021 e ao Decreto 28.874/21, o fiscal de contrato deverá fazer o recebimento provisório do contrato, mediante termo detalhado, após decorrido do prazo de observação, ou a vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato.

Graduação/RE/Nome Completo	Função
1º TEN QOAPM ******360 **CLAUDIONOR** VIEIRA GAUDINO	Fiscal do Contrato
2º TEN QOAPM ******492 GILDEVAN DIAS **NÓBREGA**	Fiscal do Contrato Substituto

Art. 3º Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato zelar pela correta execução contratual, exercendo as atividades de orientação e controle das obrigações pactuadas nos instrumentos nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. No impedimento ou diante da impossibilidade do Fiscal Administrativo do Contrato atuar, o Fiscal Substituto assumirá as atribuições.

Art. 4º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto de que trata o presente processo, em obediência ao Art. 73, II, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
3º Sargento QPPM ******077 WALACE DE JESUS CORDEIRO **MAIA**	Presidente
3º Sargento QPPM ******111 **FÁBIO ROVE** QUIRINO DE MEDEIROS	Membro
3º Sargento QPPM ******012 RICARDO RODRIGUES **UGÁTTI**	Membro

Art. 5º O prazo de duração das designações ora efetivadas será pelo tempo que perdurar a vigência do(s) respectivo(s) contrato(s), podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 6º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77661994

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 7701 de 09 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de policiais militares para o exercício das funções de Fiscal, Fiscal Substituto e integrantes da Comissão de Recebimento, no âmbito do Processo SEI n.º 0021.044439/2026-43, que trata da aquisição de equipamentos de ar-condicionado para atender para atender as demandas do 3º BPM/PMRO - VILHENA/RO.

O COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por meio da Portaria nº 1136 de 06 de fevereiro de 2025 (0061846908), que trata sobre expressa delegação de atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar, relacionadas a atos de gestão da Unidade Gestora (UG) 150005 "Polícia Militar de Rondônia" e 150015 "Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar de Rondônia";

Considerando o estabelecido nos artigos 10 e 49 da Lei Estadual nº 4.302, de 25 de junho de 2018 e, igualmente, no inciso X do artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021;

Considerando a imperativa necessidade de gestão e fiscalização de contratos celebrados entre a Polícia Militar de Rondônia e terceiros contratados, para o atendimento das necessidades institucionais;

Considerando que o exercício do controle interno deve ser desconcentrado e extensivo a todos que atuam no processo de geração de despesa pública; e

Considerando ainda que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que anotará as ocorrências relacionada com a execução dos contratos em registro próprio, nos autos do processo SEI, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados em sua esfera de competência, conforme preconiza o regramento constante do Capítulo IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, quanto à execução de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuarem como Gestor de Contrato e Gestor de Contrato Substituto, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e à execução do objeto contratado:

Posto/Graduação/RE/Nome completo	Função
Tenente-Coronel QOPM ******654 IRVISON CARLOS **CAMILO** TEIXEIRA	Gestor do Contrato
1º Tenente QOAPM ******062 JEFFERSON **EMANOEL** CASSIANO SILVA	Gestor do Contrato Substituto

Art. 2º Designar os policiais militares abaixo nominados para atuar como FISCAIS DO CONTRATO, em obediência ao art. 117 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas.

Graduação/RE/Nome Completo	Função
1º Tenente QOPM ******696 **MICHELE** DANIELA DE SOUZA SANTOS OLIVEIRA	Fiscal do Contrato
1º Sargento QPPM ******506 EDMILSON JOSÉ **CARMINATTI**	Fiscal do Contrato Substituto

Art. 3º Compete ao Fiscal do Contrato zelar pela correta execução contratual, exercendo as atividades de orientação, fiscalização, recebimento provisório e controle das obrigações pactuadas nos instrumentos, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. No impedimento ou diante da impossibilidade do Fiscal do Contrato atuar, o Fiscal Substituto assumirá as atribuições.

Art. 4º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO PROVISÓRIO do objeto de que trata o presente processo, em obediência ao Art. 140, II, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado,

Graduação/RE/Nome Completo	Função
2º Sargento QPPM ******542 ANDERSON DA **S**ILVA **MENDES**	Presidente
3º Sargento QPPM ****353 **EDNEY** ALVES RIBEIRO	Membro
3º SGT QPPM ******515 JUNIOR CHEROBIN FERREIRA	Membro

Art. 5º Designar os policiais militares abaixo nominados para comporem Comissão com objetivo de proceder ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto de que trata o presente processo, em obediência artigo 140, II, "b", da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido do prazo de observação, ou a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

vistoria comprovando que o objeto está adequado ao contrato, cumulativamente com as atribuições que lhe são afetas, com vistas ao acompanhamento e a execução do objeto contratado:

Graduação/RE/Nome Completo	Função
3º Sargento QPPM ******219 KATARINY DA SILVA RODRIGUES	Presidente
3º Sargento QPPM ******436 GEILSON RODRIGUES BEZERRA	Membro
3º Sargento QPPM ******875 NILSON LOPES DOS SANTOS	Membro

Parágrafo único. A Comissão de Recebimento Definitivo trabalhará com a totalidade de seus integrantes e caso não seja possível, apresentará justificativa nos próprios autos.

Art. 6º O prazo de duração das designações ora efetivadas será pelo tempo que perdurar a vigência do(s) respectivo(s) contrato(s), podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da autoridade competente.

Art. 7º Os casos omissos e bem assim os esclarecimentos e/ou informações que exigirem legitimidade jurídica para representação, assessoramento e outros atos correlatos, deverão ser objeto de consulta à Procuradoria-Geral do Estado, no que couber.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO RAPHAEL **CAMPOS** DA SILVA - Coronel QOPM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo 77508108

TERMO

TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO Nº 5/2026/PM-CPOFLICITACOES

A **POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA**, inscrita no CNPJ nº 04.562.872/0001-02, com sede na Avenida Tiradentes, 3360, Embratel, CEP nº 76.820-882, em Porto Velho, neste ato representada por seu Comandante-Geral, o Senhor **Coronel QOPPM** GLAUBER ILTON DE SOUSA SOUTO, nomeado mediante o Decreto de 15 de janeiro de 2026 (75794068), resolve, com base no artigo 115, § 5º da Lei 14.133/21, **APOSTILAR** o Contrato nº 255/2026/PGE-SESDEC (70294255), firmado com a empresa GUALBERTO & LAZAROTTO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.335.483/0001-62, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E DESTE TERMO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a paralisação do Contrato nº 255/2026/PGE-SESDEC (70294255) e a respectiva prorrogação do cronograma de execução, na forma do art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PARALISAÇÃO

Fica registrada a paralisação da execução do Contrato nº 255/2026/PGE-SESDEC (70294255), pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de setembro de 2026, com término previsto para 15 de novembro de 2026, em razão da impossibilidade de prosseguimento regular das etapas contratadas enquanto não forem concluídos os serviços de terraplanagem e preparação da base, necessários à continuidade da obra.

Ressalta-se que os serviços de terraplanagem já se encontram em execução, sob responsabilidade da Administração, contudo, até o presente momento, não há previsão definida para sua conclusão. Tal circunstância impede o estabelecimento de uma data segura para a retomada regular dos serviços objeto do contrato, uma vez que a execução das etapas subsequentes depende da disponibilização das condições materiais necessárias à sua realização.

Diante da permanência desse impedimento, mostra-se necessária a manutenção da paralisação no período indicado, a fim de compatibilizar o cronograma contratual com as condições efetivas de execução da obra, sem imputar à CONTRATADA responsabilidade pelo atraso decorrente de circunstância alheia à sua atuação, conforme deverá estar demonstrado nos registros da fiscalização contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Apostilamento fundamenta-se no art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a ordem de paralisação ou suspensão do contrato deve ser anotada por apostila, prorrogando-se automaticamente o prazo de execução pelo período equivalente ao da paralisação.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nos termos do art. 115, §§ 6º e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a paralisação ultrapassa um mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa afixada em local de fácil visualização na obra, aviso público de obra paralisada, contendo o motivo da inexecução temporária, o responsável e a data prevista para o reinício da execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 255/2026/PGE-SESDEC (70294255) que não conflitem com este Termo de Apostilamento.

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026

ALISSON ALMEIDA GUALBERTO

Gualberto & Lazarotto Construções Ltda
Cnpj: 41.335.483/0001-62

GLAUBER ILTON DE SOUSA **SOUTO** - Coronel QOPM

Comandante-Geral da PMRO

Protocolo 77681724

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM

Portaria nº 1014 de 09 de setembro de 2026

Prorroga o tempo de serviço Bombeiro Militar Temporário do Quadro Complementar de Oficiais Bombeiro Militar - QCOBMT, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, combinado com o § 6º do art. 4º da Lei nº 5.229, de 23 de dezembro de 2021.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar o tempo de serviço até 19 de outubro de 2027 dos 1º Tenentes Bombeiros Militares Temporários, conforme relação a seguir:

ORDEM	POSTO	RE	NOME DO MILITAR
1	1º TEN BM	******73-4	YURI **DARTIBALE**
2	1º TEN BM	******74-6	**DIELMA** RODRIGUES DE ALMEIDA
3	1º TEN BM	******71-0	**N**ATIELLY DOS SANTOS **FERREIRA**
4	1º TEN BM	******72-2	HALEX TAYLÃ DE O. **ALBUQUERQUE**

Art. 2º Determinar aos setores competentes a adoção das medidas subsequentes e a publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos a contar de 19 de outubro 2026.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

DANIELE CRISTINA FERREIRA - **CEL BM**
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Coordenador-Geral Estadual de Proteção e Defesa Civil

Protocolo 76416844

EDITAL Nº 1/2026/CBM-CPDGPSPIP

PROCESSO SELETIVO PARA O CORPO DE VOLUNTÁRIOS

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei nº 2204, de 18 de dezembro de 2009, torna público que estão abertas as inscrições, visando o ingresso no Corpo de Voluntários da Reserva Remunerada, em conformidade com a Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, e suas alterações, que “Cria o Corpo Voluntário de Militares do Estado da Reserva

Remunerada e dispõe sobre a convocação dos inscritos para serviço ativo em caráter transitório, na forma prevista no art. 9º do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982", regulamentada pelo Decreto nº 9.841, de 22 de fevereiro de 2002, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital e pelos diplomas legais citados em seu caput, cabendo à Comissão designada pela Portaria nº 1.043, de 15 de setembro de 2026 (76659035), a condução e execução das etapas do certame.

1.2. O Processo Seletivo será realizado em três etapas, conforme especificado a seguir:

1.3. Na 1ª Etapa, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de análise das inscrições, análise documental, Prova de Títulos, suas alterações e outras informações relativas a dados pessoais, situação perante a justiça criminal e outros julgados necessários pelos órgãos de pessoal. Para análise das inscrições, análise documental, Prova de Títulos o candidato deverá anexar os documentos informados nos **ANEXOS (II, III, IV, V e VI)** que deverão ser encaminhados no momento da inscrição, através de qualquer Unidade do CBMRO, juntamente com a documentação do interessado, unicamente através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para a Coordenadoria de Pessoal do CBMRO (CBM-CP), manifestando, assim, interesse em concorrer às vagas estabelecidas neste Edital.

1.4. A 2ª Etapa, de caráter eliminatório, constituir-se-á de avaliação médica que visará constatar, mediante exame clínico e análise dos exames solicitados, se o candidato é ou não portador de doenças, de sinais e sintomas que o inabilitem para o exercício do cargo pretendido, ao final da avaliação médica o candidato será considerado APTO ou INAPTO para o serviço ativo.

1.5. A 3ª Etapa, de caráter eliminatório, constituir-se-á de prova de capacidade física, auferida por intermédio da aplicação de Teste de Aptidão Física (TAF) constante do **ANEXO VIII**;

1.6. O Processo seletivo destina-se a selecionar candidatos, dentre os Militares da Reserva Remunerada do CBMRO, a serem convocados para a prestação de serviço ativo;

1.7. A inscrição é voluntária e poderá ser realizada pelo **militar componente do Cadastro de Reserva do Corpo de Voluntários**.

1.7.1. A inscrição deverá ser realizada mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição **(ANEXO II) e ANEXOS (III, IV, V e VI)**, que deverá realizar o encaminhamento da documentação, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), à Coordenadoria de Pessoal do CBMRO (CBM-CP), até a data de encerramento das inscrições, manifestando, assim, interesse em concorrer às vagas estabelecidas neste Edital.

1.7.2. As declarações exigidas neste Edital (**ANEXOS: IV; V; VI**) devem ser preenchidas de forma manuscrita pelo candidato, digitalizadas e enviadas no momento da inscrição;

1.8. Os candidatos aprovados e classificados em todas as etapas serão convocados para exercerem as atividades descritas no artigo 4º, § 1º, da Lei nº 1.053/2002 e suas alterações.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. O candidato deverá preencher corretamente sua Ficha de Inscrição,que deverá realizar o encaminhamento da documentação, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), à Coordenadoria de Pessoal do CBMRO (CBM-CP), até a data de encerramento das inscrições, manifestando, assim, interesse em concorrer às vagas estabelecidas neste Edital.

2.2. No preenchimento da Ficha de Inscrição, o candidato deverá optar por APENAS uma localidade para a qual concorrerá, conforme a disposição de vagas apresentada pelo item "9" deste edital;

2.3. O candidato que não preencher corretamente a sua Ficha de Inscrição será eliminado do Processo Seletivo;

2.4. As condições para inscrição no Processo Seletivo são as seguintes:

a) Ser voluntário para eventual convocação;

b) Ser Militar da Reserva Remunerada do CBMRO;

c) Não possuir a idade limite para Reforma;

d) Não ter mais de 62 (sessenta e dois) anos completos na data de assinatura do Termo de Aceitação;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

e) Não ter o candidato completado a idade limite para Reforma, conforme inciso I do Art 10 da Lei n. 5.245, de 07 de janeiro de 2022 e suas alterações:

1. Para Capitães e Oficiais Subalternos: 64 (sessenta e quatro) anos; e
2. para Praças: 64 (sessenta e quatro) anos.

f) Não estar respondendo Processo administrativo ou Penal na Justiça Comum ou Militar;

g) Não ter sido punido por prática de infração administrativa grave ou condenado penalmente nos últimos 05 (cinco) anos;

h) Não ter sido, nos últimos 06 (seis) meses, a contar da data de abertura deste Edital, dispensado do Corpo de Voluntários ex-offício (Art. 9°, II e alíneas, Lei n. 1.053/2002); e

i) Não estar exercendo cargo público.

2.5. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

2.6. **Não será** permitido alterar os dados da inscrição, a fim de corrigir eventuais erros de preenchimento, **após o término das inscrições**;

2.7. As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de responsabilidade do candidato, sendo que qualquer informação que não seja a expressão da verdade eliminará automaticamente o candidato do Processo Seletivo. E dependendo da análise do fato, será apurado nas esferas administrativa e penal militar;

2.8. A Comissão será responsável pela análise das inscrições, análise documental e avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos.

2.9. Após a análise das fichas de inscrição, a Comissão encaminhará o resultado à Comandante-Geral do CBMRO para ratificação da homologação das inscrições.

2.10. Será divulgado no site do CBMRO, através do link www.cbm.ro.gov.br, a Ata com as inscrições Deferidas e Indeferidas, conforme o período previsto no **ANEXO I**.

2.11. Os recursos administrativos referentes a Ata com as inscrições Deferidas e Indeferidas deverão ser preenchidos manualmente e enviados via SEI através de qualquer Unidade do CBMRO para a Coordenadoria de Pessoal do CBMRO (CBM-CP).

3. DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

3.1. De acordo com o **ANEXO I** deste Edital (CALENDÁRIO DE ATIVIDADES).

4. DA PRIMEIRA ETAPA - ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES, ANÁLISE DOCUMENTAL, PROVA DE TÍTULOS

4.1. Somente serão aceitos os títulos relacionados nos **ANEXO X**;

4.2. Não serão aceitos títulos encaminhados ou entregues fora do prazo;

4.3. Deverá ser encaminhada a cópia do documento original escaneado em formato PDF, de cada título;

4.4. Os títulos acadêmicos (Doutorado, Mestrado, Pós-Graduação e Graduação) deverão ser reconhecidos pelo MEC;

4.5. Só poderá ser utilizado para fins de cálculo de pontuação da prova de títulos 01 (um) curso acadêmico por grau, não sendo cumulativo duas ou mais graduações, pós graduações, mestrados e doutorados, conforme exemplificado abaixo:

O QUE SERÁ ACEITO	01 GRADUAÇÃO
	01 GRADUAÇÃO + 01 PÓS GRADUAÇÃO
	01 GRADUAÇÃO + 01 PÓS GRADUAÇÃO + 01 MESTRADO
	01 GRADUAÇÃO + 01 PÓS GRADUAÇÃO + 01 MESTRADO + 01 DOUTORADO
O QUE NÃO SERÁ ACEITO	02 ou mais GRADUAÇÕES
	02 ou mais PÓS GRADUAÇÕES
	02 ou mais MESTRADOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

	02 ou mais DOUTORADOS

OBS.: Em caso de apresentação de 02 ou mais títulos do mesmo grau, em descumprimento a esta tabela, será computado apenas um dos títulos do referido grau acadêmico.

Tabela - 1

4.6. Os documentos comprobatórios para Especialização PM/BM e Estágio de Habilitação PM/BM deverão ser anexados de maneira que cada arquivo contenha apenas um documento e o mesmo corresponda a descrição dada pelo candidato, a fim de que a quantidade de uploads seja compatível com a de arquivos, na plataforma.

4.7. A Comissão será responsável pela avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos;

4.8. Ficará a critério da Comissão solicitar, a qualquer momento desta etapa, a apresentação do título original para dirimir dúvidas quanto à sua veracidade;

4.9. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão do Processo Seletivo;

4.10. A avaliação dos Títulos ocorrerá uma única vez para ambas as localidades para as quais o candidato concorre, conforme **ANEXO I**;

4.11. A pontuação da avaliação de títulos será única para ambas as localidades, todavia a classificação poderá ser distinta.

4.12. Será divulgada no site do CBMRO, através do link www.cbm.ro.gov.br, a análise dos Títulos;

4.13. Os recursos administrativos referentes à etapa da Prova de Títulos deverão ser preenchidos manualmente, assinados pelo candidato, digitalizados e encaminhados à Comissão do Processo Seletivo, exclusivamente pelo endereço eletrônico **comissaorrbm@gmail.com**, dentro do prazo estabelecido no Anexo I deste Edital.

5. DA SEGUNDA ETAPA - AVALIAÇÃO MÉDICA

5.1. A avaliação médica visa constatar, se o Militar encontra-se sem restrições para o serviço operacional, comprovado em inspeção de saúde;

5.2. A avaliação médica será realizada mediante análise da documentação médica e dos exames previstos no ANEXO VII deste Edital, pela Junta Militar de Saúde (JMS), que poderá solicitar esclarecimentos, exames complementares ou avaliação presencial, quando necessário;

5.3. O candidato deverá providenciar, às suas expensas, todos os exames desta Etapa;

5.4. A documentação médica deverá ser digitalizada e reunida em um único arquivo PDF por candidato, contendo todos os exames e laudos exigidos, e encaminhada à Comissão do Processo Seletivo, exclusivamente pelo endereço eletrônico **comissaorrbm@gmail.com**, dentro do prazo estabelecido no ato de convocação;

5.5. O arquivo deverá estar legível e completo, devidamente identificado com o nome completo do candidato, sendo de sua responsabilidade a veracidade e a integridade dos documentos apresentados;

5.6. O candidato deverá apresentar declaração expressa de autorização para que a Comissão do Processo Seletivo receba sua documentação médica e a encaminhe à Junta Militar de Saúde (JMS), exclusivamente para fins de análise e avaliação de aptidão no âmbito deste Processo Seletivo;

5.7. Compete à Comissão do Processo Seletivo receber a documentação encaminhada pelos candidatos e providenciar seu encaminhamento à Junta Militar de Saúde (JMS), a quem caberá realizar a análise técnica dos exames e emitir a conclusão pertinente à inspeção de saúde;

5.8. Não será exigido o comparecimento presencial do candidato à JMS exclusivamente para a entrega dos exames médicos, uma vez que o recebimento e o encaminhamento da documentação ocorrerão por intermédio da Comissão do Processo Seletivo, ressalvada eventual convocação para avaliação presencial ou apresentação de documentos complementares, caso necessária;

5.9. A ausência de documentos exigidos, o envio de arquivo ilegível ou incompleto ou o descumprimento do prazo estabelecido poderá acarretar as consequências previstas neste Edital;

5.10. A documentação médica será utilizada exclusivamente para os fins relacionados à inspeção de saúde deste Processo Seletivo, observadas as regras aplicáveis de proteção e confidencialidade dos dados pessoais e de saúde;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.11. A Junta Médica poderá solicitar a realização de outros exames, além dos previstos, para elucidação diagnóstica;

5.12. É de responsabilidade do candidato observar o prazo e o horário estabelecidos para o envio da documentação médica pelo endereço eletrônico indicado neste Edital, não sendo admitido o envio intempestivo, ressalvadas as solicitações de complementação documental ou de exames adicionais expressamente formuladas pela JMS.

5.13. A documentação médica encaminhada será analisada pela Junta Militar de Saúde (JMS), que emitirá parecer quanto à aptidão do candidato, podendo solicitar esclarecimentos, exames complementares ou avaliação presencial, quando necessário

5.14. Ao término da análise, a JMS emitirá parecer conclusivo, considerando o candidato APTO ou INAPTO para o serviço ativo.

5.15. Será eliminado do certame o candidato que:

j) Seja considerado INAPTO;

k) deixar de encaminhar, no prazo estabelecido, qualquer dos exames ou documentos médicos exigidos neste Edital, ressalvadas as hipóteses de complementação documental expressamente solicitada pela JMS.

5.16. Se por ocasião da convocação, os exames apresentados tiverem expirados seus prazos de validade, deverão ser refeitos;

5.17. A análise da documentação médica pela Junta Militar de Saúde (JMS) será realizada conforme o cronograma estabelecido no **ANEXO I** deste Edital, observados os procedimentos e prazos previstos para essa etapa.

5.18. Será divulgado no site do CBMRO, através do link www.cbm.ro.gov.br, a análise da Inspeção de Saúde, conforme o período previsto no **ANEXO I**;

5.19. Os recursos administrativos referentes a etapa de Avaliação Médica deverão ser preenchidos manualmente e encaminhados para o e-mail: **comissaorrbm@gmail.com**.

6. DA TERCEIRA ETAPA - TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

6.1. A prova de capacidade física, auferida por intermédio de aplicação de Teste de Aptidão Física (TAF), de caráter eliminatório, visa avaliar a capacidade do candidato para desempenhar as atividades inerentes ao cargo pretendido;

6.2. O Teste de Aptidão Física consistirá nos exercícios constantes do **ANEXO VIII** deste Edital;

6.3. O candidato será considerado APTO ou INAPTO no Teste de Aptidão Física;

6.4. Será considerado INAPTO e, consequentemente eliminado do Processo Seletivo, o candidato que:

l) Devidamente convocado, não comparecer para realização do teste no local, data e horário previstos;

m) Não realizar o teste;

n) Não atingir o desempenho mínimo no teste; ou,

o) Infringir qualquer proibição emanada pela Comissão do Processo Seletivo, independentemente do resultado alcançado no teste físico.

6.5. A execução e aplicação do Teste de Aptidão Física (TAF) serão de responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo.

6.6. A Comissão deverá elaborar a ata dos testes aplicados e encaminhá-la para publicação no site do CBMRO, por meio do endereço www.cbm.ro.gov.br.

6.7. O local, data e horário de realização do TAF serão oportunamente divulgados no site do CBMRO, através do link www.cbm.ro.gov.br;

6.8. Os candidatos aptos na avaliação médica, serão convocados para o TAF;

6.9. Para realização do TAF, é obrigatória a apresentação do laudo médico de aptidão física;

6.10. O candidato que apresentar alteração psicológica e/ou fisiológica temporária que impossibilite a realização do TAF ou que diminua o seu desempenho neste, não receberá tratamento diferenciado, ainda que o fato ocorra durante a aplicação dessa Etapa, não sendo oportunizada segunda chamada;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

6.11. O Teste de Aptidão Física (TAF) ocorrerá uma única vez para ambas as localidades, na cidade de Porto Velho, conforme **ANEXO I**;

6.12. Será divulgado no site do CBMRO, através do link www.cbm.ro.gov.br, a relação dos candidatos APTOS;

6.13. Os recursos administrativos referentes à etapa do Teste de Aptidão Física (TAF) deverão ser preenchidos manualmente, assinados pelo candidato, digitalizados e encaminhados à Comissão do Processo Seletivo, exclusivamente pelo endereço eletrônico **comissaorrbm@gmail.com**, dentro do prazo estabelecido no Anexo I deste Edital.

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. Os candidatos APTOS na avaliação médica serão submetidos à 3ª Etapa do Processo Seletivo;

7.2. O candidato eliminado no TAF não terá classificação alguma no Processo Seletivo;

7.3. A classificação final dos candidatos será ordenada de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas de Títulos.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Em caso de empate na nota final do Processo Seletivo terá preferência, na ordem em que segue abaixo, o candidato com:

p) Maior nota nos Títulos Acadêmicos;

q) Maior nota no conceito de Curso de Formação ou Aperfeiçoamento BM/PM;

r) Maior nota nas Medalhas;

s) Maior Idade.

9. DAS VAGAS

9.1. Serão contratados 12 (doze) Militares, dentre Oficiais e Praças, da Reserva Remunerada, aprovados no presente certame, para exercer atividades de acordo com o Art 4º, §1º e incisos da Lei n. 1.053, de 22 de fevereiro de 2002:

QUADRO DE VAGAS		
LOCALIDADE	**POSTO/ GRADUAÇÃO**	**NÚMERO DE VAGAS**
PORTO VELHO	CAPITÃO BM RR	01
	PRIMEIRO-TENENTE BM RR	01
	SEGUNDO-TENENTE BM RR	04
	SUBTENENTE BM RR	02
	PRIMEIRO-SARGENTO BM RR	01
VILHENA	SEGUNDO-TENENTE BM RR	01
	SUBTENENTE BM RR	02
TOTAL		**12**

Tabela - 2

9.2. Serão realizadas tantas chamadas quantas forem necessárias, até o preenchimento das vagas deste Edital;

9.3. Serão convocados, para a avaliação médica, até 3 (três) vezes o número de vagas ofertadas para cada posto ou graduação. Após a conclusão do certame, os candidatos aptos, serão convocados conforme o número de vagas disponíveis. Os demais candidatos aptos no certame, que não forem convocados, integrarão o cadastro de reserva;

9.4. A Administração realizará as convocações dos candidatos do cadastro reserva conforme o interesse e a necessidade do serviço, a disponibilidade orçamentária e financeira, até o limite das vagas ofertadas e das que surgirem ou forem criadas durante a validade do Processo Seletivo. A classificação no cadastro de reserva **NÃO** gera

direito à convocação automática ou obrigatória, ficando eventual convocação condicionada aos critérios mencionados e à ordem de classificação;

10. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação do candidato ficará condicionada ao preenchimento das condições estabelecidas no item "2.4" do presente Edital e de sua classificação dentro do número de vagas e apresentação dos seguintes documentos originais com cópia:

t) Cédula de Identidade Militar;

u) Título de Eleitor e Certidão negativa do cartório eleitoral;

v) Se solteiro, Certidão de Nascimento;

w) Se casado, Certidão de Casamento;

x) Uma fotografia 3×4 (fardado, de frente e colorida);

y) Declaração de Bens e Rendas ou, inexistindo, declaração negativa;

z) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelo cartório judicial Federal e Estadual ou Distrital do domicílio do candidato;

aa) Certidão Negativa da Corregedoria do CBMRO.

ab) Declaração de Inexistência de Obrigação Alimentícia (Caso omilitar não tenha constado em seus assentamentos tal obrigatoriedade).

10.2. O candidato que der causa ao descumprimento de qualquer um dos prazos será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo.

10.3. Ter sido aprovado no Processo Seletivo.

11. DURAÇÃO, PERÍODO, REGIME E LOCAL DE TRABALHO DOS CONVOCADOS

11.1. A contratação para prestação de serviço ativo terá a duração máxima de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por um único e igual período;

11.2. O período de contratação será contado a partir da data da publicação do Termo de Aceitação;

11.3. O voluntário inscrito no Corpo de Voluntários de Militares do Estado da Reserva Remunerada, convocado na conformidade da legislação específica, desempenhará suas atividades conforme descrição no subitem "9.1" deste Edital;

11.4. As normas gerais de execução do serviço, inclusive os apontamentos da frequência, serão definidas pelos respectivos coordenadores, comandantes, chefes e diretores a que o convocado estiver subordinado, desde que estejam consonantes com as normas em vigor;

11.5. Terá seu contrato rescindido se for nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda que a título precário ou em substituição.

12. A DISPENSA DO CONVOCADO

12.1. A dispensa do convocado para o serviço ativo, poderá ocorrer de acordo com o Art 9º da Lei n. 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, *in verbis*:

I - a pedido; e

II - ex-officio:

a) pelo alcance das idades limites previstas na legislação específica;

b) por terem cessado os motivos da convocação;

c) por interesse ou conveniência da Administração a qualquer tempo;

d) por ter sido julgado fisicamente incapaz para o desempenho da designação para atividades, em inspeção realizada por junta médica das Corporações, a qualquer tempo; e

e) por infringência do disposto no § 2º do artigo 5º desta Lei.

13. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. A Comissão responsável pela condução do Processo Seletivo é composta pelos militares designados pela Portaria nº 1.043, de 15 de setembro de 2026.

13.2. Compete à Comissão conduzir e executar todas as etapas do certame, incluindo a análise das inscrições, análise documental, avaliação dos títulos, acompanhamento da inspeção de saúde, aplicação do Teste de Aptidão Física (TAF), análise dos recursos e divulgação dos resultados.

13.3. A Comissão deverá registrar os resultados das etapas do certame em atas e demais documentos pertinentes, providenciando os encaminhamentos necessários à publicação e conclusão do processo seletivo;

13.4. Os resultados e demais atos do certame serão submetidos à autoridade competente, conforme as atribuições previstas na legislação e na Portaria de designação.

14. DOS RECURSOS

14.1. O candidato que se considerar prejudicado na inscrição ou na 1ª e/ou 3ª etapa poderá interpor recurso administrativo **(Anexo IX)** à Comissão do Processo Seletivo, no prazo fixado no Calendário de Atividades **(Anexo I)**.

14.1.1. O candidato que se considerar prejudicado na avaliação médica deverá reportar-se a Junta Médica de Saúde, responsável pela avaliação.

14.2. A Comissão do Processo Seletivo apreciará os recursos administrativos e providenciará a publicação das respectivas decisões.

14.3. Não haverá recurso do resultado final das etapas.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas para o Processo Seletivo, contidas neste Edital e demais comunicados ou convocações que porventura venham a ser publicados;

15.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais, convocações ou comunicados referentes a este Processo Seletivo que sejam publicados e/ou divulgados no site: www.cbm.ro.gov.br e/ou Diário Oficial do Estado;

15.3. Não será aplicado teste físico em local não estabelecido ou em horário diferente dos predeterminados em Edital de convocação;

15.4. Será validado o Teste de Aptidão Física do candidato que tenha sido considerado APTO no TAF do Processo Seletivo para o serviço do Corpo Voluntário realizado nos últimos 06 (seis) meses;

15.5. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a sua realização:

ac) Faltar com o respeito para qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades Bombeiro Militar presentes ou com os demais candidatos;

ad) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos; e

ae) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do Processo Seletivo.

15.6. As despesas decorrentes da participação de todas as etapas e dos procedimentos do Processo Seletivo de que trata este Edital serão de responsabilidade, exclusivamente, do candidato;

15.7. Os casos omissos serão dirimidos, em primeiro plano, pela Comissão do Processo Seletivo e, em última instância, pela Comandante-Geral do CBMRO;

15.8. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste Edital serão objeto de avaliação constante, ainda que não mencionadas neste Edital;

15.9. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de outro Edital.

16. ANEXOS

- **ANEXO I –** DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES
- ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO
- **ANEXO III –** DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS
- **ANEXO IV –** DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERCE DE CARGO PÚBLICO NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

- **ANEXO V –** DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI PUNIDO POR PRÁTICA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVE OU CONDENADO PENALMENTE NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS
- **ANEXO VI –** DECLARAÇÃO DE CIENTE DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDA NO EDITAL E PREENCHO OS REQUISITOS EXIGIDOS
- **ANEXO VII –** TESTE DE INSPEÇÃO DE SAÚDE
- **ANEXO VIII –** TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)
- **ANEXO IX –** RECURSO ADMINISTRATIVO
- **ANEXO X –** PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AOS TÍTULOS AVALIADOS

Porto Velho-RO, hora e data do sistema.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA - **CEL BM**

Comandante-Geral do CBMRO

Coordenadora-Geral Estadual de Proteção e Defesa Civil

ANEXO I

DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

DATA	EVENTO	RESPONSÁVEL
19 a 30/10/2026	Período de Inscrição	Candidato
03 a 09/11/2026	Análise das inscrições, análise documental e prova de títulos	Comissão
10/11/2026	Divulgação do resultado preliminar das análises documental e prova de títulos	Comissão
11 a 12/11/2026	Prazo para interposição de recursos	Candidato
13 a 16/11/2026	Análise dos recursos	Comissão
17/11/2026	Divulgação do resultado dos recursos	Comissão
18/11/2026	Divulgação do resultado das análises e convocação para envio dos exames médicos	Comissão
19 a 21/11/2026	Envio da documentação médica por e-mail	Candidato
24/11/2026	Encaminhamento da documentação médica à JMS	Comissão
25 a 27/11/2026	Análise da documentação médica e emissão da conclusão da inspeção de saúde	JMS
27/11/2026	Encaminhamento da ata ou do resultado da inspeção de saúde à Comissão	JMS
30/11/2026	Divulgação do resultado preliminar da Inspeção de Saúde	Comissão
01 a 02/12/2026	Prazo para interposição de recursos contra o resultado da Inspeção de Saúde	Candidato
03 a 04/12/2026	Análise dos recursos da Inspeção de Saúde	JMS
07/12/2026	Envio da análise dos recursos da Inspeção de Saúde	JMS
08/12/2026	Divulgação do resultado dos recursos da Inspeção de Saúde e resultado da Inspeção de Saúde	Comissão
09/12/2026	Convocação para o Teste de Aptidão Física (TAF)	Comissão
11/12/2026	Aplicação do Teste de Aptidão Física (TAF)	Comissão
14/12/2026	Divulgação do resultado preliminar do TAF	Comissão

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

15/12/2026	Prazo para interposição de recursos contra o resultado do TAF	Candidato
16/12/2026	Análise dos recursos contra o resultado do TAF	Comissão
17/12/2026	Divulgação do resultado dos recursos e classificação final do Processo Seletivo	Comissão

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME:	RE:
TRANSFERIDO PARA RR EM:	CARGO BM:
IDENTIDADE Nº:	CPF:
NATURAL DE:	DATA NASC:
ÚLTIMO COMPORTAMENTO NA ATIVA:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	Nº:
E-MAIL:	CELULAR:

LOCALIDADE PARA QUAL PRETENDE CONCORRER

( ) Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade 1 - Porto Velho - RO
( ) Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade 2 - Vilhena - RO

ANEXO III

DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS

Ficha Individual do Militar
Cópia da Carteira de Identidade Militar
Certidão de Nada Consta em Processos Administrativos da Corregedoria BM
Certidão negativa de antecedentes civis e criminais de 1º e 2º Grau emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Declaração que Não exerce de cargo público nas esferas Federal, Estadual e Municipal - ANEXO IV
Declaração de que não foi punido por prática de infração administrativa grave ou condenado penalmente nos últimos 05 (cinco) anos - ANEXO V
Declaração de ciente das condições estabelecida no Edital e preencho os requisitos exigidos - ANEXO VI

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERCE DE CARGO PÚBLICO NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Eu, _____,CPF nº _____ e RG nº _____, residente a _____, DECLARO, para os devidos, que NÃO EXERÇO CARGO PÚBLICO nas esferas municipal, estadual e/ou Federal.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Porto Velho/RO, _____ de_____ de 2026.

_____

(ASSINATURA)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI PUNIDO POR PRÁTICA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVE OU CONDENADO PENALMENTE NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Eu, _____,CPF nº _____ e RG nº _____, residente a _____, para fins de ingresso e/ou permanência no Corpo de Voluntários DECLARO que não fui punido por prática de infração administrativa grave ou condenado penalmente nos últimos 05 (cinco) anos.

Porto Velho/RO, _____ de_____ de 2026.

_____

(ASSINATURA)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIENTE DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E PREENCHO OS REQUISITOS EXIGIDOS

DECLARO, para os devidos fins que:

1- Estou ciente das condições estabelecida no Edital nº 1/2026/CBM-CPDGPSPIP, e preencho os requisitos exigidos;

2- As informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e anexos são verdadeiras e autênticas, responsabilizando-me total e plenamente, sob as penalidades da lei;

3- Manifesto a vontade de ser inscrito no presente Processo Seletivo de convocação para Corpo de Voluntários de Militares da Reserva Remunerada, comprometendo-me a cumprir os termos da Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, e seu respectivo regulamento, bem como as normas disciplinares em vigor na Corporação.

_____, RO, _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Candidato(a)

ANEXO VII

INSPEÇÃO DE SAÚDE

Na inspeção de saúde, o candidato deverá apresentar:

af) eletrocardiograma (ECG), acompanhado do respectivo laudo;

ag) laudo cardiológico;

ah) laudo oftalmológico;

ai) Teste Ergométrico;

aj) laudo médico de aptidão física e mental por Médico (Clínico Geralou Especialista);

ak) Hemograma Completo.

ANEXO VIII

TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

I - O Teste de Aptidão Física (TAF) é de caráter eliminatório.

II - Os critérios e a regulamentação da aplicação do TAF seguem o previsto na Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002.

III - O TAF será aplicado por meio de teste em atividade física específica, com desempenho mínimo determinado.

IV - Para submeter-se ao TAF, o candidato deverá ser considerado Apto na Junta de Inspeção de Saúde.

V - O candidato deverá comparecer com roupa apropriada para prática de atividade física, tais como: camiseta, calção ou bermuda, tênis e meias.

VI - O exame de capacidade física consistirá em um teste, de realização obrigatória, especificado a seguir:

al) Teste de corrida de 12 minutos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VII - O desempenho exigido no teste de corrida de 12 minutos destina-se à avaliação da força, da resistência muscular e da capacidade aeróbica que um candidato precisa possuir para suportar, física e organicamente, as exigências próprias da atividade que irá exercer.

VIII - O teste de corrida de 12 minutos terá início e término marcados por emissão de sinal sonoro e será aplicado em local adequado, com distâncias marcadas, destacados os pontos de chegada para as distâncias referentes aos parâmetros aplicáveis aos candidatos do sexo masculino e do sexo feminino.

IX - A metodologia de preparação e execução do teste de corrida de 12 minutos para os candidatos do sexo masculino e para as candidatas do sexo feminino obedecerá aos seguintes aspectos:

a) o candidato deverá percorrer a maior distância possível num percurso previamente demarcado, no tempo de 12 minutos, observando o desempenho mínimo exigido para aprovação, conforme previsto na Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002;

b) o candidato poderá, durante os 12 minutos, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir.

c) Não será permitido ao candidato, quando da realização do teste de corrida de 12 minutos:

p) depois de iniciada a corrida, abandonar a pista antes da liberação do fiscal;

q) deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo em relação à marcação da pista, após findos os 12 minutos, sem a respectiva liberação do fiscal;

r) dar ou receber qualquer tipo de ajuda física.

s) Cada candidato terá apenas uma tentativa para realizar o teste.

X - O teste do candidato será interrompido caso ocorra quaisquer das proibições descritas, sendo a distância percorrida desconsiderada, implicando na eliminação do candidato.

XI - O teste de corrida de 12 minutos deverá ser aplicado em uma pista com condições adequadas, apropriada para corrida e com marcação escalonada.

XII - O piso da pista de corrida de 12 minutos deverá ser rígido e firme.

XIII - O candidato do sexo masculino que não alcançar a distância mínima de 1.200 (mil e duzentos) metros e a candidata do sexo feminino que não alcançar a distância mínima de 1.000 (mil) metros serão impedidos de prosseguir nas demais fases do concurso e serão considerados eliminados do certame.

ANEXO IX

RECURSO ADMINISTRATIVO

1. DADOS DO RECORRENTE:
Nome completo: _____
Posto/RE/Nome de Guerra: _____
2. **DO PEDIDO** (descrever de forma objetiva e consistente o motivo pelo qual requer interpor recurso):
3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PEDIDO** (facultado ao recorrente indicar legislação que fundamente o pedido):
4. **ANEXAR PROVAS DOCUMENTAIS E OUTRAS** (facultativo):

Porto Velho, ___ de _____ de 2026.

_____
Nome completo

ANEXO X

PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AOS TÍTULOS AVALIADOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Pontuação dos Títulos		
Discriminação	**Títulos**	**Valor dosTítulos**
Cursos Acadêmicos	Doutorado (não cumulativo)	100
	Mestrado (não cumulativo)	50
	Pós-graduação (não cumulativo)	25
	Graduação (não cumulativo)	15
Conceito Final nos Cursos BM/PM:Formação de Oficiais ouHabilitação de Oficiais; Curso de Formação de Sargentos ou Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. (DEVE SER UTILIZADO PARA COMPUTO DE TÍTULO, O CONCEITO DO ÚLTIMO CURSO CONCLUÍDO COM APROVEITAMENTO PELO MILITAR)	Muito Bom	100
	Bom	80
	Regular	60
Medalhas	Comenda Governador Jorge Teixeira de Oliveira	100
	Dom Pedro II - Grande Oficial (ou equivalente)	90
	Mérito Bombeiro Militar	80
	Defesa Civil	80
Especialização PM/BM	Limitado a 04 especializações	10 (por especialização)
Estágio de Habilitação PM/BM	Limitado a 04 estágios	05 (por estágio)
Pontuação Máxima		**700**

Protocolo 77358366

Portaria nº 1147 de 16 de outubro de 2026

Dispõe sobre designação de Oficial BM do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia.

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei n.º 2204 de 18 de dezembro de 2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o **CAP BM** RE **65-8 FÁBIO ROSSET para responder pelo Comando do 5º Grupamento de Bombeiro Militar (5º GBM), cumulativamente com a função que já exerce, em substituição ao TEN CEL BM RE **93-7 ODONI SAVEGNAGO LOPES, durante o período de afastamento do titular, compreendido entre **13 e 21 de outubro de 2026**.

Parágrafo único. O exercício cumulativo das atribuições de Comandante do 5º GBM e de Sub-Comandante do 5° GBM não acarretará ônus adicional para a Administração, tampouco prejuízo às atividades ordinariamente desempenhadas pelo oficial designado.

Art. 2º Determinar aos setores competentes a adoção das medidas subsequentes e a publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **13 de outubro de 2026**.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Porto Velho–RO, data e hora do sistema.

DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia

Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa Civil

Protocolo 77698668

Portaria nº 1142 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre Dispensa e Designação de Militar na função de motorista no CBMRO.

A COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei nº 2204, de 18 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º DISPENSAR da viatura anteriormente designado, a contar do dia **15 de outubro de 2026,** o Bombeiro Militar abaixo:

- **SD BMT** RE **81-3 ÍCARO **ALVES** DE ARAÚJO

Art. 2º **DESIGNAR,** na função de Motorista do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, a contar do dia **15 de outubro de 2026,** o seguinte Militar:

VIATURA OPERACIONAL	
Prefixo: AT 003 **Placa:** NDV4009 **Marca:** VOLKSWAGEM CAMINHÃO 15-180 **CHASSI/RENAVAM:** 165261056	
SD BMT RE **81-3 ÍCARO **ALVES** DE ARAÚJO	CAT./HABIL.: A/D

Art. 3º Determinar aos setores competentes, adoção das medidas subsequentes e a publicação da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, RO, data e hora do sistema.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA - **CEL BM**

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia
Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa Civil

Protocolo 77656873

Portaria nº 1146 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos em base mensal, em regime de adiantamento, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pelo artigo 47º, §1º, da Lei Complementar nº 224 de 04 de abril de 2000 c/c artigo 89º, §1º, da Lei Complementar 827 de 15 de julho de 2015, artigo 8º da Lei 872 de 28 de dezembro de 1999 e artigo 1º do Decreto 10.851 de 29 de dezembro 2003.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor **ROBERTO** RODRIGUES LEAL - **TEN CEL** BM - CPF ***.104.032-**, Suprimento de Fundos de Base Mensal em regime de adiantamento, na importância de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) , para cobertura de despesas administrativas urgentes/extraordinárias do 1° Grupamento de Bombeiros Militar - Porto Velho, correndo por conta de orçamento do exercício financeiro corrente.

Descrição				**Valores**
Programação	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte	Valor
06.122.1015	208730	3390-30	1.759	R$ 1.800,00
06.122.1015	208730	3390-39	1.759	R$ 400,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 2º A aplicação do recurso deve ser realizada, mensalmente, no período de até 30 (trinta) dias consecutivos a contar da data de entrega do valor ao suprido, vedado qualquer pagamento fora desse prazo, sob qualquer pretexto ou justificativa.

Art. 3º Ao responsável pela aplicação do suprimento caberá fazer pessoalmente a sua comprovação na forma estabelecida nas normas da Lei nº 872/1999 do Decreto nº 10.851/2003, Portaria nº 163 de 04 de fevereiro de 2026 e Instrução Normativa nº 6/2022/CBM-ASLEG.

Art. 4º O serviço de Contabilidade da Controladoria Geral do Estado efetuará os registros competentes à caracterização da responsabilidade do agente e o Controle Interno/SESDEC fará as conferências comprobatórias da aplicação do Adiantamento.

DANIELE **CRISTINA** LIMA FERREIRA - **CEL BM**

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Coordenadora Estadual de Proteção e Defesa Civil

Ordenadora de Despesas

Protocolo 77683554

POLÍCIA CIVIL - PC

Portaria de férias nº 14995 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **THAIS CRISTINA DIAS SANTANA SILVA,** AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, matrícula ******529, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, do(s) período(s) de**(01/02/2026 a 10/02/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (21/06/2026 a 30/06/2026) e (31/12/2026 a 09/01/2027),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/02/2026 a 10/02/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (21/06/2026 a 30/06/2026) e (25/11/2026 a 04/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65669

Portaria de férias nº 15000 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SILVIO HELDER ALMEIDA,** AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, matrícula ******035, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (21/11/2026 a 30/11/2026) e (22/12/2026 a**

31/12/2026),referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65674

Portaria de férias nº 15001 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **RODRIGO CARDOSO GOMES DE BRITO,** TÉCNICO EM NECRÓPSIA, matrícula ******481, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, do(s) período(s) de**(22/03/2026 a 31/03/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/04/2026 a 10/04/2026) e (01/12/2026 a 10/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(22/03/2026 a 31/03/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/04/2026 a 10/04/2026) e (11/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65675

Portaria de férias nº 15002 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de comoção interna o gozo de férias do servidor **ROBERTA TALINE KUWANO BAYLAO**, **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******556, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65676

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria de férias nº 15003 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 16/10/2026 a 30/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **PEDRO HENRIQUE PALHARINI BASTOS**, **DELEGADO DE POLÍCIA**, matrícula ******447, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(16/10/2026 a 30/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65677

Portaria de férias nº 15004 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JOYCE MARY MOREIRA** , **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******162, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65678

Portaria nº 1104 de 19 de outubro de 2026
PC-ACADEPOL

A DIRETORA DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições previstas no art. 14 da Lei Complementar Estadual n. 76º de 27 de abril de 1993; e

CONSIDERANDO o que dispõe a RESOLUÇÃO N. 05/2023/PC-CONSUPOL - Regimento Interno da ACADEPOL/PCRO e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 02/2022/PC-DGPC, de 8 de julho de 2022, que tornou público o Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva nos cargos de Agente de Polícia, Datiloscopista Policial, Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Médico-Legista e Técnico em Necropsia;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 02/2024/PC-DGPC, de 16 de janeiro de 2024, que tornou público o resultado final na primeira etapa do concurso público e suas retificações;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 04/2026/PC-DGPC, de 17 de setembro de 2026, que tornou pública a convocação para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 992, de 17 de setembro de 2026, que designa a Comissão de Matrícula do Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.018, de 28 de setembro de 2026, que homologou as matrículas dos candidatos convocados em 1ª chamada para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026, da ACADEPOL/PCRO;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 05/2026/PC-DGPC, de 29 de setembro de 2026, que tornou pública a convocação,em segunda chamada, para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.050, de 30 de setembro de 2026 (77218708), que formaliza o desligamento de alunos matriculados no Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026, cujas matrículas foram homologadas por meio da Portaria nº 1.018, de 28 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 0019.028545/2026-29, que trata da solicitação de autorização para o remanejamento de 16 (dezesseis) vagas do cargo de Agente de Polícia para o cargo de Escrivão de Polícia, bem como a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, por meio do Ofício nº 10913/2026/SESDEC-GAB (77352650), quanto à adoção das providências necessárias, diante da inexistência de óbice ao remanejamento e da ausência de impacto orçamentário decorrente da equivalência remuneratória entre os cargos;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 06/2026/PC-DGPC, de 07 de outubro de 2026, que tornou pública a convocação, em terceira chamada, para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1077 de 13 de outubro de 2026, que homologou as matrículas dos candidatos convocados em 3ª chamada para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026, da ACADEPOL/PCRO;

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI nº 0019.028545/2026-29, que trata da solicitação de autorização para o remanejamento de 3 (três) vagas originalmente destinadas ao cargo de Agente de Polícia para o cargo de Escrivão de Polícia, em razão da existência de 3 (três) vagas remanescentes no primeiro cargo e de 12 (doze) vagas remanescentes no segundo, conforme levantamento consolidado ao término da terceira chamada do 2º Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II/2026, bem como a manifestação favorável da Delegacia-Geral Adjunta de Polícia Civil (PC-DGA), por meio do Despacho (77658699), que anuiu aos remanejamentos necessários para adequar o quadro de vagas do CFTP II/2026;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 7/2026/PC-DGPC, de 14 de outubro de 2026, que tornou pública a convocação, em quarta chamada, para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026;

CONSIDERANDO o Relatório Final da 4ª Chamada - Comissão de Matrículas (77753101) acerca do cumprimento dos requisitos elencados no Edital nº 7/2026/PC-DGPC, de 14 de outubro de 2026;

R E S O L V E:

Art. 1º HOMOLOGAR as matrículas dos candidatos convocados em 4ª chamada, constantes do Anexo I desta Portaria, para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026, da ACADEPOL/PCRO.

Art. 2º - CONVOCAR os alunos matriculados, constantes do Anexo I desta Portaria, para o início das aulas do Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II - 2026, designado para o dia **20** de outubro de 2026, que deverá ocorrer na sede da Faculdade Católica de Rondônia, localizada na Avenida Jorge Teixeira, n. 4100, bairro Costa e Silva, Porto Velho/RO, devendo os alunos comparecer para a ordem unida às 06h00.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KEITY MOTA SOARES

Delegada de Polícia - Diretora da ACADEPOL/PCRO

ANEXO I - CANDIDATOS COM MATRÍCULA DEFERIDA E HOMOLOGADA

NOME	INSCRIÇÃO	CARGO
ADRIANO RIBEIRO DA CRUZ OLIVEIRA	10026547	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
VOLNY COSTA DO NASCIMENTO	10020535	ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

BRENDA ZUFFO DE AGUIAR	10005628	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
SINEONE RAMOS DA SILVA	10007630	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
BRUNO MOURA DE OLIVEIRA PAIVA	10010166	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
ALESSANDRA SABINO OLIVEIRA	10013595	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
ESTEVAO FRANCISCO GARCIA DOS SANTOS	10010527	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
JULIANA DO AMARAL LIMA	10010831	ESCRIVÃO DE POLÍCIA
ELIVANETE VICENTE INFANTE	10002027	ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Protocolo 77753184

Portaria nº 1097 de 15 de outubro de 2026
PC-GGP

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas previstas em Lei;

CONSIDERANDO o artigo 2º, caput, da Lei Estadual nº 3803, de 12.05.2016, que concede 15 (quinze) dias, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º, do artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, pelo nascimento ou adoção de filhos, mediante a apresentação da certidão de nascimento, do termo judicial de guarda ou adoção;

CONSIDERANDO a Certidão de Nascimento de nº 095703 01 55 2026 1 00126 098 0037690 85 (77491758) do Processo nº 0019.028973/2026-51;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** 20 (vinte) dias de **Licença Paternidade**, no período de **15.09.2026 a 04.10.2026**, ao servidor **Marcos Vinícius Morari**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº ******494, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **Delegacia Especializada na Repressão a Extorsões, Roubos e Furtos de Porto Velho**, em razão do nascimento de sua filha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil-RO

Protocolo 77681497

Portaria nº 1091 de 15 de outubro de 2026
PC-GGP

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas em Lei e conforme consta o Processo n. 0019.029119/2026-11.

R E S O L V E:

Art. 1º - **Conceder Licença de 08 (oito) dias,** de conformidade com a Lei n. 3922, de 17 de outubro de 2016, ao **servidor EDUARDO CALIXTO BERNARDO**, **matrícula nº ******689**, **lotado na 1ª Delegacia de Polícia Civil de Alta Floresta D'Oeste, no período de 19.10.2026 a 28.10.2026**, por doação de sangue à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 04/04/2022; 16/08/2022; 05/12/2022 e 10/02/2023, totalizando 4 (quatro) doações no período de 12 (doze) meses a contar da primeira doação.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil-RO

Protocolo 77654649

Portaria nº 1096 de 15 de outubro de 2026
PC-GGP

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas em Lei e conforme consta o Processo n. 0019.027902/2026-31.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Art. 1º - **Conceder Licença de 08 (oito) dias,** de conformidade com a Lei n. 3922, de 17 de outubro de 2016, ao **servidor SIDNEY DA SILVA NUNES**, **matrícula nº ******596**, **lotado na Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito de Porto Velho, no período de** 09.11.2026 a 18.11.2026, por doação de sangue à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 16/12/2020, 16/12/2021, 18/05/2021 e 13/08/2021, totalizando 4 (quatro) doações no período de 12 (doze) meses a contar da primeira doação.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil-RO

Protocolo 77680065

Portaria nº 1106 de 19 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

R E S O L V E :

Art. 1º **REVOGAR** os termos da Portaria nº 1071 de 08 de outubro de 2026, bem como do Extrato da referida portaria, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 194, de 08 de Outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria nº 1106 de 19 de outubro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Del. Mário Jorge Pinto Sobrinho
Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia

Protocolo 77754468

EXTRATO

O CORREGEDOR-GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO teor do Processo SEI nº 0019.033668/2025-09, Sindicância Administrativa Disciplinar 11/2026/COR/PC/RO, Despacho datado de 21/09/2026 e, anexos.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta funcional do servidor, conforme consta aos expedientes supra epigrafados.

Art. 2º Determinar que a 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - 1ªCPPAD proceda à instrução dos autos, a qual deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, com base na Portaria nº 1107/2026/GAB/COR/PC/RO, **CITANDO** de tudo, desde o início o servidor envolvido, primando pelos ditames do devido processo legal

Art. 3º Este Extrato da Portaria nº 1107 de 19 de outubro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Del. Mário Jorge Pinto Sobrinho
Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia

Protocolo 77754637

Portaria nº 1035 de 29 de setembro de 2026
PC-GGP

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas previstas em Lei;

CONSIDERANDO o artigo 2º, caput, da Lei Estadual nº 3803, de 12.05.2016, que concede 15 (quinze) dias, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º, do artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, pelo nascimento ou adoção de filhos, mediante a apresentação da certidão de nascimento, do termo judicial de guarda ou adoção;

CONSIDERANDO a Certidão de Nascimento de 096404 01 55 2026 1 00157 157 0078799 64 (77002139) do Processo nº 0019.027507/2026-59;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** 20 (vinte) dias de **Licença Paternidade**, no período de 07**.09.2026 a 26.09.2026**, ao servidor **FREDSON DE MOURA SOL SOL**, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº ******345,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **1ª Delegacia de Polícia Civil de Guajará-Mirim**, em razão do nascimento de seu filho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil-RO

Protocolo 77145801

Portaria nº 1099 de 16 de outubro de 2026
PC-GGP

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições previstas em Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 135, Inc. III alínea “a” da Lei Complementar Estadual nº 68/92;

CONSIDERANDO a Certidão de Casamento de nº 096040 01 55 2026 2 00058 124 0013024 14 (76875585) do Processo nº 0019.027128/2026-69.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** 08 (oito) dias de **Folga,** no período de **21.09.2026 a 28.09.2026**, ao servidor JORGE LUIZ MAGALHÃES, ocupante do cargo de Agente de Polícia, matrícula nº ******003, pertencente ao quadro permanente da Polícia Civil do Estado de Rondônia, lotado na **Central de Registro de Ocorrências**, em razão de casamento.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil-RO

Protocolo 77722167

Portaria nº 1102 de 16 de outubro de 2026

A COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, nomeada através da Portaria nº 2357 de 10 de outubro de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 29514 de 26 de setembro de 2024, que acresce dispositivos ao Decreto n° 7.671, de 23 de dezembro de 1996, e revoga o Decreto n°. 14.109, de 26 de fevereiro de 2009.

RESOLVE:

Artigo 1º. Tornar público que a classificação de pessoal com interstício para promoção foi devidamente publicada através das Portarias 1052 (77286417) e Portaria 1064 (77393492) Abertura das Vagas - OUTUBRO/2026 nos Diários Oficial do Estado - Edição nº 191 de 05/10/2026 e Edição nº 193 de 07/10/2026, não havendo interposição de recurso.

Artigo 2º. Tornar público que foram abertas 06 (seis) vagas para Classe Especial no cargo de AGENTE DE POLÍCIA, decorrentes de vacâncias formalmente registradas pelos ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 412, que concedeu aposentadoria a HERALDO DUARTE VIANA FILHO; ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 418, a DEISE SGUISSARDI; ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 421, a ELIZABETI ALVES PEREIRA, ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 425, a LINDOMAR DE JESUS SANTOS, ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 450, a CLAUDETE IUNGES e ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 484, que concedeu aposentadoria a IRINEU KREUSCH.

Artigo 3º. Tornar público que as vagas abertas para Classe Especial no cargo de AGENTE DE POLÍCIA descritas no Artigo 2º serão ocupadas, pela ordem classificatória de Portaria 1052 (77286417) e Portaria 1064 (77393492), pelos servidores **JOVELINA MAIA DANTAS, JAQUELINE SOUZA MAGALHÃES, EDER JOSE ANDRUCHEVITZ, ADÃO JOSE DA SILVA, FAGNER DELFINO COSMO e ROBSON KOPP DONATO.**

Artigo 4º. Tornar público que foi aberta 01 (uma) vaga para Classe Especial no cargo de DATILOSCOPISTA POLICIAL, decorrentes de vacâncias formalmente registradas pelo ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 413, que concedeu aposentadoria a ISAQUE JOHNSON CABRAL.

Artigo 5º. Tornar público que a vagas aberta para Classe Especial no cargo de DATILOSCOPISTA POLICIAL descritas no Artigo 4º será ocupada, pela ordem classificatória da Portaria 1052 (77286417), pelo servidor, **AROLDO OLIVEIRA CAMPOS.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Artigo 6º. Tornar público que foi aberta 01 (uma) vaga para Classe Especial no cargo de DELEGADO DE POLÍICA, decorrente de vacância formalmente registradas pelo ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 460, que concedeu aposentadoria a LUCILENE PEDROSA DE SOUZA.

Artigo 7º. Tornar público que a vaga aberta para Classe Especial no cargo de DELEGADO DE POLÍICA descrita no Artigo 6º será ocupada, pela ordem classificatória da Portaria 1052 (77286417), pelo servidor **HÉLIO GOMES FERREIRA**.

Artigo 8º. Tornar público que foram abertas 02 (duas) vagas para Classe Especial no cargo de ESCRIVÃO DE POLÍCIA, decorrente de vacância formalmente registradas pelos ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 449, que concedeu aposentadoria a MARIA JOSÉ GONÇALVES PIRES, ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 463, a DEANE RODRIGUES DA SILVA.

Artigo 9º. Tornar público que as vagas abertas para Classe Especial no cargo de ESCRIVÃO DE POLÍCIA descrita no Artigo 8º será ocupada, pela ordem classificatória da Portaria 1052 (77286417), pelos servidores**VAUÉLIDA PINHEIRO FERREIRA e NERVANDO GOMES ZANOL JUNIOR**.

Artigo 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MÁRIO JORGE PINTO SOBRINHO
Delegado de Polícia Civil
Presidente da Comissão
JÚLIO CÉSAR RODRIGUES UGALDE
Delegado de Polícia Civil
Membro da Comissão
JOÃO CARLOS RAMOS
Escrivão de Polícia
Membro da Comissão
ANDRIA MENEZES PAIVA MAIA
Agente de Polícia
Membro da Comissão
ANDRÉA SIMONE MORAES CORRÊA
Escrivã de Polícia
Membro da Comissão

Protocolo 77743533

Portaria nº 1094 de 15 de outubro de 2026

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, que regulamenta a adoção do regime de trabalho remoto no âmbito do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO o Requerimento constante do Processo SEI nº 0019.026547/2026-83, por meio do qual a servidora MARIA MAYARA SOUZA XIMENES UCHÔA, matrícula nº ******326, ocupante do cargo de Agente de Polícia, solicita autorização para o exercício de suas atribuições funcionais em regime de Escritório Remoto (Home Office);

CONSIDERANDO que a servidora se encontra lotada no Departamento de Inteligência Policial - DIP, com exercício no Núcleo de Contrainteligência - NCI, cujas atividades, conforme avaliação da chefia competente, apresentam compatibilidade com a execução remota, observadas as condições de segurança da informação e de acesso aos sistemas institucionais;

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho Individualizado constante do Processo SEI nº 0019.026547/2026-83, sob o ID 76676248, que estabelece as atividades, metas, entregas, mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação do desempenho funcional da servidora, submetido à apreciação da autoridade competente;

CONSIDERANDO a necessidade de observância das condições e autorizações previstas no Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, inclusive quanto à execução das atividades em localidade situada em outra unidade

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

da Federação;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a servidora **MARIA MAYARA SOUZA XIMENES UCHÔA**, matrícula nº ******326, ocupante do cargo de Agente de Polícia, lotada no Departamento de Inteligência Policial - DIP, com exercício no Núcleo de Contrainteligência - NCI, a desempenhar suas atribuições funcionais em regime de Escritório Remoto (Home Office), pelo período de 13 de outubro de 2026 a 12 de janeiro de 2027, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, e as condições estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho Individualizado.

Art. 2º A execução do regime de trabalho remoto ficará condicionada ao cumprimento da jornada estabelecida, das metas e entregas pactuadas, dos mecanismos de acompanhamento e avaliação e das normas institucionais de segurança da informação, bem como à observância das demais condições e autorizações exigidas pela regulamentação aplicável.

Art. 3º A autorização prevista nesta Portaria não afasta o dever de comparecimento presencial da servidora quando convocada por necessidade do serviço, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, especialmente quanto à responsabilidade pelas despesas de deslocamento decorrentes da residência em localidade diversa da unidade de lotação.

Art. 4º A manutenção do regime de trabalho remoto após o período estabelecido no art. 1º dependerá de nova avaliação dos resultados alcançados, da conveniência administrativa e da obtenção das autorizações pertinentes, não constituindo a presente concessão direito adquirido à sua continuidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia

Protocolo 77670093

EXTRATO

A CORREGEDORA-GERAL ADJUNTA DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO teor do Processo SEI nº 0019.020018/2024-12, Sindicância Administrativa Disciplinar nº 20/2024/COR/PC/RO, Despacho datado de 14/10/2026 e, anexos.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta funcional do servidor, conforme consta aos expedientes supra epigrafados.

Art. 2º Determinar que a 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - 1ªCPPAD proceda à instrução dos autos, a qual deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, com base na Portaria nº 1103/2026/GAB/COR/PC/RO, CITANDO de tudo, desde o início o servidor envolvido, primando pelos ditames do devido processo legal.

Art. 3º Este Extrato da Portaria nº 1103 de 19 de outubro de 2026, entra em vigor na data da sua publicação.

Marcia Cristina Gazoni
Corregedora-Geral Adjunta da Polícia Civil do Estado de Rondônia

Protocolo 77752457

Portaria nº 1109 de 19 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**,** no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 59, inciso IV, 67 e 68 da Lei Complementar nº 76/93.

RESOLVE:

Art. 1º **DESTITUIR,** a contar do dia 19/10/2026, a servidora UHANDERLY DA SILVA COSTA, Delegada de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 300***597, de atuar como 2º membro da COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - CEPAD, referente aos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 011/2024/CEPAD/COR/PC/RO;

Art. 2º **DESIGNAR,** a contar do dia 19/10/2026, o servidor MARIO HENRIQUE DE SOUZA CAMARGO, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 300***686, para atuar como 2º membro da COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - CEPAD, referente aos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 011/2024/CEPAD/COR/PC/RO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Del. Mário Jorge Pinto Sobrinho
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Protocolo 77781823

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

Portaria nº 4654 de 09 de outubro de 2026

A Secretaria de Estado da Justiça do Governo de Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia.

R E S O L V E:

Art. 1° Tornar pública a **HOMOLOGAÇÃO DO** CURSO DE ARMAMENTO E TIRO - CTT.40, que foi realizado na comarca de Porto Velho/RO, no dia 08 de outubro de 2026**,** nas dependências do **Centro de treinamento da Polícia Penal Thiago Alfaia dos Santos - ESEP,** destinado aos servidores da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, e forças coirmãs, conforme:

TURMA - CURSO DE ARMAMENTO E TIRO: CTT.40 - **08/10/2026**

ORDEM	NOME	MATRICULA	LOTAÇÃO	SITUAÇÃO
01	ALEX GRANJEIRO MENDES	******808	SEJUS	COM APROVEITAMENTO
02	CÍNTIA MARIA UCHOA DE SANTANA	******145	SEJUS	COM APROVEITAMENTO
03	CALEBE AGRA CATUNDA	******223	SEJUS	COM APROVEITAMENTO
04	DIANE LEONOR HAZAN DO PRADO	******449	SEJUS	COM APROVEITAMENTO
05	DANIEL ISRAEL DE SOUZA	******205	FPN	COM APROVEITAMENTO
06	JOÃO CARLOS NERY JUNIOR	******869	SEJUS	**AUSENTE**
07	LUZINEIDE DE SOUSA BARRETO	******497	SEJUS	**AUSENTE**
08	LUIZ FERNANDO DO NASCIMENTO ROCHA	******401	FPN	COM APROVEITAMENTO
09	STEN UENDERSON DA COSTS RODRIGUES	******042	CBM	COM APROVEITAMENTO
10	VANDERSON MOREIRA BRÁS DE SÁ	******983	SEJUS	COM APROVEITAMENTO

Art. 2° - Atuou como coordenadora neste curso a servidora Policial Penal:

- HEMILY CRISTINA AZEVEDO NASCIMENTO, **Mat. nº ******704**.

Art. 3° - Atuaram como auxiliares de coordenação neste curso os servidores:

- ELEONICE PEREIRA DA SILVA, - **Mat. nº ******056.**

- LUIZ HENRIQUE BENTES FORTES, **Mat nº ******575.**.

Art. 4º - Atuaram como docente, no presente curso, os servidores:

- FABRICIO AUGUSTO DE OLIVEIRA, **Mat nº ******507.**

- NEI JANUIS BATISTA REIS, **Mat n° ******585**

Art. 5º - Esta portaria torna-se pública a partir da data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

VANESSA DA SILVA KRAUSE

DIRETORA DA ESCOLA ESTADUAL DE SERVIÇOS PENAIS - ESEP

Protocolo 77505038

Portaria nº 4743 de 16 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 71 da Constituição Estadual e Art. 52 da Lei Complementar 68/92, que dispõe sobre Regime Jurídico dos servidores Públicos do Estado de Rondônia, conforme processo SEI 0033.009999/2025-31.

CONSIDERANDO o evento da 515ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, realizado nos dias 24 e 25.03.2025;

CONSIDERANDO que o evento ocorreu com a primordial organização e participação de servidores da Secretaria de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO que diversos servidores que laboram para a organização e execução da 515ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP.

RESOLVE:

Art. 1º **RETIFICAR** a Portaria nº 4712 de 15 de outubro de 2026**, correspondente a 01 (um) dias de FOLGA** ao servidor, abaixo relacionado, que laborou no evento do CNPCP, realizado na cidade de Porto Velho, nos dias 24 e 25/03/2025.

SERVIDOR	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO NÃO USUFRUÍDO	PERÍODO A USUFRUIR
Fabio Recalde	******659	Gerência de Reinserção Social - GERES	14/11/2025	**13/10/2026**

Art. 2º Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto
Decreto nº 381/2024 (0045138379)
Portaria de Delegação n° 1252/2024 (0047417662)

Protocolo 77719178

Portaria nº 4627 de 08 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER DISPENSA DO SERVIÇO**, ao servidor **ANTONIO CARLOS NUNES FERNANDESANTONIO CARLOS NUNES FERNANDES,** matrícula ******772, para participar na competição desportiva **RIO SPRING INTERNATIONAL OPEN IBJJF JIU-JITSU CHAMPIONSHIP**, no período 14 á 19.10.2026, na cidade de Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto

Protocolo 77451468

Portaria nº 4682 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta o Processo.

R E S O L V E :

Conceder Licença de 8 (oito) dias, em conformidade com a Lei n. 3922, de 17 de outubro de 2016, ao servidor CLAUDEVAN MENDES DE VASCONCELOS, matrícula n. ******389, lotado na Secretaria de Estado da Justiça, nos dias 27.11.2026 à 04.12.2026, por doação de sangue a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON,

nas datas de 19.11.2025, 24.03.2026, 24.07.2026 e 05.10.2026, totalizando 04 (quatro) doações no período de 12 (doze) meses a contar da primeira doação.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado de Justiça

Protocolo 77581674

Portaria nº 4690 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017, e conforme consta o Processo **0033.032710/2026-69**.

Com base no Art. 135, da Lei Complementar 68 de 09 de dezembro de 1992.

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder 8 (oito) dias** consecutivos em razão de casamento, a contar de **12**.10.2026, ao servidor **RIVAN EGUEZ DA SILVA**, matrícula ******674, lotado na Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado de Justiça

Protocolo 77612023

Portaria nº 4701 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando a Lei Complementar nº 3.803, de 12.05.2016, publicada no DOE nº 86 de 12.05.2016, que assegura a Licença Paternidade pelo nascimento ou adoção de filhos, mediante a apresentação da certidão de nascimento, do termo judicial de guarda ou adoção.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, 20 dias de Licença Paternidade, a partir do nascimento ocorrido em **03.10.2026,** ao servidor EVERTON DE FREITAS SANTOS, matrícula ******672, lotado na Secretaria Estado da Justiça - SEJUS**.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado de Justiça

Protocolo 77641011

Decisão nº 6/2026/SEJUS-DIREX
Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 0033.031898/2025-47
Ata de Registro de Preços nº 153/2024/SUPEL-RO 0064895156
Nota de Empenho nº 2025NE000787
Contratada: MEGA COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL LTDA.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Cuida-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado para examinar o atraso no fornecimento de detergente em pó previsto na Nota de Empenho nº 2025NE000787, emitida no âmbito da aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização destinados à SEJUS.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Conforme o Memorando nº 83/2025/SEJUS-NUALM (0064908753), a contratada recebeu a ordem de fornecimento em 25/06/2025. Após pedido da empresa, a Administração prorrogou o prazo de entrega até 17/07/2025, mas indeferiu a substituição da marca do detergente. O fornecimento foi concluído em 23/09/2025.

É o resumo.

2. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO

A Comissão Administrativa de Apuração de Responsabilidade foi designada pela Portaria nº 5343, de 04 de dezembro de 2025 (0067110668), com os servidores **DERLAN DIOGENES MARIM** - Gerente da Política de Alternativas Penais - GEAP, matrícula nº ******007 na qualidade de Presidente da Comissão, **ERIK DIEGO SOARES**, Agente em Atividades Administrativas, matrícula nº ******658 na qualidade de membro da comissão, **MARIA EDUARDA ALBUQUERQUE DA SILVA**, Assessora, matrícula nº ******790 na qualidade de auxiliar da comissão e **ANA KAROLINE DE LIMA CORRÊA**, Assessora, matrícula nº ******340 na qualidade de auxiliar da comissão, do quadro de pessoal da **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS**, para lavrar relatório destinado a apurar a conduta da empresa **Mega Comércio Atacadista de Roupas e Acessórios Para Uso Profissional LTDA.**

A empresa foi cientificada da instauração do PAAR por meio da Notificação nº 4/2026/SEJUS-ASTEC (69651429) e apresentou defesa prévia (72588824).

Ao término da instrução, a Comissão apresentou o Relatório Final (72589486), propondo multa de 10% sobre a parcela inadimplida. Cientificada do relatório, a contratada apresentou alegações finais (74092168).

2.1. DA DEFESA PRÉVIA

Na defesa (72588824), a empresa afirmou que, antes da emissão da nota de empenho, comunicou à Administração alterações de marca e embalagem do detergente em pó disponível no mercado. Sustentou que a ausência de resposta à comunicação de abril de 2025 e a posterior emissão do empenho lhe teriam criado a expectativa de aceitação do produto alternativo.

Alegou que uma remessa com marca diversa foi recusada quando chegou à SEJUS, o que exigiu a aquisição do produto originalmente registrado e novos deslocamentos da mercadoria. Atribuiu o atraso a essa circunstância, à dificuldade de encontrar o produto e a problemas logísticos. Destacou suas comunicações com a Administração, a ausência de má-fé e a conclusão integral da entrega. Ao final, pediu o arquivamento do PAAR.

2.2. RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

O Relatório Final (72589486) registrou que a Nota de Empenho nº 2025NE000787 foi recebida em 25/06/2025. Após solicitação da empresa, a Administração prorrogou a entrega até **17/07/2025**, mas **indeferiu a troca de marca**. Diante da ausência de conclusão do fornecimento no prazo prorrogado, foram expedidas notificações pelo Núcleo de Almoxarifado.

A Comissão consignou que a última entrega ocorreu em **23/09/2025**. Reconheceu o cumprimento integral posterior da obrigação, mas concluiu que permaneceu caracterizado o atraso. Propôs multa de **10% sobre a parcela inadimplida**, nos termos do item 15.2 do Termo de Referência.

2.3. DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA CONTRATADA

Nas alegações finais (74092168), a contratada reiterou que avisou previamente sobre a alteração do produto e defendeu que o silêncio inicial da Administração, seguido da emissão do empenho, teria gerado confiança na aceitação da nova marca. Argumentou que a recusa da mercadoria contribuiu para o atraso e lhe causou despesas adicionais.

Invocou a boa-fé, a conclusão integral do fornecimento e a ausência de prejuízo demonstrado à Administração. Requereu o arquivamento do PAAR ou, subsidiariamente, o afastamento ou a redução da multa proposta.

3. DA DECISÃO FINAL

A comunicação antecipada da dificuldade de fornecimento e a tentativa da empresa de apresentar alternativa merecem consideração. Entretanto, **a ausência de resposta inicial não constituiu autorização para modificar a marca registrada na ata**. Quando o pedido foi formalmente apreciado, a Administração prorrogou o prazo de entrega e **indeferiu expressamente a substituição**, conforme a Autorização 0062157153.

A recusa do produto de marca diversa observou essa decisão. Ainda que se considere a comunicação anterior como circunstância favorável à contratada, ela não afasta o descumprimento do prazo prorrogado até 17/07/2025. A

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

entrega foi concluída somente em 23/09/2025. As dificuldades posteriores de obtenção e transporte do produto não foram demonstradas como impedimento capaz de justificar integralmente esse intervalo.

Os precedentes mencionados nas alegações finais também não alteram a conclusão. A situação examinada neste PAAR inclui **indeferimento expresso da troca de marca, prazo adicional concedido e notificações pelo atraso**. Não houve aceitação administrativa da substituição nem recebimento da entrega tardia sem registro de inconformidade.

Reconheço, portanto, o atraso no cumprimento da obrigação referente ao detergente em pó. Para a definição da penalidade, considero a duração do atraso após a prorrogação e a necessidade de notificações. Em favor da contratada, considero a comunicação prévia sobre a dificuldade de fornecimento, as providências adotadas para localizar o produto e a **entrega integral posterior**. Os autos não quantificam prejuízo material decorrente do atraso.

Essas circunstâncias justificam a aplicação de multa **inferior ao limite de 10% proposto pela Comissão**. Fixo o percentual em **5% sobre o valor do item 6 da Nota de Empenho nº 2025NE000787**, que corresponde ao detergente em pó objeto da apuração. O empenho prevê **270 sacos ao valor unitário de R$ 316,00**, totalizando **R$ 85.320,00** para esse item. A multa resulta em **R$ 4.266,00**. A entrega posterior afasta a existência de saldo ainda pendente, mas não elimina o atraso ocorrido quando a parcela deveria ter sido entregue.

Diante do exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE o Relatório Final (72589486)** e, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e no item 15.2 do Termo de Referência, **DECIDO:**

I – APLICAR à empresa **MEGA COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL LTDA. multa de R$ 4.266,00 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais)**, correspondente a 5% do valor do item 6 da Nota de Empenho nº 2025NE000787, em razão de sua entrega fora do prazo prorrogado.

Deixo de acolher o percentual de 10% proposto pela Comissão, em razão das circunstâncias favoráveis à contratada consideradas na dosimetria.

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS
Diretora Executiva

Protocolo 76960659

Notificação nº 5/2026/SEJUS-DIREX
MEGA COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL LTDA
Endereço: Rua Delfim de Souza, 102 bairro Raiz, Manaus-Amazonas
Processo: 0033.031898/2025-47, referente ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR.

Assunto: **NOTIFICAÇÃO – ENCAMINHAMENTO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE N° 0033.031898/2025-47 E ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSAL.**

A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Farquar, n° 2986, Complexo Rio Madeira, curvo 02, Edifício Rio Cautário, 4º andar, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-470, Porto Velho-RO, neste ato representada pela Diretora Executiva **MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS**, considerando o **RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (72589486)** e considerando a **Decisão nº 6/2026/SEJUS-DIREX (76960659)** em face da Empresa **MEGA COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL LTDA**, estabelecimento comercial inscrito no CNPJ/MF n° 23.318.893/0001-13, com sede àRua Delfim de Souza, 102 bairro Raiz, Manaus-Amazonas, vem **NOTIFICÁ-LA** para, querendo, apresentar interposição de recurso, no **prazo de 15 (quinze) dias**, a respeito da presente decisão do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS
Diretora Executiva

Protocolo 77275175

Decisão nº 5/2026/SEJUS-DIREX
Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 0033.014347/2025-19
Ata de Registro de Preços nº 303/2024/SUPEL-RO 0059961609

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nota de Empenho nº 2025NE000037 0059961705
Contratada: LIDER SUL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Cuida-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado para apurar o atraso no fornecimento de colchões destinados às unidades prisionais do Estado de Rondônia e a entrega inicial de 162 (cento e sessenta e duas) unidades em desconformidade com a característica antichamas exigida no Termo de Referência.

A Nota de Empenho nº 2025NE000037 (0059961705) compreendia o fornecimento de 3.000 colchões. Conforme os registros encaminhados pelo Núcleo de Almoxarifado, a entrega não ocorreu no prazo estipulado. Posteriormente, os 162 colchões inicialmente apresentados foram rejeitados após exame da POLITEC (0059961913) e retirados pela empresa. Foram registradas, em seguida, entregas de 220 unidades em 14/04/2025 e 170 unidades em 05/05/2025.

É o resumo.

2. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO

A Comissão Administrativa de Apuração de Responsabilidade foi designada pela Portaria nº 2502, de 11 de junho de 2025 (0061134137), com os servidores MÔNICA NASCIMENTO MELO, Agente em Atividades Administrativas, matrícula nº ******630 na qualidade de Presidente da Comissão, ERIK DIEGO SOARES, Agente em Atividades Administrativas, matrícula nº ******658 na qualidade de membro da comissão, MARIA EDUARDA ALBUQUERQUE DA SILVA, Assessora Técnica, matrícula nº ******790 na qualidade de auxiliar da comissão e ANA KAROLINE DE LIMA CORRÊA, Assessora, matrícula nº ******340 na qualidade de auxiliar da comissão, do quadro de pessoal da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS, para lavrar relatório destinado a apurar a conduta da empresa LIDER SUL COMERCIO DE COLCHÕES LTDA.

A contratada foi cientificada dos fatos apurados por meio da Notificação nº 15/2025/SEJUS-ASTEC (0061537607) e apresentou defesa (0064162305).

Concluída a instrução, a Comissão apresentou o Relatório Final (0064866432), encaminhado à empresa para alegações finais. A contratada se manifestou por meio do documento 0066853333. Após essa manifestação, a Diretoria Executiva solicitou esclarecimentos ao Núcleo de Almoxarifado (0067289033), respondidos no Despacho 76950517.

2.1. DA DEFESA PRÉVIA

Na defesa (0064162305), a empresa questionou a conclusão de que os colchões inicialmente entregues não atendiam à especificação antichamas. Sustentou que outro exame da POLITEC teria sido inconclusivo quanto à presença ou ausência de determinada substância retardante de chamas e afirmou que deveria ter sido realizada nova avaliação das unidades rejeitadas.

A contratada também alegou que retirou os colchões recusados, realizou sua substituição e manteve contato com os responsáveis pelo Almoxarifado durante o fornecimento. Afirmou ter cumprido integralmente a Nota de Empenho nº 2025NE000037 e pediu o afastamento das penalidades.

2.2. RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

No Relatório Final (0064866432), a Comissão registrou que a Nota de Empenho foi recebida pela contratada em 05/02/2025, sem que a entrega ocorresse no prazo estipulado. Também apontou que os 162 colchões apresentados em 12/03/2025 não atenderam à característica antichamas exigida, conforme o Laudo da POLITEC (0059961913).

A Comissão considerou as entregas posteriores de 220 e 170 unidades, totalizando 390 (trezentos e noventa) colchões, e concluiu pela ocorrência de inexecução parcial. Propôs a aplicação de **multa de 10% sobre a parcela inadimplida**, cumulada com **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado de Rondônia por seis meses**.

2.3. DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA CONTRATADA E DA RESPOSTA DO ALMOXARIFADO

Nas alegações finais (0066853333), a empresa reiterou que o atraso decorreu de dificuldades no fornecimento de matéria-prima por seu fabricante. Afirmou, ainda, que a totalidade do fornecimento teria sido concluída, juntando notas fiscais para sustentar essa alegação.

Diante da relevância dessa informação para o julgamento, a Diretoria Executiva solicitou ao Núcleo de Almoxarifado esclarecimentos sobre o cumprimento da contratação. No **Despacho 76950517**, o setor informou que

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

as notas fiscais apresentadas nas alegações finais se referem ao **empenho nº 2025NE001298**, cuja execução foi concluída e quitada no processo nº 0033.027244/2025-19.

Assim, os documentos invocados pela contratada nas alegações finais **não demonstram a quitação da Nota de Empenho nº 2025NE000037**, que constitui o objeto deste PAAR.

3. DA DECISÃO FINAL

A defesa e as alegações finais foram examinadas em conjunto com os registros do fornecimento e com a resposta do Núcleo de Almoxarifado.

Quanto ao atraso, a nota de empenho foi recebida em 05/02/2025 e o prazo de entrega não foi cumprido. As dificuldades relacionadas ao fabricante e ao transporte, embora possam explicar a situação enfrentada pela empresa, não foram demonstradas em termos que afastem sua responsabilidade pelo prazo assumido.

Quanto aos 162 colchões rejeitados, o Laudo da POLITEC (0059961913) apontou a ausência das características antichamas exigidas. A ressalva trazida pela defesa sobre a identificação laboratorial de determinada substância não comprova que os colchões apresentados atendiam à especificação do objeto. A retirada dos bens rejeitados é considerada na dosimetria, sem afastar a desconformidade verificada na entrega inicial.

A afirmação de cumprimento integral da Nota de Empenho nº 2025NE000037 também não foi comprovada pelas notas fiscais juntadas às alegações finais. Conforme esclareceu o Almoxarifado no Despacho 76950517, elas pertencem a **outro empenho**. Permanece, portanto, para este julgamento, o quantitativo de **390 unidades entregues** identificado pela Comissão, sem documentação posterior que altere esse levantamento nos autos do PAAR.

Os fatos caracterizam **inexecução parcial**, nos termos do art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Na definição da sanção, considero a extensão do fornecimento não comprovado, o atraso, a desconformidade da entrega inicial e a finalidade dos colchões no sistema prisional. Considero também a retirada das unidades rejeitadas e as entregas parciais posteriores.

A multa de **10% sobre a parcela inadimplida**, proposta pela Comissão, é compatível com os critérios dos itens 25.12 e 25.13 do Termo de Referência. No levantamento que fundamenta este PAAR, a parcela corresponde a **2.610 colchões**, resultantes da diferença entre as 3.000 unidades empenhadas e as 390 unidades cuja entrega foi registrada. Ao valor unitário de **R$ 220,00**, a base de cálculo é de **R$ 574.200,00**, resultando em multa de **R$ 57.420,00**.

Diante do exposto, **ACOLHO o Relatório Final (0064866432)** e, com fundamento nos arts. 155, inciso I, e 156, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como nos itens 25.12 e 25.13 do Termo de Referência, **DECIDO**:

I – APLICAR à empresa LIDER SUL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA. multa de R$ 57.420,00 (cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte reais), correspondente a 10% do valor da parcela de 2.610 colchões sem entrega comprovada no levantamento considerado neste PAAR;

II – APLICAR a Sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Rondônia pelo prazo de 6 (seis meses), com fundamento no art. 155, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da gravidade da conduta e do risco à segurança pública inerente ao objeto.

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS
Diretora Executiva

Protocolo 76958619

Notificação nº 6/2026/SEJUS-DIREX
LIDER SUL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA
Endereço: Rua 02 - Quadra 118 - Lote 1,391 - São João Anapólis - GO.
Processo: 0033.009510/2024-41, referente ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR

Assunto: **NOTIFICAÇÃO – ENCAMINHAMENTO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE N° 0033.014347/2025-19 E ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSAL.**

A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Farquar, n° 2986, Complexo Rio Madeira, curvo 02, Edifício Rio Cautário, 4º andar, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-470, Porto Velho-RO,

neste ato representada pela Diretora Executiva **MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS**, considerando o **RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (0064866432)** e considerando a **Decisão nº 5/2026/SEJUS-DIREX (76958619)** em face da Empresa **LIDER SUL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA**, estabelecimento comercial inscrito no CNPJ/MF n° 07.249.341/0001- 44, estabelecida à Rua 02 - Quadra 118 - Lote 1,391 - São João Anapólis - GO, vem **NOTIFICÁ-LA** para, querendo, apresentar interposição de recurso, no **prazo de 15 (quinze) dias**, a respeito da presente decisão do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

Porto Velho, data da assinatura eletrônica.

MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS
Diretora Executiva

Protocolo 77275218

Portaria nº 4597 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77358436;

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) EDEVALDO ANDRADE SCHULZE, Matrícula: ******802, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 17/06/2015 á 16/11/2020 referente ao 2ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77358527

Portaria nº 4587 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77350473

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) VALMIR ALEIXO DA SILVA, Matrícula: ******761, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 31/05/2016 á 30/05/2021 referente ao 3ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77350581

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027786/2026-72

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2352/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Leandro Pinho Faller e José dos Santos Siqueira**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77465161

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026646/2026-87

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2310/2026/SEJUS-CI Despacho 77232931, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Edvaldo Da Graca, Iracema Dias Da Silva Pinto, Keele Ferreira De Jesus E Gersionita De Oliveira Rodrigue**s, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77468064

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.028461/2026-15

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2349/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Juliano Cesar dos Santos, João Robinson Lozano e Samuel Araujo dos Santos**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77470918

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025140/2026-51

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2234/2026/SEJUS-CI e Despacho 77227680, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Luciandro Pereira Cardoso, Marcio Benedito dos Anjos, Deise Cristina dos Santos e Marcos Vinicius Ferreira**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77476828

Portaria nº 4586 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77350426;

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) NALVIR DATSCH, Matrícula: ******725, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 11/06/2015 á 10/06/2020 referente ao 2ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77350563

Portaria nº 4589 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77350499;

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) WELLINGTON NERY BATISTA, Matrícula: ******556, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 14/06/2015 á 13/06/2020 referente ao 2ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77350644

Portaria nº 4590 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77019933;

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) ADALTO THIMOTEU RAMOS, Matrícula: ******822, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 14/06/2015 á 13/06/2020 referente ao 2ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77350670

Portaria nº 4596 de 06 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTODE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 171 da Lei 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando, Justificativa 77358408;

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao (a) servidor(a) RENATO COELHO DE SOUZA, Matrícula: ******377, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, do período de 14/06/2015 á 13/06/2020 referente ao 2ºquinquênio.

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário Adjunto de Estado da Justiça
MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 77358504

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.024361/2026-10

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2284/2026/SEJUS-CI e Despacho 77226939, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias da servidora **Walkiria Zambrzycki Dutra**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77478368

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026622/2026-28

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2353/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Cleberson Fidelis Martinho, Nilda Rosa de Sá e Poliana de Souza Pedro**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77482024

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026686/2026-29

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2354/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **João Carlos Teodoro, Moises Liberato, Katia Kellen Massaroto Silva e Maria de Lourdes Dantas Alves,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77489341

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027118/2026-45

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2356/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **Aparecido Almeida dos Santos**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77491723

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026767/2026-29

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2351/2026/SEJUS-CI e Despacho 77290273, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Marcio José Pacheco, Cristina Maria de Jesus e Monica Nascimento Melo Oliveira**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77493390

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027257/2026-79

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2387/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **Maicon Ferreira Alfaia**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77507631

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027896/2026-34

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2413/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Junei Cruz Beleza, Rogéria Pereira de Souza Matsubara**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77458028

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027941/2026-51

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2426/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Leandro Alves Neres, Roberio da Silva Marques**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77459542

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026754/2026-50

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2403/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Matheus Bragança de Carvalho, Ermeson de Souza Nunes, Adriele Campos da Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 14 de outubro de 2026.

Protocolo 77465492

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.025370/2026-10

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2424/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias da servidora **Elenira Fernandes**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77466524

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026422/2026-75

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2422/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **José Lucio Freitas Guarates, Francisco Ricardino de Jesus, Wylerson Teles de Souza**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77468244

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

PROCESSO: 0033.023685/2026-22

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2406/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **José dos Santos Siqueira**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 15 de outubro de 2026.

Protocolo 77469352

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

Portaria nº 5993 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.043201/2026-31, Ofício 56210 (77716427).

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de **15 de outubro de 2026**, na Gerência Subordinada ao Gabinete - **GSG,** o (a) servidor (a) JULIANNY VITÓRIA QUEIROZ MARINCK, matrícula n.º:******283**, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-07, de Chefe de Setor VII, pertencente ao Quadro comissionado de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotado (a) na Coordenadoria de Conciliação e Mandados Judiciais - **CCMJ.**

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

-assinado eletronicamente-

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU|RO

Protocolo 77718629

Portaria nº 5996 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.043201/2026-31, Ofício 56210 (77716427).

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de **15 de outubro de 2026**, na Coordenadoria de Conciliação e Mandados Judiciais - **CCMJ,** o (a) servidor (a) DANIEL MARCELO SARUDAKS SILVA, matrícula n.º:******806**, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Serviço I, pertencente ao Quadro comissionado de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotado (a) na Gerência Subordinada ao Gabinete - **GSG.**

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

-assinado eletronicamente-

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU|RO

Protocolo 77720640

Portaria nº 4554 de 07 de agosto de 2026

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 2379 de 04 de maio de 2026, publicada no DOE nº 85 de 05 de maio de 2026.

CONSIDERANDO o Decreto de nº 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n° 25.394, de 11 de setembro de 2020; e

CONSIDERANDO as informações que constante nos autos nº 0036.033957/2026-72

RESOLVE:

Art.1º. INTERROMPER, a contar de 22/07/2026 a 01/08/2026(11 dias) o gozo de férias do (a) servidor (a) **RAFAEL BRAGA DA COSTA**, motivo de Interesse público, ocupante do cargo de Assessor IV, matrícula n.º ******806, pertencente ao quadro de servidores desta Secretaria de Estado da Saúde, referente ao período de 13/07/2026 a 01/08/2026 (20 dias), referente ao exercício de 2026, anteriormente marcadas na Portaria de férias nº 14004 de 04 de novembro de 2025, a qual fica transferida para fruição no período de **03/11/2026 a 13/11/2026**. (11 dias).

Art.2º. Está Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

HELUANE AMORIM DA SILVA

Coordenadora de Gestão de Pessoas | SESAU-CGP

Protocolo 75310378

Portaria de férias nº 14998 de 19 de outubro de 2026.

O(A) GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria 6806 (0053648559) de 09/10/2024,publicada no DOE n.192, de 11/10/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 01/11/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **VANUSA HELENA MAR**, **Assistente em Previdencia***, matrícula ******834, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 01/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

PATRICIA VIEIRA MARTINS DE MELO

GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD

Protocolo DOC65672

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90554/2025/SUPEL/RO

PROCESSO Nº 0036.018995/2025-14

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do Decreto Estadual n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 90554/2025/SUPEL/RO, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (MEDICAMENTOS DO GRUPO SÓLIDOS III), VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES E DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE HOSPITALARES E AMBULATORIAIS, GERENCIADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU/RO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025.**

Em favor das empresas:

EMPRESA/CNPJ	ITENS	VALOR
INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ 12.889.035/0002- 93	04, 36, 73, 81	R$ 28.628,40
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ 67.729.178/0004-91	83	R$ 22.228,50
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 35.959.514/0001-53	74	R$ 10.806,90

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ 76.386.283/0001-13	08, 62, 75	R$ 43.485,30
ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 42.946.717/0001-70	90	R$ 34.164,00
VALOR TOTAL		**R$ 139.313,10**

No valor total de **R$** 139.313,10 (cento e trinta e nove mil trezentos e treze reais e dez centavos). Conforme o Termo de Referência (69407062), Parecer nº 88/2026/PGE-SESAU (68874218), Instrumento Convocatório PE 554/2025 (69756645), Termo de Julgamento PDF (77721286), Motivação da Homologação (77596240) e Análise 474 (77672827). Publique-se.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77704048

TERMO

TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA Nº PID 150/SESAU/2026

DEVEDOR: ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, apoiado pelo FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF nº 00.733.062/0001-02, com sede na Avenida Farquar, 2.986 – Complexo do Palácio Rio Madeira (Prédio Rio Machado), Bairro Pedrinhas - Porto Velho/RO, neste ato representado pela Secretária Executiva de Estado da Saúde, Sra. ROSELAINE DE SOUZA CHAGA, inscrita no CPF/MF n° XXX.904.592-XX, na forma prescrita no art. 41, IV. da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017 c/c 171 da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro de 2017, alterado pela Lei Complementar n.º 1.127, de 23 de dezembro de 2021.

CREDOR: INSTRUAUD SISTEMA INTEGRADO DE CUIDADOS E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ/MF nº 16.658.376/0001-28, com endereço na Rua Guanabara, 1315, - NOSSA SENHORA DAS GRACAS Porto Velho - RO - CEP: 76804131, neste ato representado pelo **SRA. CARLA FERREIRA GOMES**, inscrito no CPF/MF n° ***.284.562.**.

As partes, acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA que se regerá pelas disposições contidas nas cláusulas e condições abaixo especificadas, em conformidade com a legislação de regência, vinculando-se aos termos do processo administrativo nº 0050.005089/2026-52, e à Justificativa (76338339), aos termos do Parecer 785 (77160925) e Despacho SESAU-GECONT (77386203), obrigando as partes por si e/ou eventuais sucessores, a saber:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O DEVEDOR, por meio do presente instrumento, reconhece a existência de despesa em favor do CREDOR, no montante de **R$ 49.855,02 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos)**, proveniente do objeto referente à prestação de serviços de transporte inter hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte avançado TIPO ”D” (UTI Móvel) e suporte básico TIPO "B", com mão de obra especializada (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e motorista), visando atender as necessidades das seguintes unidades: Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II (HEPSJP II), Assistência Médica Intensiva 24H (AMI) e Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar - SAMD - Lote 4, serviços esses que foram prestados sem cobertura contratual, não pago em tempo e modo pelo **FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE**, conforme consignado no documento (76338284), Declaração Financeira (75458077) e Declaração de Adequação Financeira (76125695), correspondente ao **período de** 01 a 30 de junho de 2026, nos termos dos cálculos consignados na manifestação jurídica com ID nº (77160925).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 A despesa ora reconhecida, será paga pelo DEVEDOR à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O DEVEDOR terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento constante do objeto da cláusula primeira, a contar da assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado, a critério do DEVEDOR e com a concordância do CREDOR, por períodos iguais ou inferiores, mediante termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO

4.1 Com o cumprimento do pagamento do presente ajuste, as partes se darão mútua e recíproca quitação para nada mais reclamar uma da outra, especialmente no que tange ao débito objeto do presente termo de pagamento indenizado de despesa.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à Secretaria de Estado da Saúde providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a ter por domicílio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RO

7.1 Considerando que o presente instrumento é celebrado no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da última assinatura eletrônica de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

7.2 O Termo será vistado na forma do art. 23, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

7.3 Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)
✎**CARLA FERREIRA GOMES**
Representante Credor
(Assinado Eletronicamente).

Protocolo 77433069

Portaria nº 5921 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, e considerando a Memorando nº 178/2024/HRC-DG, constante dos autos do Processo nº 0036.045212/2026-56.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **MARCIA BUTZKE FREDERICO RODRIGUES**, matrícula nº ****450, ocupante do cargo de Superior Administrativo da Saúde, em exercício na Gerência Administrativa, para exercer interinamente as funções de Gerente Administrativa, em substituição ao servidor **ALVARO RICARDO NUNES TOMAZI**, matrícula nº ****808, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, durante o período de 20/10/2026 a 29/10/2026, em razão do gozo de férias regulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS
Secretário de Estado da Saúde - SESAU/RO

Protocolo 77647006

Portaria nº 5966 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, vem expedir a presente Portaria, e:Considerando o teor do processo SEI nº 0036.047911/2025-50.

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1º. **DESIGNAR**, a Servidora **MARINA MACEDO NAZIOZENO**, matricula n.º ******819**, Cargo de Chefe de Setor V, em substituição da Servidora **ROSICLEIA DA SILVA**, matricula n.º ******839**, Cargo de Gerente Regional de Saúde - Ariquemes, lotado na 4ª Gerência Regional de Saúde - Ariquemes , desempenhando suas funções com a competência e dedicação habituais, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia/SESAU, no período de **05/10/2026 a 09/10/2026**, sem ônus e prejuízo de suas atividades.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77702278

Portaria nº 6004 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017;

R E S O L V E:

Art.1º - **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados, para atuarem como membros da Comissão de recebimento, bem como Fiscal e Suplente, para fins de acompanhamento, recebimento e fiscalização dos serviços de atendimento ambulatorial e cirúrgico nas áreas de Traumatologia/Ortopedia, Urologia e Cirurgia Geral, visando o atendimento à fila do SUS represada no Sistema de Regulação na Macrorregião II, por meio do Termo de Contrato 840 (75117168) sem ônus e sem prejuízo de suas atividades.

SERVIDOR(A)	CARGO	MATRICULA	FUNÇÃO
Rodrigo Ziparro	Médico	******042	Fiscal
Yargo Alexandre de Farias Machado	Fisioterauta	******026	Fiscal suplente
Leonirto Rodrigues dos Santos	Ag. Agropecuário	***583SIAPE	Membro
Fabiani Muzi Miranda	Aux. Serv. Saúde	******703	Membro
Vanessa do Vale Castro	Nutricionista	******596	Membro
Adriana Regis de Jesus Rodrigues	Técnico em Enfermagem	******787	Membro
Suzemar Ferreira Moreira	Téc. de Enfermagem	******481	Membro

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77730398

Portaria nº 6014 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, vem expedir a presente Portaria, e:

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 5.557, de 15 de junho de 2023, que dispõe sobre a Política Estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinoides, incluindo o tetrahidrocanabinol, nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Lei Estadual nº 5.557, de 15 de junho de 2023, que atribui à Secretaria de Estado da Saúde a definição das competências em cada nível de atuação e a constituição de Comissão de Trabalho destinada à implantação das diretrizes da referida Política Estadual;

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 5º da Lei Estadual nº 5.557, de 15 de junho de 2023, que prevê a participação de técnicos, representantes de associações sem fins lucrativos de apoio e pesquisa à Cannabis e associações representativas de pacientes na composição da Comissão de Trabalho;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.551, de 16 de abril de 2024, que instituiu a Comissão de Trabalho responsável por estabelecer as diretrizes da Política Estadual e definiu sua composição inicial;

CONSIDERANDO que a execução das ações e serviços de vigilância sanitária integra o campo de atuação do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 6º, inciso I, alínea "a", e § 1º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, sendo imprescindível a participação do componente estadual de vigilância sanitária na implementação de política pública que envolve produtos sujeitos a controle sanitário especial;

CONSIDERANDO a indicação de representantes da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA/RO, formalizada por meio do Ofício nº 3762/2026/AGEVISA-GTVISA (SEI nº 77351469), em atendimento ao Ofício nº 51670/2026/SESAU-DITEC (SEI nº 76870319);

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da Comissão, em decorrência das alterações das representações das unidades técnicas da Secretaria de Estado da Saúde, preservando-se a participação de representantes da sociedade civil e de entidades com atuação técnico-científica na temática;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de articulação entre as áreas assistenciais, farmacêuticas, regulatórias, sanitárias, administrativas, técnico-científicas e de participação social, de modo a conferir segurança, transparência, efetividade e sustentabilidade à implementação da Política Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - ATUALIZADA a composição da Comissão de Trabalho responsável pela implantação, implementação, acompanhamento e avaliação das diretrizes da Política Estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinoides, no âmbito do Estado de Rondônia, instituída pela Lei Estadual nº 5.557, de 15 de junho de 2023.

Art. 2º - A Comissão de Trabalho constitui instância de natureza técnica, consultiva, propositiva e de articulação institucional, destinada a subsidiar a Secretaria de Estado da Saúde na implementação, no acompanhamento e no aperfeiçoamento da Política Estadual, observadas as competências legais e regulamentares das unidades administrativas, órgãos e instituições envolvidos.

Art. 3º - Compete à Comissão de Trabalho:

I – propor diretrizes técnicas e operacionais necessárias à implantação, implementação e aperfeiçoamento da Política Estadual;

II – subsidiar a definição das competências, responsabilidades e atribuições dos diferentes níveis de atenção e unidades envolvidas na execução da Política;

III – propor e analisar fluxos assistenciais, regulatórios, sanitários, farmacêuticos e administrativos necessários à operacionalização da Política;

IV – subsidiar a elaboração e a atualização de protocolos, notas técnicas, orientações, fluxos, instrumentos de monitoramento e demais documentos técnicos relacionados à Política Estadual;

V – propor critérios técnicos para a organização do acesso, da dispensação, do acompanhamento e do monitoramento dos usuários, respeitadas as competências profissionais, sanitárias, assistenciais e administrativas aplicáveis;

VI – promover a articulação entre Assistência Farmacêutica, Regulação, Atenção Especializada, Atenção à Pessoa com Deficiência, Saúde Mental, Vigilância Sanitária e demais áreas técnicas relacionadas à implementação da Política;

VII – propor indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação capazes de subsidiar o acompanhamento da implementação, do acesso, da dispensação e dos resultados da Política Estadual;

VIII – identificar necessidades assistenciais, regulatórias, sanitárias, administrativas e técnico-científicas relacionadas à execução da Política e propor encaminhamentos às unidades competentes;

IX – promover interlocução com instituições de ensino e pesquisa, associações representativas de pacientes, entidades sem fins lucrativos e demais organizações relacionadas à temática;

X – fomentar ações de educação permanente, qualificação profissional e disseminação de conhecimento técnico-científico relacionado à utilização terapêutica dos medicamentos abrangidos pela Política;

XI – acompanhar as ações decorrentes das deliberações da Comissão, observadas as competências das unidades responsáveis por sua execução; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

XII – elaborar relatórios, manifestações técnicas, recomendações e demais produtos necessários ao acompanhamento e aperfeiçoamento da Política Estadual.

Art. 4º - A Comissão de Trabalho será composta pelos representantes, titulares e suplentes, das unidades da Secretaria de Estado da Saúde e da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA/RO, relacionados no Quadro 1:

Quadro 1 – Composição da Comissão de Trabalho: representantes institucionais

Unidade / Órgão	Representante	Cargo / Função	Representação
I – Diretoria Técnica – DITEC	Tathiane Souza de Oliveira	Enfermeira	Titular e Ponto Focal
	Adriana Mesquita Santana	cargo/função	1ª Suplente
	Arethusa de Lima Bezerra	Enfermeira/Assessora	2ª Suplente
II – Subdiretoria Técnica em Saúde – SDTECS	Annelise Soares Campos Lins de Medeiros	Enfermeira/Subdiretora Técnica em Saúde	Titular
	Jéssica Gonçalves Serra	Enfermeira	Suplente
III – Coordenadoria de Cuidados da Pessoa com Deficiência – CCPD e Coordenadoria de Saúde Mental – CSM	Luzeni Maria de Sousa	Enfermeira/Coordenadora de Cuidados da Pessoa com Deficiência	Titular
	Raony Gomes Ferreira	Psicólogo/SESAU-CSM	Suplente
IV – Coordenadoria de Gestão e Assistência Farmacêutica – CGAF	Rogelio Rocha Barros	Farmacêutico/Coordenador da Assistência Farmacêutica	Titular
V – Subcoordenadoria de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde	Raul Honorato Melo	Subcoordenador de Regulação de Acesso ao Serviço de Saúde	Titular
VI – Coordenadoria de Conciliação e Mandados Judiciais – CCMJ	João Paulo Ferraz de Lima	Coordenador	Titular
	Kelly Vitória Gonçalves Dorado	Assessora	Suplente
VII – Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA/RO, Gerência Técnica de Vigilância Sanitária – GTVISA, Núcleo de Medicamentos e Farmacológicos – NMF	Jackson Breda	Farmacêutico Bioquímico/Inspetor Sanitário	Titular
	Izamar Paraguassu Chaves	Agente em Atividades Administrativas/Fiscal Sanitária; Coordenadora do Núcleo de Medicamentos e Farmacológicos	Suplente

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia; Ofício nº 3762/2026/AGEVISA-GTVISA (SEI nº 77351469).

Parágrafo único. Os suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências, afastamentos e impedimentos, observada, quando houver mais de um suplente, a ordem de indicação constante do Quadro 1.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 5º - Integram a Comissão de Trabalho, na condição de membros consultores, os representantes da sociedade civil e de entidades com atuação relacionada à temática relacionados no Quadro 2:

Quadro 2 – Composição da Comissão de Trabalho: membros consultores

Inciso	Membro consultor	Entidade representada
I	Dhélio Batista Pereira	Centro de Pesquisa em Medicina – CEPEM
II	Michelle de Oliveira e Silva	Centro de Pesquisa em Medicina – CEPEM
III	Grieco da Costa Lidoni	Associação Canábica Medicinal de Rondônia – ACAMERO
IV	Paulo Fleury	Associação Canábica Medicinal de Rondônia – ACAMERO
V	Eliane Lima Guerra Nunes	Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis – SBEC

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

§ 1º Os membros consultores participarão dos trabalhos da Comissão com a finalidade de oferecer subsídios técnicos, científicos, assistenciais e relacionados à experiência dos usuários, contribuindo para a análise das matérias submetidas à Comissão.

§ 2º A participação dos membros consultores terá natureza exclusivamente técnica e consultiva, não lhes sendo atribuídas competências administrativas próprias dos agentes públicos nem responsabilidade pela prática de atos de gestão, autorização de despesas, contratação, aquisição, dispensação ou demais atos cuja competência seja legalmente atribuída à Administração Pública.

§ 3º Os membros consultores poderão apresentar estudos, evidências científicas, manifestações técnicas, proposições e recomendações relacionadas às matérias submetidas à apreciação da Comissão.

§ 4º As contribuições apresentadas pelos membros consultores serão registradas nos instrumentos de acompanhamento da Comissão e submetidas à apreciação das áreas técnicas competentes quando produzirem repercussões assistenciais, sanitárias, regulatórias, farmacêuticas, administrativas, jurídicas ou financeiras.

§ 5º Os membros consultores deverão declarar, previamente à apreciação de cada matéria, eventual conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, abstendo-se de manifestação quando configurado o conflito.

Art. 6º A Comissão de Trabalho será coordenada pela representante titular da Diretoria Técnica – DITEC, indicada no Quadro 1 do art. 4º desta Portaria, que exercerá cumulativamente a função de Ponto Focal da Política Estadual no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

§ 1º Nas ausências, afastamentos e impedimentos da Coordenadora, a coordenação será exercida pela 1ª suplente da DITEC e, na ausência desta, pela 2ª suplente.

§ 2º Compete à Coordenação da Comissão:

I – convocar e coordenar as reuniões;

II – propor o calendário anual de atividades;

III – organizar as pautas e estabelecer prioridades em conjunto com os demais membros;

IV – acompanhar os encaminhamentos e deliberações;

V – promover a articulação entre as unidades, órgãos e instituições participantes;

VI – assegurar o registro das reuniões e das providências decorrentes; e

VII – encaminhar às unidades competentes as propostas que demandem decisão ou providência administrativa.

§ 3º A Secretaria Executiva da Comissão poderá ser exercida por servidor indicado pela Coordenação, a quem caberá prestar apoio administrativo e organizar os registros das atividades.

Art. 7º A Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da Administração Pública, instituições de ensino e pesquisa, conselhos profissionais, especialistas, pesquisadores, profissionais de saúde e representantes da sociedade civil para participar de reuniões ou subsidiar a análise de matérias específicas, sem que essa participação implique integração permanente à Comissão.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 8º A Comissão reunir-se-á ordinariamente de acordo com calendário previamente estabelecido e, extraordinariamente, sempre que houver matéria que demande apreciação específica ou urgente.

§ 1º As reuniões deverão ser formalmente registradas em ata ou instrumento equivalente.

§ 2º As manifestações, recomendações, notas técnicas, relatórios e demais produtos elaborados pela Comissão deverão integrar processo administrativo próprio, assegurando-se a transparência, a rastreabilidade e a memória institucional dos trabalhos realizados.

Art. 9º As proposições da Comissão que impliquem repercussão assistencial, sanitária, regulatória, farmacêutica, administrativa, orçamentária, financeira ou contratual deverão ser submetidas previamente à análise das unidades competentes da Secretaria de Estado da Saúde e, quando cabível, às demais instâncias administrativas e jurídicas responsáveis.

Parágrafo único. As manifestações e recomendações da Comissão possuem caráter técnico e subsidiário e não substituem os procedimentos administrativos, sanitários, regulatórios, orçamentários, jurídicos ou de incorporação de tecnologias exigidos pela legislação aplicável.

Art. 10º - A participação na Comissão de Trabalho será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional, gratificação ou vantagem de qualquer natureza.

Art. 11º - A substituição dos representantes da SESAU, da AGEVISA/RO ou dos membros consultores ocorrerá mediante indicação formal da respectiva unidade, órgão, instituição ou entidade representada, devendo a alteração ser registrada nos autos e formalizada pela autoridade competente.

Art. 12º - Os casos omissos e as questões relacionadas ao funcionamento da Comissão serão submetidos à apreciação da Secretaria de Estado da Saúde, respeitadas as competências legais e regulamentares de cada unidade e órgão.

Art. 13º - Fica revogada a Portaria nº 2.551, de 16 de abril de 2024, preservados os atos regularmente praticados durante sua vigência.

Art. 14º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77738660

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA 481/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0036.038169/2026-72

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do art. 75, inc. VIII**,** da Lei Federal nº 14.133/21, torna público a Dispensa de Licitação em razão da **EMERGÊNCIA,** para a Contratação de empresa especializada na realização de Neuromonitorização Intra-Operatória para atender paciente internado na Clinica Neurociúrgica do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro de Porto Velho - HBAP, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Em favor da empresa:

EMPRESA/CNPJ	ITEM	VALOR
EMPRESA: NEUROMON NEUROFISIOLOGIA E MONITORIzação **CNPJ:** 67.102.134/0001-94	1	R$ 24.832,00
	VALOR TOTAL	**R$ 24.832,00**

Conforme Termo de Referência (76977033), Justificativa da Contratação (77239028), Parecer nº 795/2026/PGE-SESAU (77305948), Motivação da Homologação (77429245) e Análise n.º 475/2026/SESAU-NAP (77702398). Publique-se.

AUTORIZAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Com base nos autos, conforme disposto no Artigo Nº 72, Parágrafo único da Lei Federal Nº14.133/21 e suas alterações, **AUTORIZO** a dispensa de licitação no valor total de **R$ 24.832, 00 (vinte e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais).**

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77702782

Portaria de férias nº 15008 de 19 de outubro de 2026.

O(A) GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria 6806 (0053648559) de 09/10/2024,publicada no DOE n.192, de 11/10/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 09/10/2026 a 23/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **NAIARA TRIVERIO CAMACHO**, **ESPECIALISTA EM SAÚDE**, matrícula ******121, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(09/10/2026 a 23/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

PATRICIA VIEIRA MARTINS DE MELO
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS- HICD

Protocolo DOC65679

Portaria de férias nº 14965 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 20/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN**, **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, matrícula ******325, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 20/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65683

Portaria de férias nº 14993 de 16 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 02/02/2026 a 03/03/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CIRLENE MURCILIO DA SILVA**, **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, matrícula ******610, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(02/02/2026 a 03/03/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65684

Portaria de férias nº 14992 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 14/09/2026 a 23/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CIRLENE DE FATIMA ROSSI**, **FARMACÊUTICO**, matrícula ******755, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(14/09/2026 a 23/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65685

Portaria de férias nº 14991 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 22/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CHARLES VIANA DE SOUSA**, **SESAU - Chefe de Setor V - CDS-05 ***, matrícula ******677, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 22/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65686

Portaria de férias nº 14990 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 22/09/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **CHARLES VIANA DE SOUSA**, **SESAU - Chefe de Setor V - CDS-05 ***, matrícula ******677, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 22/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65687

Portaria de férias nº 14989 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **CHARLES VIANA DE SOUSA,** SESAU - Chefe de Setor V - CDS-05 *, matrícula ******677, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**08/09/2026 a 22/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/09/2026 a 22/09/2026 e 08/09/2026 a 22/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/10/2026 a 27/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65688

Portaria de férias nº 14988 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 15/09/2026 a 04/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CECILIA DA GUIA NUNES**, **NUTRICIONISTA**, matrícula ******145, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(15/09/2026 a 04/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65689

Portaria de férias nº 14987 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 14/02/2026 a 28/02/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CAROLINE DOS ANJOS MACHADO**, **NUTRICIONISTA**, matrícula ******365, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(14/02/2026 a 28/02/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65690

Portaria de férias nº 14986 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **CARLA PATRICIA ALVES DA SILVA ,** SESAU - Diretor do Centro de Diagnóstico por Imagem - CDS-09 *, matrícula ******219, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**06/07/2026 a 25/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**16/07/2026 a 25/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **03/11/2026 a 12/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65691

Portaria de férias nº 14985 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **BRUNA CABRAL SAIBEL,** SESAU - Chefe de Núcleo V - CDS-05 *, matrícula ******866, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**08/07/2026 a 17/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/07/2026 a 17/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **18/11/2026 a 27/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65692

Portaria de férias nº 14984 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **BIANCA OYOLA BICALHO ,** ENFERMEIRO, matrícula ******466, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**10/08/2026 a 29/08/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**24/08/2026 a 29/08/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **16/11/2026 a 21/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65693

Portaria de férias nº 14983 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 05/10/2026 a 14/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **AUDINEI MOREIRA NASCIMENTO CORREA**, **TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, matrícula ******399, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(05/10/2026 a 14/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65694

Portaria de férias nº 14982 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 30/09/2026 a 09/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **ATYLLA PACHECO MONTEIRO** , **TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, matrícula ******380, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(30/09/2026 a 09/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65695

Portaria de férias nº 14966 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ALIANDRA DOS SANTOS SILVA CRUZ,** SESAU - Chefe de Núcleo IV - CDS-04 *, matrícula ******605, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**01/10/2026 a 30/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/10/2026 a 30/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **16/11/2026 a 30/11/2026 e 01/12/2026 a 15/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65696

Portaria de férias nº 14981 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **AROLIZA MOREIRA DO CARMO NETA**, **TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE**, matrícula ******259, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65698

Portaria de férias nº 14980 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANNA CLARA GUSMAN VIANA,** SESAU - Chefe de Núcleo VIII - CDS-08 *, matrícula ******521, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**05/01/2026 a 14/01/2026 e 06/04/2026 a 15/04/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**05/01/2026 a 14/01/2026 e 06/04/2026 a 15/04/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **24/08/2026 a 02/09/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65700

Portaria de férias nº 14979 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANGELO DE SOUZA TOSTA,** TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula ******279, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**15/05/2026 a 29/05/2026 e 30/05/2026 a 13/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**15/05/2026 a 29/05/2026 e 30/05/2026 a 13/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **15/11/2026 a 29/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65701

Portaria de férias nº 14978 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANGELINA MAURICIO MONTEIRO ,** TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula ******788, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**13/07/2026 a 01/08/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**13/07/2026 a 01/08/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **18/11/2026 a 07/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65702

Portaria de férias nº 14977 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 20/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN**, **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, matrícula ******559, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 20/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65703

Portaria de férias nº 14976 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 20/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN**, **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, matrícula ******325, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 20/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65704

Portaria de férias nº 14975 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 20/10/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN**, **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, matrícula ******559, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 20/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65705

Portaria de férias nº 14974 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN,** TÉCNICO EM RADIOLOGIA, matrícula ******325, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**01/10/2026 a 20/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/10/2026 a 20/10/2026 e 01/10/2026 a 20/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **11/11/2026 a 30/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65706

Portaria de férias nº 14973 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANÉSIA AMARA GÓES VELTEN,** TÉCNICO EM RADIOLOGIA, matrícula ******559, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**01/10/2026 a 20/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/10/2026 a 20/10/2026 e 01/10/2026 a 20/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **11/11/2026 a 30/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65707

Portaria de férias nº 14972 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANDREIA ZULKE,** ESPECIALISTA EM SAÚDE, matrícula ******119, pertencente ao quadro de servidores de Centro de Reabilitação de Rondônia, do(s) período(s) de**(13/07/2026 a 11/08/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(13/07/2026 a 27/07/2026) e (05/01/2027 a 19/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65708

Portaria de férias nº 14971 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANDREIA ZULKE,** ESPECIALISTA EM SAÚDE, matrícula ******188, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, do(s) período(s) de**(13/07/2026 a 11/08/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(13/07/2026 a 27/07/2026) e (05/01/2027 a 19/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65709

Portaria de férias nº 14970 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANAI CRISTINA DAMIANI,** TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE, matrícula ******443, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**09/02/2026 a 28/02/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**09/02/2026 a 28/02/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **12/12/2026 a 31/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65710

Portaria de férias nº 14969 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

INTERROMPER a contar de 07/10/2026 a 26/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ANA KASSIA COSTA DA SILVA**, **AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - LC 67/92**, matrícula ******816, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(07/10/2026 a 26/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65711

Portaria de férias nº 14968 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ALICE CRISTINE ROSSMANN FAGA,** ENFERMEIRO, matrícula ******501, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**15/06/2026 a 29/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**15/06/2026 a 29/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **09/11/2026 a 23/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Protocolo DOC65712

Portaria de férias nº 14967 de 16 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) 85 de 05/05/2026,publicada no DOE n.85, de 05/05/2026.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ALICE CRISTINE ROSSMANN FAGA,** ENFERMEIRO, matrícula ******365, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Saúde, originalmente marcadas para o**15/06/2026 a 29/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**15/06/2026 a 29/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **09/11/2026 a 23/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 16/10/2026.

HELUANE AMORIM DA SILVA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65713

Portaria nº 5870 de 13 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036726/2026-11.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados na **5ª GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE - ROLIM DE MOURA- GRS5/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	DANIEL FRANCISCO MANGUEIRA	******660	AUX OP SERV. DIVERSOS	17,52
2	ISARDETE TEREZINHA BONA	******540	AUX OP SERV. DIVERSOS	30

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77568568

Portaria nº 5931 de 15 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037343/2026-60.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados no **CENTRO DE DIÁLISE MADEIRA MAMORÉ – CDMM/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	MARIA DE NAZARÉ ALMEIDA DE MORAES	******676	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	24

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77652561

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 5953 de 15 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0053.002766/2026-51.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - CEMETRON/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	FERNANDA FACINCANI MEDEIROS BEZERRA	******046	MÉDICO	48
2	MARCELL SILVA COSTA	******728	MÉDICO	24

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77688119

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 485/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.041400/2026-13**;**

Objeto: Aquisição dos medicamentos Bevacizumabe 100mg/4ml, Bevacizumabe 400mg/16ml, Omalizumabe 150mg, Esilato de Nintedanibe 150mg, Pembrolizumabe 100mg/4ml,**,** conforme **solicitações médicas** anexadas nos autos, via **Dispensa de Licitação**, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: **R$** 1.859.104,20 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil cento e quatro reais e vinte centavos).

- assinado eletronicamente
ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO
Responsável pela contratação.

Protocolo 77459250

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 500/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.032023/2026-13**;**

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Locação de Módulo/Central de Compressores de Ar Medicinal**, incluído providências para instalação completa dos sistemas respectivos, com construção civil, elétrica, mecânica e hidráulica, bem como outros insumos necessários para seu devido funcionamento, considerando na prestação do serviço a montagem e manutenção preventiva e corretiva dos

equipamentos de acordo com os padrões e normas técnicas atualizadas, como RDC nº 50, RDC nº 307, NBR 12.188 entre outras, para atender as necessidades do Hospital Regional de Cacoal (HRC) **de forma emergencial**, pelo período de 1 (um) ano ou até que se conclua o Processo Licitatório n.º 0036.000311/2025-28.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: **R$** 382.752,00 (trezentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais).

- assinado eletronicamente
ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO
Responsável pela contratação.

Protocolo 77650144

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº:0036.017960/2024-87

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 90150/2024/SUPEL/RO

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 79 da nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, homologa o resultado do **CHAMAMENTO PÚBLICO N° 90150/2024/COESP/SUPEL/RO**, tendo por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS, QUE CONTEMPLEM DIAGNÓSTICO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO ASSISTÊNCIA PRÉ E PÓS CIRURGICA, COM PREÇOS CONSTANTES NA TABELA SIGTAP, DE FORMA CONTÍNUA E REGIONALIZADA PARA TODO O ESTADO DE RONDÔNIA, COM O INTUITO DE GARANTIR O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, TENDO COMO INTERESSADA A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU.**

Credenciamento realizado em favor da empresa:

INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA RETINA E CATARATA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 51.922.939/0001-44, situada à R RAFAEL VAZ E SILVA, 1852 - São Cristóvão, Porto Velho/RO

41ª ATA DA SESSÃO PARA RESULTADO DO JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90150/2024/COESP/SUPEL/RO (76922608)

Publique-se.

✎ **ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77755852

TERMO

TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA Nº PID 152/SESAU/2026

DEVEDOR: ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, apoiado pelo FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF nº 00.733.062/0001-02, com sede na Avenida Farquar, 2.986 – Complexo do Palácio Rio Madeira (Prédio Rio Machado), Bairro Pedrinhas - Porto Velho/RO, neste ato representado pela Secretária Executiva de Estado da Saúde, Sra. ROSELAINE DE SOUSA CHAGA, inscrita no CPF/MF n° XXX.904.592-XX, na forma prescrita no art. 41, IV. da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017 c/c 171 da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro de 2017, alterado pela Lei Complementar n.º 1.127, de 23 de dezembro de 2021.

CREDOR: LAVIN LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA-ME, CNPJ/MF nº 34.766.683/0001-04, com endereço na Rua Ajuricaba, nº. 500 – Bairro Tupy, Porto Velho - RO, CEP: 76804-564, neste ato representado pelo **Sr. JOSÉ SANXER PAULINO DE LACERDA**, inscrito no CPF/MF n° XXX.391.XXX- XX.

As partes, acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA, que se regerá pelas disposições contidas nas cláusulas e condições abaixo especificadas, em conformidade com a legislação de regência, vinculando-se aos termos do processo administrativo nº 0036.037098/2026-91, e à Justificativa

(75912146), aos termos do Parecer n.º 777/2026/PGE-SESAU (77119785) e Despacho SESAU-GECONT (77613033), obrigando as partes por si e/ou eventuais sucessores, a saber:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O DEVEDOR, por meio do presente instrumento, reconhece a existência de despesa em favor do CREDOR, no montante de **R$ 133.758,24 (cento e trinta e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos),** proveniente do objeto referente à **prestação de serviços de lavanderia hospitalar externa — compreendendo o recolhimento, transporte, processamento e devolução de roupas hospitalares e tecidos em geral** —, para atender continuamente a Assistência Médica Intensiva 24h (AMI) e o Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD), sem relação jurídica formada/regular, não pago em tempo e modo pelo **FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE**, conforme consignado no documento Checklist RD/JULHO/2026 (76159852), Declaração Financeira (76035148) e Declaração de Adequação Financeira (76673486), correspondente ao **período de** 01 a 30 de **JULHO** de 2026, nos termos dos cálculos consignados na manifestação jurídica com ID nº (77119785).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 A despesa ora reconhecida, será paga pelo DEVEDOR à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O DEVEDOR terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento constante do objeto da cláusula primeira, a contar da assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado, a critério do DEVEDOR e com a concordância do CREDOR, por períodos iguais ou inferiores, mediante termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO

4.1 Com o cumprimento do pagamento do presente ajuste, as partes se darão mútua e recíproca quitação para nada mais reclamar uma da outra, especialmente no que tange ao débito objeto do presente termo de pagamento indenizado de despesa.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à Secretaria de Estado da Saúde providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que tenha por domicílio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RO

7.1 Considerando que o presente instrumento é celebrado no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da última assinatura eletrônica de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

7.2 O Termo será vistado na forma do art. 23, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

7.3 Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)
✎ **JOSÉ SANXER PAULINO DE LACERDA**
Representante Credor
(Assinado eletronicamente).

Protocolo 77699305

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 5961 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037490/2026-30.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados no **HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	CLEBIO DIOGO DOS SANTOS	******849	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	72

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77699654

Portaria nº 5967 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0050.007376/2026-05.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados no **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR - SAMD/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	BENEDITO EDINALDO COSTA DE ALENCAR	******439	MOTORISTA	60
2	JOÃO NUNES DA CRUZ CASSIANO	******495	MOTORISTA	60

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77704245

Portaria nº 5968 de 16 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0050.007210/2026-81.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados na **UNIDADE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA - AMI/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ANNA KAROLINA GOMES RODRIGUES	******459	MÉDICO	84
2	CAROLINI SIMONE MARQUES SILVEIRA	******052	MÉDICO	36
3	DARIO DAYVILL SILVA ARAUJO	******799	MÉDICO	48
4	DIOVANDRES HENRIQUE MUNIZ DE OLIVEIRA	******187	MÉDICO	47,52
5	ELEN BRUNA TEIXEIRA BOULHOSA	******624	MÉDICO	24
6	JÉSSICA MEIRELES NOGUEIRA	******569	MÉDICO	24
7	JÉSSICA RUIZ DE LIMA VERDE FERREIRA	******578	MÉDICO	23,29
8	LOURIVAL DE JESUS CUNHA NETO	******731	MÉDICO	96
9	PABLO HENRIQUE RODRIGUES SANTOS FIGUEIREDO	******507	MÉDICO	47,31
10	PIRATAN ARAUJO NETO	******982	MÉDICO	23,26

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77705917

Portaria nº 5970 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0059.000847/2026-66.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - HRE/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	FRANCIELI DE LIMA	******008	AGENTE EM ATIV. ADM.	24
2	MARCIA GUEDES DA SILVA	******952	AUX. DE SERV. GERAIS	36

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77706825

Portaria nº 5972 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036637/2026-74.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **CENTRAL INTEGRADA DE ÓRTESE E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - CIOPE/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	AMANDA DE OLIVEIRA PINHEIRO	******151	TÉC. EM ENFERMAGEM	36
2	IAGO ARAÚJO MARQUES	******824	AGENTE EM ATIV. ADM.	96

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77707674

Portaria nº 5978 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037324/2026-33.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ABEL VICENTE DA SILVA	******515	AUX. DE SERV. GERAIS	108
2	DARLENE RAMALHO DE OLIVEIRA	******805	AUX. DE SERV. GERAIS	60
3	DEVAIR SILVA DE SOUZA	******730	AGENTE EM ATIV. ADM.	108
4	DIONITON DA SILVA RODRIGUES	******129	AGENTE EM ATIV. ADM.	69,32

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5	EDICLEIA ALVES DOS SANTOS	******534	AUX. DE SERV. GERAIS	84
6	EVANIA MOURA GOMES	******682	AUX. DE SERV. GERAIS	84
7	FERNANDO PEREIRA LEITE	******681	AUX. DE SERV. GERAIS	72
8	GENILDA PEREIRA DE LIMA	******160	AUX. DE SERV. GERAIS	60
9	GRACIELE DE FREITAS	******423	AGENTE EM ATIV. ADM.	48
10	IRAILDE CAMPOS DA LUZ	******853	AUX. DE SERV. GERAIS	59,54
11	JAKELLINE BERNALDO PACHECO	******398	AGENTE EM ATIV. ADM.	120
12	JONAS FIRMINO DE ABREU	******688	AUX. DE SERV. GERAIS	96
13	LAZARO KARDEC DE SOUZA NUNES	******374	AGENTE EM ATIV. ADM.	71,46
14	LISETE LUCIENE DA SILVA	******137	AUX. DE SERV. GERAIS	48
15	LUCIANO REIS DE PAULA	******409	AUX. DE SERV. GERAIS	55,39
16	MARIA APARECIDA MARTINS COSTA	******532	AUX. DE SERV. GERAIS	96
17	RAFAEL DERICK DE LIMA	******780	AGENTE EM ATIV. ADM.	96
18	RENILDA MARINHO PEIXOTO ULLIG	******709	AUX. DE SERV. GERAIS	84
19	ROSANA REIDEMANN RAYMUNDO	******734	AUX. DE SERV. GERAIS	108
20	SALOMÃO ANASTACIO NUNES	******750	AGENTE EM ATIV. ADM.	72
21	SERLANDI LOPES DA SILVA	******562	AUX. DE SERV. GERAIS	48
22	SIMONE DE OLIVEIRA REIS	******838	AGENTE EM ATIV. ADM.	72
23	SONIA MARIA DE SOUZA REIS	******969	AUX. DE SERV. GERAIS	24
24	ZILMAR DE OLIVEIRA ABREU	******567	AGENTE EM ATIV. ADM.	83,1

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77711269

Portaria nº 5980 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037329/2026-66.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados no **HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ADALTON SILVA FERREIRA	******779	AUX. EM ENFERMAGEM	108
2	ISRAEL DA SILVA LARA	******871	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	18

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3	LUZIA DA SILVA	******542	AUX. EM ENFERMAGEM	96
4	MANOEL GUIOMAR TEIXEIRA	******442	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	72
5	MARIA APARECIDA DE LIMA	******552	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	59,21
6	MARIA ELIZETE DE SOUZA	******543	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	84
7	RITA DE CÁCIA GABRIEL	******544	AUX. EM ENFERMAGEM	48
8	ROGERIO FREZZE DA SILVA	******545	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77712224

Portaria nº 5984 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0063.001495/2026-05.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ARTHUR CARNEIRO MEDEIROS	******802	AGENTE EM ATIV. ADM.	24

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77712995

Portaria nº 5983 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037148/2026-30.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ALINE DOS SANTOS SILVA	******487	TÉC. EM ENFERMAGEM	36
2	ALZIRA VIANA	******915	TÉC. EM ENFERMAGEM	12
3	ANDREA PORTUGAL DE SOUZA	******600	ENFERMEIRO	13,50
4	CARLA ALVES RÉGIO	******225	TÉC. EM ENFERMAGEM	24
5	JOSIENE PEREIRA DE SOUZA SILVA	******929	TÉC. EM ENFERMAGEM	36
6	LIETE FONSECA DE CARVALHO	******039	TÉC. EM ENFERMAGEM	24
7	LUAN HENRIQUE MELO DA SILVA	******610	TÉC. EM ENFERMAGEM	36
8	NATALI MARCIEL SILVA	******767	ENFERMEIRO	24
9	RAQUEL GONÇALVES DOS SANTOS	******253	TÉC. EM ENFERMAGEM	48
10	SARA PEIXOTO DO ESPIRITO SANTOS PINTO	******917	TÉC. EM ENFERMAGEM	36
11	SUELLEN PAESANO ORTIZ	******915	TÉC. EM ENFERMAGEM	36

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77712979

Portaria nº 5991 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.035852/2026-58.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ADONIS MENDES JUNIOR	******501	MÉDICO	36,09
2	ALEX NERI MAZIOLI	******568	MÉDICO	120
3	ANA PAULA FERNANDES BOA SORTE BAZZI	******893	MÉDICO	18
4	BRUNO HENRIQUE GOMES PARIZZI	******409	MÉDICO	24
5	CAMILA BORDIGNON BARBOSA	******746	MÉDICO	23,41
6	CAROLINE DE OLIVEIRA PRADO	******839	MÉDICO	48
7	CELSO JANDIR SMANIOTTO	******340	MÉDICO	96
8	CLAUDINEIA FERNANDES DA SILVA	******434	MÉDICO	96
9	CLAUDIO QUEIROZ SILVA	******574	MÉDICO	46,23
10	DAHYANNE MARQUES PERSCH	******840	MÉDICO	16,46
11	DANILO MARCIO DE OLIVEIRA CARDOSO	******823	MÉDICO	85,59

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

12	DEBORA SANTOS FIGUEIREDO	******685	MÉDICO	36
13	DIEGO BRUNO BRUNOU CAPILA	******391	MÉDICO	12
14	EDIVANIA FERNANDES DE MELO TRINDADE	******751	MÉDICO	12
15	EDUARDO HENRIQUE LAURINDO DE SOUZA SILVA	******994	MÉDICO	24,38
16	ERALDO PEREIRA	******328	MÉDICO	72,02
17	FLAVIO CARLOS	******175	MÉDICO	72
18	FRANCISCO EDUARDO MORAIS DE OLIVEIRA	******390	MÉDICO 20H	48
19	ISAQUE SANTOS DUMONT DE BRAGANÇA DIAS CORREIA	******878	MÉDICO	72,52
20	JEAN MICHEL LOURES DO COUTO	******560	MÉDICO	84
21	JOSÉ EDSON PUERERI BENEVIDES	******899	MÉDICO	96
22	JULIANA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	******609	MÉDICO	41,51
23	LEISLE DE FREITAS DINIZ OLIVEIRA	******522	MÉDICO	12
24	LETHICIA DOMINGOS PAULO	******463	MÉDICO	48
25	LORENA CASTOLDI TAVARES	******099	MÉDICO	36
26	LUAN JÚLIO LOBATO DE MORAIS	******327	MÉDICO	105,05
27	LUCAS QUEIROGA BRAGA	******889	MÉDICO	112,46
28	MARCOS EDUARDO FERNANDES	******307	MÉDICO	96
29	MARCOS VINÍCIUS TAVARES ROLIM	******938	MÉDICO	24
30	MAYARA TEODORO JACOB OLIVEIRA	******687	MÉDICO	72
31	NATHALIA TABALIPA DA SILVA	******005	MÉDICO	36
32	OMAR RONALD FUENTES CRUZ	******873	MÉDICO	96
33	PAULO FERNANDO BRASIL JUNIOR	******084	MÉDICO	30
34	RENATA MARIELA CARLOTTO DE LIMA ORNELLAS	******703	MÉDICO	48
35	ROBERTA FERRARI GONÇALVES	******229	MÉDICO	24
36	RODRIGO APARECIDO PEREIRA LIMA	******260	MÉDICO	96,42
37	RUBENS AKITA	******661	MÉDICO	36
38	THAIS ROCKENBACH GAONA LENZI	******794	MÉDICO	36
39	VANESSA MOREIRA DE MORAIS	******567	MÉDICO	24
40	WALTER VIRHUEZ PADILLA	******106	MÉDICO	36
41	WULGNER FARIAS DA SILVA	******926	MÉDICO	50

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77718280

Portaria nº 6001 de 16 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037889/2026-11.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ALBANY PINHEIRO DE SOUZA	******074	TÉC. EM ENFERMAGEM	95,04

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77725028

Portaria nº 5950 de 15 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0046.000693/2026-51.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - LACEN/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	DIEGO EMILIANO DE OLIVEIRA GIMENEZ	******692	ADM. HOSPITALAR	60
2	MAIARA CRISTINA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	******374	TÉC. EM LABORATÓRIO	96
3	PAULO FIORENTINO DE OLIVEIRA	******890	FARMAC. BIOQ.	48

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77687698

Portaria nº 5951 de 15 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036880/2026-92.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD/**SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	HEGIO COELHO DE MELO	******317	TEC. EM PREVIDÊNCIA	72
2	LIVIA MARTINS LOBO	******755	AGENTE EM ATIV. ADM.	96
3	MARIA DIONISIO DA SILVA	******633	AUX. EM ATIV. ADM.	84
4	MARIA LUCINEIDE INACIO DOS SANTOS	******157	AGENTE EM ATIV. ADM.	23,18
5	TAMIRES PINTO DA SILVA	******141	AGENTE EM ATIV. ADM.	60
6	VINICIUS CARVALHO DE SOUZA	******503	AGENTE EM ATIV. ADM.	80,2
7	WELLINGTON PASSOS DE MELO	******112	AGENTE EM ATIV. ADM.	84
8	WILLIAM TOMAS DA ROCHA SA	******393	AGENTE EM ATIV. ADM.	60

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77687748

Portaria nº 5957 de 15 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0050.007209/2026-56.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados na **UNIDADE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA - AMI/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	CLÁUDIO DE ARAÚJO MAIO	******218	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	71,57
2	ELIZEU LOPES DA SILVA	******601	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	45,27
3	SEBASTIÃO GARCIA DE QUEIROZ	******801	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva
SESAU/RO

Protocolo 77688675

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP

Portaria de férias nº 14994 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ADRIANA SILVA ASSIS**, **MÉDICO**, matrícula ******692, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65668

Portaria nº 365 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORIA-GERAL DO HOSPITAL DE BASE "DR. ARY PINHEIRO", no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** da Portaria nº 361, de 08 de outubro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 198, de 14 de outubro de 2026, referente à relotação da servidora **MIRIAM BRAMINI**, matrícula nº ******835, para inclusão do setor de lotação, conforme especificado a seguir:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. RELOTAR, a contar de 7 de outubro de 2026, no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro – HBAP, a servidora MIRIAM BRAMINI, matrícula nº ******835, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotada no Hospital Infantil Cosme e Damião – HICD."

LEIA-SE:

"Art. 1º. RELOTAR, a contar de 7 de outubro de 2026, no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro – HBAP, a servidora MIRIAM BRAMINI, matrícula nº ******835, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotada no Hospital Infantil Cosme e Damião – HICD, para exercer suas atividades no Núcleo de Arquivo Médico e Estatístico – NAME, vinculado à estrutura organizacional HB - NAME."

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 361, de 08 de outubro de 2026.

JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

Direção-Geral do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP/SESAU/RO

Decreto de 27 de abril de 2026

Publicação no DIOF n° 79 de 27.04.2026 (71456260)

Protocolo 77699410

Portaria nº 366 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORIA-GERAL DO HOSPITAL DE BASE "DR. ARY PINHEIRO", no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº 9.997, de 3 de julho de 2002, na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, bem como as informações constantes do ID SEI nº Despacho (SEI nº 77478176), integrante do Processo SEI nº 0049.011178/2026-77,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

RESOLVE:

Art. 1º RELOTAR, a contar de 1º de outubro de 2026, no **Núcleo de Enfermagem (HB-NUEIN)** a servidora **EDINEIA TIBURCIO PINHEIRO**, matrícula n.º ******241, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotada no **(HB-NUCLICI)** .

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de portarias anteriores que tratem do mesmo objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2026.

JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

Direção-Geral do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP/SESAU/RO

Decreto de 27 de abril de 2026

Publicação no DIOF n° 79 de 27.04.2026 (71456260)

Protocolo 77710128

Portaria de férias nº 14996 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 12/10/2026 a 21/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **REBEKA MAYARA MIRANDA DIAS FOGAÇA**, **MÉDICO**, matrícula ******825, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(12/10/2026 a 21/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES

Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65670

Portaria de férias nº 14997 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JOSE CARLOS MULASKI,** MÉDICO, matrícula ******794, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, do(s) período(s) de**(22/12/2026 a 31/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(26/12/2026 a 04/01/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES

Gerente de Recursos Humanos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65671

Portaria de férias nº 15009 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 19/10/2026 a 02/11/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **CARLOS ANDRE TRENCH DE SOUZA**, **MÉDICO**, matrícula ******695, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(19/10/2026 a 02/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65681

Portaria de férias nº 15010 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **FERNANDA KINCHESKI CAMARGO,** MÉDICO, matrícula ******253, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para o**08/07/2026 a 17/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/07/2026 a 17/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **01/12/2026 a 10/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65682

Portaria nº 367 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORIA-GERAL DO HOSPITAL DE BASE “DR. ARY PINHEIRO”, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº 9.997, de 3 de julho de 2002, na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, bem como as informações constantes no Processo SEI nº 0049.011695/2026-46,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **DAYANE GARCEY LOPES SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº ******102, lotada no Núcleo de Serviço Social – HB-NSESO/HBAP, para responder interinamente pela

Coordenação do referido Núcleo, durante o período de férias da titular, SANDRA DO NASCIMENTO GUALBERTO, de 13 de outubro de 2026 a 1º de novembro de 2026, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de portarias anteriores que tratem do mesmo objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar de **13 de outubro de 2026.**

JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

Direção-Geral do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP/SESAU/RO

Decreto de 27 de abril de 2026

Publicação no DIOF n° 79 de 27.04.2026 (71456260)

Protocolo 77716165

Portaria de férias nº 15013 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SABRINA AUGUSTA SANTANA DE ARAÚJO,** ESPECIALISTA EM SAÚDE, matrícula ******584, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para o**08/10/2026 a 17/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/10/2026 a 17/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **25/11/2026 a 04/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES

Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65697

Portaria de férias nº 15015 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 16/10/2026 a 30/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ALINE SIMONE DANTAS SIQUEIRA CARVALHO** , **MÉDICO**, matrícula ******675, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(16/10/2026 a 30/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES

Gerente de Recursos Humanos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo DOC65714

Portaria de férias nº 15023 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 15/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ROSIMERY APARECIDA PRETTO**, **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, matrícula ******278, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 15/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65722

Portaria de férias nº 15024 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **HIALLI CRISTINE OLIVEIRA CHAVES,** MÉDICO, matrícula ******330, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, originalmente marcadas para o**01/06/2026 a 30/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**15/06/2026 a 30/06/2026 e 15/06/2026 a 30/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **20/12/2026 a 04/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65723

Portaria de férias nº 15025 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

INTERROMPER a contar de 20/07/2026 a 23/07/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **LUCIANA SILVEIRA NINA DE AZEVEDO**, **MÉDICO**, matrícula ******994, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(09/07/2026 a 23/07/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65724

HOSPITAL INFANTIL SÃO COSME E DAMIÃO - HICD

Portaria nº 5743 de 06 de outubro de 2026

O(A) DIRETOR(A) GERAL DO HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 4 de julho de 2025, publicada no DOE n. 124, de 04/07/2025.

Considerando o Requerimento 76767959, constante no Processo nº 0036.041148/2026-34;

RESOLVE:

Art. 1º. – **REMARCAR** o gozo das férias do (a) servidor (a) **ALINE ÉLEN MARTINS CANAVEZ,** matrícula n° ******421**, **Médico**, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, exercendo suas atividades laborais na Gerência Médica - GMED/HICD, do período de **08/06/2026 até 17/06/2026,** referente ao exercício de **2025**, a qual ficará para fruição no(s) período(s) de **05/10/2026 até 14/10/2026.**

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA
Diretora Geral do Hospital Infantil Cosme e Damião
HICD/SESAU/RO
Decreto de 04.07.2025 DIOF/RO (0061906778)

Protocolo 77358624

CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON

NORMA ZERO

<table>
<tr><td>Tipo de Documento</td><td>NORMA INSTITUCIONAL</td><td colspan="2">Nº do Doc SEI: 0053.003653/2026-72 (77683560)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Titulo de Documento</td><td rowspan="2">ENVASE DE ALMOTOLIAS</td><td>Emissão:
15/10/2026</td><td rowspan="2">Próxima Revisão:
15/10/2028</td></tr>
<tr><td>Versão: 01</td></tr>
</table>

1. DEFINIÇÃO

O envase é o processo pelo qual se restabelece uma quantidade adequada de solução apenas para uso semanal. Para realizar esta etapa é necessário descartar qualquer tipo de soluções líquidas e encaminhar para limpeza e desinfecção.

2. OBJETIVOS

- Evitar desperdício de soluções;
- Envasar o quantitativo adequando;
- Monitorar a validade do envase;
- Garantir envase livre de microrganismo,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

- Reduzir o risco de infecção associada ao processo de envase e ou prazo de validade dos materiais através da técnica correta e uso EPI`s adequados.

3. CAMPO DE APLICAÇÃO

Área limpa de cada unidade consumidora (Clínicas e UTIs).

4. EXECUTANTE

- Técnico de enfermagem do setor onde é utilizado (Clínicas e UTIs).
- Técnico de enfermagem interno da CME.

5. MATERIAL

- Equipamento de Proteção Individual (EPI´s);
- Higienizar as mãos;
- Reestabelecer a almotolia com quantitativo de 200ml a 250ml;
- Realizar a troca do rótulo e colocar data de validade;
- Higienizar novamente as mãos.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Rotulagem e Identificação:

A etiqueta ser legível com as seguintes informações:

- Nome do Produto;
- Data de envase;
- Data de Validade (7 dias após o envase);
- Responsável pela Troca.

Observações Importantes:

- Ao passar o prazo de 7 dias e na almotolia ainda conter solução, a mesma deverá ser encaminhada para limpeza, desinfecção e substituir o conteúdo (POP - SMSA - 045, 2025, p. 1).

7. REFERÊNCIA

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Saúde. Limpeza e desinfecção de almotolias: Procedimento Operacional Padrão: POP - SMSA - 045, revisão 01. Paraná: Secretaria Municipal de Saúde, nov. 2025. 7 p. [1]

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da diretoria colegiada nº 15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html

BRASIL, Ministério da Saúde. **Norma Regulamentadora 32 – NR. 32. Segurança e Saúde no Trabalho.** Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf

8. HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO/REVISÃO

Versão	Data	Descrição da atualização
01	15/10/2026	Versão inicial no Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

9. RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO

Elaboração Mirla Karoline S. Almeida - Enfª Coordenadora do Setor Central de Material e Esterilização - CME Poliana de Souza Gonçalves- Técnico de Enfermagem/Assessora Técnica GE- CEMETRON	Data: 15/10/2026
Revisão Adriana de L. Loures de Magalhães Araújo Gerente de Enfermagem em Substituição - CEMETRON-GE	Data: 16/10/2026

Validação/Análise Fernanda da Silva Cardoso Enfª Coordenadora Núcleo de Escritório de Qualidade-NEQ/CEMETRON	Data: 16/10/2026
Aprovação Evelyn de Sousa Pinheiro Diretora Geral -CEMETRON	Data: 19/10/2026

Protocolo 77683560

NORMA ZERO

Tipo de Documento	**NORMA INSTITUCIONAL**	**Nº do Doc SEI: 0053.003653/2026-72 (77683560)**	
Titulo de Documento	**LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE ALMOTOLIAS**	**Emissão:** 16/10/2026 **Versão:** 01	**Próxima Revisão:** 16/10/2028

1. DEFINIÇÃO

A limpeza e desinfecção de almotolias (frascos reutilizáveis utilizados para armazenar líquidos como álcool, clorexidina e etc) é um procedimento crítico de biossegurança e controle de infecções.

Embora pareçam recipientes simples, as almotolias são classificadas como artigos não críticos ou semicríticos (dependendo da solução contida e do local de aplicação) e representam um alto risco de contaminação cruzada e formação de biofilmes quando não higienizadas corretamente.

2. OBJETIVOS

Instituir e orientar a desinfecção das almotolias;

Realizar a remoção física da sujidade por ação mecânica, promovendo redução de microrganismos das superfícies das almotolias;

Realizar a limpeza e desinfecção nas almotolias após o término da solução e/ou semanalmente (A cada 07 dias).

3. CAMPO DE APLICAÇÃO

Central de Material e Esterilização - CME

4. EXECUTANTE

Técnico de enfermagem interno da CME

5. MATERIAL

- Equipamento de Proteção Individual (EPI´s);
- Escovas;
- Compressas cirúrgicas;
- Solução de detergente enzimático;
- Solução de ácido peracético;
- Recipiente plástico com tampa;
- Etiquetas de identificação;
- Água corrente;
- Pinça longa

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Execução

Higienizar as mãos;

Abrir a almotolia desconectando a tampa;

Usar EPIs (conforme– área do expurgo);

Desprezar todo conteúdo das almotolias na pia;

Colocar a almotolia e a tampa em solução de detergente enzimático diluída de modo que o interior do frasco esteja preenchido;

Imergir por completo na solução de detergente enzimático pelo tempo recomendado do fabricante;

Lavar todas as partes da almotolia esfregando com escova, com água e sabão;

Lavar em água corrente, individualmente com auxílio de escova;

Enxaguar abundantemente;

Deixar escorrer o excesso de água;

Imergir em solução de ácido peracético pelo tempo determinado indicado pelo fabricante do produto;

Enxaguar abundantemente;

Colocar para escorrer a água sobre compressa limpa;

Secar com auxílio de compressas cirúrgica;

Encaminhar para setor de preparo e acondicionamento;

Acondicionar em local limpo e seco.

Observações Importantes:

- Colocar solução em cada almotolia não ultrapassando 2/3 desta.
- Identificar cada almotolia com: Nome da solução antisséptica;
- Nome do profissional que liberou almotolia;
- Data de envase da almotolia e data de validade (07 dias).
- Obedecer a data de validade dos antissépticos;
- Usar almotolias escuras para acondicionar clorexidina degermante;
- Usar almotolias claras para acondicionar álcool, esta deve entregue vazia, somente com identificação;
- Cada setor deve solicitar ao almoxarifado o álcool para seu consumo.

7. REFERÊNCIA

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Saúde. Limpeza e desinfecção de almotolias: Procedimento Operacional Padrão: POP - SMSA - 045, revisão 01. Paraná: Secretaria Municipal de Saúde, nov. 2025. 7 p. [1]

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da diretoria colegiada nº 15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html

BRASIL, Ministério da Saúde. **Norma Regulamentadora 32 – NR. 32. Segurança e Saúde no Trabalho.** Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf

Universidade Federal do Paraná – UFPR. Protocolo Operacional Padrão – POP 025: limpeza e desinfecção de almotolia. 2019. Procedimento Operacional da sala de processamento de materiais: POP/SPM/001/2020 - Campina Grande: EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC/UFCG, 2020. 138p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS Fundação Municipal da Saúde. Protocolos Operacionais Padrão de Enfermagem. Porto Alegre/RS, 2020.

8. HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO/REVISÃO

Versão	Data	Descrição da atualização
01	16/10/2026	Versão inicial no Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

9. RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO

Elaboração Mirla Karoline S. Almeida - Enfª Coordenadora do Setor Central de Material e Esterilização - CME Poliana de Souza Gonçalves - Técnico de Enfermagem/Assessora Técnica GE- CEMETRON	Data: 16/10/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Revisão Adriana de L. Loures de Magalhães Araújo Gerente de Enfermagem em Substituição - CEMETRON-GE	Data: 16/10/2026
Validação/Análise Fernanda da Silva Cardoso Enfª Coordenadora Núcleo de Escritório de Qualidade-NEQ/CEMETRON	Data: 16/10/2026
Aprovação Evelyn de Sousa Pinheiro Diretora Geral -CEMETRON	Data: 19/10/2026

Protocolo 77732992

Portaria nº 281 de 14 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, publicado no DOE edição nº 191, de 8 de outubro de 2025 (0065145135)

Considerando o Processo nº 0053.002280/2026-12 e Requerimento (77422785).

RESOLVE:

Art. 1º - REMARCAR o gozo de férias regulamentar, por motivo de necessidade administrativa, remarcar conforme descrito no quadro abaixo:

Matrícula:	Nome Do Servidor:	Exercício	Cargo:	Programada para:	Transferida para:	Lotação:
******739	**ROSELY SPANAMBERG**	2025	TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL DA SAÚDE	06/01/2025 a 15/01/2025 19/02/2025 a 28/02/2025	**27/01/2027 a 05/02/2027** **19/07/2027 a 28/07/2027**	CEMETRON

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

Diretora Geral

CEMETRON

Protocolo 77606036

Portaria nº 282 de 14 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, publicado no DOE edição nº 191, de 8 de outubro de 2025 (0065145135)

Considerando o Processo nº 0053.003299/2026-86 e Requerimento (76540484).

RESOLVE:

Art. 1º - REMARCAR o gozo de férias regulamentar, por motivo de necessidade administrativa, remarcar conforme descrito no quadro abaixo:

Matrícula:	Nome Do Servidor:	Exercício	Cargo:	Programada para:	Transferida para:	Lotação:
******833	**CAREN JULIANA MOURA DE SOUZA**	2025	ENFERMEIRO	24/11/2025 a 08/12/2026	**01/12/2026 a 13/12/2026**	CEMETRON

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

Diretora Geral

CEMETRON

Protocolo 77631283

Portaria nº 283 de 15 de outubro de 2026

A DIRETORA-ADJUNTA DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA – CEMETRON, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE nº 2739, de 20 de dezembro de 2017, e considerando a nomeação publicada no DOE nº 191, de 08 de outubro de 2025 (0065145135),

Considerando os autos do Processo nº 0053.003494/2026-14 e o Requerimento (77239915)

RESOLVE:

Art.1º **INTERROMPER** por motivo de superior interesse público, o gozo de férias da servidor CIPRIANO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, ocupante do cargo de MÉDICO, matrícula nº ******470, referentes ao exercício de 2026, no período de 05/10/2026 a 14/10/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

Diretora-Geral

CEMETRON

Protocolo 77671636

Portaria nº 284 de 15 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, publicado no DOE edição nº 191, de 8 de outubro de 2025 (0065145135)

Considerando o Processo nº 0053.003494/2026-14 e Requerimento (77239915).

RESOLVE:

Art. 1º - REMARCAR o gozo de férias regulamentar, por motivo de necessidade administrativa, remarcar conforme descrito no quadro abaixo:

Matrícula:	Nome Do Servidor:	Exercício	Cargo:	Programada para:	Transferida para:	Lotação:
******470	**CIPRIANO FERREIRA DA SILVA JUNIOR**	2026	**MÉDICO**	05/10/2026 a 14/10/2026	**12/07/2027 a 21/07/2027**	CEMETRON

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

Diretora Geral

CEMETRON

Protocolo 77673415

Portaria nº 285 de 15 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicado no DOE edição

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

nº 2739 de 20 de dezembro de 2017, nomeada em 1º de outubro de 2025, publicado no DOE edição nº 191, de 8 de outubro de 2025 (0065145135)

Considerando o Processo nº 0053.003485/2026-15 e Requerimento (77217469).

RESOLVE:

Art. 1º - REMARCAR o gozo de férias regulamentar, por motivo de necessidade administrativa, remarcar conforme descrito no quadro abaixo:

Matrícula:	Nome Do Servidor:	Exercício	Cargo:	Programada para:	Transferida para:	Lotação:
******130	**NAIANE MOREIRA DA CRUZ MEDEIROS**	2026	BIOMÉDICO	02/12/2026 a 31/12/2026	**31/12/2026 a 29/01/2027**	CEMETRON

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

Diretora Geral

CEMETRON

Protocolo 77674828

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - LACEN

Portaria nº 32 de 15 de outubro de 2026

O(A) **Diretora Geral**, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 24/03/2020,publicada no DOE n.55, de 24/03/2020.

Considerando o constante no Processo nº 0046.000357/2026-17

RESOLVE:

Art. 1º. REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO,TÉCNICO EM LABORATÓRIO,matrícula ******570, pertencente ao quadro de servidores do Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia, do (s) período (s) de 15.10.2026 a 30.10.2026 , referente ao exercício de 2026, a qual fica transferida para fruição no (s) período (s) de 16.10.2026 a 30.10.2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

CICILEIA CORREIA DA SILVA

Diretora Geral - LACEN/SESAU-RO

Protocolo 77692788

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON

Portaria nº 668 de 15 de outubro de 2026

Institui o Núcleo de Segurança do Paciente e designa servidores para composição.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, ANILTO FUNEZ JUNIOR no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 13 de janeiro de 2026, publicado no DOE n° 9 de 14 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 36 da ANVISA de 25 de Julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, dentre elas a constituição de um Núcleo de Segurança do

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Paciente;

CONSIDERANDO o Processo SEI nº **0052.003120/2026-09**

R E S O L V E:

Art. 1º - **INSTITUIR** no âmbito do Hemocentro Coordenador em Porto Velho, o Núcleo de Segurança do Paciente.

Art. 2º - O Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes de trabalho, a fim de promover uma cultura institucional voltada para a segurança dos pacientes e doadores, através do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação de programas e tecnologias, que visem garantir a qualidade dos processos na Instituição.

Art. 3º - **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão do Núcleo de Segurança do Paciente do Hemocentro Coordenador da FHEMERON em Porto Velho, a contar da publicação desta Portaria, sem ônus e sem prejuízo de suas atividades:

Nome	Cargo	Matrícula
Ana Carolina Gonzaga de Melo	Médica	*** *** 149
Daniele Campos Fontes Neves	Médica	*** *** 828
Marcos Furtado Mendonça	Médico	*** *** 853
Maria Irenir de Sousa	Enfermeira	*** *** 961
Brenda Bulcão Duarte de Lima	Enfermeira	*** *** 075
Maria Caroline da Silva Pereira	Biomédica	*** *** 919
Vanessa Oliveira dos Reis	Biomédica	*** *** 005

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANILTO FUNEZ JUNIOR

Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON

Protocolo 77688588

Portaria nº 673 de 19 de outubro de 2026

A VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 19 de setembro de 2025, publicado no DOE ed. n° 180, de 22 de setembro de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 4° do Decreto n° 27.021, de 4 de abril de 2022, publicado no DOE n° 62, de 04/04/2022, **HORAS EXTRAS EM REGIME DE PLANTÃO**, aos servidores abaixo relacionados, referente ao mês de **Setembro/2026**. Considerando os documentos inseridos no processo SEI nº 0052.003438/2026-81.

ORD	NOME	MATRÍCULA	H
1.	Cleia de Souza Nunes	******514	96

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LEYRYS CLEYS FINZE SILVA FEDER

Vice-Presidente/FHEMERON

Protocolo 77761968

Portaria nº 672 de 19 de outubro de 2026

A VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 19 de setembro de 2025, publicado no DOE ed. n° 180, de 22 de setembro de 2025.

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1º - Conceder de acordo com o artigo 4° do Decreto n° 27.021, de 4 de abril de 2022, publicado no DOE n° 62, de 04/04/2022, **HORAS EXTRAS EM REGIME DE PLANTÃO**, aos servidores abaixo relacionados, referente ao mês de **Setembro/2026**. Considerando os documentos inseridos no processo SEI nº 0052.003842/2026-55.

ORD	NOME	MATRÍCULA	H
1.	Sueli Aparecida Bosso da Silva	******928	24:30

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LEYRYS CLEYS FINZE SILVA FEDER

Vice-Presidente/FHEMERON

Protocolo 77755934

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA

Portaria nº 353 de 19 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto de 29 de março de 2023, publicado no DOE Edição 61, de 31 de março de 2023

Considerando o processo 0002.003241/2026-38 e a Autorização 77671140;

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 74, Lei nº. 8112/90, e cabendo a despesa ao Estado, de acordo com Extrato do Convênio Processo 05100.007863/2014-15, datado de 19.10.2016, publicado no DOU nº 206 de 26/10/2016, firmado entre o Ministério do Planejamento e o Estado de Rondônia o Adicional por Serviço Extraordinário, aos servidores, abaixo-relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal do ex-Território Federal de Rondônia, lotados na Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, referente ao mês de SETEMBRO/2026.

NOME	MATRICULA	HORAS
SELMA LIMA DA SILVA	******481	30:49

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA

Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77764852

Portaria nº 355 de 19 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como oDecreto de 29 de março de 2023, publicado no DOE Edição 61, de 31 de março de 2023.

Considerando o Memorando 165 (75835482) e Autorização 77674489;

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 74, Lei nº. 8112/90, e cabendo a despesa ao Estado, de acordo com Extrato do Convênio Processo 05100.007863/2014-15, datado de 19.10.2016, publicado no DOU nº 206 de 26/10/2016, firmado entre o Ministério do Planejamento e o Estado de Rondônia o **Adicional por Serviço Extraordinário**, aos servidores, abaixo-relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal do ex-Território Federal de Rondônia, lotados na Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

SERVIDOR	MATRICULA	HORAS
JAIR CARMO SILVA	******785	38.02H
FLAVIO FERREIRA DE SOUZA	******393	36.00H
EDMILSON CARDOSO MARQUES	******806	18.00H

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ELIANE NUNES RODRIGUES DA SILVA	******718	37.37H

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77770416

Portaria nº 354 de 19 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto de 29 de março de 2023, publicado no DOE Edição 61, de 31 de março de 2023

Considerando o Memorando 165 (75835482) e Autorização 77674489;

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 92 da Lei Complementar nº. 68 de 9.12.2002, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo-relacionados pertencentes ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

NOME	MATRICULA	HORAS
LOURDETE NUNES	******999	27:51H
MARIZE SALDANHA DE AZEVEDO FONSECA	******954	12:00H

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77769962

Portaria nº 357 de 19 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações, bem como o Decreto de nomeação de 29 de março de 2023, publicado no DOE, Edição 61, de 31 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. – **Conceder Licença Prêmio em Pecúnia**, em conformidade com os parágrafos § 4º e § 5º do Art. 123 da Lei Complementar nº 68 de 9.12.1992, ao(a) servidor(a) **VANESSA EZAKI**, ocupante do cargo de **BIOMEDICO**, matrícula nº ********790**, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado(a) na Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no período já adquirido e não gozado, compreendido entre **15/12/2010 a 14/12/2015,** referente ao **1° quinquênio.**

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77779036

Portaria nº 356 de 19 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto de 29 de março de 2023, publicado no DOE Edição 61, de 31 de março de 2023

Considerando o processo 0002.002677/2026-18, Parecer 745 (77422848), e a Autorização 77729994;

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 92 da Lei Complementar nº. 68 de 9.12.2002, o **Adicional por Serviços Extraordinários** a servidora, abaixo-relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, referente ao mês de **AGOSTO/2026.**

NOME	MATRICULA	HORAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

SILVIA MARIA FERREIRA CARVALHO	******099	96:00
VALENTINA MENDONÇA DA SILVA	******347	36:00
MARIA SILVA CAVALCANTE	******206	36:00
IVO DA SILVA BARBOSA	******504	51:25

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor Geral/AGEVISA-RO

Protocolo 77777335

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026/IESPRO
Processo Administrativo nº 0055.001317/2026-75

O Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO, inscrito no CNPJ nº 07.098.779/0001-79, torna público o interesse em receber propostas adicionais para aquisição de materiais gráficos personalizados destinados ao 4º Congresso de Residências Multiprofissionais e Médicas do Estado de Rondônia, conforme Termo de Referência, documento SEI nº 77734604.

Fundamento legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

1. DO OBJETO

Aquisição dos seguintes materiais personalizados:

Item	Material	Unidade	Quantidade
1	Pastas personalizadas	Unidade	250
2	Blocos de anotações	Unidade	250
3	Credenciais com proteção plástica e cordão	Unidade	250
4	Banners	Unidade	2
5	Canetas personalizadas	Unidade	250
6	Faixa	Unidade	1

As especificações técnicas, os valores referenciais por item e as condições de fornecimento constam do Termo de Referência e de seus anexos.

2. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado é de **R$ 8.886,20 (oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)**.

3. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Será adotado o **menor preço por item**, observados o atendimento às especificações, a aceitabilidade dos preços e os requisitos de habilitação.

Será aplicado o tratamento legal às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme o Termo de Referência e a legislação pertinente.

4. DO PERÍODO E DA FORMA DE RECEBIMENTO

As propostas serão recebidas pelo prazo de **04 (quatro) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de publicação deste aviso, até as 12h do último dia do prazo, no horário de Rondônia**.

As propostas deverão ser encaminhadas aos endereços eletrônicos: ccc.iespro@gmail.come comp@iespro.ro.gov.br

No assunto da mensagem, indicar: **“Proposta – Dispensa nº 42/2026/IESPRO – Materiais gráficos”**.

5. DO CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

a) razão social, CNPJ, endereço e contatos do fornecedor;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

b) identificação do representante responsável;

c) indicação dos itens ofertados e descrição dos materiais;

d) preços unitários e totais;

e) prazo de entrega, conforme o Termo de Referência;

f) validade mínima de 30 dias, contados da apresentação;

g) declaração de que os preços incluem tributos, frete, impressão, personalização, acabamento e demais encargos necessários ao fornecimento.

Será admitida a apresentação de proposta para um ou mais itens, respeitado o critério de seleção por item.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E HABILITAÇÃO

A entrega, o recebimento, o pagamento e a habilitação observarão as condições estabelecidas no Termo de Referência.

O prazo de entrega deverá atender ao cronograma definido no referido documento, considerando a realização do congresso nos dias **24 e 25 de novembro de 2026**.

7. DO ACESSO AOS DOCUMENTOS

A íntegra deste aviso, do Termo de Referência SEI nº 77734604e dos anexos estará disponível no seguinte endereço público:

[Banner (77594114), Folder Caneta (77594570) Anexo Pasta e bloco (77595025) e Anexo Faixa (77602522).

Esclarecimentos poderão ser solicitados pelos endereços eletrônicos indicados neste aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração poderá negociar os preços, realizar diligências e desclassificar propostas que não atendam às especificações e às condições divulgadas.

A apresentação de proposta não gera direito à contratação. O resultado da seleção será registrado no processo administrativo e divulgado pelos meios oficiais pertinentes.

MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS
Diretora-Geral

Protocolo 77734706

EDITAL Nº 44/2026/IESPRO-COREMU

A Diretora-Geral do INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA – IESPRO, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO, no âmbito das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 1.248, de 07 de agosto de 2024, considerando o disposto no art. 200 da Constituição Federal, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e a necessidade de qualificação da preceptoria nos programas de residência em saúde, convoca os candidatos das vagas reservas para realização da matrícula.

1. **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO CADASTRO RESERVA**

Classificação geral	Candidato	Programa	Nota
13º	Edimila dos Santos Ramos	Terapia Intensiva	5,5
14º	Janete Brito Hitzschky de Souza	CME	5,5
15º	Aline Rézio de Matos	Terapia Intensiva	5,5
17º	Lidiane dos Santos Belo Sena	Terapia Intensiva	5,5
24º	Jéssica Caroline de Oliveira Chianca	CME	3,5

2. **CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA**

Para matrícula solicita-se que o preceptor selecionado preencha o formulário disponível em Link de preenchimento com necessidade de anexar os seguintes documentos:

1. Identidade e CPF
2. Comprovante de Residência
3. Identidade profissional ou certidão negativa do conselho de classe
4. Comprovante de conta bancária (preferencialmente Banco do Brasil)
5. Certidão negativa CGA
6. disponível em: https://certidao.segep.ro.gov.br/
7. Auto declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e /ou esfera federal, estadual e/ou municipal

Com prazo máximo de preenchimento até o dia **20/10/2026 até às 8h.**

MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS

Diretora-geral /Iespro

Protocolo 77770473

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO I. E. E. MARECHAL RONDON
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8577/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057166/2026-27

Objeto:Serviço de reparo e manutenção preventiva, higienização e reoperação dos bebedouros industriais.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 14/10/2026 a 16/10/2026.

O Conselho Escolar do I. E. E. Marechal Rondon, C.N.P.J nº 04.698.270/0001/79, localizado no Instituto Estadual de Educação Marechal Rondon, situado à Avenida Transcontinental, nº 710, Bairro Centro, CEP: 76907-564, no Município de Ji-Paraná-RO, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROAFI - PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada em **Serviço de reparo e manutenção preventiva, higienização e reoperação do bebedouro industrial**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **14/10/2026 a 16/10/2026,** pelo endereço eletrônico **ieemalrondon@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Transcontinental, nº 710, Bairro Centro, CEP: 76907-564, no Município de Ji-Paraná-RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa o **serviço de reparo e manutenção preventiva, higienização e reoperação dos bebedouros industriais e Limpeza das Caixa d'água,** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva, Instituto Estadual de Educação Marechal Rondon;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ieemalrondon@seduc.ro.gov.br, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** ID 77618067 e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ieemalrondon@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **14/10/2026 a 16/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"PDF"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar do I. E. E. Marechal Rondon, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI - PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO,** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integra o presente Aviso o Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (ID 77618067).

Ji-Paraná/RO, 14 de outubro de 2026.

ITAMAR BECK RAMOS
Presidente da Comissão de Contratação
VERA MARIA VALENTIM FERREIRA DIAS
Presidente do Conselho Escolar do I. E. E. Marechal Rondon

Protocolo 77597996

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **11/2026**

CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO 31 DE MARÇO**

CONTRATADA: MARIA DE FÁTIMA LEÃO DA SILVA

CNPJ DA CONTRATADA: 43.205.833/0001-00

OBJETO: Serviço de Limpeza e Manutenção de Ar-Condicionado

VALOR: R$ 1.000,00 (Mil reais)

VIGÊNCIA: (30) (trinta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026

ASSINAM: Albertina Monteiro Netta

Protocolo 77646581

AVISO

CONSELHO ESCOLAR RONDOMINAS

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 21/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057674/2026-13

Objeto: Aquisição de Gás engarrafado 13kg

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 16/10/2026 a 20/10/2026

O Conselho Escolar Rondominas, C.N.P.J nº 01.796.881/0001-61 localizado na rua dos Extencionistas, 3490, distrito de Rondominas, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76.920-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi - Programa de Apoio Financeiro, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: gás engarrafado 13kg, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 16/10/2026 a 20/10/2026, pelo endereço eletrônico escolamariamatos@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço rua dos Extencionistas, 3490, distrito de Rondominas, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76.920-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de gás engarrafado 13kg considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolamariamatos@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolamariamatos@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 16/10/2026 a 20/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Rondominas, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77678454).
Rondominas, 16 de outubro de 2026
Damaris Furtado de Araújo
Presidente da Comissão de Contratação
Ricardo Carlos Gomes
Presidente do Conselho Escolar Rondominas

Protocolo 77678503

Portaria nº 9578 de 28 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº**10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.048290/2026-00,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu”, no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea “n”, da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ATIVIDADE DE RECREAÇÃO**,** ao (a) servidor (a) ALEF RICHTER MACHADO**,** matrícula nº **3******58**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **23/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77113766

HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO PARA AS ESCOLAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - PEI
DO MUNICÍPIO DE JARU - PORTARIA Nº 4528/SEDUC, DE 28 DE MAIO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso V, do Art. 37 da Constituição Federal do Brasil, no Art. 71 da Constituição do Estado, bem como, preconiza a Lei Complementar nº 1.214, de 21 de dezembro de 2023, que institui o Programa de Educação Integral - PEI, vinculado à SEDUC e revoga a Lei nº 4.202/2017, do Governo do Estado de Rondônia, torna público a **Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Interno** para o cargo de Professor para ministrar os componentes curriculares de História, Biologia, Química, Língua Portuguesa, Geografia e Matemática, na EEEMTI Capitão Silvio de Farias, no município de Jaru, contemplada com o Programa de Educação Integral - PEI estabelecido na Portaria nº 5.557, de 15 de maio de 2025, que regulamenta a operacionalização do Programa de Educação Integral - PEI e, Portaria nº 4528, de 28 de maio de 2026, que dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado Interno para a composição da Equipe Gestora e da Equipe Escolar visando atender as unidades contempladas com o Programa de Educação Integral - PEI, mediante a realização do Processo Seletivo Simplificado Interno constante em duas etapas (análise de títulos e entrevista), conforme o quadro abaixo:

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PARA PROFESSOR DA EEEMTI CAPITÃO SILVIO DE FARIAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MATRÍCULA	VAGA	ESCOLA	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	Nildo Doval Moutim	xxxxxx808	História	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	90,0	1º
02	Maic Bezerra Uchôa	xxxxxx192	Biologia	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	92.5	1º
03	Vinícius Militino Fernandes	xxxxxx521	Química	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	92,5	1º
04	Iadara Alves Marinho	xxxxxx694	Língua Portuguesa	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	85,8	1º
05	Leandro Xavier Cortijo	xxxxxx267	Geografia	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	82,5	1º
06	Geneci Barbosa de Carvalho	xxxxxx673	Matemática	EEEMTI Capitão Silvio de Farias	85,0	1º

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação - SEDUC/RO

Protocolo 77605483

Portaria nº 9568 de 28 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.050120/2026-87,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea "n", da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de **EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL ,** ao (a) servidor (a) **KAMILA APARECIDA DA SILVA,** matrícula nº **3******81**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **08/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77107688

Portaria nº 9789 de 29 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.052619/2026-29**,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a **Gratificação pelo Mestrado** "Stricto Sensu", no percentual de 20% (vinte por cento), de acordo com a Alínea "n", Inciso II, do artigo 77, da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, publicado no DOE n. 2054, e apresentação do título **MESTRADO EM FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA,** ministrado pelo (a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO,** ao (a) servidor (a) **SILVIO DA SILVA SANTIAGO,** matrícula nº **3******36**, ocupante do cargo de **Professor Classe C**, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **21/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77158982

Portaria nº 9783 de 29 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.053223/2026-07,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea "n", da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de NEUROPSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL INCLUSIVA, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**,** ao (a) servidor (a) MIRIAN LATALIZA FRANÇA**,** matrícula nº **3******32**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **23/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77147312

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº77174876/2026

CONTRATANTE: O Conselho Escolar da Escola E.E.E.F. Princesa Izabel, inscrito no CNPJ: 05.524.464/0001-10

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO BENEFICIENTE ARMAZENAMENTO E COMÉRCIO DE PRODUTORES (COOPPORTO), inscrita no CNPJ: 44.748.778/0001-59

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (polpa de fruta, abacaxi (congelada) - embalagem de 500g ou 1kg,abóbora cabotiá; açafrão; polpa de fruta, açaí; polpa de fruta, acerola; alface crespa; alface lisa; banana comprida (da terra); banana prata; cebolinha; chicória; coentro; colorau; couve; polpa de fruta, cupuaçu; iogurte; laranja pera; limão;Macaxeira (mandioca) melancia; melão; pimenta de cheiro; pimentão verde; repolho branco; tangerina/poncã; tomate; vagem) em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 80 (Oitenta) dias, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026/SEDUC - SUPER - PVH , Processo Administrativo nº 0029.017611/2026-16, que deu origem ao Chamamento Público nº 001/2025/SUPERPVH, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 13.019/14, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 3.895,80 (três mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

PROCESSO: 0029.023171/2026-36

VIGÊNCIA: 80 (Oitenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 6.10.2026

Graciela Flores Lopes de Azevedo
CONTRATADA
Claudia Rodrigues Portela
CONTRATANTE (Representante)

Protocolo 77176083

Portaria nº 9494 de 28 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.052925/2026-65,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea "n", da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**,** ao (a) servidor (a) **KARINA DA SILVA FERREIRA,** matrícula nº **3******22**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **22/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77097136

Portaria nº 9878 de 01 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº 0029.053041/2026-28**,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea "n", da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de **TUTORIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DOCÊNCIA DO**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ENSINO SUPERIOR, ao (a) servidor (a) **MICHELE PAULA DE OLIVEIRA,** matrícula nº **3******37**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **23/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 77259457

Portaria nº 8829 de 24 de setembro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, Lei Complementar 1180, publicada no DOE n.49, de 15 de março de 2023 e Portaria nº **10125** de 07 de outubro de 2026, publicada no DOE n.194 de 08 de outubro de 2026, de acordo com os termos do Processo nº **0029.050017/2026-37,**

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Gratificação pela Titulação em Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu”, no percentual de **15%** (quinze por cento), de acordo com o Art. 77 do Inciso II, alínea “n”, da Lei Complementar nº 680, de 7 de Setembro de 2012, e apresentação do Certificado do Curso de **PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA ,** ao (a) servidor (a) **FABIANA SANTARENO SEVERINO DA SILVA,** matrícula nº **3******44**, ocupante do cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Estado de Rondônia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação retroagindo seus efeitos financeiros a contar de **23/09/2026.**

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10125 de 07 de outubro de 2026

Protocolo 76986812

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 06/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

CONTRATADA: **MJ Oliveira Dist. e Serviços Ltda**

CNPJ DA CONTRATADA: 61.664.765/0001-10

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Limpeza e Produção de Higienização**.

VALOR: R$ **6.918,98 (Seis mil, novecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e João Vítor Bettero Oliveira

Protocolo 77702349

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONTRATADA: **Start Shop Global Ltda**

CNPJ DA CONTRATADA: 37.912.727/0001-55

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Limpeza e Produção de Higienização**.

VALOR: R$ **747,48 (Setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e Luana Hoffmann dos Santos

Protocolo 77131210

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 07/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

CONTRATADA: **ABC Comércio e Representações Ltda-ME**

CNPJ DA CONTRATADA: 34.749.515/0001-00

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Limpeza e Produção de Higienização**.

VALOR: R$ **107,89 (Cento e sete reais e oitenta e nove centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e Marcelo Fernando Baumann Toschi

Protocolo 77702472

Portaria nº 10538 de 16 de outubro de 2026

O Presidente do Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho.

Considerando a competência para designar os membros para compor a Comissão de Contratação, conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

Considerando que a constituição dessa Comissão é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Contratação.

Art. 2º Designar os servidores, abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão supracitada, para desempenho de suas atribuições estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

1 - Carem Eloise Almeida dos Santos, matrícula nº ******479, Presidente;

2 - Julia Souza Amaral, matrícula nº ******193, Membro;

3 - Marcos Leoncio Teixeira, matrícula n. ******356, Membro;

4 - Rosângela Maria de Sousa Miranda, matrícula nº ******385, Suplente;

5 - Regina Alencar de Freitas, matrícula n. ******163, Suplente, Suplente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Severino Bertino Neto

Presidente do Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal

Protocolo 77707158

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 10622 de 16 de outubro de 2026

O Presidente do Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho.

Considerando a competência para designar os membros para compor a Comissão de Recebimento, conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

Considerando que a constituição dessa Comissão é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Recebimento.

Art. 2º Designar os servidores, abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão supracitada, para desempenho de suas atribuições estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

1 - Célia Klein, Matricula n. ******234, Presidente;

2 -Daniela da Silva Pacheco, matrícula n. ******165, Membro;

3 - Carmem Catarina Galiano Fernandes, matrícula n. ******305,Membro;

4 - Regis Frey, matrícula n. ******689, Suplente.

5 -Liandra Eller Prado dos Anjos,matrícula n. ******979 , Suplente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Severino Bertino Neto

Presidente do Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal

Protocolo 77739001

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva
CONTRATADA: PONTO FORTE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 02.633.678/0001-37
OBJETO: É objeto desta contratação de **Material para manutenção de bens móveis**
VALOR: R$ 6.658,20 (Seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA:60 (sessenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026
ASSINAM:Elizabete Lima de Melo da Trindade e Marcos Antonio de Oliveira

Protocolo 77285101

EXTRATO

Extrato de Contrato, Referente ao Contrato 008/PROAFI/2026 77580614 - Aviso de Processo Simplificado 008/PROAFI 2026 id 76880465.

Contratante: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM TEODORO DE ASSUNÇÃO
OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, SUMIDOURO E CAIXA DE GORDURA, PARA TODO O PERIODO LETIVO DE 2026,* conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 008/PROAFI/2006 e anexos.
Contratada: MARIFOSSA SANEAMENTO LTDA - ME, de ora em diante denominada Contratada, com sede em PORTO VELHO/RO, naAvenida: Eng Anysio da Rocha, nº 5696, Aponiã, CEP: 76.824-002, CNPJ: 03.665.323/0001-92, representada neste ato por seu(ua) representante legal o(a) Sr(a). MARIANGELA DIAS DE ARGOLO NASCIMENTO, portador(a) do RG nº ***614-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº ***.246.***-**.
VALOR: R$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais).
PROCESSO:0029.042885/2026-43
VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência de 03 (três) meses consecutivos.

Cleidiene Luna Feitosa

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Assinatura Eletrônica no SEI
(Presidente do Conselho Escolar/Diretor da Escola)
MARIANGELA DIAS DE ARGOLO NASCIMENTO
Contratada

Protocolo 77618363

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 8.1/2026

CONTRATANTE: **Conselho Escolar CTPM XIII**

CONTRATADA: ML. DA SILVEIRA - ME

CNPJ DA CONTRATADA: 03.687.065/0001-45

OBJETO: É objeto do presente contrato a aquisição de Serviços Gráficos para proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas da unidade executora Conselho Escolar CTPM XIII, as especificações e quantidades estimadas do objeto desse contrato, estão descritas na planilha abaixo conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 08/2026 e anexos.

VALOR: R$ 1.615,00 (mil seiscentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: 16/10/2026 à 15/03/2027, 150 dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: JAQUILENE PUTTIN – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e Mauro Lopes da Silveira **-** Representante Legal da empresa ML. DA SILVEIRA - ME.

Protocolo 77738668

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO GENIVAL NUNES DA COSTA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 008/2026 - SERVIÇO
PROCESSO SEI Nº 0029.021451/2026-18
Objeto: Contratação de empresa especializada em Limpeza de Reservatório de água .
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **20/10/2026 à 22/10/2026**
O **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Genival Nunes da Costa**, **C.N.P.J nº 00.670.368/0001-67,** localizado na Rua: 907, Nº 2078, Bairro: Boa Esperança - Vilhena/RO - CEP: 76.985-440, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no serviço de limpezade reservatório de água , referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **20/10/2026 à 22/10/2026**, pelo endereço eletrônico **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua: 907, Nº 2078, Bairro: Boa Esperança - Vilhena/RO - CEP: 76.985-440, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Em atendimento a Instrução Normativa Nº14/2025/SEDU-SE, justifica-se este procedimento que estára visando a contratação de empresa especializada no serviço de Limpeza da caixa de agua , considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolagenivalnunesdacosta@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **20/10/2026 à 22/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino fundamental Deputado Genival Nunes da Costa, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
-Formulário Pesquisa de Preços/Proposta - ID (77364520)

Vilhena, 16 de outubro de 2026

Rozana Ferreira do Nascimento
Presidente da Comissão de Contratação

VADEILZA CASTILHO DE ARAÚJO BERNERT
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77364047

Portaria nº 10593 de 16 de outubro de 2026

Institui a Comissão Avaliadora do Concurso de Produção de Mídia “Mídia Protagonista”, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC/RO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, considerando o disposto no Edital nº 3/2026/SEDUC-GEI, que regulamenta o Concurso de Produção de Mídia “Mídia Protagonista”, com o tema “EPT: conhecer para escolher e ampliar possibilidades”,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Avaliadora do Concurso de Produção de Mídia “Mídia Protagonista”, responsável pela análise e avaliação dos vídeos produzidos pelas equipes participantes, em conformidade com os critérios estabelecidos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

no Edital nº 3/2026/SEDUC-GEI.

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor a Comissão Avaliadora:

I – ADRIELLY LORRAYNE CUELLAR DA SILVA, matrícula nº ******621, Assessora de Comunicação, representante do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP;

II – SARAH GARCIA, matrícula nº ******631, Assessora de Comunicação, representante da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/ASCOM;

III – SILVIO JOSÉ MENEZES DOS SANTOS, matrícula nº ******929, Gerente de Mídias Educacionais – GME, representante da área de Mídias Educacionais da SEDUC/RO;

IV – TAINÁ OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº ******440, servidora da Gerência de Ensino Médio, representante da Diretoria-Geral de Educação – DGE/SEDUC.

Art. 3º Compete à Comissão Avaliadora:

I – analisar e avaliar os vídeos inscritos no Concurso, observando os critérios e as disposições estabelecidos no Edital nº 3/2026/SEDUC-GEI;

II – atribuir pontuação às produções audiovisuais, conforme os critérios de avaliação previstos no Edital;

III – assegurar a imparcialidade, a transparência e a isonomia durante o processo avaliativo;

IV – registrar as pontuações atribuídas e consolidar os resultados da avaliação;

V – encaminhar à Comissão Organizadora o resultado da avaliação para as providências subsequentes.

Art. 4º Os membros da Comissão Avaliadora deverão atuar com imparcialidade, observando exclusivamente os critérios estabelecidos no Edital, resguardando o sigilo das avaliações até a divulgação oficial dos resultados.

Art. 5º A participação na Comissão Avaliadora será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado de Educação de Rondônia

Protocolo 77720549

Portaria nº 10134 de 07 de outubro de 2026

Delega ao Diretor Técnico a prática de atos administrativos relativos à autorização de trabalho remoto, home office ou escritório remoto e teletrabalho, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia - Seduc.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 71, VI, da Constituição do Estado de Rondônia e o art. 30, §1º e art. 171, inc. XIII, da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017; e, em conformidade com o art. 23 e seguintes da Lei nº 3.830, de 27 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar a **Anderson Marlon Freitag**, Diretor Técnico, da Seduc, a contar de 1º de outubro de 2026, competência para prática dos atos administrativos relativos a autorização de trabalho remoto, home office ou escritório remoto e teletrabalho, nos termos do Decreto nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022 (Institui o Trabalho Remoto no âmbito do Poder Executivo).

Parágrafo único. As autorizações de que trata o *caput* serão minutadas pela Assessoria do Gabinete (SEDUC-ASGAB). Após, conforme Manual - Módulo III - Jornada de Trabalho e Controle de Frequência (link), fluxo POP 03.005 (link) e Fluxo (link), a Gerência de Frequência (SEDUC-GF) deverá conferir toda a documentação constante dos autos, e somente caso atendidos os requisitos do Decreto nº 26.869/22, minutará a respectiva Portaria, disponibilizando no bloco para assinatura do Diretor Técnico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 7914 de 21 de setembro de 2026 (76826761), publicada no DOE nº 184, de 23/09/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Massud Jorge Badra Neto
Secretário de Estado da Educação de Rondônia

Protocolo 77420535

Portaria nº 7472 de 15 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia e considerando a composição da Comissão de Coordenação do Programa de Educação Integral,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores:

RENATA DA SILVA ZEBALOS, matrícula nº ******407, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Coordenadora Geral - Ensino Fundamental II do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **20.07.2026;**

CÉLIA NOGUEIRA FERREIRA, matrícula nº ******793, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista em Infraestrutura - Ensino Fundamental II do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **22/12/2023;**

VITÓRIA RÉGIA MUSTAFÁ BORGES DA SILVA, matrícula nº ******033, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista Pedagógico - Ensino Fundamental II do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **07/06/2024;**

IRANILDE MENDES DA SILVA, matrícula nº ******267, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista em Gestão - Ensino Fundamental II do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **22/12/2023;**

FABIANA APARECIDA NEVES FREIRE, matrícula nº ******635, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Coordenadora Geral - Ensino Médio do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **01/01/2025;**

LUCAS FERNANDO GONÇALVES SOUZA, matrícula nº ******946, Professor Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista em Infraestrutura - Ensino Médio do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **04/03/2026;**

VALESCA GALDINO LIMA VIEIRA, matrícula nº ******471, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista Pedagógico - Ensino Médio do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **01/01/2025;**

MARIA LUIZA COELHO TRINDADE ARAÚJO, matrícula nº ******177, Professora Classe C, pertencente ao Quadro Pessoal Civil do Estado de Rondônia, na função de Especialista em Gestão - Ensino Médio do Programa de Educação Integral- SEDUC, a contar de **06/01/2025;**

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros, a contar das datas indicadas no art. 1°.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado de Educação de Rondônia

Protocolo 76651366

EXTRATO

EXTRATO DA ATA DE APROVAÇÃO E ADOÇÃO DO REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O Conselho Gestor da Superintendência Regional de Educação de Cacoal – RO comunica aos interessados, aos membros do Conselho, à comunidade escolar e à sociedade em geral que, em Assembleia Geral realizada no dia **16 de outubro de 2026, às 8h**, foi aprovado, por maioria simples dos membros presentes, o **Regulamento Próprio de Compras e Contratações**, conforme deliberação registrada em Ata.

O referido Regulamento tem por finalidade estabelecer formas, critérios e condições para a aquisição de bens e produtos e a contratação de serviços, incluindo pequenos reparos e serviços de engenharia, de maneira objetiva e simplificada, visando atender às necessidades da Unidade Executora (UEx) do Conselho Gestor da Superintendência

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Regional de Educação de Cacoal – RO, entidade privada sem fins lucrativos vinculada à Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC/RO.

O Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação, observadas as disposições do Estatuto Social, a legislação vigente e as demais normas aplicáveis.

Severino Bertino Neto
Presidente do Conselho Gestor da Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal

Protocolo 77531421

AVISO

CONSELHO ESCOLARSEIS DE JULHO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 13/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057951/2026-80

Objeto: Prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica: Dedetização e desratização nas dependências da Unidade Escolar

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 21/10/2026**

O Conselho Escolar Seis de Julho, C.N.P.J nº 84.559.384/0001-77, localizado na Avenida Tapajós, nº 3659, Bairro Centro - Município de Cabixi/RO - CEP 76.994-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica: Dedetização e desratização nas dependências da Unidade Escolar, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico ceeja6dejulho@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Tapajós, nº 3659, Bairro Centro -Município de Cabixi/RO - CEP 76.994-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica: Dedetização e desratização nas dependências da Unidade Escolar, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou com o respectivo CEEJA SEIS DE JULHO ;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceeja6dejulho@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta,** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceito propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceeja6dejulho@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceito documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Seis de Julho, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Escola - Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta 77740011

Cabixi/RO, 16 de outubro de 2026.
Adelza Auxiliadora Celebrini
Presidente da Comissão de Contratação
Marilda Gregio
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77740014

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2026
CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM CLAUDIO MANOEL DA COSTA
CONTRATADA: Laisa Lopes Ribeiro LTDA **CNPJ:**61.359.615/0001-01
OBJETO: constitui objeto desse contrato a aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento às necessidades do Conselho Escolar Claudio Manoel da Costa.

VALOR: **R$** 7.724,12 (sete mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) .
PROCESSO Nº0029.023356/2026-41.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA DE ASSINATURA:16/10/2026
ASSINAM: Maria Aparecida Cardoso dos Santos– Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Claudio Manoel da Costa eLaisa Lopes Ribeiro .

Maria Aparecida Cardoso dos Santos
Presidente do Conselho Escolar
Governador Jorge Teixeira, 01 de junho de 2026.

Protocolo 77732432

Portaria nº 9927 de 06 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 10 (dez) **dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) LEONICE SOARES DANTAS CABRAL, PROFESSOR(ª) CLASSE C**,** matrícula nº *******346, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada na SEDUC-GPLADE, referentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de **15/09/2026 até 24/09/2026**,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias nº 14002 de 23 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77354279

Portaria nº 9937 de 06 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de **20** (vinte) **dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) **JOANA IZABEL CAVALCANTI DE SOUZA ARAUJO**, PROFESSOR(ª) CLASSE C**,** matrícula nº *******184, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada na SEDUC- GAB, 10 dias referentes ao exercício de 2025Marcadas anteriormente no período de **(10/12/2025 a 19/12/2025** e interrompida por interesse da administração pública, através da (77016845) **Portaria de férias nº 15903 de 10 de dezembro de 2025,** e 10 dias exercício 2026 marcadas anteriormente no período de (**05/05/2026 a 14/05/2026**),interrompida por interesse da administração pública, através da (77016862**) Portaria de férias nº 7171 de 07 de maio de 2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77366856

Portaria nº 10340 de 14 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 10 (dez) **dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) **Mylena Gabriela Barbosa Corrêa**, ASSESSOR VI**,** matrícula nº *******301, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada na SEDUC-COINFRA, referentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de 15/06/2026 a 24/06/2026,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias nº 9446 de 24 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77589776

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2026.

PARTES: CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ALBERTO NEPOMUCENO E CONTRATADO O FORNECEDOR INDIVIDUAL VANESSA NOGUEIRA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de **R$1.762,53 (um mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**. Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026 ou até a entrega total dos produtos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

PROCESSO Nº: 0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77500680

Portaria nº 10300 de 13 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 15 **(quinze) dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) **MARIA GRACINEIDE RODRIGUES COSTA**, PROFESSOR(ª) CLASSE C**,** matrícula nº *******282, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada na SEDUC-GEEIQCreferentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de 06/04/2026 a 20/04/2026,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias nº 5623 de 10 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG

Diretor Técnico

Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77576121

EXTRATO

eXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2026/CONSELHO ESCOLARESC **ALBERTO NEPOMUCENO**

PARTES

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR C. E. ESC. ALBERTO NEPOMUCENO E

CONTRATADO: FRANCIELI MARQUES TERTULIANO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de **R$1.304,64 (um mil trezentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**. Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026 ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº:0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET

Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77546112

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2026
PARTES

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M.ALBERTO NEPOMUCENO

CONTRATADO: RINALDO PIRES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$5.409,31 (cinco mil quatrocentos e nove reais e trinta e um centavos).Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026. ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº: 0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET
Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77546425

Portaria nº 10299 de 13 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 10 **(dez) dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) **ANA BEATRIZ LÚCIO DE SOUZA**, ASSESSOR**,** matrícula nº *******749, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada naSEDUC-GPLAD , referentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de 08/07/2026 a 17/07/2026,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias nº 10759 de 15 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77575916

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2026

PARTES: CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ALBERTO NEPOMUCENO E CONTRATADO MARIA APARECIDA DOS SANTOS **.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$628,56 (seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos). Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026. ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº: 0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET
Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77547017

Portaria nº 10298 de 13 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 15 (quinze) **dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) **RICARDO BRAZ BEZERRA**, PROFESSOR(ª) CLASSE C**,** matrícula nº *******309, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação,lotada na SEDUC-GIE , referentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de 10/11/2025 a 24/1/2025,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias nº 14453 de 12 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77575759

EXTRATO

PARTES

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ALBERTO NEPOMUCENO **E**

CONTRATADO: COOPERATIVA DE AGROINDUSTRIAS E PRODUTOS RURAIS DO VALE DO JAMARI - COAPRAV

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$715,05 (setecentos e quinze reais e cinco centavos). Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE , através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026 ouaté a entrega total dos produtos.

PROCESSO Nº:0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET
Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77548453

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026
PARTES
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M.ALBERTO NEPOMUCENO E
CONTRATADO: BOAVENTURA CALDA FILHO
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais). Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026 ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº: 0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET
Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77548979

AVISO

CONSELHO ESCOLARBEATRIZ FERREIRA DA SILVA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057044/2026-31

Objeto: Material de limpeza e produção de higienização

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **16/10/2026 a 20/10/2026**

O Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, C.N.P.J nº 84.651.504/0001-61 localizado na Rua Raimundo José da Silva, Nº 1449, Bairro: Primavera - Ji-Paraná/RO - CEP: 76914-756, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro (PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de: Material de limpeza e produção de higienização, referente aos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **16/10/2026 a 20/10/2026** , pelo endereço eletrônico escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Raimundo José da Silva, Nº 1449, Bairro: Primavera - Ji-Paraná/RO - CEP: 76914-756,, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Material de limpeza e produção de higienização, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escola_beatriz@seduc.ro.gov.com.br, dentro do prazo de **16/10/2026 a 20/10/2026** , devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Finaceiro (PROAFI)serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Pesquisa de Preços / Proposta					
Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/ Estado:				**CEP:**	
Telefone:		**E-mail:**			
Ordem	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qdte**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	DETERGENTE	CX	12		
2	ESPONJA DUPLA FACE	PC	30		
3	SACO PARA LIXO 200L	FD	10		
4	CERA ACRILICA	UN	12		
5	AGUA SANITARIA	CX	30		
6	SABÃO EM PÓ 400G	FD	20		
7	PAPEL HIGIENICO 300M	FD	30		
8	VASSOURA	UN	20		
9	DESIFETANTE 2L	UN	20		
10	SABONETE LÍQUIDO 2L	UN	15		
11	PAPEL HIGENICO 60M	FD	15		
12	DESENGORDURANTE 2L	UN	10		
13	PAPEL INTERFOLHA	PC	20		
14	PÁ PARA LIXO	UN	8		
15	ESCOVA SANITÁRIA	UN	4		
16	SACO PARA LIXO 30L	FD	12		
16	LIMPA ALUMINIO	CX	4		
17	RODO	UN	30		
Valor Total					

Ji-Paraná,16 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Maria Aparecida Zago
Presidente da Comissão de Contratação
Elizabete Lima de Melo da Trindade
Presidente do Conselho Escolar Beatriz Ferreira da Silva

Protocolo 77579171

EXTRATO

PARTES: CONTRATANTE: O CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM ALBERTO NEPOMUCENO E CONTRATADO A FORNECEDORA ROZANGELA DA SILVA ALVES SAITER.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de **R$3.456,22 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).** Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026 ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº:0029.024053/2026-45

Machadinho do Oeste, 09 de OUTUBRO de 2026.

WELITON RAMOS GRACHET

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77546814

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2026
PARTES

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR da E.E.E.F.M.ALBERTO NEPOMUCENO

CONTRATADO: JOVERCI PORFIRIA MARQUES TERTULIANO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, através da **Chamada Pública PNAE nº 001/2026,** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O valor global da contratação é de R$61,60 (sessenta e um reais e sessenta centavos).Os preços contratuais não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O CONTRATANTE, após a entrega dos produtos solicitados efetuará o seu pagamento utilizando o Cartão Corporativo PNAE, através de máquina de cartão ou transferência bancária, não sendo permitida outra forma de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2026. ou até a entrega total do(s) produtos, objeto deste instrumento contratual.

PROCESSO Nº: 0029.024053/2026-45

WELITON RAMOS GRACHET

Diretor da Escola / Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77548595

AVISO

CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALMIRO ROCHA/EEEFM PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.043976/2026-04

Objeto:*Serviços de Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - Serviços de Serralheria*

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **18/10/2026 a 20/10/2026**

O **CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALMIRO ROCHA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF**, C.N.P.J nº 08.767.062/0001-35 localizado na Avenida Porto Velho, 5559, Bairro Novo Horizonte, Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a Contratação de: *Serviços de Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - Serviços de Serralheria* referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **18/10/2026 a 20/10/2026,** pelo endereço eletrônico escolaurindagrof@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço localizado na Avenida Porto Velho, 5559, Bairro Novo Horizonte, Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré/RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Serviços de Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - Serviços de Serralheria*, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM Professora Maria Laurinda Groff;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaurindagrof@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaurindagroff@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **18/10/2026 a 20/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ALMIRO ROCHA DA ESCOLA EEEFM PROFESSORA MARIA LAURINDA GROFF**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará Mirim, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Planilha de Pesquisa de Preço/Proposta. (77739740)

Nova Mamoré, 16 de outubro de 2026.

CRISTIANE DA CRUZ TAVARES

Presidente da Comissão de Contratação

UEMERSON PEREIRA DE BASTOS

Presidente do Conselho Escolar José Almiro Rocha da EEEFM Professora Maria Laurinda Groff

Protocolo 77739795

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONTRATO Nº 12/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar EEEFM Alberto Nepomuceno
CONTRATADA: LOJÃO DO CONSTRUTOR LTDA.
CNPJ DA CONTRATADA: 84.608.090/0001-98
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de produtos para **Manutenção de Bens Imóveis.**
VALOR: R$10.233,55 (dez mil duzentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA:16/10/2026
ASSINAM: W**eliton Ramos Grachet** - CONTRATANTE E **ENIO PERINI**- CONTRATADA

Protocolo 77738157

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 013/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar EEEFM Alberto Nepomuceno
CONTRATADA: KARIRI COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP.
CNPJ DA CONTRATADA: **08.928.164/0001-95**
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de produtos para **Manutenção de Bens Imóveis**
VALOR: R$9.778,00 (nove mil setecentos e setenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 17/10/2026
ASSINAM: **Weliton Ramos Grachet** - CONTRATANTE E **ERIVAN LINO DA SILVA** - CONTRATADO

Protocolo 77741420

Portaria nº 10624 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

Art. 1º Designar servidores abaixo relacionados a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas funções para exercerem a fiscalização referente a prestação de serviço da empresa PEROLA HOTEIS E RESTAURANTES LTDA inscrita no CNPJ nº 42.683.238/0001-09, empresa especializada em Hospedagem, e fornecimento de alimentação preparada (almoço, jantar), para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, durante a participação Jogos Escolares Brasileiros - JEB'S 2026. que acontecerá no período de 18/10 a 04/11do corrente ano.

- **Hospedagem e Alimentação:**

DESIGNAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CPF
Fiscal Técnico de Contrato (Titular e Substituto)	Titular: Felisberto Rodrigues da Silva	******163	***.217.922-**
	Substituto: Zairton Alves de Lima Filho	******324	***.599.362-**
Fiscal Administrativo (Titular e Substituto)	Titular: Edmilson Cardoso da Silva	*******853	***319.304**
	Substituto: Ana Lucia de Sousa Araujo	******280	***395.092-**

Art. 2º Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução do objeto contratado, verificando a conformidade dos serviços ou bens entregues com as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, especialmente:

I – acompanhar a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade, prazo e conformidade;

II – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

III – emitir o Termo de Recebimento Provisório;

IV – subsidiar o recebimento definitivo;

V – comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades.

Art. 3º Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos formais e legais da execução contratual, especialmente:

I – verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;

II – acompanhar prazos de vigência e execução;

III – analisar pedidos de reajuste, repactuação ou revisão;

IV – instruir o processo de pagamento;

V – comunicar irregularidades à autoridade competente.

Art. 4º Os fiscais designados deverão exercer suas atribuições de forma preventiva, rotineira e sistemática, conforme previsto na legislação vigente, especialmente no Decreto Estadual nº 28.874/2024, respondendo pelos atos praticados no exercício da fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77741882

EXTRATO

CONTRATO Nº 007/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

CONTRATADA: COAPRAV (Cooperativa de Agroindústria e Produtores Rurais do Vale do Jamari)

CNPJ DA CONTRATADA: 14.443.547/0001-76

OBJETO: É objeto desta contratação aAquisição de Gêneros Alimentícios componentes da Alimentação Escolar, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação 76519298, e o Termo de Homologação - Anexo I, com os resultados da aquisição 77339906.

VALOR: R$ 8.295,90 (Oito mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

ASSINAM: Cassia Regina Nogueira Agostinho (contratante) e Ocimar Júlio Seti (contratada)

Protocolo 77450088

EXTRATO

CONTRATO Nº 013/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

CONTRATADA: NOSSO SUPERMERCADO LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 46.954.583/0001-90

OBJETO: É objeto desta contratação aAquisição de Gêneros Alimentícios componentes da Alimentação Escolar, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação 76519298, e o Termo de Homologação - Anexo II, com os resultados da aquisição 77339919.

VALOR: R$ 4.858,68 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

ASSINAM: Cassia Regina Nogueira Agostinho (contratante) e Alice Franciele Barbosa Moura (contratada)

Protocolo 77496356

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 16/PROAFI/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos
CONTRATADA: W F COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 65.304.587/0001-78
OBJETO: É objeto desta contratação a Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 17/10/2026
ASSINAM: Josiel de Oliveira Lopes e Batista Ferreira da Silva

Protocolo 77733332

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESDATUDAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO ROQUE, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº8312 (77273798), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (77273799) e o Resultado da Análise (77273800), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
-	CRISTIAN RODRIGO DE OLIVEIRA	-	R$ 0,00
1,2	JAN CHARLES RUECKERT - ME	ImpressoraMultifuncional Monocromática, tecnologia de impressão a laser, com funções de impressão, cópia, digitalização e fax, resolução de impressão de até 1.200 x 1.200 dpi, velocidade de impressão em preto de até 40 páginas por minuto (ppm), resolução de digitalização de até 1.200 x 1.200 dpi e resolução de cópia de até 600 x 600 dpi. Fax com suporte para envio em preto e branco e colorido. Compatível com papel tamanho A4. Possui conectividade sem fio Wi-Fi 802.11 b/g/n, com suporte às frequências de 2,4 GHz e 5 GHz, Bluetooth, conexão USB 2.0 de alta velocidade e porta de rede Ethernet 10/100/1000Base-TX. Possui visor colorido sensível ao toque de aproximadamente 2,7" (6,86 cm), memória interna de 512 MB, acompanha cartucho de toner preto com rendimento aproximado de 3.050 páginas e cabo USB. Alimentação elétrica de 110–127 V. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.	R$ 7.730,00
		Impressora multifuncional colorida a laser, com funções de impressão, cópia, digitalização e fax, tecnologia de 4 cores, velocidade de impressão de até 33 ppm em preto e colorido, impressão frente e verso automática, ciclo de trabalho mensal de até 50.000 páginas e resolução de até 600 x 600 dpi. Deve possuir scanner com base plana e alimentador automático de documentos (ADF) para, no mínimo, 50 folhas, resolução óptica de até 1.200 dpi e função de cópia com ampliação e redução de 25% a 400%. Capacidade de entrada de papel de aproximadamente 300 folhas e saída de 150 folhas. Conectividade Wi-Fi, Wi-Fi Direct, Ethernet e USB 2.0, memória mínima de 512 MB, display de aproximadamente 4,3 polegadas e alimentação elétrica de 110 a 127 VCA. Acompanhar todos os acessórios necessários ao funcionamento.	
-	**NEXLOG LTDA**	-	R$ 0,00
Valor Total			R$ 7.730,00

Corumbiara/RO, 17 de outubro de 2026.
Adriana Aparecida costa
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77273802

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO ROQUE nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso 8387 de Procedimento Simplificado (77337023), o Quadro Comparativo Comparativo e de Análise (77337026) e o Resultado de Análise (77337027), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
	REDE DE LOGISTICA FARMACEUTICA DINAMICA LTDA	-Esparadrapo impermeável (2,5 x 90 cm) -Luvas Descartaveis 100% Latex natural Com Pó - Caixa com 100 Unidades. -Pacote de algodão hidrófilo (25 g). -Antisséptico água oxigenada 10 volumes, 100 ml.	R$ 109,70
1	NASCIMENTO RIBEIRO FARMÁCIA LTDA ME	-Caixa de curativo adesivo flexível -Soro fisiológico 100ml (cloreto de sódio 0,9%). -Compressa de gaze hidrófila, em algodão, não estéril, cor branca, medindo 7,5 × 7,5 cm, com 8 camadas e 5 dobras, pacote com aproximadamente 10 unidades.	R$ 234,92
2	SOUZA E GOMES FARMÁCIA LTDA-EPP	-Bolsinha de primeiros socorros exclusiva -Mini tesoura de aço -Rolo de atadura de crepom (6 x 1,80 m) -Pinça metálica -Aerossol Spray Com Salicilato De Metila, Com Cânfora, Com Mentol, Com Salicilato De Metila, Com Cânfora, Com Mentol, 120 ml	R$472,90
Valor Total			**R$ 817,55**

Cerejeiras/RO, 17 de agosto de 2026.
Adriana Aparecida Costa
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77337029

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 8.1/2026

CONTRATANTE: **Conselho Escolar CTPM XIII**

CONTRATADA: **Gráfica Opção LTDA - ME**

CNPJ DA CONTRATADA: 05.501.123/0001-20

OBJETO: É objeto do presente contrato a aquisição de Serviços Gráficos para proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas da unidade executora Conselho Escolar CTPM XIII, as especificações e quantidades estimadas do objeto desse contrato, estão descritas na planilha abaixo conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 08/2026 e anexos.

VALOR: R$ 3.520,00 (três mil e quinhentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 16/10/2026 à 15/03/2027, 150 dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: JAQUILENE PUTTIN – Presidente do Conselho Escolar do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR – UNIDADE XIII e **Soudilus Pereira da Silva -** Representante Legal da empresa **Gráfica Opção LTDA - ME**.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AVISO

CONSELHO ESCOLAR UNIÃO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.014949/2026-16

Objeto: **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 - 25/10/2026**

O Conselho Escolar União, C.N.P.J nº 84.651.462/0001-69, localizado na rua Oseias Feitosa Dos Santos, nº 3044, setor 08, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de apoio financeiro - **PEALE (**Programa Estadual de Alimentação Escolar), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de GÊNEROS ALIMENTICIOS**,** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 - 25/10/2026**, pelo endereço eletrônico escolaniltondearaujojaru@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço localizado na rua Oseias Feitosa Dos Santos, nº 3044, setor 08, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **PEALE** (Programa Estadual de Alimentação Escolar)**,** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEF Nilton Oliveira De Araújo;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaniltondearaujojaru@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope

lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, **60 dias**, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaniltondearaujojaru@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 - 25/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar União, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PEALE, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Jaru,Estado de Rondônia.

Anexos I: Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. 72538145

Marli Fernandes Vargas
Presidente da Comissão de Contratação
Wanuza Fernandes Barboza Cordeiro
Presidente do Conselho União

Protocolo 72538373

Portaria nº 10626 de 19 de outubro de 2026

O (A) Presidente do Conselho Escolar Tancredo de Almeida Neves, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;

Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;

Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar, como titular e suplente, respectivamente, a execução dos Contratos dos Programas , celebrado entre o Conselho Escolar da Escola Tancredo de Almeida Neves, CNPJ nº 01.700.030/0001-73, que tem por objeto a aquisição de Materiais de Consumo, a serem executados nas dependências da EEEFM Tancredo de Almeida Neves, localizada no município de Alta Floresta D'Oeste.

1 - Nilceli Lopes Reis Ponce, matrícula nº ******994, Fiscal de Contrato;

2 - Sandra Mara da Rocha André, matrícula nº ******777, Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Antonia Eliane Almeida de Azevedo
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77749039

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR SÍRIA AMARAL JACOB

FORNECEDOR: ROZANGELA DA SILVA ALVES SAITER, CNPJ Nº 497.720.582-00

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (iogurte e leite), em atendimento aos alunos matriculados na rede estadual de educação na unidade CEEJA Professor Edson Duarte Lopes do Conselho Escolar Síria Amaral Jacob, no segundo semestre de 2026, em o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. As especificações dos itens descritos encontra se na chamada pública nº 02/2026, ID (75438413), o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VALOR: R$ 216,88 (duzentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos)

PROCESSO: 0029.013804/2026-06

DATA DE ASSINATURA: 16/10/2026.

Maria Eliane Nunes de Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Rozangela da Silva Alves Saiter

Fornecedora

Protocolo 77733069

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Jean Piaget, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 10/2026 (ID 77340469), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77742038) e o Resultado da Análise (ID 77742204), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	CLEISON ARAUJO DA SILVA CNPJ - 57.231.015/0001-88	Mangueiras de 30,00m (metros), subdivididas em dois lances de 15,00m (quinze metros), com diâmetro de 38mm. Forradas internamente com borracha ou outro material de acordo com as especificações estabelecidas em normas técnicas e, aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.	3.348,60
Valor Total			3.348,60

Espigão d'Oeste/RO, data e hora do sistema.

DORACI NEIMOG

Presidente do Conselho Escolar Jean Piaget

Protocolo 77750329

Portaria nº 10412 de 14 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto Estadual nº 18.340, de 2013, e observando as diretrizes da Lei Federal nº 15.263, de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para exercerem as atribuições de Gestora de Contrato Titular e respectiva Gestora de Contrato Substituta, responsáveis pela gestão e acompanhamento procedimental dos

instrumentos contratuais referente às locações de imóveis e Pagamentos das taxas (licenciamento anual, vistoria, transporte escolar, baixa de veículo, taxas de bombeiros, taxas de seguro, taxas de vistorias (relacre de placas, tarjeta), taxa de liberação de veículo apreendido (guincho, permanência/diária), e multas veicular, referente ao ano de 2026, junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO:

Servidoras para Gestora de Contrato Titular e respectiva Gestora de Contrato Substituta

Designação	Nome	Matrícula
Gestora de Contrato Titular	Lucibet Vicentin	******646
Gestora de Contrato Substituta	Nely Chagas da Silva	******299

Art. 2º Compete à Gestora de Contratos:

I – Coordenar as atividades administrativas e procedimentais necessárias ao acompanhamento do contrato, devendo conhecer integralmente o teor do contrato, incluindo o Termo de Referência, seus anexos e demais peças que compõem o respectivo processo administrativo;

II – Observar as normas legais e regulamentares aplicáveis à execução contratual, em especial a Lei nº 8.666/1993 e Lei 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 18.340/2013;

III – Orientar os fiscais de contrato e membros de comissão na elaboração de relatórios, certificações e termos de recebimento;

IV – Controlar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, acompanhando os pedidos de reajuste e repactuação;

V – Centralizar a comunicação formal entre a Secretaria de Estado da Educação e o/a contratado/a.

VI – À Gestora de Contrato Substituta compete exercer a plenitude das funções de gestão nos casos de ausências, impedimentos legais ou eventuais da titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026, ressalvados os atos praticados sob sua égide até a respectiva data de vigência.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77637325

Portaria nº 10530 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, fundamentado no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto Estadual nº 18.340, de 6 de novembro de 2013, e em conformidade com a Lei Federal nº 15.263, de 14 de novembro de 2025 (Política Nacional de Linguagem Simples),

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo de suas funções, para exercerem os cargos de Fiscal e seu respectivo Substituto, bem como, da Comissão de Recebimento dos Serviços e Certificação das Notas Fiscais a contar do dia 1º de setembro de 2026, considerando o Despacho (77688840), sobre a execução do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040), presente no processo 0029.013782/2023-23 vinculado ao Processo 0029.244426/2020-15, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, instalação, configuração, integração, operação, manutenção e fornecimento de um Centro de Comando de Operações de Segurança, com Sistemas de Monitoramento, atendimento móvel e reposicionamento de bens destinados às 18(dezoito) Coordenadorias Regionais de Educação, 3 (três)Unidades Administrativas - Arquivo Central, Centro de Apoio Pedagógico - CAP, Coordenadorias de Educacionais- CME e mais o Conselho Estadual de Educação - CEE, sob a responsabilidade da empresa IIN TECNOLOGIAS LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.211.236/0001-65, situada na Avenida Ephigênio Salles, nº 126, Bairro Parque 10 de novembro, CEP: 69055-736, na cidade de Manaus/AM, conforme especificado no Termo de Referência (0036380741), Edital PE nº 584/2022/SUPEL/RO e seus anexos (0036377465), Ata de Registro de Preços nº 47/2022 (0036377484) e Planilha SEDUC-CAD (0027859456), nos ditames da Lei nº 8.666/93,em atendimento às necessidades dessa Superintendência Regional de Educação de Porto Velho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Servidores para Fiscais do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 - Regional de Educação de Porto Velho

Unidade	Função	Nome	Matrícula
Superintendência Regional de Educação de Porto Velho	Fiscal de Contrato	Irany de Oliveira Lima Morais	******322
	Fiscal Substituto	Vanderlei Ferreira dos Santos	******088

Art. 2º Compete ao Fiscal Titular e, nos seus impedimentos legais, ao Fiscal Substituto:

I – Acompanhar e fiscalizar continuamente a prestação dos serviços no local de execução;

II – Exigir o cumprimento dos prazos, das quantidades e da qualidade pactuadas no Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040) e em conformidade com o Termo de Referência (0036380741);

III – Registrar em anotações próprias todas as ocorrências de impropriedades identificadas para regularização;

IV – Reportar aos superiores hierárquicos as decisões que ultrapassarem sua competência regimental;

IV– Elaborar e assinar o Relatório mensal de Fiscalização dos Serviços prestados pela contratada no âmbito de sua unidade;

VI - Cabe ao Fiscal Substituto atuar em caso de impedimento do Fiscal Titular, assumindo as mesmas condições e responsabilidades, inclusive, assinar o Relatório de Fiscalização, mantendo a regularidade e a eficácia das fiscalizações.

Art. 3º Designar servidores da Superintendência da Regional de Educação de Porto Velho, no âmbito do Contrato nº 0149/SEDUC/PGE/2023 (0036400040) para que, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Recebimento dos Serviços Executados, e certificações de Notas Fiscais.

Servidores para Comissão de Recebimento dos Serviços e Certificação das Notas Fiscais

Unidade	Função	Nome	Matrícula
Superintendência Regional de Educação de Porto Velho	Membro	Suzielen Andrade de Carvalho	******832
	Membro	Luciana Regina Nobre	******376
	Membro	Sandra Nunes Veiga	******794
	Suplente	Suely Belarmino dos Santos	******186

§ 1º Compete à Comissão de Recebimento dos Serviços Executados e de Certificação de Notas Fiscais:

I - Acompanhar a prestação de Vigilância por meio do Sistemas de Monitoramento Eletrônico, atendimento móvel e reposicionamento de bens destinados à Superintendência Regional de Educação de Porto Velho;

II - Realizar, mensalmente, o Recebimento das Notas Fiscais, elaborar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados e Certificações das Notas Fiscais, em conformidade com os Relatórios dos Fiscais dos Contratos, em tela.

§ 2º Cabe ao Suplente, em conjunto com os demais Membros da Comissão, elaborar e assinar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados, bem como, Certificar as Notas Fiscais, em caso de impedimento de assinatura por um dos Membros da Comissão de Recebimentos de Serviços Executados e de Certificações de Notas Fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Estado, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2026, tornando sem efeito, a partir dessa data, aPortaria nº 6961 de 31 de agosto de 2026 (76104373).

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação - SEDUC/RO

Protocolo 77697917

Portaria nº 10623 de 16 de outubro de 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1ºDesignar servidores abaixo relacionados a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas funções para exercerem a fiscalização referente a prestação de serviços da empresa PEROLA HOTEIS E RESTAURANTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.683.238/0001-09, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em Serviço de hospedagem e fornecimento de Alimentação em atendimento a Gerência de Esporte Escolar da Coordenadoria de Educação Física, Esporte e Cultura Escolar – CEFACEE/DGE/SEDUC, durante a participação nos Jogos da Juventude.

DESIGNAÇÃO	NOME	CPF
Fiscal Técnico de Contrato (Titular e Substituto)	Titular: Felisberto Rodrigues da Silva	***.217.922-**
	Substituto: Zairton Alves de Lima Filho	***.599.362-**
Fiscal Administrativo (Titular e Substituto)	Titular: Edmilson Cardoso da Silva	***.319.302-**
	Substituto: Ana Lúcia de Sousa Araújo	***.395.092-**

Art. 2º Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução do objeto contratado, verificando a conformidade dos serviços ou bens entregues com as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, especialmente:

I – acompanhar a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade, prazo e conformidade;

II – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

III – emitir o Termo de Recebimento Provisório;

IV – subsidiar o recebimento definitivo;

V – comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades.

Art. 3º Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos formais e legais da execução contratual, especialmente:

I – verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;

II – acompanhar prazos de vigência e execução;

III – analisar pedidos de reajuste, repactuação ou revisão;

IV – instruir o processo de pagamento;

V – comunicar irregularidades à autoridade competente.

Art. 4º Os fiscais designados deverão exercer suas atribuições de forma preventiva, rotineira e sistemática, conforme previsto na legislação vigente, especialmente no Decreto Estadual nº 28.874/2024, respondendo pelos atos praticados no exercício da fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77741823

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 19/2026 (ID 77482139), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77645011) e o Resultado da Análise (ID 77651450), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Proponente 1: RALSON M LIMA LTDA CNPJ: 33.146.225/0001-00	-------	------

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

2	Proponente 2: NEXLOG LTDA CNPJ: 61.478.670/0001-02	3;Kit Embalagem saco adesivado no tamanho de 13,7cm de largura por 15cm de comprimento, transparente, resistente, com 100 unidades cada kit	320,00
3	Proponente 3: MERCADO AVENIDA CNPJ: 01.190.092/0001-82	1;Embalagem Bobina plástica picotada transparente, fabricado com polietileno virgem, liso atóxico, resistente, com 500 unidades, tamanho 35cm de largura por 50 cm comprimento; 2;Embalagem Bobina plástica picotada transparente, fabricado com polietileno virgem, liso atóxico, resistente, com 500 unidades, tamanho 30cm de largura por 40 cm comprimento; 4; Rolo/bobina de Plástico filme pvc 38cm X 300m X 7,5 microns de expessura.	743,15
Valor Total			R$ 1.063,15

Colorado do Oeste/RO, 19 de outubro de 2026.
Alessandra da Costa Andrade Badaró
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77657527

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando Quadro Comparativo Comparativo e de Análise (77284311)e o Resultado da Análise (77284312), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
---	ANDRE CARVALHO DE BRITO 69400229291	———	R$0,00
1-3	RCA SERVIÇOS LTDA	Serviço de limpeza e higienização na Caixa d' agua com capacidade de 10 000 L . Serviço de manejo de pombos na quadra esportiva e pátio escolar .	R$ 970,00
2-4	ALEIR BRONZATTI	Serviço de dedetização, desratização e descupinização da escola, contemplando 06 blocos, cada um contendo 05 salas de aula medindo 7m x 7m, além de auditório, refeitório, cozinha, lavanderia, 03 almoxarifados, sala de Educação Física, biblioteca, laboratório de informática, sala de projetos e laboratório de Ciências. Serviço de limpeza no forro da sala de Educação Física e do almoxarifado 03, ambos medindo 7m x 7m.	R$ 2.300,00
Valor Total			R$ 3.270,00

Cerejeiras/RO,19deoutubrode 2026.
SandraMariano de Oliveira Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77284314

EXTRATO

CONTRATO Nº 06/2026

CONTRATANTE:Conselho Escolar Emburana

CONTRATADA: Infinity Soluções em Vendas LTDA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CNPJ DA CONTRATADA: 01.076.944/0001-05

OBJETO: É objeto desta contratação a Gênero de Alimentação.

VALOR: R$ 737,20 (setecentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 31 de dezembro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026

ASSINA: JOANIL DA SILVA CAMPOS FABRE.

Protocolo 77673803

EXTRATO

CONTRATO Nº 012/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

CONTRATADA: LINDA PADARIA E CONFEITARIA LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 64.119.306/0001-44

OBJETO: É objeto desta contratação aAquisição de Gêneros Alimentícios componentes da Alimentação Escolar, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação 76519298, e o Termo de Homologação - Anexo II, com os resultado da aquisição 77339919.

VALOR: R$ 1.283,39 (Um mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

ASSINAM: Cassia Regina Nogueira Agostinho (contratante) e Flavio Spricigo de Souza (contratada)

Protocolo 77496170

EXTRATO

CONTRATO Nº 008/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

CONTRATADA: LINDA PADARIA E CONFEITARIA LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 64.119.306/0001-44

OBJETO: É objeto desta contratação aAquisição de Gêneros Alimentícios componentes da Alimentação Escolar, conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação 76519298, e o Termo de Homologação - Anexo I, com os resultado da aquisição 77339906 Errata 77548443.
VALOR: R$ 1.388,36 (Hum mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

ASSINAM: Cassia Regina Nogueira Agostinho (contratante) e Flavio Spricigo de Souza (contratada)

Protocolo 77450105

Portaria de férias nº 14999 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **JESSICA BARBOSA DE SOUZA ,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******488, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(01/01/2027 a 10/01/2027) e (11/02/2027 a 20/02/2027) e (18/10/2027 a 27/10/2027 - Período referente ao Abono Pecuniário),**referente ao exercício de **2027,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(05/01/2027 a 14/01/2027 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (11/02/2027 a 20/02/2027) e (18/10/2027 a 27/10/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65673

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM RISOLETA NEVES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO SEI Nº0029.043694/2026-07

Objeto:Manutenção Conservação de maquinas e equipamentos,(**LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CENTRAIS DE AR**) na EEEFM RISOLETA NEVES

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 19/10/2026 a 21/10/2026.

O **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM RISOLETA NEVES**, C.N.P.J nº 00.686.795/0001-33, localizado na Rua Edite Feitosa, 8158 Bairro Tancredo Neves/ Município de Porto Velho-RO - CEP: 76.829-578, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro (PROAFI), **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa especializada para Manutenção Conservação de maquinas e equipamentos,(**LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CENTRAIS DE AR**) na EEEFM RISOLETA NEVES, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19/10/2026 a 21/10/2026, pelo endereço eletrônico eeefmrsoletaneves@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Edite Feitosa, 8158 Bairro Tancredo Neves/ Município de Porto Velho-RO - CEP: 76.829-578, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada para Manutenção Conservação de maquinas e equipamentos,(**LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CENTRAIS DE AR**) , considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail eeefmrisoletaneves@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail eeefmrsoletaneves@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 19/10/2026 a 21/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo,**

em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM Risoleta Neves, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI ESCOLA - REGULAR, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 -O fornecedor deverá ainda **EXECUTAR OS SERVIÇOS NO PRAZO MÁXIMO DE 15 DIAS** a partir da assinatura da Ordem de fornecimentos e ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho,19 de outubro de 2026.

GLEISIELE DE OLIVEIRA FERREIRA VASCONCELOS
Presidente da Comissão de Contratação

GLÁUCIA SOARES PROENÇA FONSECA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 75470907

EXTRATO

CONTRATANTE: O **CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA, CNPJ 84.650.795/0001-73,** DA **EEEF. ANISIO SERRÃO DE CARVALHO E A CONTRATADA: CELMA MIRANDA GOMES CPF Nº ***.936.092-**.**

OBJETO : Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios .

Em atendimento as necessidades do Conselho Escolar, conforme as especificações e disposições contidas na Chamada Publica nº 1/2025, Programa PNAE.

VALOR: **R$ 2.011,44 (dois mil onze reais e quarenta e quatro centavos).**

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2026

SHIRLEI MARIA VENTORIN

Diretora/Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77647152

Portaria nº 9941 de 06 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Secretário de Estado da Educação, por meio da **Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de 10 (dez) **dias** de férias em pecúnia ao Servidor (ª) DANIER FERREIRA CAMPOS, PROFESSOR(ª) CLASSE C**,** matrícula nº *******145, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da

Educação,lotada na SEDUC- GFP, referentes ao exercício de 2026. Marcadas anteriormente no período de **20/07/2026 a 29/07/2026**,interrompida por interesse da administração pública, através da Portaria de férias 11624 de 30 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MARLON FREITAG
Diretor Técnico
Portaria nº 10395 de 14 de outubro de 2026 77633588

Protocolo 77377730

AVISO

CONSELHO ESCOLAR FLORIANO PEIXOTO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8200
PROCESSO SEI Nº 0029.054090/2026-88

Objeto: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Manutenção de ar-condicionado.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 22/10/2026.**

O Conselho Escolar Floriano Peixoto, C.N.P.J nº 14.603.104/0001-03 localizado na Rua Roraima nº 998 - Centro do município de Cerejeiras/RO, CEP: 76.997-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Manutenção de ar-condicionado, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026,** pelo endereço eletrônico **financeiroflorianopeixotocer@seduc.ro.com.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Roraima nº 998 - Centro do município de Cerejeiras/RO, CEP: 76.997-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - *Manutenção de ar-condicionado*, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Conselho Escolar Floriano Peixoto ou com a respectiva E.E.E.F. Floriano Peixoto;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail financeiroflorianopeixotocer@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta,** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail financeiroflorianopeixotocer@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Floriano Peixoto, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Escola - Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77111621)

Cerejeiras/RO, 15 de outubro de 2026.

RAFAEL AUGUSTO DA SILVA MERLIM
Presidente da Comissão de Contratação

MEIRE XIMENES DA SILVA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77111622

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 13/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057827/2026-14

Objeto: *Gás de cozinha para a confecção da merenda escolar*

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 26/10/2026**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O Conselho Escolar da Escola **ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 31 DE MARÇO- CNPJ: 84.651.546-0001-00** localizado na Rua Vinicius de Morais- Bairro São Pedro do município de Ji-Paraná - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa para fornecer materiais de expediente, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 26/10/2026**pelo endereço eletrônico eeefm31demarco@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Viniciu de Morais, 1147, Bairro Nova Brasília - Ji- Paraná- RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: **O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa para fornecimento de** *Gás de cozinha para a confecção da merenda escolar* **considerando o menor preço por item.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 31 de Março;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de **eeefm31demarco@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **eeefm31demarco@seduc.ro.gov.br,** dentro do prazo de **19/10/2026 a 26/06/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental 31 de Março, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Fianaceiro - PROAFIserão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

ANEXO 1

Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/ Estado:				**CEP:**	
Telefone:		**E-mail:**			
Ordem	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qdte**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	Gás de cozinha engarrafado	un	6		
Valor Total					

IMPORTANTE

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (MÍNIMA DE 60 DIAS)

FORMA DE PAGAMENTO: CARTÃO CORPORATIVO FUNÇÃO: ( ) Débito (X) Crédito

PRAZO DE ENTREGA: _____

PRAZO DE PAGAMENTO: no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do material ou realização de serviço e da apresentação das notas fiscais, condicionada a sua aprovação pela UEx.

DIAS GARANTIA: _____ (MÍNIMA DE 03 MESES)

DATA DA EMISSÃO: ____/____/_____

Obs: A proponente deverá anexar a este instrumento os seguintes documentos: Certidões Negativas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, FGTS, cópia Cadastro CNPJ;

ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE

Ji-Paraná, 19 de Outubro de 2026.

Geroboão Ribeiro de Souza

Presidente da Comissão de Contratação

Albertina Monteiro Netta

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 31 de Março

Protocolo 77752068

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Termo de Homologação de Resultados

O Presidente do Conselho Escolar Benedito Laurindo, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificado a regularidade dos autos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 08/2026 (ID 77281355), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77691336) e o Resultado da Análise (ID 77712101), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Qtde	Valor Total
01	ROSIANE GONÇALVES SANTOS	01- LIMPEZA E MANUTENÇÃO CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 36.000 BTUS	07	R$ 1.603,00
		02- LIMPEZA E MANUTENÇÃO CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	07	R$ 1.183,00
		03- LIMPEZA E MANUTENÇÃO CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	05	R$ 690,00
		04- LIMPEZA E MANUTENÇÃO CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	03	R$ 387,00
		05- LIMPEZA E MANUTENÇÃO CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	04	R$ 496,00
02	ELENILSON DOMINGUES BARROS	06- LIMPEZA E INSTALAÇÃO DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	01	R$ 380,00
		07- LIMPEZA E INSTALAÇÃO DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	01	R$ 500,00
Valor Total				R$ 5.239,00

JOSÉ CARLOS DE SOUZA
Diretor Escolar
Decreto 115197/2026/Casa Civil/RO-DECAANE
EEEFFM Benedito Laurindo Gonçalves

Parecis/ RO, 19 de outubro de 2026.

Protocolo 77755733

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 17/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar JERRIS ADRIANI TURATTI

CONTRATADA: Marilene Caetano

CPF DA CONTRATADA: ***.946.402-**

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros Alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

VALOR: R$ 2.229,76 (dois mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 142 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026.

ASSINAM:

ANA DEIZE ZANON

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Presidente do Conselho Escolar

MARILENE CAETANO

Contratada

Protocolo 77508383

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar EEEFM Alberto Nepomuceno de Machadinho D'Oeste/RO, C.N.P.J nº 01.266.644/0001-99 localizado na AV Castelo Branco, Centro- MACHADINHO D`OESTE - CEP 76.868-000, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 09/2026 (ID77216394), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77690646) e o Resultado da Análise 77500696, **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	KARIRI COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUCÕES LTDA-EPP	14, 15, 16	R$ 9.778,00
2	LOJÃO DO CONTRUTOR LTDA	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22	R$10.233,55
Valor Total			R$20.011,55

Machadinho D`Oeste/RO, 19 outubro de 2026.

WELITON RAMOS GRACHET

Presidente do Conselho Escolar EEEFM Alberto Nepomuceno

Protocolo 77757130

AVISO

CONSELHO ESCOLAR

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 001/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.053939/2026-04

Objeto: Carga de gás engarrafado tipo GLP - P13

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **20/10/2026 a 22/10/2026**

O Conselho Escolar da EEEFM Francisco Mignone, CNPJ nº 22.879.118/0001-74, localizado na Rua Gov. Osvaldo Piana Filho, 1751, Rio Crespo - RO, CEP 76.863-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação/compra de: Carga de gás engarrafado tipo GLP - P13, referente aos recursos

repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **20/10/2026 a 22/10/2026**, pelo endereço eletrônico franciscomignone@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Gov. Osvaldo Piana Filho, 1751, Rio Crespo - RO, CEP 76.863-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de Carga de gás engarrafado tipo GLP - P13, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail franciscomignone@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail franciscomignone@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **20/10/2026 a 22/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI ESCOLA REGULAR, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta PLANILHA COTAÇÃO
Rio Crespo -RO, 19 de Outubro de 2026.

Elisângela Soares Bassay
Presidente da Comissão de Contratação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

José Cordeiro Filho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77717504

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MATO GROSSO, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 06/2026 (ID 77548133), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 75457959), e o Resultado da Análise (ID75458160), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total R$
1	JR Borges dos Santos Ltda- CNPJ: 37.761.515/0001-14	Aquisição de Materiais de Construção.Pequenos Reparos.	18.896,71
2	Teca Materiais para Construção Ltda CNPJ: 23.484.241/0001-59	Aquisição de Materiais de Construção. Pequenos Reparos.	8.372,70
Valor Total R$			27.269,41

Monte Negro/ RO , 16 deOutubro de 2026.

Marineide Rodrigues
Presidente do Conselho Escolar
da EEEFM Mato Grosso

Protocolo 77758209

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO CEEJA PADRE MORETTI

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 0029.045017/2026-15

Objeto: Contratação de empresa de especializada em serviço elétricos, reparo nos banheiros dos alunos e dos professores, plotagem de portas, revisão no telhado e substituição de vidros na janelas da cozinha, pode arvores e retirada de e entulho, limpeza de tubulação e canos dos sistemas de drenagem, esgoto e da fossa, retirada de materiais da fossa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 à 21/10/2026.**

O Conselho do Escolar CEEJA PADRE MORETTI, C.N.P.J nº 04.239.927/00001-30 localizado na R. Hebert de Azevedo, 1649, São Cristóvão, Porto Velho - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa de especializada em serviço elétricos, reparo nos banheiros dos alunos e dos professores, plotagem de portas, revisão no telhado e substituição de vidros na janelas da cozinha, pode arvores e retirada de e entulho, limpeza de tubulação e canos dos sistemas de drenagem, esgoto e da fossa, retirada de materiais da fossa, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 à 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico ceejapemoretti@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço R. Hebert de Azevedo, 1649, São Cristóvão, Porto Velho - RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa de especializada em serviço elétricos, reparo nos banheiros dos alunos e dos professores, plotagem de portas, revisão no telhado e substituição de vidros na janelas da cozinha, pode arvores e retirada de e entulho, limpeza de tubulação e canos dos sistemas de drenagem, esgoto e da fossa, retirada de materiais da fossa considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou com o CEEJA PADRE MORETTI;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejapemoretti@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa e Proposta - SERVIÇOS VARIADOS (77689246)** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejapemoretti@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **19/10/2026 à 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente -**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escola do CEEJA Padre Moretti, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- **Formulário de Pesquisa e Proposta - SERVIÇOS VARIADOS (77689246)**

Porto Velho 15 de outubro de 2026

GUACYARA BARBOSA GORAYEB
Presidente da Comissão de Contratação
DALZILENE OLIVEIRA BERNARDO LOPES
Presidente do Conselho escolar do CEEJA PADRE MORETTI

Protocolo 77757995

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 07/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CONTRATADA: CARLOS ALEXANDRE VALENTIM
CNPJ DA CONTRATADA: 44.921.888/0001-70
OBJETO: SERVIÇOS DE REPAROS NO PRÉDIO ESCOLAR

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VALOR : **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**
VIGÊNCIA: 230 (duzentos e trinta) dias consecutivos, contados da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026
ASSINAM:

Buritis - RO, Data e hora do sistema

RODRIGO NETO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CARLOS ALEXANDRE VALENTIM
CARLOS ALEXANDRE VALENTIM CNPJ 44921.888/0001-70

Protocolo 76854195

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2026
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CONTRATADA: CARLOS ALEXANDRE VALENTIM
CNPJ DA CONTRATADA: 44.921.888/0001-70
OBJETO: SERVIÇOS DE REPAROS NO PRÉDIO ESCOLAR
VALOR : **R$ 6.175,00 (seis mil cento e setenta e cinco reais)**
VIGÊNCIA: 230 (duzentos e trinta) dias consecutivos, contados da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026
ASSINAM:

Buritis - RO, Data e hora do sistema

RODRIGO NETO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA
CARLOS ALEXANDRE VALENTIM
CARLOS ALEXANDRE VALENTIM CNPJ 44921.888/0001-70

Protocolo 77201540

AVISO

CONSELHO ESCOLAR NOVE DE JUNHO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.024508/2026-22

Objeto: **Gêneros Alimentícios (Perecíveis e não perecíveis)**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 22/10/2026 as 07:30 às 17:00, seja físico ou por e-mail, NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS AS 17:00 DO DIA 22/10/2026.**

O Conselho Escolar Nove de Junho, C.N.P.J nº 00.672.028/0001-75 localizado na Avenida Senador Olavo Pires, Nº 2357, Bairro Centro – Santa Luzia D'Oeste -RO – CEP: 76.950-000, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Empresa que forneça Gêneros Alimentícios (Perecíveis e não perecíveis)** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026 as 07:30 às 17:00, seja físico ou por e-mail, NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS AS 17:00 DO DIA 22/10/2026**, pelo endereço eletrônico **ceejadomingosvona@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Senador Olavo Pires, Nº 2357, Bairro Centro – Santa Luzia D'Oeste -RO – CEP: 76.950-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1- DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Empresa que forneça Gêneros Alimentícios (Perecíveis e não perecíveis)**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compativel com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2- DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compativel com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos CEEJA - Domingos Vona;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **ceejadomingosvona@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4- DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

- O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **ceejadomingosvona@seduc.ro.gov.br**, **dentro do prazo de 19/10/2026 a 22/10/2026 as 07:30 às 17:00, seja físico ou por e-mail, NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS AS 17:00 DO DIA 22/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.1 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.2 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.3 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo titulo do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.4 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5- DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Nove de Junho**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7- DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PEALE** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Santa Luzia D' Oeste – RO, 19 de outubro de 2026.

Nilda Alves de Oliveira

Presidente da Comissão de Contratação

Maria Madalena Lemes Mendes

Presidente do Conselho Escolar Nove de Junho

Protocolo 77391032

ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar Maria do Rabelo

CONTRATADA: **Mercado Fortaleza Ltda Me**

CNPJ DA CONTRATADA:13.129.091/0001-01

OBJETO: É objeto desta contratação a **Produto Alimentício**.

Onde se Lê:

VALOR: R$ 675,75(seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Leia-se:

VALOR: R$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 90(noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026

ASSINAM:Evandra Mara Golferari inheguez

Fernando Cesar Justo**,**

Protocolo 77288112

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR GETÚLIO VARGAS, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 11/2026 *id* (77187804), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas *id* (77188334) e o Resultado da Análise *id* (77188410), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1	**RT SERVIÇOS LTDA**	Serviço de dedetização, desinsetização desratização, descupinização, tratamento de caixas de gordura, barreira química nos muros e prédio no âmbito do ambiente escolar.	R$ 1.300,00
Total Geral: (mil e trezentos reais)			**R$ 1.300,00**

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de outubro de 2026.

Wanderlei Aparecido Gabriel
Presidente do Conselho Escolar Getúlio Vargas

Protocolo 77188643

AVISO
CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FERNANDO DE SOUZA GOMES
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.057421/2026-31

Objeto: Compra de Material de Limpeza e Higienização.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 22/10/2026**

O **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FERNANDO DE SOUZA GOMES** C.N.P.J nº 30.224.061/0001-01 localizado na Av. Tiradentes, s/n, Rio Pardo - PVH/RO, CEP 76.840-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para **Compra de Material de Limpeza e Higienização**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026**, pelo endereço eletrônico conselhoescolarfernandodesouzagomes@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Av. Tiradentes, s/n, Rio Pardo - PVH/RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Compra de Material de Limpeza e Higienização**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FFERNANDO DE SOUZA GOMES;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail conselhoescolarfernandodesouzagomes@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail conselhoescolarfernandodesouzagomes@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação

deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM FERNANDO DE SOUZA GOMES com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de ARIQUEMES, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
Anexo I
Rio Pardo - PVH/RO, 19 de outubro de 2026
MIRLA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Presidente da Comissão de Contratação
ADENILDA DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77737292

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2026 PROAFI

CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Escola EEF Osvaldo Piana

CONTRATADA: **Christian Rodrigo de Oliveira**

CNPJ DA CONTRATADA: 16.371.302/0001-06

OBJETO: É objeto desta contratação **Material de Processamento de Dados**

VALOR: **R$ 2.957,30 (Dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos)**

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

ASSINAM: Renato Soares de Oliveira e Christian Rodrigo de Oliveira

Protocolo 77457136

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 25/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar José Mariano de Azevedo

R DE OLIVEIRA E SILVA SOLUÇÕES DE SERVIÇOS

CNPJ DA CONTRATADA: nº 20.812.291/0001-20

OBJETO: É objeto desta contratação é de fornecimento de Material de Expediente*, Tonner para Fotocopiadora e Tonner para Impressoras HP*. conforme descrito no Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 7753/2026.

VALOR: R$. 5.785,50 (cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2026

ASSINAM: José Nilton de Oliveira e Regiane de Oliveira Silva

Protocolo 77499179

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº **006/2026** CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO GENIVAL NUNES DA COSTA
CONTRATADA: E. C. NEPOMUCENO - ME
CNPJ DA CONTRATADA: 12.039.866/0001-95
OBJETO: É objeto desta contratação de emprese especializada na Manutenção de Ar Condicionado para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Genival Nunes da Costa.
VALOR:R$ 25.024,00 (Vinte e cinco mil e vinte quatro reais)
VIGÊNCIA: 180 (Cento e oitenta) dias .
DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026

VALDEIZA CASTILHO DE ARAÚJO

Presidente do conselho escolar

Protocolo 74939266

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F PADRE MARIO CASTAGNA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 03/2026 (77365585), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas(77700637) e o Resultado da Análise (77760298), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	M DOS S BRAGA	12,13,18,19,20,22 e 27	R$ 3.419,11
02	EPC COMÉRCIO	1,2,3,5,6,14,15,21,24,25,26 e 28	R$ 4.800,50
03	MAYA COMÉRCIO	4,9,10,11 e 23	R$ 2.201,00
04	SHOPPING DE CARNES MAGALHAES	7,8,16 e 17	R$ 8.925,00
Valor Total			**R$19.345,61**

Porto Velho, 19 de outubro de 2026

SELMA TEIXEIRA DA SILVA AMORIM

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77760810

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 20/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR BERNARDO GUIMARÃES

CONTRATADA: FORTTECH SOLUÇÕES LTDA - CNPJ/MF Nº 47.199.093/0001-99

OBJETO: Constitui objeto do presente a contratação de **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS**, visando adquirir peças para a manutenção dos ares condicionados, para proporcionar um ambiente climatizado aos alunos matriculados na Unidade Escolar Bernardo Guimarães da Rede Estadual de Educação, localizada no município de Cacoal, contemplados no âmbito do Programa Apoio Financeiro – **PROAFI.**

VALOR: **R$ 1.292,00 (mil duzentos e noventa e dois reais)**

PROCESSO: 0029.052695/2026-34

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VIGÊNCIA: de sua assinatura até a entrega total dos produtos.

DATA DE ASSINATURA: 14 de outubro de 2026

ASSINAM:

DANDARA XAVIER ROBERTO TOMIATTI - Presidente do Conselho Escolar

PAULO VINICIUS DA SILVA - Representante Legal

Protocolo 77600567

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

CONTRATADA: **Start Shop Global Ltda**

CNPJ DA CONTRATADA: 37.912.727/0001-55

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: R$ 1.194,95 (Hum mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e Luana Hoffmann dos Santos

Protocolo 77308418

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

CONTRATADA: **Tech Mech Comércio e Serviços Ltda**

CNPJ DA CONTRATADA: 67.146.629/0001-15

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: **R$ 299,00 (Duzentos e noventa e nove reais)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e Natan Rodrigues Moret Schemmer

Protocolo 77761438

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente da Associação Conselho Escolar Ordem e Progresso, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 07/2026 (ID 76993775), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77457184) e o Resultado da Análise (ID 77427180), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	RONALDO ROCHINSKI DA SILVA CNPJ: 54.690.360/0001-91	01,02,03,04 e 05	6.300,00
Valor Total			R$ 6.300,00

Alvorada do Oeste/RO, 19 de outubro de 2026.

Rosangela Sebben da Silva
Presidente da Associação
Conselho Escolar Ordem e Progresso

Protocolo 77427314

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar IMAXAMAJNANGANÃ

CONTRATADA: **Universo Comércio de Papeis**

CNPJ DA CONTRATADA: 22.834.196/0001-52

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: R$ **1.826,48 (Hum mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM: Marli Peme Arara e João Marcos Gouveia Malini

Protocolo 77761263

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO CEEJA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.042461/2026-89

Objeto: Material de Limpeza e produção de Higienização
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 á 21/10/2026**

O Conselho Escolar doCEEJA, C.N.P.J nº 84.568.617/0001-06 localizado na Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Material de limpeza e Produção de higienização, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 á 21/10/2026** pelo endereço eletrônico ceejavilhena@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Material de Limpeza e Higienização considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA/Vilhena;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 á 21/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar do CEEJA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

PESQUISA DE PREÇO77758946

Marilda Farias Eidans

Presidente da Comissão de Contratação

Magno Ramos da Silva

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77762971

AVISO

A **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDUC**, CNPJ n.º **04.564.530/0001-13**, Unidade Gestora 16001-Seduc, em cumprimento ao disposto no art. 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 124 do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais disposições legais aplicáveis, torna público, para conhecimento dos interessados, o **ATO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO** da contratação mediante Adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2025 (73883326), cuja empresa beneficiária da ARP é a **KAELE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.819.323/0001-62 na condição de órgão não participante. A presente contratação destina-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem fornecimento de motorista e combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva inclusas, cobertura securitária integral, rastreamento veicular ativo e disponibilização de veículo substituto em caso de indisponibilidade operacional, visando atender às demandas operacionais, administrativas, técnicas, pedagógicas e logísticas da SEDUC/RO. A autorização fundamenta-se na demonstração da vantajosidade da adesão, na compatibilidade entre o objeto registrado e a necessidade administrativa da SEDUC/RO, na viabilidade operacional da solução, na compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, bem como na observância dos requisitos previstos no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 124 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, condicionada à anuência do órgão gerenciador e da empresa beneficiária da Ata de Registro de Preços. O valor global estimado da contratação é de R$ 6.665.756,64 (seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), correspondente ao fornecimento dos quantitativos previstos no Estudo Técnico Preliminar 107 (73438197) da SEDUC/RO, observadas as

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

especificações, preços unitários e demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 04/2025. A presente autorização é concedida conforme as justificativas constantes do Documento de Formalização de Demanda 402 (72674744), do Estudo Técnico Preliminar 107 (73438197), da Justificativa da Vantajosidade da Adesão (74992564), da pesquisa mercadológica realizada e dos demais documentos que instruem o Processo SEI nº 0029.025523/2026-98, ficando a formalização da contratação condicionada ao cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Porto Velho, data e hora do sistema.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretario de Estado da Educação - SEDUC/RO

Protocolo 75045065

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Certidão de Exclusividade (ID 77745510) e Resultado da Análise (ID 77390092), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	GEHA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA - CNPJ:00.730.326/0001-74	1	R$1.594,00
		Valor Total	**R$1.594,00**

Cacoal- RO, 19 de outubro de 2026.

DANDARA XAVIER ROBERTO TOMIATTI
Presidente do Conselho Escolar da Escola Bernardo Guimarães

Protocolo 77390187

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO
PEALE/2º semestre de 2026

O Presidente do **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MANUEL BANDEIRA**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **02/2026** (ID 77307123), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77464001) e o Resultado da Análise (ID 77646924), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	MD Santos LTDA - CNPJ Nº 01.190.092/0001-82	3 - ALHO NACIONAL BRANCO COMUM - De 1ª qualidade, bulbos integros, firmes e corados, limpos, graúdo, cabeça inteira fisiologicamente bem desenvolvida, sem danos mecânicos ou causados por pragas e livres de umidade externa anormal. Embalagem em saco plástico atóxico de 500g a 1kg. 4 - ARROZ AGULHINHA (POLIDO) - Pacote de 5kg. Tipo 1 (longo fino), constituídos de grãos inteiros, sãos, fisiologicamente desenvolvidos, limpos e secos e estar isento de matérias estranhas, impurezas e umidade, assim como grãos quebrados, manchados e com odor estranho, observadas as tolerancias estabelecidas na legislação vigente e não deverá apresentar parasitas, larvas e/ou insetos vivos, tais como caruncho ou gorgulhos e outras pragas de grãos armazenados. Deverá está acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes e apresentar rotulagem obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Pacote de 5 kg. Para alimentos oriundos da agricultura familiar,	R$ 12.381,94

necessário apresentação ainda de Laudo/Certificado/Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária para o local de beneficiamento do produto e os dados de identificação do agricultor/agroindústria responsável pelo beneficiamento na rotulagem obrigatória. Pacote de 5kg. 5 - AVEIA EM FLOCOS - Pacote de 500 gramas . Prazo de validade mínimo 06 meses, a contar da data de entrega. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade. 10 - CASTANHA-do-BRASIL com casca - De 1ª qualidade, casca isenta de pragas visíveis e inteiras. Embaladas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos de 1kg. 11 - CEBOLA NACIONAL BRANCA - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, apresentar cor e odor característicos, sem ferimentos ou defeitos, não devem apresentar brotos. Acondicionada em caixa plástica vazada ou em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos. 12- CENOURA in natura - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, casca isenta de pragas visíveis, apresentar cor e odor característicos, inteiras, não devem apresentar brotos, ter ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embaladas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos de 1kg. 13 - COLORAU DE URUCUM - Embalagem de 500g. Constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum, podendo ser adicionado de óleos comestíveis e sem adição de sal. Preparado com matérias primas de 1ª qualidade. Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal. Aspecto em pó fino, cor alaranjada, cheiro e sabor característico do produto. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente, com rotulagem nutricional obrigatória conforme a legislação vigente. Na embalagem deve constar o nome e endereço do fabricante, lista de ingredientes, peso, data de fabricação. Validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrega do produto. 18 - FEIJÃO PRETO - Embalagem de 1kg. Tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, caruncho, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 1kg. 19 - FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLOS - Embalagem de 100 gramas cada. A embalagem deverá conter a rotulagem obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto. 20 - FOLHAS DE LOURO - Pacote de 3 gramas cada. Rotulagem obrigatória de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. 21 - FRANGO COXA E SOBRECOXA - In natura, com osso, em peça, sem tempero, de 1ª qualidade, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico, transparente, bem lacradas, com rotulagem nutricional obrigatória, identificação do produto e fabricante, carimbo e selo de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente, data de fabricação. Embalagem mantida sob congelamento a 18°. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega. 23 - MANTEIGA SEM SAL- Embalagem de 500 gramas. 1ª qualidade. Produto gorduroso obtido exclusivamente a partir do creme pasteurizado derivado do leite de vaca, por processos tecnologicamente adequados. Consistência sólida, pastosa

		à temperatura de 20° C, de textura lisa e uniforme, untosa, com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada, sem manchas ou pontos de outra coloração. Sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. Isenta de ranço e mofos. O produto deve ser acondicionado em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária. A embalagem deverá conter a rotulagem nutricional obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. O produto deverá ter Serviço de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente. Embalagem de 500 gramas. 24 - MILHO VERDE EM CONSERVA - unidade em sachê peso líquido 260 g peso drenado 170 gramas. Composto por milho, água, e sal, sem conservantes, em grãos. Deverá se apresentar fisiologicamente desenvolvido, são, limpo acondicionada em recipiente íntegro, vedado hermeticamente e limpo, resistente, não amassado, não estufado. A embalagem deverá conter a rotulagem obrigatória e apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto. unidade em sachê peso líquido 260 g peso drenado 170 gramas. 25 - ÓLEO VEGETAL DE SOJA - Embalagem de 900ml. Comestível, refinado, obtido de matéria prima vegetal (soja), sem colesterol e sem gorduras trans, aspecto límpido e isento de oxidação impurezas, cor e odor característicos, isento de ranço e substancias estranhas. Embalagem plástica resistente, íntegra, isenta de ruptura ou amassados e transparente que garanta a integridade do produto e conter a rotulagem nutricional obrigatória, apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 08 (oito) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 900ml. 27 - PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G - inteiro de 1ª qualidade, produto fermentado, preparado obrigatoriamente com farinha de trigo, cloreto de sódio e água, deverá apresentar casca crocante de cor uniforme castanho- dourada e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme e peso médio de 50g. Aparência de massa cozida, simetria, cor, aroma e sabor característicos. Em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente, apresentando identificação da quantidade em kg. Certificado, Laudo ou Alvará de funcionamento do local onde é realizado o beneficiamento, expedido pela Vigilância Sanitária. Data de fabricação do dia da entrega do produto. 30 - REPOLHO BRANCO IN NATURA - 1 ª qualidade, isenta de sujidades e materiais terrosos. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico. 31 - SAL MARINHO IODADO REFINADO - Embalagem de 1kg. Cloreto de sódio cristalizado extraído de fontes naturais, adicionado obrigatoriamente de iodo para aplicação alimentícia. Devem ser apresentar com aspecto de cristais brancos, com granulação uniforme, devendo ser inodoro e ter sabor salino-salgado próprio. Ausência de sujidades ou impurezas, não pegajoso ou empedrado. Acondicionado em embalagem plástico atóxica, resistente e transparente que garanta a integridade do produto. Apresentando rotulagem obrigatória e dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade/peso do produto, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega do produto. Embalagem de 1kg.	
2	Diego Adriano Pena de Souza	1- AÇAFRÃO EM PÓ - pacotes de 250 gramas . Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal. Aspecto em pó fino, cheiro e sabor	R$ 6.269,24

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Mercearia - ME - CNPJ º 17.442.430/0001-66	característico do produto. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente, com rotulagem nutricional obrigatória conforme a legislação vigente. Na embalagem deve constar o nome e endereço do fabricante, lista de ingredientes, peso, data de fabricação. Validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrega do produto. 2 - AÇÚCAR TIPO CRISTAL - Pacote de 2kg. Classe I, branco, sem umidade ou sujidade ou outro mau estado de conservação. Acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente. Deverá apresentar rotulagem nutricional obrigatória, contendo marca, informações nutricionais, lote, ingredientes, data de fabricação e dados do responsável pelo produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entregado produto. Pacote de 2kg. 6 - BATATA INGLESA IN NATURA - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, casca isenta de pragas visíveis, apresentar cor e odor característicos, inteiras, não devem apresentar brotos, ter ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embaladas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos de 1kg. 7 - BETERRABA CRUA IN NATURA - De 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, polpa firme, casca isenta de pragas visíveis, apresentar cor e odor característicos, inteiras, não devem apresentar brotos, ter ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embaladas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intactos de 1kg. 14 - CREME DE LEITE - Embalagem tetra Pak de 200g UHT homogeneizado, baixo teor de gordura ou leve, sem necessidade de refrigeração. Creme obtido a partir do leite de vaca, cor branca ou levemente amarelado, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Deve apresentarrotulagem obrigatória conforme a legislação vigente. Na embalagem deve constar o nome e endereço do fabricante, lista de ingredientes, peso, data de fabricação. Validade mínimo 06 (seis) meses, a contar da data de entrega do produto. Embalagem tetra Pak de 200g. 15 - EXTRATO DE TOMATE - Embalagem de 300g. Produto resultante da concentração da polpa de frutos maduros e sãos do tomateiro por processo tecnológico adequado, composto de tomate, sal, açúcar. Sem pele, sem sementes e corantes artificiais. Apresentando aspecto de massa homogênea, cor vermelha, cheiro e sabor próprios. Isento de indicadores de processamento defeituoso, sujidades e fermentação. Embalagem deverá ser do tipo plástica hermeticamente fechada e resistente ou tetra-pack e deve estar íntegra, resistente, vedado e conter rotulagem obrigatória, dados de identificação, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega. Embalagem de 300g. 16 - FARINHA DE TRIGO - Embalagem de 1kg. Não apresentar aspecto de mofo ou fermentação, mau estado de conservação, odor estranho impróprio ao produto, presença de insetos vivos ou mortos. Embalagem em pacotes limpos, não violados. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega. Embalagem de 1kg. 17 - FEIJÃO CARIOQUINHA - Embalagem de 1kg. Tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, caruncho, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória de acordo com legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 1kg. 22 - MACARRÃO TRIGO, CRU, PARAFUSO - Não apresentar aspecto de mofo ou fermentação, mau estado de conservação, odor estranho impróprio ao produto, presença de insetos vivos ou mortos. Embalagem resistente que garanta a integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

		(minima de 6 meses a partir da entrega). 26 - OVOS DE GALINHA - Limpos, casca lisa, íntegra, sem deformação ou rachaduras, pouco porosa, com calcificação uniforme e formato característico. Tamanho médio, peso entre 50 a 55g por unidade, possuir certificação e informações sobre registros sanitários do fornecedor. O transporte deverá ser realizado em veículo fechado e refrigerado, de acordo com a legislação vigente. Acondicionados em embalagem apropriada de polietileno ou papelão com 12 a 30 unidades. Deve conter rotulagem, data de fabricação. Validade mínimo de 15 (quinze) dias na data da entrega. 28 - PEITO DE FRANGO SEM PELE - In natura, com osso, em peça, sem tempero, de 1ª qualidade, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico, transparente, à vácuo ou bem lacradas, com rotulagem obrigatória, identificação do produto e fabricante, carimbo e selo de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente, data de fabricação. Embalagem mantida sob congelamento a 18°. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega. 29 - PEITO DE FRANGO COM PELE - In natura, com osso, em peça, sem tempero, de 1ª qualidade, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico, transparente, à vácuo ou bem lacradas, com rotulagem obrigatória, identificação do produto e fabricante, carimbo e selo de inspeção do órgão de inspeção sanitária competente, data de fabricação. Embalagem mantida sob congelamento a 18°. Validade mínima de 06 (seis) meses, a partir da entrega.	

3	Casa das Carnes 3 Américas CNPJ: 40.167.027/0001-98	8 - CARNE BOVINA DE 2ª EM CUBOS/PEDAÇOS CONGELADA (ACÉM/MÚSCULO E/OU LOMBO) - Carne de 2º corte, proveniente da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterála ou encobrir alguma alteração. Durante o processamento, Devem ser realizadas a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, ossos, cartilagem e aponevroses) e, conter no máximo, 10 % de gordura e no máximo, 3% de aponevroses. Deve ser congelada e transportada à temperatura de - 12° a - 18° C. Características organolépticas: Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria da espécie (vermelho vivo), sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprios (sem cheiro desagradável). O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Embalagem e peso: o produto deverá estar congelado, sem acúmulos de água e gelo, em embalagem plástica à vácuo, transparente, flexível, atóxica, resistente. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIM/SIE/SIF/SISBI- POA; Identificação completa do produto e do fabricante; Data de fabricação, Lote; Temperatura para armazenamento e conservação; Carimbo de inspeção sanitária. Prazo de validade e prazo máximo para consumo (mínima de 90 dias, a contar da data de entrega); em pacotes com peso até 2kg. 9 - CARNE BOVINA DE 2ª MOÍDA CONGELADA (ACÉM/MÚSCULO E/OU LOMBO) - Carne de 2º corte, proveniente da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, ossos, cartilagem e aponevroses) e, conter no máximo, 10 % de gordura, devem estar livres de aponeuroses, linfonodos, glândulas, grandes vasos, coágulos, tendões, peles e demais tecidos não considerados aptos ao consumo humano. Deve ser congelada e transportada à temperatura de – 12° a - 18° C. Características organolépticas: Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria da espécie (vermelho vivo), sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor característicos (sem cheiro desagradável). O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Embalagem e peso: o produto deverá estar congelado, sem acúmulos de água e gelo, em embalagem plástica à vácuo, transparente, flexível, atóxica, resistente. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos. Não serão aceitas embalagens do tipo tubete. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIM/SIE/SIF/SISBI-POA; Identificação completa do produto e do fabricante; Data de fabricação, Lote; Temperatura para armazenamento e conservação; Carimbo de inspeção sanitária. Prazo de validade e prazo máximo para consumo (mínima de 90 dias, a contar da data de entrega). Pacotes com peso até 2kg.	R$ 12.651,75
Valor total R$			31.302,93

Colorado do Oeste/RO, 19 de outubro de 2026.

Alessandra da Costa Andrade Badaró

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77658496

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Piannaa, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7458 (76402025), o Quadro Comparativo de Análise Objetiva de Propostas (76402029) e o Resultado da Análise(76402030), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	RCA	*Manutenção Preventiva de Bebedouros 500 litros patrimônio 030.568.195 e troca de elementos filtrantes.* *Manutenção Preventiva de Bebedouros 200 litros patrimônio 031.001.970 e troca de elementos filtrantes.*	550,00
2	M.A de Almeida	-	-
3	Jan Charles Rueckert	-	-
		Valor Total	**R$ 550,00**

Corumbiara/RO, 19 de outubro de 2026.
Wagner Soares do Nascimento
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76402032

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Piannaa, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7460 (76404519), o Quadro Comparativo de Análise Objetiva de Propostas (76404564) e o Resultado da Análise(76404600), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	RCA	*Serviço de limpeza de caixa de água 5.000 mil litros*	R$ 950,00
2	Jan Charles Rueckert	-	-
3	M.A de Almeida	-	-
		Valor Total	**R$ 950,00**

Corumbiara/RO, 19 de outubro de 2026.
Wagner Soares do Nascimento
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76404628

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **10/2026** (ID 77476355), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77580510) e o Resultado da Análise (ID 77581219), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	**Proponente Interessado**	**Descrição do Item**	**Valor Total**

01	GAMMA SERVIÇOS DE CENTRAIS DE AR LTDA	Serviços de controle de pragas e vetores, dedetização, desratização, pulverização, desinsetização, descupinização e desinfectação (Área da Escola 5.066,72 Metros quadrados e área Construida 2.693,88 Metros quadrados: Serviços de controle de pragas e vetores, dedetização, desratização, pulverização, desinsetização, descupinização e desinfectação (Área da Escola 5.066,72 Metros quadrados e área Construida 2.693,88 Metros quadrados:	1.150,00
Valor Total			R$1.150,00

Monte Negro - RO, data e hora do sistema.

MICELE ALBANO DE MORAES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77582062

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar das Escolas Indígenas de Ensino Fundamental e Médio Ikoloejh

CONTRATADA: Start Shop Global Ltda

CNPJ DA CONTRATADA: 37.912.727/0001-55

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: **R$ 4.301,82 (Quatro mil, trezentos e um reais e oitenta e dois centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026

ASSINAM: Roberto Sorabah Gavião e Luana Hoffmann dos Santos

Protocolo 77262348

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR ELVANDAS MARIA DE SIQUEIRA

CONTRATADA: PRIME FABRICAÇÃO DE PAINEIS LTDA ME

CNPJ DA CONTRATADA: 07.353.072/0001-61

OBJETO: SERVIÇOS GRÁFICOS

VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais)

VIGÊNCIA: 30 dias consecutivos.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2026

ASSINAM:

Rodrigo Neto dos Santos

Presidente do Conselho Escolar Elvandas Maria de Siqueira

AMBROZINA DOS REIS LOPES ROCHA

PRIME FABRICAÇÃO DE PAINEIS LTDA ME

Contratada

Protocolo 75499189

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARECHAL CÂNDIDO RONDON

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 09/2026
PROCESSO SEI Nº0029.049683/2026-22

Objeto: **Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (*Confecção de Carimbos e Cópias de Chaves*)**.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 19/10/2026 a 22/10/2026 (das 08:00 às 15:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 15:00 DO DIA 22/10/2026)

O Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon, CNPJ nº 63.789.846/0001-72, localizado na Rua Rio Madeira, Nº 4807 Centro - Rolim de Moura/RO - 76940-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a Contratação de **Serviços de *Confecção de Carimbos e Cópias de Chaves***, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e suas Alterações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de19/10/2026 a 22/10/2026 (das 08:00 às 15:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 15:00 DO DIA 22/10/2026) ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Rio Madeira, Nº 4807, Centro - Rolim de Moura/RO - 76940-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a Contratação de **Serviços de *Confecção de Carimbos e Cópias de Chaves***, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA- Coronel Jorge Teixeira de Oliveira;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail: **ceejajorgeoliveira@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **ceejajorgeoliveira@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de 19/10/2026 a 22/10/2026 (das 08:00 às 15:00, seja físico ou por e-mail. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS, SEJA FÍSICA OU POR E-MAIL, APÓS ÀS 15:00 DO DIA 22/10/2026), devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Marechal Cândido Rondon, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão da entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Rolim de Moura/RO, 19 de outubro de 2026.

Maria Marques Fagundes

Presidente da Comissão de Contratação

Daniela Dias

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76324668

AVISO

CONSELHO ESCOLAR FRANCISCA JÚLIA DA SILVA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 14/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056719/2026-24

Objeto: UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 à 21/10/2026**

OConselho Escolar Francisca Júlia da Silva, C.N.P.J nº 00.710.792.0001/98 localizado naAvenida Pinheiros, Nº 2132, Centro, Castanheiras/RO - CEP 76948000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO – PROAFI Regular , **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada em fornecimento de UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 à 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico palefjs@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Pinheiros, Nº 2132, Centro, Castanheiras/RO - CEP 76948000 , as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visando a contratação de empresa especializada em fornecimento de UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS, visando atender as necessidades da EEEFM Francisca Júlia da Silva, no município de Castanheiras Rondônia., considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM. FRANCISCA JÚLIA DA SILVA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail palefjs@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail palefjs@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 à 21/10/2026** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Francisca Júlia da Silva, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa DE APOIO FINANCEIRO – PROAFI Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Médici, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Castanheiras/RO, 19 de Outubro de 2026.
Joana Messias da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Adriane Aparecida Vieira Zimermann

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77757505

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AVISO

CONSELHO ESCOLAR - CEEJA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.042168/2026-11

Objeto: **Limpeza e Conservação**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 1**9/10/2026 a 21/10/2026**

O Conselho Escolar do CEEJA, C.N.P.J nº 05.706.254/0001-43, localizado na Rua Goiás, nº 3143, Setor 02, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de apoio financeiro- PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Limpeza e conservação do ambiente escolar**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19**/10/2026 a 21/10/2026** , pelo endereço eletrônico ceejajaru@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço localizado na Rua Goiás, nº 3143, Setor 02, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectivo Conselho Escolar do CEEJA;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejajaru@seduc.ro.com.br, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejajaru@seduc.ro.com.br , dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026** , devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar União, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Jaru,Estado de Rondônia.

Anexos I: Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Pesquisa de Preços / Proposta					
Proponente:					
CNPJ/CPF:					
Insc. Estadual/Mun.:					
Endereço:					
Cidade/ Estado:				CEP:	
Telefone:		E-mail:			
Ordem	Descrição do Item	Unid.	Qdte	Valor Unit.	Valor Total
1	Dedetização, desratização, desinsetização em geral no ambiente escolar em 304,58 M2	Serviço	01		
2	Limpeza e higienização da caixa d' água de 5.000 litros	Serviço	01		
3	Limpeza do bebedouros	Serviço	04		
Valor Total					

IMPORTANTE

VALIDADE DA PROPOSTA: (mínima de 90 dias)

FORMA DE PAGAMENTO: CARTÃO CORPORATIVO FUNÇÃO: ( ) Débito (X) Crédito

PRAZO DE ENTREGA: 5 (cinco) dias após a ordem de fornecimento

PRAZO DE PAGAMENTO: no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do material ou realização de serviço e da apresentação das notas fiscais, condicionada a sua aprovação pela UEx.

DIAS GARANTIA: (mínima de 6 meses)

DATA DA EMISSÃO: ____/____/_____

Obs: A proponente deverá anexar a este instrumento os seguintes documentos: certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, FGTS, cópia Cadastro CNPJ

ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE

Jaru/RO,19 de outubro de 2026

Soraia Medenski Dias

Presidente da Comissão de Contratação

Nereidi Rocha Budniak

Presidente do Conselho Escolar do CEEJA

Protocolo 77768117

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PAULO FREIRE, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (76237471), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (76914372) e o Resultado da Análise (76934776), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	CONFORT CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA	1 A 6	12.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Valor Total	12.000,00

Porto Velho, 23 de Setembro de 2026.

Sandra Alves da Silva Nogueira
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Paulo Freire

Protocolo 77770287

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PAULO FREIRE, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 05/2026 (76849540), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (77608979) e a Desistencia do 1º Colocado (77769593), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Item	Valor Total
2	LINIKA REPRESENTAÇÕES E COMERCIO	8	9.800,00
Valor Total			9.800,00

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026.

Sandra Alves da Silva Nogueira
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Paulo Freire

Protocolo 77737998

AVISO

ESCOLA E.E.E.F ALBINA MARCIÓ SORDI
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.044338/2026-01
Objeto: MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 22/10/2026**
O CONSELHO ESCOLAR ALBINA MARCIÓ SORDI C.N.P.J nº 84.727.759/0001-60 localizado na Rua Vilhena, Nº2360, Bairro setor 07 - Ariquemes/RO - 76931560, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026**, pelo endereço eletrônico **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Vilhena, Nº2360, Bairro setor 07 - Ariquemes/RO - 76931560, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS** , considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F. ALBINA MARCIÓ SORDI];
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br** , dentro do prazo de 19**/10/2026 a 22/10/2026** - *observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR ALBINA MARCIÓ SORDI, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Anexos.

COTAÇÃO:

Ariquemes/RO, 19 de outubro de 2026
ELIZABETE PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Contratação
MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77599106

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM INÁCIO DE CASTRO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 0029.056260/2026-69

Objeto: *Material de Consumo* - ***Material Hospitalar***

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 19/10/2026 a 21/10/2026.

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Inácio de Castro, C.N.P.J nº 00.833.323/0001-66 localizado na Rua Antônio Rodrigues de Souza, nº 951, Centro - CEP 76999-000, no município de Pimenteiras do Oeste/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de *Material de Consumo* - ***Material Hospitalar*****,** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19/10/2026 a 21/10/2026, pelo endereço eletrônico **financeiroinaciopimenteiras@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Antônio Rodrigues de Souza, nº 951, Centro - CEP 76999-000, no município de Pimenteiras do Oeste/RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de *Material de Consumo* - ***Material Hospitalar***, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou com a respectiva Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Inácio de Castro;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **financeiroinaciopimenteiras@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta ID** (77445058)e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **financeiroinaciopimenteiras@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de 19/10/2026 a 21/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Inácio de Castro, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI ESCOLA - REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Anexo I - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (ID 77445058)

Pimenteiras do Oeste, data e hora do sistema.

JEFERSON APARECIDO ROSSI

Presidente da Comissão de Contratação

IZABEL CRISTINA EGEWARTH PEREIRA

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77765048

ORDEM PARALISAÇÃO

PROCESSO nº.: 0029.035051/2024-10

TERMOS DE CONTRATO n.º.: 473/2026/PGE-SEDUC

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 270 (duzentos e setenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço

CONTRATADAS: GT FERNANDES, CNPJ nº 46.354.430/0001-02.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

OBJETO DO CONTRATADO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de obra referente a Reconstrução da Estrutura Física do Pátio escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Buriti, localizada no município de Buritis/RO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 931.498,75 (novecentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos).

Considerando Oficio nº 14/2026 (77178938), referente a solicitação da contratada quanto à paralisação temporária da obra de reconstrução do pátio da EEEFM Buriti, localizada no município de Buritis/RO, em razão da necessidade de revisão, correção e compatibilização das peças técnicas que integram o processo.

Conforme registrado no Relatório de Apontamentos Técnicos (74810307), elaborado pela Fiscalização de Obras, foram identificadas inconsistências e divergências entre os projetos, memoriais, quantitativos e planilha orçamentária, assim, considerando que as adequações necessárias dependem da atuação da equipe técnica responsável pela revisão e compatibilização dos documentos, a fiscalização, por meio do Despacho (77631355), manifestou-se favoravelmente à formalização da paralisação temporária da obra, tendo em vista a necessidade de assegurar condições técnicas adequadas para a continuidade regular dos serviços e evitar a execução em desconformidade com as peças técnicas que vierem a ser revisadas.

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC, por intermédio da Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras – GGCO, no exercício de suas atribuições legais e contratuais, **DETERMINA A IMEDIATA PARALISAÇÃO** da execução do **Termo de Contrato nº 473/2026/PGE-SEDUC (71987845)**, bem como de todas as atividades, serviços e demais atos decorrentes da contratação, a partir da ciência desta Ordem de Paralisação.

A paralisação permanecerá vigente até a conclusão e aprovação das adequações técnicas necessárias, mediante autorização formal da Administração para retomada dos serviços.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

PAULO ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA

Gestor do Contrato

Portaria 4200 de 18 de maio de 2026

GERALDO TARCIANO FERNANDES

Representante Legal da Contratada

Protocolo 77728276

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO CEEJA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 012/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.042461/2026-89

Objeto: Serviço de troca de Telhado e limpeza de calhas

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 Á 21/10/2026**

O Conselho Escolar doCEEJA, C.N.P.J nº 84.568.617/0001-06 localizado na Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de:Serviço de troca de Telhado e limpeza de calhas, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 Á 21/10/2026** pelo endereço eletrônico ceejavilhena@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação dServiço de troca de Telhado e limpeza de calhas considerando o menor preço por item.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA/Vilhena;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 Á 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar do CEEJA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
PESQUISA DE PREÇO 77772816
Magno Ramos da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77772093

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2026/SEDUC-EEEFPMC
CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA
CONTRATADA: M DO S BRAGA
CNPJ DA CONTRATADA: 21.921.760/0001-01
OBJETO: É objeto desta contratação a Gêneros Alimentícios variados.
VALOR: R$3.419,11 (três mil, quatrocentos e dezenove reais e onze centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

SELMA TEIXEIRA DA SILVA AMORIM
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
MARIA DO SOCORRO BRAGA
M DO S BRAGA
Contratada

Protocolo 77768762

AVISO

CONSELHO ESCOLAR GETÚLIO VARGAS
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 13/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.037976/2026-67

Objeto:**Será feita a aquisição de material de expediente com itens papelaria para organização das atividades, pedagógicas e administrativas da unidade escolar.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 23/10/2026**

O Conselho Escolar Getúlio Vargas, CNPJ nº 01.649.898/0001-96, localizado na Avenida Presidente Kennedy, Nº 1685, Bairro Planalto - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76.932-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa para o fornecimento de *material de expediente/itens de papelaria* para uso pedagógico e administrativo, elemento material de consumo para organização das atividades da unidade escolar, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 23/10/2026**, pelo endereço eletrônico ceeja.smg@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida Presidente Kennedy, Nº 1685, Bairro Planalto - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76.932-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa para o fornecimento de material de expediente itens de papelaria, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA Getúlio Vargas;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceeja.smg@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceeja.smg@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 23/10/2026** - *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões autenticadas, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Getúlio Vargas, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta *id* (77722051)
São Miguel do Guaporé/RO, 19 de novembro de 2026.

Solange de Castro Neves
Presidente da Comissão de Contratação
Wanderlei Aparecido Gabriel
Presidente do Conselho Escolar Getúlio Vargas

Protocolo 77722106

AVISO

ESCOLA E.E.E.F ALBINA MARCIÓ SORDI
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 11/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.044338/2026-01
Objeto: MATERIAL DE EXPEDIENTE
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 19**/10/2026 a 22/10/2026 (até as 12:00)**
O CONSELHO ESCOLAR ALBINA MARCIÓ SORDI C.N.P.J nº 84.727.759/0001-60 localizado na Rua Vilhena, Nº2360, Bairro setor 07 - Ariquemes/RO - 76931560, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **MATERIAL DE EXPEDIENTE,** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19**/10/2026 a 22/10/2026 (até as 12:00)**, pelo endereço eletrônico **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Vilhena, Nº2360, Bairro setor 07 - Ariquemes/RO - 76931560, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de MATERIAL DE EXPEDIENTE, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F. ALBINA MARCIÓ SORDI];
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **albinaprestacaodecontas@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de 19**/10/2026 a 22/10/2026**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

(até as 12:00) - *observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do CONSELHO ESCOLAR ALBINA MARCIÓ SORDI, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Anexos.

Ariquemes/RO, 19 de outubro de 2026

ELIZABETE PEREIRA DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Contratação

MARINEIDE MOREIRA DA SILVA PILATTI

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77601781

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.027172/2026-50

Objeto: Gêneros alimentícios.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 20.10.2026 a 22.10.2026

O **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cesar Freitas Cassol**, inscrito no CNPJ nº **11.348.633/0001-01** , Localizada na AV. dos Imigrantes S/N bairro Centro de União Bandeirante Distrito de Porto Velho/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Alimentação Escolar - PEALE, e PEALE COMPLEMENTAÇÂO, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Açúcar - tipo cristal**, granulado, cor clara, sem umidade ou sujidade, acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente, fd 30 kg- pct de 2kg. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega, **Agrião - 1ª** qualidade, fresca, coloração uniforme, consistência firme e intacta isenta de material terroso e umidade externa e anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos ou causados por pragas. Embalagem em saco plástico atóxico transparente. **Alho** nacional branco – graúdo do tipo comum, cabeça inteira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

fisiologicamente bem desenvolvida, com bulbos corados sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalagem em saco plástico atóxico de 100 g a 1 kg, **Arroz agulhinha, tipo 1** - constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega - pct de 5 kg. **Azeite de dendê** – embalagem limpa, não violada, resistente que garanta a integridade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem de máximo 500 ml. **Canela em pó** - Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem de 50g, **Carne bovina de 2ª** (**cubo**): Podendo ser de acém, paleta, músculo e lombo. Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie. Embalagem em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária, **Carne bovina de 2ª (moída)** - Podendo ser de acém, paleta, músculo e lombo. Congelada. Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie (isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, apo nevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos).Embalagem em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo (não podendo ser tipo tubete). A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária. Embalagem de até 2 kg, **Castanha do Brasil (pará) beneficiada** – Produto limpo, em embalagem plásca resistente e atóxica que garanta a integridade do produto, á vácuo. Embalagem de 500g a 1kg. Exclui-se o recebimento de produto com aspecto de mofo e/ou fermentação, odor estranho e impróprio ao produto., **Cebola nacional (branca)** - Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho. Acondicionada em embalagens novas, limpas e secas, que não transmitam odor ou sabor estranho ao produto. **Cenoura - 1ª qualidade**, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpo estranho aderido a superfície externa. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico a partir de 1 kg. **CREME DE LEITE - UHT** homogeneizado, baixo teor de gordura ou leve, sem necessidade de refrigeração. Creme obtido a partir do leite de vaca, cor branca ou levemente amarelado, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Deve apresentar rotulagem nutricional obrigatória conforme a legislação vigente. Na embalagem deve constar o nome e endereço do fabricante, lista de ingredientes, peso, data de fabricação. Validade mínimo 06 (seis) meses, a contar da data de entrega do produto. Embalagem tetrapak de 200g. **Extrato de tomate** - Isento de indicadores de processamento defeituoso. Sem corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação. Embalagem íntegra, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 6 meses a partir da entrega). Embalagem de até 340g. Farinha de tapioca/Beiju, da região, Subgrupo Granulada, Tipo 1. Embalagem: saco plástico transparente, atóxico, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem de acordo com a legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Peso líquido de até 1kg. Período de validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. **Feijão carioquinha** - tipo 1, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas, larvas e umidade. Embalados em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes e acondicionados em fardos lacrados. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 06 meses a partir da entrega). Pacote de 1 kg,**Leite de coco** industrializado – produto obtido de leite de coco, pasteurizado e homogeneizado, cor, aroma e odor característicos, não rançoso. Embalagem vidro ou tetrapak não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 06 meses a partir da data de entrega). Embalagem contendo no máximo 1000ml,. Leite Integral UHT – Por processamento UHT (Ultra high temperatura), embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Caixa tetrapak de 1 litro, esterilizada e hermeticamente fechada.**Leite integral em pó** (lata ou pacote) - embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Embalagem a partir de **400g**. Com data de fabricação e validade (mínima seis – 06 meses, a partir da data de entrega). **Macarrão espaguete** - massa proveniente sem misturas de outros tipos de macarrão – embalagem transparente. Informações nutricionais na embalagem. Validade de no mínimo 06 meses. Embalagem de 500 gramas. **Maçã nacional (vermelha)** – Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

e com brilho. Acondicionadas em caixa plástica vazada. **Manteiga sem Sal** - A embalagem deverá apresentar externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade (pelo menos 06 meses a partir do recebimento) e informações nutricionais e rotulagem, de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 500g. **Milho verde em conserva** - sem conservantes, em grãos, acondicionada em recipiente íntegro, vedado hermeticamente e limpo, resistente, não amassado, não estufado, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Isento de material estranho. Contendo 200g, **Óleo de soja vegetal** – tipo 1, refinado, obtido de matéria prima vegetal, sem colesterol e sem gorduras trans, aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos. Embalagem plástica de 900 ml, resistente e transparente que garanta a integridade do produto. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de fabricação. PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G – inteiro de 1ª qualidade, produto fermentado, preparado obrigatoriamente com farinha de trigo, cloreto de sódio e água, deverá apresentar casca crocante de cor uniforme castanho- dourada e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme e peso médio de 50g. Aparência de massa cozida, simetria, cor, aroma e sabor característicos. Em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente, apresentando identificação da quantidade em kg. Certificado, Laudo ou Alvará de funcionamento do local onde é realizado o beneficiamento, expedido pela Vigilância Sanitária. Data de fabricação do dia da entrega do produto . **Sal – marinho, iodado**, refinado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou Empedrado. Embalagem plástica atóxica, resistente e transparente que garanta a integridade do produto, em pacotes de 1 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade (validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega). **Torrada de trigo tradicional** - de boa qualidade. Embalagem de polietileno atóxico, resistente, com dados de identificação que apresente informações nutricionais, quantidade do produto, data de fabricação, data de validade e nome do produtor. Embalagens contendo no máximo 320g. referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **20.10.2026 a 22.10.2026**, pelo endereço eletrônico da Escola: **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br** ou entreguediretamente à unidade executora no endereço, **Avenida dos Migrantes S/N Bairro Centro em União Bandeirante CEP: 76.841-000 Distrito de Porto Velho/RO**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Gêneros alimentícios, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista como Conselho Escola da EEEFM Cesar Freitas Cassol

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de 20.10.2026 a 22.10.2026 *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar da EEEFM Cesar Freitas Cassol**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Alimentação Escolar - PEALE, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Ionan Santos de Faria (Diretor)
Presidente do Conselho Escolar EEFM Cesar Freitas Cassol

Tatiane Agostinho Lima
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77662031

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.027172/2026-50

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Objeto: Gêneros alimentícios.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 20.10.2026 a 22.10.2026

O **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cesar Freitas Cassol**, inscrito no CNPJ nº **11.348.633/0001-01** , Localizada na AV. dos Migrantes S/N bairro Centro de União Bandeirante Distrito de Porto Velho/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa de Alimentação Escolar - PEALE, e PEALE COMPLEMENTAÇÂO, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: **Açúcar - tipo cristal**, granulado, cor clara, sem umidade ou sujidade, acondicionada em pacote plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente, fd 30 kg- pct de 2kg. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega, **Alho** nacional branco – graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente bem desenvolvida, com bulbos corados sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalagem em saco plástico atóxico de 100 g a 1 kg, **Amido de milho** – sabor tradicional, produto amiláceo extraído de milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de materiais terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação, quando comprimido entre os dedos, acondicionado em caixa de papel com validade mínima de 6 meses. **Aveia em flocos** - Embalagem limpa, não violada, resistente que garanta a integridade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega – cx/pct de 170g. **Bolacha caseira ou Biscoito salgado** (oriundos da agricultura familiar) - embalagem de 100g. Acondicionadas em saco plástico atóxico, inviolável e resistente, apresentando data de fabricação, prazo de validade devidamente preenchida (mínimo de 03 meses). (oriundos da agricultura familiar) - embalagem de 100g. Acondicionadas em saco plástico atóxico, inviolável e resistente, apresentando data de fabricação, prazo de validade devidamente preenchida (mínimo de 03 meses). **Canela em pó** - Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem de 50g, **Milho de canjica branca** - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, com validade mínima de 04 meses a contar a data de entrega APRESENTAR AMOSTRA. **Carne bovina de 2ª (moída)** - Podendo ser de acém, paleta, músculo e lombo. Congelada. Sem gordura aparente, sem manchas esverdeadas, não amolecida ou pegajosa e cor própria da espécie (isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, apo nevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos).Embalagem em saco plástico a vácuo, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade e qualidade do produto até o momento do consumo (não podendo ser tipo tubete). A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, nº de lote, data de validade, registro do órgão de inspeção sanitária. Embalagem de até 2 kg, **Cebola nacional (branca)** - Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho. Acondicionada em embalagens novas, limpas e secas, que não transmitam odor ou sabor estranho ao produto. Cenoura - 1ª qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpo estranho aderido a superfície externa. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico a partir de 1 kg. **Extrato de tomate** - Isento de indicadores de processamento defeituoso. Sem corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação. Embalagem íntegra, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Deve conter dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e prazo de validade (Mínima de 6 meses a partir da entrega). Embalagem de até 340g. **Farinha de tapioca/Beiju**, da região, Subgrupo Granulada, Tipo 1. Embalagem: saco plástico transparente, atóxico, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem de acordo com a legislação vigente, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Peso líquido de até 1kg. Período de validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. **Farinha de milho cuscuz** - amarelo, flocada para cuscuz, sem sal. Amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em sacos plásticos tipo almofada, atóxicos e resistentes. Validade mínima de 6 meses. Embalagem de 500 g **Leite Integral UHT** – Por processamento UHT (Ultra high temperatura), embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Apresentar dados de identificação, rotulagem nutricional, data de fabricação e validade do produto (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Caixa tetrapak de 1 litro, esterilizada e hermeticamente fechada. **Leite integral em pó** (lata ou pacote) - embalagem não amassada, não estufada, resistente que garanta integridade do produto. Embalagem a partir de 400g. Com data de fabricação e validade (mínima seis – 06 meses, a partir da data de entrega). **Maçã nacional (vermelha)** – Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Acondicionadas em caixa plástica vazada. **Manteiga sem Sal** - A embalagem deverá apresentar externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade (pelo menos 06 meses a partir do recebimento) e informações nutricionais e rotulagem, de acordo com a legislação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

vigente. Embalagem de 500g. **Milho verde em conserva** - sem conservantes, em grãos, acondicionada em recipiente íntegro, vedado hermeticamente e limpo, resistente, não amassado, não estufado, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade (mínima de 04 meses a partir da data de entrega). Isento de material estranho. Contendo 200g, **Óleo de soja vegetal** – tipo 1, refinado, obtido de matéria prima vegetal, sem colesterol e sem gorduras trans, aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos. Embalagem plástica de 900 ml, resistente e transparente que garanta a integridade do produto. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de fabricação. **PÃO FRANCÊS (DE SAL)** 50G – inteiro de 1ª qualidade, produto fermentado, preparado obrigatoriamente com farinha de trigo, cloreto de sódio e água, deverá apresentar casca crocante de cor uniforme castanho- dourada e miolo de cor branco creme, de textura e granulação fina não uniforme e peso médio de 50g. Aparência de massa cozida, simetria, cor, aroma e sabor característicos. Em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária. Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente, apresentando identificação da quantidade em kg. Certificado, Laudo ou Alvará de funcionamento do local onde é realizado o beneficiamento, expedido pela Vigilância Sanitária. Data de fabricação do dia da entrega do produto. **Sal dietético**, refinado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou Empedrado. Embalagem plástica atóxica, resistente e transparente que garanta a integridade do produto, em pacotes de 1 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade (validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega). referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 20.10.2026 a 22.10.2026, pelo endereço eletrônico da Escola: **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço, **Avenida dos Migrantes S/N Bairro Centro em União Bandeirante CEP: 76.841-000 Distrito de Porto Velho/RO**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Gêneros alimentícios, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista como Conselho Escolar da EEEFM Cesar Freitas Cassol

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolacesarcassol@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de 20.10.2026 a 22.10.2026 *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar da EEEFM Cesar Freitas Cassol**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Alimentação Escolar - PEALE, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Ionan Santos de Faria (Diretora)
Presidente do Conselho Escolar EEFM Cesar Freitas Cassol

Tatiane Agostinho Lima
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77621349

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 24/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Getúlio Vargas
CONTRATADA: R/T SERVIÇOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 52.823.917/0001-90

OBJETO: É objeto desta contratação serviço de dedetização, desinsetização desratização, descupinização, tratamento de caixas de gordura, barreira química nos muros e prédios, objetivando manter o espaço escolar livres de pragas,

insetos e roedores. Elemento *pessoa jurídica* para atender as demandas da instituição escolar, considerando o menor preço por item.
VALOR: R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026
ASSINAM: Wanderlei Aparecido Gabriel eR/T Serviços LTDA.

Protocolo 77702261

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA E.E.E.F.M. PAULO FREIRE
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO Nº 7570/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.033149/2026-02
Objeto: Serviço de confecção de uniformes para Agentes de Alimentação.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 22/10/2026.**
O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA E.E.E.F.M. PAULO FREIRE, C.N.P.J nº 00.734.884/0001-08, localizado na Rua: Maria Aurora do Nascimento nº 1373, Bairro Teixeirão - Cacoal/RO, CEP 76.965-522, doravante Unidade Executora, aderente ao PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO - PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação/aquisição de: Serviço de confecção de uniformes para Agentes de Alimentação, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026,** pelo endereço eletrônico **efmpaulofreirecacoal@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua: Maria Aurora do Nascimento nº 1373, Bairro Teixeirão - Cacoal/RO, CEP 76.965-522, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de uniformes destinados às merendeiras da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire, conforme **Planilha de Pesquisa de Preço/Proposta**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Unidade **E.E.E.F.M. Paulo Freire/Cacoal**;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **efmpaulofreirecacoal@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com a **Planilha de Pesquisa de Preço/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitas propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **efmpaulofreirecacoal@seduc.ro.gov.br**, dentro do prazo de **19/10/2026 a 22/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar da Escola de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO - PROAFI ESCOLA REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados**,** bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de CACOAL, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. ID (76498449)

Cacoal/RO, 19 de outubro de 2026.
Alessandra Souza Farias
Presidente da Comissão de Contratação
Gildeon Alves da Cruz
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76498502

AVISO
CONSELHO ESCOLAR RAIMUNDO DE OLIVEIRA MESQUITA
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.033102/2026-31

OBJETO: O MATERIAL SE FAZ NECESSÁRIO PARA DESENVOLVIMENTO DE UM TRABALHO NESSA INSTITUIÇÃO./ MATERIAL DE EXPEDIENTE 3.3.90.30

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/DOCUMENTOS: 19 /10/2026 A 21/10/2026

O Conselho Escolar RAIMUNDO DE OLIVEIRA MESQUITA, C.N.P.J nº 00.713.583/0001-06 localizado na Travessa 25, 1858, Setor 04, no município de Costa Marques - RO, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, CONVOCA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: compra de material de expediente para o desenvolvimento das atividades pedagógica escolares referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de19 **/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico **raimundomesquitacompras@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço T - 25, nº 1858, setor 04, Costa Marques - RO, CEP: 76937-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a compra de material de expediente para o desenvolvimento das atividades pedagógica escolares , considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste instrumento, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Unidade Escolar;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **raimundomesquitacompras@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta e demais documentos deste instrumento, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do instrumento, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VII - Alvará de Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **raimundomesquitacompras@seduc.ro.gov.br** dentro do prazo de **19 /10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste instrumento e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato “pdf” ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas serão realizadas, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste instrumento e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste instrumento e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá a adjudicação e homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Baía das Onças, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o

aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste instrumento e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um instrumento já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Costa Marques, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Instrumento:
- Formulário Pesquisa de Preços. ID 77713266
Costa Marques- RO, 19 de outubro de 2026

GLIDES BANEGA JUSTINIANO
Presidente da Comissão de Contratação

Valdecir Rodrigues Pereira
Presidente do Conselho Gestor Escola Raimundo de Oliveira Mesquita

Protocolo 77713210

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Cândido Portinari, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 20/2026 (ID 77411837), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77615451) e o Resultado da Análise (ID 77751755), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

1	Mercado Fortaleza Ltda ME, CNPJ: 13.129.091/0001-01	1, 3, 4, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42.	R$ 57.465,09
2	Silva & Stre Ltda - ME, CNPJ: 31.836.579/0002-31	2, 6, 8, 10, 12, 13, 19, 20, 25, 26, 28, 43.	R$ 13.337,28
3	S.M. Comercial de Alimentos Favorito Ltda EPP, CNPJ: 06.339.174/0001-60	5.	R$ 6.063,15
4	Marcio de Oliveira Ltda, CNPJ: 46.891.108/0001-12	37, 38.	R$ 20.318,58
Valor Total			**R$97.184,10**

Rolim de Moura/RO, 19 de outubro de 2026.

Rosiane Barbosa da Silva Taliari

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77755232

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar das Escolas Indígenas de Ensino Fundamental e Médio Ikoloejh

CONTRATADA: **Mercado e Açougue União Ltda**

CNPJ DA CONTRATADA: 02.448.919/0001-78

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: **R$ 473,15 (Quatrocentos e setenta e três reais e quinze centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026

ASSINAM: Roberto Sorabah Gavião e Anderson Garcia Gonzalez

Protocolo 77765606

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 117/2026

Considerando o Termo de julgamento (77052485), o Despacho SUPEL-COEDU(77053785), o Ofício nº 8922/2026/SUPEL-GAB (77056212), o Termo de Homologação (77764949) e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 0029.033073/2025-26, cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico, conforme condições, quantidades e exigências no instrumento convocatório, o Secretário de Estado da Educação, torna público aos interessados que HOMOLOGA e ADJUDICA o presente certame licitatório, com fundamento no inciso IV, art. 71, da Lei Federal n. 14.133/2021, no que tange ao grupo 01, em favor da empresa LCT SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.776.344/0001-50, no valor total de R$ 37.283,53 (trinta e sete mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) e grupo 02, em favor da empresa PLURAL INDUSTRIA GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.858.331/0001-55, no valor total de R$ 2.795.516,08 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil quinhentos e dezesseis reais e oito centavos). O valor total global adjudicado perfaz o montante de R$ 2.832.799,61 (dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos) configurando-se como a proposta mais vantajosa para a Administração, referente ao Grupo 03, registra-se, para os devidos fins, que o procedimento restou fracassado, em razão da ausência de êxito na seleção de proposta válida, conforme registrado nos autos do processo administrativo.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77765087

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 18/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar JERRIS ADRIANI TURATTI

CONTRATADA: Marta Felberg Tesch

CPF DA CONTRATADA: ***.340.222-**

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros Alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

VALOR: R$ 5.771,09 (cinco mil setecentos e setenta e um reais e nove centavos)

VIGÊNCIA: 142 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026.

ASSINAM:

ANA DEIZE ZANON
Presidente do Conselho Escolar
MARTA FELBERG TESCH
Contratada

Protocolo 77509209

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR

INTERCÂMBIO EDUCACIONAL INTERNACIONAL RONDÔNIA

NEW MEXICO MILITARY INSTITUTE – NMMI

Edição 2027

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO EDUCACIONAL RONDÔNIA – NMMI - EDIÇÃO 2027

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA, MASSUD JORGE BADRA NETO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando as disposições do Edital nº 1, que rege o Processo Seletivo do Programa de Intercâmbio Educacional Rondônia – Edição 2027, bem como a Portaria nº 7.973, de 25 de setembro de 2026, que instituiu a Comissão Organizadora do certame;

CONSIDERANDO a Ata da 1ª Reunião da Comissão Organizadora, realizada em 17 de outubro de 2026, na qual foram registrados os procedimentos de análise das inscrições e da documentação apresentada pelos candidatos;

CONSIDERANDO a relação preliminar dos candidatos, com as respectivas pontuações, unidades escolares, anos escolares e condições registradas pela Comissão Organizadora, conforme documentação constante dos autos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade administrativa, a transparência e a observância das disposições previstas no instrumento convocatório;

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado preliminar do Processo Seletivo do Programa de Intercâmbio Educacional Rondônia – Edição 2027, conforme relação nominal e classificação constantes dos documentos que integram os autos do processo administrativo correspondente.

Art. 2º A homologação de que trata este Termo refere-se exclusivamente ao resultado preliminar, permanecendo assegurado aos candidatos o direito de interposição de recursos, nos prazos e nas condições estabelecidos no edital.

Art. 3º A classificação preliminar não assegura, por si só, a participação definitiva no programa de intercâmbio, ficando a convocação dos candidatos condicionada ao cumprimento dos requisitos editalícios, à disponibilidade de vagas e aos procedimentos de admissão e aceitação estabelecidos pelo New Mexico Military Institute – NMMI, conforme previsto no instrumento convocatório.

Art. 4º Compete à Comissão Organizadora dar prosseguimento às etapas subsequentes do processo seletivo, observadas suas atribuições, as disposições editalícias e os procedimentos relativos à análise dos recursos e à consolidação do resultado definitivo.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 5º Este Termo entra em vigor na data de sua assinatura.

1. **10 (DEZ) VAGAS DESTINADAS À PRORROGAÇÃO DO SEMESTRE LETIVO DOS INTERCAMBISTAS SELECIONADOS NOS TERMOS DO EDITAL 1 (71507756)**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição
1	LUIZ GUSTAVO SILVA VOEDELO	130	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	2º ano	Aprovado
2	LAURA ISABEL GOMES GUEDES	130	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovada
3	LUCAS BENJAMIN LIMA AVELINO	130	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
4	ENZO CASTRO NASCIMENTO	125	CTPM - V (Vilhena) NMMI	3º ano	Aprovado
5	GEOVANA ATHIAS DE SOUZA MACIEL	125	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovada
6	NICOLAS DE BARROS SOUZA	125	CTPM - VI (Ji-Paraná) NMMI	2º ano	Aprovado
7	LEONARDO BUENOS CANDEIAS	115	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	2º ano	Aprovado
8	DANIEL VIANNA CARDOSO GUIMARÃES	115	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
9	YASMIN DIAS DOMBROSKI	115	CTPM - IX (Cacoal) NMMI	2º ano	Aprovada
10	LARA ALVES ROYER	110	CTPM - XI (Alta Floresta) NMMI	2º ano	Aprovada
11	LUÍZA ALBUQUERQUE MAIA	110	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovada
12	VITÓRIA HOLANDA OLIVEIRA	105	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovada
13	LEONARDO GOMES PEREIRA	105	CTPM - XI (Alta Floresta) NMMI	3º ano	Aprovado
14	YAN GABRIEL ALVES WIONCZAK	105	CTPM - IV (Ji-Paraná) NMMI	2º ano	Aprovado
15	ISABELA OLIVEIRA DIAS	105	CTPM - V (Vilhena) NMMI	3º ano	Aprovada
16	MARIA EDUARDA FERNANDES COSTA DE SOUZA	105	CTPM - II (Jaci-Paraná) NMMI	3º ano	Aprovada
17	ENZO MARCO AMANTÉA HORN	100	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	2º ano	Aprovado
18	ARTUR ASSIS RAPES	95	CTPM - XII (Ouro Preto) NMMI	3º ano	Aprovado
19	GUSTAVO SALES FERNANDES	90	CTPM - I (Porto Velho) NMMI	3º ano	Aprovado

2. **30 (TRINTA) VAGAS DESTINADAS A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO DOS COLÉGIOS TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR – CTPMS E DO COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II – CMDPII, MANTIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição

1	FERNANDO REIS VALADARES	125	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
2	MATHEUS DA COSTA FERNANDES	125	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Aprovado
3	THAINA GABRIELA PAULY DA ROCHA	120	CTPM - VIII (Rolim de Moura)	1º ano	Aprovada
4	LUAN GABRYEL KROFCKE MARTINS	120	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovado
5	LAVÍNIA DE BRITTO KIRIHATA	115	CTPM - X (Guajará-Mirim)	3º ano	Aprovada
6	JADSON BRENO MONTEIRO DE SOUZA	115	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
7	WALLERY DE FARIA GOMES BEZERRA	110	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
8	ANABELA AMANCIO GONÇALVES	110	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
9	ISADORA ENDLICH DO VALE	105	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovada
10	DAVI FERREIRA MUNHOZ	105	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
11	SAMUEL MORAIS THADDEU	100	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
12	GUILHERME TAZAWA DOENHA SILVA	100	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
13	ÁLLAN JHEFF SCHRAN NETO	100	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Aprovado
14	JULIANA GRAEBIN ROCHA	100	CTPM - VI (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovada
15	CECILIA MARIA FARIAS NASCIMENTO	95	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
16	ISABELA NUNES LIMA	95	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
17	GABRIEL TAKESHI ARAKAKI HIMENO	95	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
18	ANNA CLARA MENDES TAVARES DA SILVA	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
19	LUIZ GUILHERME AMARAL TEIXEIRA	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
20	NICOLLAS RAEL GOULART FARIAS	95	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
21	JORGE GABRIEL SILVA SOARES	90	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
22	GLAUBER JÚNIOR AZEVEDO SOUTO	90	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
23	GEOVANA LUIZA FELICIANO LAVOR	90	CMDPII - Porto Velho	2º ano	Aprovada
24	DIEGO FELIPE SOUZA WILLE	90	CTPM - VI (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovado
25	LUÍZA GEOVANNA ALLEYNE OLIVEIRA	90	CTPM - V (Vilhena)	3º ano	Aprovada
26	MARCÍLIO JOSÉ MOURA REIS	90	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
27	MARIANA MERCANDELI DOS SANTOS	90	CTPM - XII (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
28	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MARCONATO	90	CTPM - XII (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
29	IASMIN NUNES DE PAULA MESSIAS	90	CTPM - XI (Alta Floresta)	2º ano	Aprovada
30	ELIANA BATISTA CELESTINO DO NASCIMENTO	85	CTPM - II (Jaci-Paraná)	2º ano	Aprovada
31	ISABELLA SOARES CORRÊA	85	CTPM - V (Vilhena)	3º ano	Aprovada
32	JÚLIA LELLIS	85	CMDPII - Porto Velho	2º ano	Aprovada
33	ISABELA ESTELITA PAIXÃO DE SOUZA	85	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
34	ISABELLY FREITAS RIBEIRO	85	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

35	ANA SOFIA TREVIZANE SANTOS	85	CTPM - VI (Ji-Paraná)	1º ano	Aprovada
36	MARIA LUIZA DELMONICO	85	CMDPII - Porto Velho	1º ano	Aprovada
37	ELOISY SOFIA LUIZ FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA	85	CTPM - VI (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovada
38	AMANDA FERREIRA SARAH	80	CTPM - VII (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
39	YASMIM RIBEIRO DE PAULA	80	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
40	ALLICE FAZOLIN FONTINELLE	80	CTPM - XIII (Jaru)	1º ano	Aprovada
41	GUILHERME FRAZÃO SARAIVA	80	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovado
42	WDI CAMACHO FURTADO RUIZ	80	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
43	DIULIA ALMEIDA BARROSO	80	CTPM - II (Jaci-Paraná)	1º ano	Aprovada
44	LUCAS VINICIUS DOS SANTOS PINHEIRO	80	CTPM - IX (Cacoal)	3º ano	Aprovado
45	JÚLIA FELIPE PLACIDO RIBEIRO	75	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
46	MARIANA PIRES DE OLIVEIRA	75	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovada
47	SAMUEL DA SILVA CORDEIRO	75	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovado
48	ANNY HELOÍSA DARMIELI BORGES	75	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
49	ARTHUR MAX SILVEIRA	75	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Aprovado
50	EDUARDA TOREJIANI BARRIM	70	CTPM - V (Vilhena)	2º ano	Aprovada
51	MARIA FERNANDA OLIVIERI HORN	70	CTPM - V (Vilhena)	1º ano	Aprovada
52	LOREN SOFIA ALVES DE ALBUQUERQUE	70	CTPM - IX (Cacoal)	2º ano	Aprovada
53	KETLEN HELOAR SHOCKNESS DE MIRANDA	70	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
54	JOÃO DOS SANTOS SCHLINDWEIN	65	CMDPII - Porto Velho	1º ano	Aprovado
55	ALICE PETRANSKI FERREIRA	65	CTPM - IV (Ji-Paraná)	2º ano	Aprovada
56	LUCAS SCHEIDT DE SOUZA	65	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Aprovado
57	DAVID LIMA NEVES	60	CMDPII - Porto Velho	3º ano	Não alcançou 65 pontos.
58	ARTHUR HENRIQUE GUIMARÃES DA COSTA	0	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Não inseriu o certificado.
59	RICAELLY LOUISE VITORIA MORAES PISA	0	CTPM - I (Porto Velho)	1º ano	Não inseriu o certificado.
60	AGHATA SANTOS DE SOUZA	0	CTPM - I (Porto Velho)	2º ano	Não inseriu o certificado.
61	LEONARDO WELLEST BRUM DA SILVA	0	CTPM - I (Porto Velho)	3º ano	Não inseriu o certificado.
62	JAYNE HELOISA DOS ANJOS OLIVEIRA	0	CTPM - IX (Cacoal)	3º ano	Não inseriu o certificado.

3. **10 (DEZ) VAGAS DESTINADAS A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO DAS DEMAIS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE RONDÔNIA**

Ord.	Nome	Score DET	Unidade Escolar	Ano escolar 2027	Condição
1	AMANDA VALENTINA DAPONTE	125	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
2	PAOLA BRASIL BIANQUINI SULDINE	125	Escola Campos Sales - São Francisco do Guaporé	3º ano	Aprovada
3	LETÍCIA PORTELA AGUIAR BARRA	120	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	2º ano	Aprovada
4	MARIA CLARA ITO GALINDO	105	Escola Major Guapindaia (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
5	OLIVIER NOLAN GÓMEZ MANRIQUE FIGUEIREDO	105	Escola Cândido Portinari (Rolim de Moura)	2º ano	Aprovado
6	GUILHERME AUGUSTO ULLRICH LUNA	100	Escola Antônio Francisco Lisboa (Cujubim)	3º ano	Aprovado
7	JÚLIA YASMIN SILVESTRE SOUZA	95	Escola João Bento da Costa (Porto Velho)	3º ano	Aprovada
8	YASMIM SOUZA HOMEM	95	Escola Pioneira (Teixeirópolis)	3º ano	Aprovada
9	MARIA GABRIELA REBOLI MIRANDA	90	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
10	MARIA CECÍLIA LIMA ALVES	85	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	3º ano	Aprovada
11	MARIA LUIZA LOPES MALTEZO SAITER	85	Escola Ricardo Cantanhede (Ariquemes)	2º ano	Aprovada
12	LÍVIA TEREZA DOS SANTOS RAMOS	85	Escola Maria Laurinda Groff (Nova Dimensão)	2º ano	Aprovada
13	ALEXANDRE GENTIL DE LIMA	80	Escola JK (Alta Floresta)	3º ano	Aprovado
14	MARIA RITA TRENTIN BOUCHABKI	70	Escola Simón Bolívar (Guajará-Mirim)	2º ano	Aprovada
15	LARA MOREIRA CRUZ LIMA	70	Escola Joaquim de Lima Avelino (Ouro Preto)	2º ano	Aprovada
16	GUILHERME LACERDA DA ROCHA	70	Escola Gonçalves Dias (Ji-Paraná)	3º ano	Aprovado
17	HEDUARDO LORDIESKI COELHO	40	Escola Marechal Costa e Silva (Jaru)	1º ano	Não alcançou 65 pontos.
18	NICOLY CAROLINE DE OLIVEIRA	0	Escola Campos Sales - São Francisco do Guaporé	3º ano	Não inseriu o certificado.
19	MILENA LETÍCIA RAMOS PAULINO	0	Escola Gonçalves Dias (Ji-Paraná)	3º ano	Não inseriu o certificado.
20	JHEN HELRY ALMEIDA MAIA	0	Escola Eduardo Lima e Silva (Porto Velho)	1º ano	Não inseriu o certificado.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação
SEDUC/RO

Protocolo 77759757

AVISO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSELHO ESCOLAR DO CEEJA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 009/2029
PROCESSO SEI Nº 0029.042461/2026-89

Objeto: DEDETIZAÇÃO PREDIAL

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 Á 21/10/2026**

O Conselho Escolar doCEEJA, C.N.P.J nº 84.568.617/0001-06 localizado na Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Serviço de DEDETIZAÇÃO eferente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 Á 21/10/2026** pelo endereço eletrônico ceejavilhena@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Duzalina Milani nº757, Nº, Bairro Jardim Eldorado Vilhena/RO - 76987-090, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação Serviço de DEDETIZAÇÃO considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva CEEJA/Vilhena;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ceejavilhena@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 Á 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar do CEEJA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
PESQUISA DE PREÇO 77778467
Magno Ramos da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77779097

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 20/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar JERRIS ADRIANI TURATTI

CONTRATADA: Maysa Berger

CPF DA CONTRATADA: 039.***.***-60

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros Alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

VALOR: R$ 2.141,28 (dois mil cento e quarenta e um reais e vinte oito centavos)

VIGÊNCIA: 142 dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026.

ASSINAM:

ANA DEIZE ZANON
Presidente do Conselho Escolar
MAYSA BERGER
Contratada

Protocolo 77510086

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Escolar Unidos Venceremos, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 02/2026 (ID 76421857), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76421858) e o Resultado da Análise (ID 76421860), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Oliveiras Supermercados	AÇÚCAR TIPO CRISTAL	109,20
2	R.V.A Comércio	ALHO NACIONAL BRANCO COMUM	1.134,00
3	R.V.A Comércio	ARROZ AGULHINHA, TIPO 1 - Tipo 1	1.748,00
4	José Batista dos Santos	CARNE BOVINA DE 2ª, CONGELADA, MOÍDA (PALETA/MÚSCULO E/OU LOMBO)	6.604,50
5	José Batista dos Santos	CARNE BOVINA IN NATURA DE 2ª, CONGELADA, EM CUBOS DE, NO MÍNIMO, 3X3 CM (PALETA/MÚSCULO E/OU LOMBO)	6.604,50
6	R.V.A Comércio	CEBOLA NACIONAL BRANCA	431,20
7	R.V.A Comércio	COCO RALADO	171,60
8	R.V.A Comércio	FEIJÃO CARIOQUINHATipo 1	1.486,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

9	Oliveiras Supermercados	FRANGO CONGELADO, COXA E SOBRECOXA	2.098,00
10	Oliveiras Supermercados	FRANGO CONGELADO, PEITO	2.598,00
11	R.V.A Comércio	LEITE UHT INTEGRAL	3.498,00
12	José Batista dos Santos	MAÇÃ NACIONAL - VERMELHA	1.018,98
13	R.V.A Comércio	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	678,00
14	R.V.A Comércio	ÓLEO VEGETAL DE SOJA	327,60
15	Oliveiras Supermercados	PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G	2.720,00
16	R.V.A Comércio	QUEIJO MUÇARELA, FATIADO	874,00
17	José Batista dos Santos	SAL MARINHO IODADO REFINADO	31,84
18	R.V.A Comércio	EXTRATO DE TOMATE	599,20
19	Oliveiras Supermercados	Vinagre de maçã	15,00
Valor Total			R$ R$32.747,62

Pimenta Bueno, 19 de outubro de 2026.
Eber Ferreira Alves
Presidente do Conselho Escolar Unidos Venceremos

Protocolo 76421862

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 009/2026 76931330 o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (77523193) e o Resultado da análise (77763107), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente	Itens	Valor Total	Julgamento/Habilitação
1	R B DE MELO	10,11,12,13,14,15,22,28,29	R$ 870,36	habilitado
2	L R FIGUEIREDO LTDA	8,25,26,27	R$ 586,43	habilitado
3	C20 EXPERTISE INFOMACIONAL LTDA	7	R$ 145,00	habilitado
4	LINIKA REPRESENTAÇÕES E COM. LTDA	1,2,3,4,6,9,16,17,18,19,24,30,31,33	R$ 16.375,20	habilitado
5	ISACA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	-	-	habilitado
6	DI MARTINS COMERCIO E SERV. LTDA	5,20,21,23,32	R$ 16.002,50	habilitado
		TOTAL	R$ 33.979,49	

Porto Velho - RO, 19 Outubro de 2026
Marcia Almeida dos Reis

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana

Protocolo 77778941

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº **07/2026**
CONTRATANTE: **Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tupã**
CONTRATADA: **PONTO FORTE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA: 02.633.678/0001-37
OBJETO: É objeto desta contratação MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO
VALOR: **R$** 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: **Noventa dias**
DATA DA ASSINATURA: **19/10/2026**
ASSINAM: **Rosana Aparecida Soares Cisconetti**
Marcos Antonio de Oliveira

Protocolo 77274699

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº **06/2026**
CONTRATANTE: **Conselho Escolar Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tupã**
CONTRATADA: **PONTO FORTE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA: 02.633.678/0001-37
OBJETO: É objeto desta contratação MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
VALOR: **R$** 3.753,65 (três mil setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)
VIGÊNCIA: **Noventa dias**
DATA DA ASSINATURA: **19/10/2026**
ASSINAM: **Rosana Aparecida Soares Cisconetti**
Marcos Antonio de Oliveira

Protocolo 77273917

Ato Público nº 447/2026/SEDUC-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto na Lei nº 5.737, de 22 de janeiro de 2024, que instituí o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, dar suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, e proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes e às normas e diretrizes da rede pública de ensino do Estado de Rondônia, às unidades administrativas e unidades escolares, aqui denominadas como Unidade Executora - UEx, regulamentada pelo Decreto nº 29.000, de 22 de março de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, no valor anual correspondente a R$ 155.584,00 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais), oriundos do **Programa de Apoio Financeiro -PROAFI, "Proafi Escola -Regular" 2026**, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.012810/2026-38, para atender às necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Helio Neves Botelho, da EEEF Helio Neves Botelho, inscrito no CNPJ sob nº 00.672.024/0001-97, localizado no município de Porto Velho, sob a jurisdição da Superintendência Regional de Educação de Porto Velho.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77710854

Ato Público nº 448/2026/SEDUC-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto na Lei nº 5.737, de 22 de janeiro de 2024, que instituí o

Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, dar suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, e proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes e às normas e diretrizes da rede pública de ensino do Estado de Rondônia, às unidades administrativas e unidades escolares, aqui denominadas como Unidade Executora - UEx" torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, referente a **Parcela Única/2026,** no valor anual correspondente a **R$** 100.000,00 (cem mil reais), oriundos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, destinado às Unidades Executoras - UEx das Unidades Administrativas, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.040297/2026-75, para atender às necessidades do Conselho Gestor da Superintendência Regional de Educação de Buritis, da Superintendência Regional de Educação de Buritis, inscrito no CNPJ sob nº 26.472.710/0001-08, localizada no município de Buritis.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77727998

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. Migrantes, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 09/2026(ID 77298365), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77604249) e o Resultado da Análise (ID 77609142), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	R.S.OLIVEIRA COSTA & CIA CONTABILIDADE LTDA	Serviços contábeis/ apresentação de obrigações e acessorias, DCTF E ECF anual para a Receita Federal	1.500,00
Valor Total			1.500,00

Fatima Garcia da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77767066

AVISO

CONSELHO ESCOLAR EMANUEL OSVALDO DE OLIVEIRA
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 5862/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.054030/2026-65
Objeto: **Material de Manutenção de Bens Imóveis; Material Elétrico e Eletrônico e Outros Materiais de Consumo.**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos**: 19/10/2026 à 21/10/2026**
O Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira, C.N.P.J nº 84.650.795/0001-73, localizado na Av. Costa e Silva, Nº 321, Bairro Alvorada , Pimenta Bueno/RO - 76.970-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Regular, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a aquisição de: **Material de Manutenção de Bens Imóveis; Material Elétrico e Eletrônico e Outros Materiais de Consumo**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19/10/2026 à 21/10/2026, pelo endereço eletrônico eeefasc@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Av. Costa e Silva, Nº 321, Bairro Alvorada , Pimenta Bueno/RO - 76.970-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição contratação de **Material de Manutenção de Bens Imóveis; Material Elétrico e Eletrônico e Outros Materiais de Consumo,** considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEF. Anísio Serrão de Carvalho;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail eeefasc@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta 77100399** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail eeefasc@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 19/10/2026 à 21/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Emanuel Osvaldo de Oliveira, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Proafi Regular serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta 77100399.

Pimenta Bueno/RO, 19 de outubro de 2026.
Aline Raquel Dalanhol Scholze
Presidente da Comissão de Contratação
SHIRLEI MARIA VENTORIN
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77100470

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 01/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: **Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 21/10/2026**
O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado naRua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR,

AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação para**Manutenção e Conservação de Bens Imóveis**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a prestação de serviço ou entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a

finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Márcia Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77542998

Portaria nº 10616 de 16 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017 a Lei Complementar n. 1180, publicada no DOE n. 49, de 15 de março de 2023, considerando o Processo Administrativo (0029.021139/2026-16),

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR temporariamente a servidora **MAURINDA APARECIDA DE LIMA DA SILVA**, matrícula nº ******785, para responder pelo cargo de **Diretora Escolar** da **EEEFM Maria do Carmo Oliveira Rabelo**, localizada no município de Rolim de Moura - RO, a referida designação ocorrerá no período de **30/09/2026 à 09/10/2026**, em substituição à titular **EVANDRA MARA GOLFERARI INHEGUEZ**, matrícula nº ******465**, em razão de Férias regulamentares, conforme Portaria de férias nº 14463 de 12 de novembro de 2025.

Art. 2º Determinar ao Núcleo de Movimentação de Pessoal (SEDUC-NMP) que proceda com os devidos registros funcionais da servidora designada, para fins de direitos e vantagens legais decorrentes da substituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e administrativos a contar de 30 de setembro de 2026, para fins de convalidação dos atos praticados durante o período de substituição.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77735480

ERRATA

No documento Aviso de procedimento simplificado de contratação nº 04/2026 (ID 77430528), processo SEI nº 0029.037162/2026-22 do Conselho Escolar da EEEFM Jayme Peixoto de Alencar, publicada e disponibilizada no diário oficial nº 193 na data de 07/10/2026.

Onde se Lê:
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **07/10/2026 a 14/10/2026**
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77430157)

Leia-se:
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **07/10/2026 a 21/10/2026**
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77549539)

Extrema-RO, 19 de outubro de 2026.

Vera Lucia Issler Botoni da Silva

Presidente do conselho escolar

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77781049

Portaria nº 10620 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017 a Lei Complementar n. 1180, publicada no DOE n. 49, de 15 de março de 2023, considerando o Processo Administrativo (0029.057007/2026-22),

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR temporariamente o servidor **JOELMIR ORTIZ MACEDO**, matrícula nº ******459**, para responder pela **Gerência de Arte e Cultura Escolar**, a referida designação ocorrerá no período de **26/10/2026 a 04/11/2026**, em substituição à titular, **ELIS REGINA NUNES VIANA DE CARVALHO**, matrícula nº ******658**, que se encontrará em gozo de férias regulamentares, conforme Portaria de férias nº 14667 de 09 de outubro de 2026

Art. 2º Determinar ao Núcleo de Movimentação de Pessoal (SEDUC-NMP) que proceda com os devidos registros funcionais da servidora designada, para fins de direitos e vantagens legais decorrentes da substituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77737321

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA DO RABELO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056389/2026-77

Objeto: *Serviços Técnicos Profissionais.*

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 19/**10/2026 a 20/10/2026**

O Conselho Escolar Maria do Rabelo, CNPJ 00.798.147/0001-79 localizado na Travessa Relíquia, Nº4560, Bairro Olímpico - Rolim de Moura/RO - 76940-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa Estadual PROAFI - Escola, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: *Serviços de Registros de horário de aulas na escola* , referente ao recurso repassado no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 19/10/2026 a 20/10/2026, pelo endereço eletrônico: mrabelorm@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente na sala da direção escolar da escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo na rua Rio Madeira n°4708 centro - Rolim de Moura/RO - 76940-000,horario das 7:00 as 13:00 horas a proposta com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada em fornecimento de *Serviços de Registros de horário de aulas na escola*, considerando o menor preço.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participante, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM Maria do Carmo de Oliveira Rabelo;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail mrabelorm@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Carta Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail mrabelorm@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 19/10/2026 a 20/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Maria do Rabelo, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa Estadual PROAFI- Escola serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Carta Proposta.

Rolim de Moura/RO, 19 de Outubro de 2026.

Jucelia Claudia da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Evandra Mara Golferari Inheguez
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77782016

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar daE.E.E.F.M São Luiz,CNPJ nº 00.710.766/0001-60, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 01/2026 (ID:74088206), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77301443) e o Resultado da Análise (ID77301555), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	Maya Comércio de Alimentos EIRELI inscrito no CPF: 30.433.982/0001-76	Açúcar tipo cristal ; Cebola nacional branca ; Cenoura ; Creme de leite; Feijão carioquinha	R$ 3.162,60
02	EPC Comércio LTDA inscrito no CPF: 62.914.648-/0001-20	Alho nacional branco comum ; Milho verde em conserva; Queijo Mussarela	R$ 872,10
03	M. DO. S. Braga LTDA inscrito no CPF: 21.929.760/0001-201	Arroz agulhinha (polido); Carne bovina de 2ª, congelada, moída (paleta/músculo e/ou lombo) ; Farinha de tapioca da região granulada ; Frango congelado, coxa e sobrecoxa ; Frango congelado, peito ; Macarrão tipo espaguete ; Manteiga ; Pão Massa Fina (de sal) 50g ; Pão francês (de sal) 50g ; Sal marinho iodado refinado	R$ 24.915,50
04	ACF Santos-ME inscrito no CPF: 27.271.958/0001-73	Azeite de dendê ; Extrato de tomate ; Leite de coco industrializado ; Óleo vegetal de soja ; Torrada industrializada	R$ 4.618,70
05	Shopping de Carnes Magalhães LTDA inscrito no CPF: 08.943.974/0001-10	Carne bovina in natura de 2ª, congelada, em cubos	R$ 18.810,00
06	Hort Leste Comércio LTDA inscrito no CPF: 62.404.302/0001-27	Canela em Pó ; Farinha de mandioca – (amarela/ branca); Leite uht integral ; Leite em pó integral (lata ou pacote) ; Maçã nacional - vermelha ; Ovo de galinha	R$ 8.463,70
Valor Total			R$ 60.842,60

Porto Velho, 19 de Outubro de 2026.

Joana Darc Brasil de Carvalho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77783051

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2026/SEDUC-EEEFPMC
CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA
CONTRATADA: Shopping de Carnes Magalhães LTDAq
CNPJ DA CONTRATADA :08.943.974/0001-10

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

OBJETO: É objeto desta contratação aGêneros Alimentícios carne bovina em cubos, carne bovina moída, peito de frango e coxa sobre coxa de frango.
VALOR: R$8.925,00 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026
ASSINAM:
Selma Teixeira da Silva Amorim
Presidente do Conselho Escolhar da EEEF PADRE MARIO CASTAGNA

Protocolo 77784064

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Conselho Escolar Juscelino K. de Oliveira, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação (ID76261601), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID76262046) e o Resultado da Análise (ID 76264711), HOMOLOGA o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	D'MARCA DISTRIBUIDORA DEEQUIPAMENTODE INFORMÁTICA	Toner compatÍvel com impressora RICOH/M320,cor:preto	R$ 2.397,00
02	D'MARCA DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTODE INFORMÁTICA	Refil de tinta para impressora [CANON GX4010 Série/Cores:AMARELO GI-16<Y>;CIANO G1-16<C>: MAGENTA G1-16 <M>:PRETO G1-16<BK>.	R$ 5.225,00
TOTAL			R$ 7.622,00

Alta Floresta D'Oeste,19 de Outubro de 2026.
Kenya Alves Rodrigues Savegnago
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76265869

Portaria nº 10376 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8666/93; considerando o **Processo n° 0029.052408/2026-96 - SEDUC/RO,** que tem como objetivo os REPAROS PREVENTIVOS E CORRETIVOS, INSTALAÇÕES, ADAPTAÇÕES, RECUPERAÇÃO REPAROS PREVENTIVOS E CORRETIVOS, INSTALAÇÕES, ADAPTAÇÕES, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES, POR REGIÃO. MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES, por meio do Termo de Contrato nº 8/2025/SEDUC-GEAP (77326500), visando atender as necessidades da EEEFM BARÃO DO SOLIMÕES, localizada no município de **PORTO VELHO/RO**.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora, **Maria Lídia França de Souza**, Matrícula ******908 como **Gestora de Contrato - Titular**, lotada na Gerência de Gestão de Contratos de Obras Escolares - GGCO/COINFRA da Secretaria de Estado da Educação, do Termo de Contrato nº 8/2025/SEDUC-GEAP ((77326500)) para coordenar, certificar e acompanhar as atividades conforme suas atribuições, durante a gestão do contrato.

Art. 2º. Na ausência do titular, fica designado a servidora Júlia Cardoso Tudela, Matrícula ******624 como **Gestor de Contrato - Suplente**, lotado na Gerência de Gestão de Contratos de Obras Escolares - GGCO/COINFRA da Secretaria de Estado da Educação, para atuar na mesma finalidade do titular.

Art. 3ª. Os servidores designados deverão, caso venham a ocorrer descumprimentos ou irregularidades por parte da contratada na execução do Contrato, relatá-las imediatamente por meio de Relatório para apreciação do Secretário de Estado da Educação, a fim de tomar as providências cabíveis.

Paragrafo Único. Os serviços deverão ser executados nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, Projeto Básico, Planilha Orçamentária da Contratada e Termo de Contrato, constantes do Processo Administrativo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Porto Velho, 14 de outubro de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77606713

Portaria nº 10286 de 12 de outubro de 2026

Designar o Gestor de Contrato, considerando o Processo nº 0029.003417/2026-53 (**Gestão de Contrato: Acompanhamento de Execução**), que tem como objeto **Contratação de empresa para atender as demandas com manutenção, conserto, conservação, reparo dentre outros do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR - CTPM XIII,** localizado em **JARU/RO.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia; considerando o Processo nº 0029.003417/2026-53 (**Gestão de Contrato: Acompanhamento de Execução**), que tem como objeto **Contratação de empresa para atender as demandas com manutenção, conserto, conservação, reparo dentre outros do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR - CTPM XIII,** localizado em **JARU/RO.**

CONSIDERANDO que o Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública, especialmente designado, por força do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso III, do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei 14.133 no âmbito do Estado de Rondônia; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0029.003417/2026-53 (Comunicação: Interna)

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores abaixo indicados, lotados na Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras - GGCO da Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - COINFRA, para atuarem como Gestor de Contrato, nos termos da legislação vigente, em decorrência do procedimento licitatório através do **Termo de Contrato 51 (**68394113**)** - referente a **Contratação de empresa para atender as demandas com manutenção, conserto, conservação, reparo dentre outros do COLÉGIO TIRADENTES DA POLICIA MILITAR - CTPM XIII - JARU/RO.**

MARIA LÍDIA FRANÇA DE SOUZA **- GESTORA DE CONTRATO - MATRÍCULA (******908) - GESTORA DO CONTRATO - GGCO**

Paragrafo Único. O servidor designado como gestor, deverá cumprir as atribuições descritas no art. 20 do Decreto nº 28.874/24.

Art. 2º **DESIGNAR** os servidores abaixo indicados, lotados na Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras - GGCO, para atuarem como **suplentes** do Gestor de Contrato.

JAINE OHANNA SILVA DA CONCEIÇÃO - GESTORA DE CONTRATO - MATRÍCULA (****696) - GESTORA SUPLENTE DO CONTRATO - GGCO**

Art. 3º Ficam expressamente convalidados, para todos os fins administrativos, os atos de gestão, acompanhamento, controle, certificação e demais atos inerentes à função de Gestor do Termo de Contrato 51 (68394113) praticados pela gestora titular anterior Júlia Cardoso Tudela, no período anterior à publicação desta Portaria, desde que realizados no âmbito de suas atribuições e em conformidade com os instrumentos que regem a contratação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77555834

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 10600 de 16 de outubro de 2026

Designar o Gestor e o Fiscal de Contrato, considerando o Processo nº 0029.029844/2025-81, que tem como objeto **Contratação de Empresa para demolição e construção do muro da E.E.E.F.M Primavera**, localizada no Município de **THEOBROMA/RO**.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia; considerando o Processo nº 0029.029844/2025-81, que tem como objeto **Contratação de Empresa para demolição e construção do muro da E.E.E.F.M Primavera**, localizada no Município de **THEOBROMA/RO.**

CONSIDERANDO que o Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública, especialmente designado, por força do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso III, do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei 14.133 no âmbito do Estado de Rondônia; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0029.029844/2025-81.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores abaixo indicados, lotados na Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras - GGCO e Gerência de Fiscalização de Obras - GFISC da Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares - COINFRA, respectivamente, para atuarem como Gestor e Fiscal de Contrato, nos termos da legislação vigente, em decorrência do procedimento licitatório através do **Termo de Contrato 560 (72719113)** - referente a **Contratação de Empresa para demolição e construção do muro da E.E.E.F.M Primavera**, localizada no Município de **THEOBROMA/RO.**

MARIA LÍDIA FRANÇA DE SOUZA - GESTORA DE CONTRATO - MATRÍCULA (******908) **- GESTORA DO CONTRATO - GGCO**

TASSO FERNANDO GUEDES (ENGENHEIRO CIVIL) - MATRÍCULA (****514) - FISCAL TÉCNICO TITULAR DO CONTRATO - GFISC**

§1º O servidor designado como gestor, deverá cumprir as atribuições descritas no art. 20 do Decreto nº 28.874/24.

§2º O servidor designado como fiscal técnico, deverão cumprir as atribuições descritas no art. 23 do Decreto nº 28.874/24.

Art. 2º **DESIGNAR** os servidores abaixo indicados, lotados na Gerência de Gestão e Controle de Contratos de Obras e na Gerência de Fiscalização da Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Escolares, para atuarem como suplentes do Gestor e do Fiscal.

JAINE OHANNA SILVA DA CONCEIÇÃO - MATRÍCULA (*.***.696)- GESTORA SUPLENTE DO CONTRATO - GGCO**

RODRIGO OLIVEIRA RODRIGUES (ENGENHEIRO CIVIL) - MATRÍCULA (****858) - FISCAL TÉCNICO SUPLENTE DO CONTRATO - GFISC**

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria nº 6160 de 03 de agosto de 2026 (75106111)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77726489

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2026/SEDUC-EEEFPMC

CONTRATANTE: Conselho Escolar da EEEF PADRE MÁRIO CASTAGNA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONTRATADA: EPC COMÉRCIO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 62.914.648/0001-20
OBJETO: É objeto desta contratação a Gêneros Alimentícios variados.
VALOR: R$4.800,50 (Quatro mil e oitocentos reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026
SELMA TEIXEIRA DA SILVA AMORIM
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
Gigliane Batista de Oliveira
EPC COMÉRCIO LTDA
Contratada

Protocolo 77783509

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Joaquim Pereira da Rocha, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação **Nº 02/2026** (ID76998733), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas e o Resultado da Análise (ID77358413), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Álcool liquido 70% caixa com 12	660,00
2	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Água sanitária embalagem com 05 litros, Composição: Hipoclorito de sódio e água. Princípio ativo: hipoclorito de sódio. Teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p	2.752,00
3	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Balde p/ pedreiro reforçado 12L.	390,00
4	W A Ronconi Comercio Atacadista	Bota de borracha branca. Tamanho diversos.	580,00
5	W A Ronconi Comercio Atacadista	Bucha de lavar 110mm x 74mm x 23mm.	300,00
6	W A Ronconi Comercio Atacadista	Copo descartável 180 ml	600,00

7	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Desinfetante, aceita embalagens de acondicionamento de várias litragens, desde que a quantidade total seja respeitada.	1.245,00
8	W A Ronconi Comercio Atacadista	DETERGENTE LÍQUIDO: NEUTRO, CONCENTRADO, HIPOALÉRGICO, INODORO, COM BICO DOSADOR E COM EXCELENTE AÇÃO DESENGORDURANTE (APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES, PANELAS), BIODEGRADÁVEL E ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO. EMBALAGEM: DESCARTÁVEL E EM MATERIAL RECICLÁVEL, FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 500 ML, CAIXA COM 24 UNIDADES. APRESENTANDO REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. A VALIDADE NÃO PODE SER INFERIOR A 18 (DEZOITO) MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.	885,00
9	W A Ronconi Comercio Atacadista	Desodorizador de ambiente	390,00
10	W A Ronconi Comercio Atacadista	Esponja de aço Fd 14x1	180,00
11	W A Ronconi Comercio Atacadista	Flanela branca 28x38cm	120,00
12	W A Ronconi Comercio Atacadista	Limpa Alumínio 12x500ml	250,00
13	W A Ronconi Comercio Atacadista	Lixeira plástica com tampa de pedal 45Lt.	900,00
14	W A Ronconi Comercio Atacadista	LIXEIRA EM PLÁSTICO 60L PEDAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM TAMPA, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO; PAREDES E FUNDO REFORÇADOS, CAPACIDADE NO MÍNIMO 60 LITROS, COM ALÇAS NAS LATERAIS. CONTENDO O NOME DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	500,00
15	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Luva de borracha REFORÇADA tamanho (P), (M) e (G)	1.249,00
16	W A Ronconi Comercio Atacadista	Pano de chão cru em algodão grosso 80X90cm.	960,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

17	W A Ronconi Comercio Atacadista	Papel higiênico folha simples branca, 60x12 metros C/72 rolos de 60M	1.150,00
18	W A Ronconi Comercio Atacadista	Rodo 60 cm, EVA duplo, material reforçado com trava, cabo com tamanho de 1,50	680,00
19	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Sabão em barra NEUTRO C/ GLICERINA. Caixa com 20 unidades.	3.199,00
20	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	SABÃO EM PÓ: CONCENTRADO BIODEGRADÁVEL DE 1º QUALIDADE, EMBALAGEM (PACOTE OU CAIXA) DE 800G. EMBALAGEM CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE E VALIDADE. A VALIDADE NÃO PODE SER INFERIOR A 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. APRESENTANDO REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA Sabão em pó de 800g sachê ou caixa (caixa com 24 unidade de 800g cada)	1.740,00
21	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Saco p/ lixo (REFORÇADO) 100 L. pct c/ 05 unid.	1.615,50
22	L R Figueiredo LTDA	Saco p/ lixo (REFORÇADO) 200 L. pct c/ 05 unid.	515,00
23	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Saco p/ lixo (REFORÇADO) 50 L. pct c/ 10 unid.	798,00
24	W A Ronconi Comercio Atacadista	Vassoura plástica reforçada para limpeza, material de cerda sintética, fio estabilizado, tamanho 35 cm, com cabo no tamanho de 1,50 mt	720,00
25	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Touca descartável, pacote com 100 unidades	559,60

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

26	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA	Luva descartável, pacote com 100 unidades	59,80
Valor Total			22.997,90

Machadinho do Oeste/RO, 19 de outubro de 2026.
PAULO ROBERTO MORAIS GOMES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77418706

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO HONORINA LUCAS DE BRITO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO PROAFI - REGULAR/ 2026 Nº 014/2026 PROCESSO SEI Nº 0029.047436/2026-91

Objeto: **Contratação, através de serviços de terceiros na reforma e estruturação do portão de entrada da escola e serviços de soldagem em geral.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 21/10/2026**

O **Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Honorina Lucas de Brito** C.N.P.J nº 84.651.306/0001-06 localizado na Rua Padre Manoel da Nóbrega, 535, Bairro Nova Esperança – BNH, 76.961-668, Cacoal - Rondônia, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI – Programa Estadual de Alimentação Escolar, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Aquisição de serviços de reforma e adequação do portão eletrônico da entrada e saída de alunos e serviços de soldagem em geral, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico **honorina_financeirocacoal@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço: **Rua Padre Manoel da Nóbrega, 535, Bairro Nova Esperança – BNH, 76.961-668, Cacoal - Rondônia**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de serviços de **reforma e adequação do portão eletrônico da entrada e saída de alunos e serviços de soldagem em geral.**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Honorina Lucas de Brito;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **honorina_financeirocacoal@seduc.ro.gov.br** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

- O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **honorina_financeirocacoal@seduc.ro.gov.br,** dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.1 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.2 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.3 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e- mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.4 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora

5. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Honorina Lucas de Brito, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI – PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS,** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da SEDUC, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cacoal Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

1 - Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Cacoal, 18 de Outubro de 2026

Ana Cristina de Souza pereira
Presidente da Comissão de Contratação

ANEXO I

Pesquisa de Preços / Proposta – 014 /2026
Proponente:
CNPJ/CPF:
Insc. Estadual/Mun.:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Endereço:					
Cidade/ Estado:				CEP:	
Telefone:		E-mail:			
Ordem	**Descrição do Item**	**Unid.**	**Qdte**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	Manutenção do portão de entrada de alunos	Unid	01		
02	Troca de batente do portão entrada de fornecedores	Unid	01		
03	Manutenção com solda e ajuste dos trilhos do portão automático	Unid	01		
04	Solda dos parafusos das grades das janelas salas de aulas	Unid	05		
05	Troca do adaptador da grade do portão da quadra esporte	Unid	01		
06	Troca do ferrolho com solda do portão da quadra de esporte	Unid	01		
07	Troca do quadro metalon da base do portão automático	Unid	01		
VALOR TOTAL					**R$**

IMPORTANTE

VALIDADE DA PROPOSTA: (MÍNIMA DE 60 DIAS)

FORMA DE PAGAMENTO: CARTÃO CORPORATIVO FUNÇÃO: () Débito () Crédito PRAZO DE ENTREGA:

PRAZO DE PAGAMENTO: no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do material ou realização de serviço e da apresentação das notas fiscais, condicionada a sua aprovação pela UEx.

DIAS GARANTIA:(MÍNIMA DE 03 MESES) DATA DA EMISSÃO: ____ /____ /

Obs: A proponente deverá anexar a este instrumento os seguintes documentos: certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, FGTS, cópia Cadastro CNPJ e de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações do Peale

Protocolo 77752706

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2026

CONTRATANTE: Conselho Escolar das Escolas Indígenas de Ensino Fundamental e Médio Ikoloejh

CONTRATADA: **ABC Comércio e Representações Ltda-ME**

CNPJ DA CONTRATADA: 34.749.515/0001-00

OBJETO: É objeto desta contratação a **Material de Expediente**

VALOR: **R$ 2.302,67(Dois mil, trezentos e dois reais e sessenta e sete centavos)**

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026

ASSINAM: Roberto Sorabah Gavião e Marcelo Fernando Baumann Toschi

Protocolo 77765461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR EMBURANA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 05/2026 (ID 77453690), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77581262) e o Resultado da Análise (ID 77616503), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Forttech Soluções LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	DESINFETANTE DE USO GERAL (2 LITROS)	R$ 150,00
2	Forttech Soluções LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	FLANELAS 38CMX58CM	R$ 37,50

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

3	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA CNPJ: 40.355.205/0001-04	SACO PLÁSTICO DE LIXO REFORÇADO 50 LT (PCT C/100 UND)	R$ 69,98
4	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA CNPJ: 40.355.205/0001-04	ÁLCOOL 70% 12X01 LITROS	R$ 239,98
5	Forttech Soluções LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA	R$ 15,60
6	Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA CNPJ: 40.355.205/0001-04	LUVAS MULTIUSO LATEXP/ M/G	R$ 79,80
7	Forttech Soluções LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	CERA LIQUIDA INCOLOR 750ML CX C/12	R$ 106,80
8	Forttech Soluções LTDA CNPJ: 47.199.093/0001-99	BORRIFADOR TIPO SPRAY CAPACIDADE 500 ML	R$ 46,50
Valor Total			R$ 746,16

Presidente Médici/RO 19 de outubro de 2026.
Joanil da Silva Campos Fabre
Presidente do Conselho Escolar Emburana

Protocolo 77772392

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: **Material de Expediente**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 21/10/2026**

O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado naRua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de fornecimento de **Material de Expediente**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação para**Material de Expediente**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou

proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a prestação de serviço ou entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Márcia Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77785361

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 04/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73
Objeto: **Material de Processamento de Dados**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **19/10/2026 a 21/10/2026**
O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado naRua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de fornecimento de Material de Processamento de Dados, referente aos recursos repassados no

programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação para**Material de Processamento de Dados**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **19/10/2026 a 21/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a prestação de serviço ou entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Márcia Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77785537

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº **11/2026** (ID 77561661), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77785244) e o Resultado da Análise (ID 77785898), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Interessado	Descrição do Item	Valor Total
01	HELENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Serviços de reforma e recomposição de calçada na área externa, totalizando 201,2 MT², (50,3 X 4 MT)	14.000,00
Valor Total			R$14.000,00

Monte Negro - RO, data e hora do sistema.

MICELE ALBANO DE MORAES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77786545

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº77753533/2026

CONTRATANTE: O Conselho da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marcos de Barros Freire, CNPJ: 84.722.842/0001-47

CONTRATADA: Cooperativa de Produção Beneficiente Armazenamento e Comércio de Produtores (Coopporto), inscrita no CNPJ: 44.748.778/0001-59

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (**polpa de fruta, açaí**) em atendimento as necessidades do Conselho Escolar pelo período de 80 (Oitenta) dias, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, oriundo decorrente do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026/SEDUC-SUPER - PV Processo Administrativo: 0029.017611/2026-16, que deu origem ao Chamamento Público nº 001/2025/SUPERPVH, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 13.019/14, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações e legislação correlata.

VALOR: R$ 822,69 (oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos).

PROCESSO: 0029.023147/2026-05

VIGÊNCIA: 80 (Oitenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 19.10.2026

Graciela Flores Lopes de Azevedo
CONTRATADA
Juliana Oliveira Rezende Bassanin
CONTRATANTE (Representante)

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MATO GROSSO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 10 /2026
PROCESSO SEI Nº 0029.043.975/2026-51

Objeto: Aquisição de toner e kit de tinta para as impressoras
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos:20/10/2026 a 22/10/2026.

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mato Grosso, Monte Negro- RO, C.N.P.J nº 01.304.225/0001-02, localizado na Rua Justino Luiz Ronconi, Nº 2080, Bairro Setor 01, município de MonteNegro/Rondônia - CEP: 76.888-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFIESCOLA REGULAR,**AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresas especializadas e qualificadas para a execução de serviço de fornecimento de material de consumo TONER E KIT DE TINTA PARA AS IMPRESSORAS COM OBJETIVO DE AQUISIÇÃO para a uso nas impressoras da EEEFM Mato Grosso, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de20/10/2026 a 22/10/2026 pelo endereço eletrônico: **email: financeiro.escolamatogrossoro@gmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no setor de prestação de contas da escola estadual Mato Grosso, localizada no endereço Rua Justino Luiz Ronconi, Nº 2080, Bairro/Setor 01 - Monte Negro/RO - CEP: 76.888 - 000,no horário de 07h30 ás 11:30 e de 13:30 ás17h00 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de TONER E KIT DE TINTA PARA AS IMPRESSORAS,com o objetivo de atender as necessidades da equipe pedagógica da unidade executora Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mato Grosso, Monte Negro - RO, pertencente a CRE- Ariquemes - jurisdição de Ariquemes, localizado no Município de Ariquemes, contemplados no âmbito do Programa de Apoio financeiro -PROAFI ESCOLA REGULAR,visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, considerando o menor preço por item. Todas as cargas deToner e Tintas deverão ser entreguespela empresa vencedora na EEEFM Mato Grosso, situada a Rua Justino Luiz Ronconi, número 2080, setor 01, município de Monte Negro. O valor dofrete também é por contada empresa vencedora.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mato Grosso.
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-maila proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta - cotação** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos,desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora no setor de prestação de contas da escola estadual Mato Grosso das 07h30 a 17h30 que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail: **financeiro.escolamatogrossoro@gmail.com** dentro do prazo de**20/10/2026 a 22 /10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue pela manhã de07h30 ás 11:30 e tarde de13:30 ás 17h00 diretamente à unidade executora Mato Grosso, deque deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos da vigilância sanitária, alvará de funcionamento e qualquer outro documento necessário) **em um único arquivo, em formato"PDF” ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora Mato Grosso/ Setor de prestação de Contas.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - A divulgação do resultado ocorrerá após o processo de avaliação documental e analise das propostas, o resultado será divulgado **23/10/2026.** (previsão), no DIOF-diário Oficial do Estado de Rondônia e no mural de avisos da unidade executora Escola Estadual de ensino fundamental e Médio Mato Grosso.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino fundamentalMédio Mato Grosso, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR, serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
ANEXO I -Formulário Pesquisa de Preços77722055
2-Formuláriode Proposta de Compra77722233

Monte Negro/RO, 19de outubrode 2026.

ELIZETE SOUZA BARBOSA LIMA
Presidente da Comissão de Contratação

MARINEIDE RODRIGUES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77722402

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER

Portaria nº 93 de 16 de outubro de 2026

Revoga a Portaria nº 73 de 11 de setembro de 2026 e designa servidores para atuarem como Fiscais dos Contratos Administrativos da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

O GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n. 965, de 20.12.2017 que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR**, a contar de 16 de outubro 2026, os servidores a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como Fiscais dos Contratos Administrativos (Titular e Suplente) no âmbito da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER.

Titular Nome/Matrícula	Suplente Nome/Matrícula	Processo
Nathálya Caroline	Raimundo Leite dos	0013.000049/2026-61 - Vigilância

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Teixeira Félix	Santos Azevedo	0013.000046/2026-27 - Energia
Amanda de Paula Pinheiro	Rafael Rodrigues de Vasconcelos	0013.000048/2026-16 - Taxas Bancárias
		0013.000047/2026-71 - CAERD
		0013.000052/2026-84 - Serviço de implementação, treinamento e suporte do sistema de gestão de biblioteca- GNUTECA 3
Alanis de Lima Castro	Jessica Rafalski Goes	0013.000051/2026-30 - Águas de Ariquemes Saneamento SPE LTDA
		0013.000358/2025-50 - Aquisição de Água Mineral - Ariquemes
Honna Pelúsia da SIlva Amorim	Fábio Soares de Gois Filho	0013.000349/2025-69 - Aquisição de materiais de consumo (Café, Açúcar e Copos Descartáveis)
		0013.000308/2025-72 - Aquisição de Água Mineral
Lucivaldo Inácio Santos	André Sena Magalhães	0013.000131/2026-95 - Estacionamento Teatro
		0013.000383/2025-33 - Manutenção do Ar Condicionado
Raimundo Leite dos Santos Azevedo	André Sena Magalhães	0013.000050/2026-95 - Elevador
Ivoneide Oliveira Santana Vieira	Nathálya Caroline Teixeira Félix	0013.000053/2026-29 - Recrutamento, Disponibilização, acompanhamento e pagamento de Estagiários de Nível Superior.
Luana Iris Almeida Rodrigues da Costa	Pâmela Ferreira dos Santos	0013.000081/2026-46 - Fornecimento de Coffee Break (Processo mãe):
		0013.000240/2026-11 - Fornecimento de Coffee Break (Processo Filho)
Bruna Quirino da Silva	Camila Cavalcantede Souza	0013.000239/2026-88 - Fornecimento de Coffee Break Break (Processo Filho)
Pétala Rosalina da Silva e Castro	Clarice Benvinda Lopes Pereira	0013.000242/2026-00 - Fornecimento de Coffee Break Break (Processo Filho)
Rafael Rodrigues de Vasconcelos	Amanda de Paula Pinheiro	0013.000238/2026-33 - Fornecimento de Coffee Break Break (Processo Filho)
Patrícia Fernanda Silva Morais	Amanda Soares dos Santos	0013.000241/2026-57 - Fornecimento de Coffee Break Break (Processo Filho)

Art. 2º - Compete ao Fiscal do Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, verificando o cumprimento integral das cláusulas contratuais, do Termo de Referência/Projeto Básico e da proposta da contratada;

II - atestar a execução dos serviços ou o recebimento de bens, mediante conferência, para fins de liquidação e pagamento;

III - registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive irregularidades, atrasos ou descumprimentos, adotando as providências cabíveis;

IV - comunicar imediatamente à autoridade competente ou ao gestor do contrato quaisquer fatos que possam comprometer a execução do objeto ou causar prejuízo à Administração;

V - exigir da contratada o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante conferência da documentação pertinente;

VI - acompanhar prazos contratuais, vigência, necessidade de prorrogação, reajuste ou repactuação, informando tempestivamente a autoridade competente;

VII - subsidiar a Administração com informações técnicas para aplicação de penalidades ou demais providências administrativas, quando constatadas infrações contratuais;

VIII - exercer outras atribuições correlatas previstas no contrato e na legislação aplicável.

Parágrafo único. A atuação do fiscal observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 117 e seguintes, bem como demais normas internas desta Fundação.

Art. 3º - Compete ao suplente exercer, integralmente, as atividades do Titular no caso de férias ou impedimento deste.

Art. 4º - Fica revogada Portaria nº 73 de 11 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 148, de 03/08/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Publique-se o ato na Imprensa Oficial. Registre-se nos assentamentos funcionais e institucionais.

LEONILDO NERY RODRIGUES

Gestor da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

Protocolo 77716144

Portaria nº 94 de 19 de outubro de 2026

Revoga a Portaria nº 74 de 14 de Setembro de 2026 que designa servidores para atuarem como Fiscais dos Contratos Administrativos no âmbito da Fundação Cultural do Estado de Rondônia/FUNCER.

O GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n. 965, de 20.12.2017 que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como Fiscais dos Contratos Administrativos (não contínuos) no âmbito da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
AMANDA SOARES DOS SANTOS	******164	FISCAL
BRUNA QUIRINO DA SILVA	******652	FISCAL
CAMILA CAVALCANTE DE SOUZA	******289	FISCAL
ELIZAMA AQUILA MENDES DANTAS	******533	FISCAL
JACKSON LUCAS FARIAS BANDEIRA	******253	FISCAL
JONES DOS SANTOS OLIVEIRA	******450	FISCAL
JERRY LUIS RIBEIRO	******184	FISCAL
KAILANY DOS SANTOS OLIVEIRA	******043	FISCAL
LUANA IRIS ALMEIDA RODRIGUES DA COSTA	******389	FISCAL
MARIA EDUARDA BARBOSA DA SILVA	******017	FISCAL
PAMELA FERREIRA DOS SANTOS	******434	FISCAL
PATRICIA FERNANDA SILVA MORAIS	******426	FISCAL
PETALA ROSALINA DA SILVA E CASTRO	******525	FISCAL
RAFAEL RODRIGUES DE VASCONCELOS	******159	FISCAL
RAFAELLA B. PAIÃO LOPES CAMPOS	******345	FISCAL

Art. 2º - Compete ao Fiscal do Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, verificando o cumprimento integral das cláusulas contratuais, do Termo de Referência/Projeto Básico e da proposta da contratada;

II - atestar a execução dos serviços ou o recebimento de bens, mediante conferência, para fins de liquidação e pagamento;

III - registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive irregularidades, atrasos ou descumprimentos, adotando as providências cabíveis;

IV - comunicar imediatamente à autoridade competente ou ao gestor do contrato quaisquer fatos que possam comprometer a execução do objeto ou causar prejuízo à Administração;

V - exigir da contratada o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante conferência da documentação pertinente;

VI - acompanhar prazos contratuais, vigência, necessidade de prorrogação, reajuste ou repactuação, informando tempestivamente a autoridade competente;

VII - subsidiar a Administração com informações técnicas para aplicação de penalidades ou demais providências administrativas, quando constatadas infrações contratuais;

VIII - exercer outras atribuições correlatas previstas no contrato e na legislação aplicável.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Parágrafo único. A atuação do fiscal observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 117 e seguintes, bem como demais normas internas desta Fundação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONILDO NERY RODRIGUES

Gestor da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

Protocolo 77785534

INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP

ERRATA

EDITAL Nº 19/2026/IDEP-ETEC

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – IDEP/ETEC.

CURSOS PRESENCIAIS

Onde se lê:

OPERADOR DE DRONE
Eixo Tecnológico: Infraestrutura
Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
Idade mínima: 15 anos

EXCEL DO BÁSICO AO AVANÇADO
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
Início: 03/11/2026 - Término: 24/11/2026
Idade mínima: 15 anos
Aulas presenciais
Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
Carga horária: 40 horas

EMPREENDEDORISMO
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Início: 03/11/2026 – Término:16/11/2026
ü Idade mínima: 15 anos
ü Aulas presenciais
ü Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
ü Carga horária: 40 horas
ü Turno: Vespertino
ü Horário: 13h30min às 17h30min

Leia-se:

OPERADOR DE DRONE
Eixo Tecnológico: Infraestrutura
Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
Idade mínima: **18 anos**

EXCEL DO BÁSICO AO AVANÇADO
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
Início: 03/11/2026 - Término: 24/11/2026
Idade mínima: 15 anos
Aulas presenciais
Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
Carga horária: **60 horas**

EMPREENDEDORISMO
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Início: 03/11/2026 – Término:16/11/2026
Idade mínima: 15 anos
Aulas presenciais
Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
Carga horária: 40 horas
Turno: **Matutino**
Horário: **07h30min às 11h30min**

Porto Velho - RO, 15 de outubro de 2026.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA
Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP

Protocolo 77654719

ERRATA
EDITAL Nº 20/2026/IDEP-ETEC

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – IDEP/ETEC.

CURSOS REMOTOS

Onde se lê:
RELAÇÕES INTERPESSOAIS
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: **60 horas**
SEGURANÇA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
Início: 03/11/2026 – Término: **24/08/2026**
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: **120 horas**
INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO
Eixo Tecnológico: Segurança
Início: 03/11/2026 – Término: 08/12/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: 100 horas
· **Horário: 18h30min às 22h30min**
Leia-se:
RELAÇÕES INTERPESSOAIS
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: **40 horas**
SEGURANÇA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
Início: 03/11/2026 – Término: **24/11/2026**
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Início: 03/11/2026 – Término: 16/11/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: **40 horas**

INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO
Eixo Tecnológico: Segurança
Início: 03/11/2026 – Término: 08/12/2026
· Idade mínima: 15 anos
· Vagas: 50 vagas + cadastro reserva
· Carga horária: 100 horas
· **Horário: 13h30min às 17h30min**

Porto Velho - RO, 15 de outubro de 2026.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA
Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP

Protocolo 77659228

Portaria nº 293 de 16 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscais de Contrato, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP/RO) e dá outras providências.

A Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9º da Lei Complementar nº 908 de 06 de dezembro de 2016 e do Decreto de 02 de julho de 2026, publicado no DOE - Edição n.º 126 de 02/07/2026.

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024; e

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme art. 7° da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Termo de Contrato 16 (76727573) que constam no processo nº 0048.001650/2026-73,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Gestor e Fiscais de Contrato, de que trata o artigo 21 do Decreto n.° 28.874/2024, com contratação de empresa especializada para a inscrição de 03 servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP/RO no Curso Completo sobre a Lei Geral de Licitações Públicas: Lei 14.133/2021:

I - Gestor de Contrato:

a) Sabrina Maciel Pires, gerente, matrícula ******984.

II - Fiscal de Contrato:

a) Oseias dos Santos Oliveira, assessor, matrícula ******760; e

b) Breno Cuellar da Silva, assessor, matrícula ******746.

Parágrafo único. Fica designado como Gestor de Contrato Suplente, nas ausências e impedimentos legais do titular o servidor indicado na alínea *b)*, inciso II deste artigo.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria terá as seguintes competências:

I - Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade dos serviços com base nas especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência, em cumprimento à apólice;

II - Solicitar à Unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área especifica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

III - Rejeitar o serviço que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação ou entrega, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

IV - Expedir Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

V - Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI - Remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.

Art. 3º O Gestor procederá à instrução dos processos administrativos, cuidando de reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, incidentes relativos a pagamentos, documentação, controle dos prazos de vencimento, prorrogação, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e solução de problemas relativos ao objeto. O Gestor do Contrato também procederá com relatório de acompanhamento em até 02 (dois) dias após assinatura do(s) Fiscal(is) do Contrato no relatório de fiscalização realizado pelo(s) mesmo(s).

Art. 4º O Fiscal do Contrato atuará com a anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados, bem como solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias às decisões e providências que ultrapassarem a sua competência.

Art. 5º O Fiscal do Contrato procederá com o Termo Circunstanciado Provisório em até 03 (três) dias e o Relatório Fiscal Definitivo em até 08 (oito) dias da comunicação, de que trata o art. 140, inciso I, alíneas “a” e "b" da Lei nº 14.133/21, dos objetos relacionados no art. 1º.

Art. 6º Na ausência do Fiscal de Contrato, ficar-se-á automaticamente designado a responder pela Fiscalização o Fiscal de Contrato Suplente.

Art. 7º O prazo da duração desta designação se dá pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Presidência do IDEP-RO.

Art. 8º Os membros desta Portaria não terão adicional de remuneração pelas atividades laborais designadas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA

Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO

Protocolo 77735389

Portaria nº 294 de 16 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscais de Contrato, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP/RO) e dá outras providências.

A Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9º da Lei Complementar nº 908 de 06 de dezembro de 2016 e do Decreto de 02 de julho de 2026, publicado no DOE - Edição n.º 126 de 02/07/2026.

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme art. 7° da Lei nº 14.133/2021; e

CONSIDERANDO o Termo de Contrato 22 (77461404) que constam no processo nº 0048.249867/2020-77,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Gestor e Fiscais de Contrato, de que trata o artigo 21 do Decreto n.° 28.874/2024, com objeto Curso "Completo sobre Licitações e Contratação de obras e Serviços de Engenharia" Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP/RO no Curso Completo sobre a Lei Geral de Licitações Públicas: Lei 14.133/2021:

I - Gestor de Contrato:

a) Jaqueline Dezenatti de Lima, gerente, matrícula ******542.

II - Fiscal de Contrato:

a) Breno Cuellar da Silva, assessor, matrícula ******746; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

b) Sabrina Maciel Pires, gerente, matrícula ******984.

Parágrafo único. Fica designado como Gestor de Contrato Suplente, nas ausências e impedimentos legais do titular o servidor indicado na alínea *b)*, inciso II deste artigo.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria terá as seguintes competências:

I - Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade dos serviços com base nas especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência, em cumprimento à apólice;

II - Solicitar à Unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área especifica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

III - Rejeitar o serviço que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação ou entrega, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

IV - Expedir Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;

V - Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI - Remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.

Art. 3º O Gestor procederá à instrução dos processos administrativos, cuidando de reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, incidentes relativos a pagamentos, documentação, controle dos prazos de vencimento, prorrogação, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e solução de problemas relativos ao objeto. O Gestor do Contrato também procederá com relatório de acompanhamento em até 02 (dois) dias após assinatura do(s) Fiscal(is) do Contrato no relatório de fiscalização realizado pelo(s) mesmo(s).

Art. 4º O Fiscal do Contrato atuará com a anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados, bem como solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias às decisões e providências que ultrapassarem a sua competência.

Art. 5º O Fiscal do Contrato procederá com o Termo Circunstanciado Provisório em até 03 (três) dias e o Relatório Fiscal Definitivo em até 08 (oito) dias da comunicação, de que trata o art. 140, inciso I, alíneas “a” e "b" da Lei nº 14.133/21, dos objetos relacionados no art. 1º.

Art. 6º Na ausência do Fiscal de Contrato, ficar-se-á automaticamente designado a responder pela Fiscalização o Fiscal de Contrato Suplente.

Art. 7º O prazo da duração desta designação se dá pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Presidência do IDEP-RO.

Art. 8º Os membros desta Portaria não terão adicional de remuneração pelas atividades laborais designadas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA

Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO

Protocolo 77737135

Portaria nº 295 de 16 de outubro de 2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscais de Contrato, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP/RO) e dá outras providências.

A Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9º da Lei Complementar nº 908 de 06 de dezembro de 2016 e do Decreto de 02 de julho de 2026, publicado no DOE - Edição n.º 126 de 02/07/2026.

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme art. 7° da Lei nº 14.133/2021; e

CONSIDERANDO o Termo de Contrato 21 (77395867) que constam no processo nº 0048.001573/2026-51,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Gestor e Fiscais de Contrato, de que trata o artigo 21 do Decreto n.° 28.874/2024, com objeto participação na 20º PREGÃO WEEK, que ocorrerá nos dias 19 a 23 de outubro de 2026 de âmbito presencial em Foz do Iguaçu/PR, com o objetivo de promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP/RO que atuam, direta ou indiretamente, nas atividades relacionadas ao planejamento, processamento, condução, acompanhamento e controle das contratações públicas, especialmente aquelas desenvolvidas sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021.

I - Gestor de Contrato:

a) Sabrina Maciel Pires, gerente, matrícula ******984.

II - Fiscal de Contrato:

a) Jaqueline Dezanatti de Lima, gerente, matrícula ******542; e

b) Oseias dos Santos Oliveira, assessor, matrícula ******760.

Parágrafo único. Fica designado como Gestor de Contrato Suplente, nas ausências e impedimentos legais do titular o servidor indicado na alínea *b)*, inciso II deste artigo.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria terá as seguintes competências:

I - Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade dos serviços com base nas especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência, em cumprimento à apólice;

II - Solicitar à Unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área especifica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

III - Rejeitar o serviço que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação ou entrega, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

IV - Expedir Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;

V - Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI - Remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.

Art. 3º O Gestor procederá à instrução dos processos administrativos, cuidando de reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, incidentes relativos a pagamentos, documentação, controle dos prazos de vencimento, prorrogação, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e solução de problemas relativos ao objeto. O Gestor do Contrato também procederá com relatório de acompanhamento em até 02 (dois) dias após assinatura do(s) Fiscal(is) do Contrato no relatório de fiscalização realizado pelo(s) mesmo(s).

Art. 4º O Fiscal do Contrato atuará com a anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados, bem como solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias às decisões e providências que ultrapassarem a sua competência.

Art. 5º O Fiscal do Contrato procederá com o Termo Circunstanciado Provisório em até 03 (três) dias e o Relatório Fiscal Definitivo em até 08 (oito) dias da comunicação, de que trata o art. 140, inciso I, alíneas “a” e "b" da Lei nº 14.133/21, dos objetos relacionados no art. 1º.

Art. 6º Na ausência do Fiscal de Contrato, ficar-se-á automaticamente designado a responder pela Fiscalização o Fiscal de Contrato Suplente.

Art. 7º O prazo da duração desta designação se dá pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Presidência do IDEP-RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 8º Os membros desta Portaria não terão adicional de remuneração pelas atividades laborais designadas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA

Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO

Protocolo 77737508

Portaria nº 291 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a remarcação de férias de servidor, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO.

A **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA** (IDEP-RO), no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 908, de 06 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a Portaria de férias nº 14177 de 07 de novembro de 2025, id. Sei! 77391783; e

CONSIDERANDO o constante nos autos do Processo 0048.002036/2026-29,

R E S O L V E :

Art. 1º Remarcar, por interesse da Administração, o período de férias da servidora Márcia Maria Falcão, cargo de Técnica Pedagógica - GRCA, matrícula n°******512, pertencente ao quadro de servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP-RO) passando a valer nos seguintes termos:

Período Anterior	**Total de Dias**
26/10/2026 a 04/11/2026	10
Período Atualizado	**Total de Dias**
05/01/2027 a 14/01/2027	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA

Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional IDEP/RO

Protocolo 77674895

Portaria nº 290 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a remarcação de férias de servidor, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO.

A **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA** (IDEP-RO), no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 908, de 06 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a Portaria nº 277 de 09 de dezembro de 2025, id. Sei! 77412876; e

CONSIDERANDO o constante nos autos do Processo 0048.002041/2026-31,

R E S O L V E :

Art. 1º REMARCAR, por interesse da Administração, o período de Recesso Administrativo do servidor MATEUS BEZERRA FRATA, cargo de Assistente Administrativo, matrícula n°******686, pertencente ao quadro de servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP-RO), por interesse da Administração, passando a valer nos seguintes termos:

Período Anterior	**Total de Dias**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

29/12/2025 a 02/01/2026	5
Período Atualizado	**Total de Dias**
19/10/2026 a 23/10/2026	5

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA
Presidente do Instituto Estadual de
Desenvolvimento da Educação Profissional IDEP/RO

Protocolo 77673770

Portaria nº 289 de 15 de outubro de 2026

Dispõe sobre a remarcação de férias de servidor, no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO.

A **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA** (IDEP-RO), no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 908, de 06 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a Portaria nº 277 de 09 de dezembro de 2025, id. Sei! 77488207; e

CONSIDERANDO o constante nos autos do Processo 0048.001986/2026-36,

R E S O L V E :

Art. 1º REMARCAR, por interesse da Administração, o período de Recesso Administrativo da servidora Ednéia Langame Pereira Simões, cargo de **supervisora do Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará**, matrícula n°******386, pertencente ao quadro de servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP-RO), por interesse da Administração, passando a valer nos seguintes termos:

Período Anterior	**Total de Dias**
29/12/2025 a 02/01/2025	3
Período Atualizado	**Total de Dias**
03/11/2026 a 06/11/2026	3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIN BRANDÃO NOGUEIRA
Presidente do Instituto Estadual de
Desenvolvimento da Educação Profissional IDEP/RO

Protocolo 77672026

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS

Portaria nº 2155 de 16 de outubro de 2026

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207.

Considerando o Memorando nº 538/2026/SEAS-GRC, de 15 de outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1°- Convalidar a concessão de diárias e o deslocamento aos servidores abaixo relacionados, ao Município de Santa Luzia d'Oeste, para organizar executar e prestar todo o suporte necessário a divulgação do Programa RONDÔNIA CIDADÃ. A concessão de diárias no período de 16 a 18/10/2026.

Nome	Matrícula	Lotado
Vania Cristina Caffer Tavares	******585	Rolim de Moura

Art. 2°- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3°- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4°- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro.
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77702387

Portaria nº 2161 de 16 de outubro de 2026

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubro de 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207.

Considerando o Memorando nº 542/2026/SEAS-FEAS, de 08 de outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1°- Convalidar a concessão de diárias e o deslocamento aos servidores abaixo relacionados, para Triunfo, Vila Samuel Candeias do Jamari (Zona Urbana e Rural), para realizar execução da entrega dos kits do programa Mamãe Cheguei. A concessão de diárias no período de 20 e 21/10/2026.

Nome	Matrícula	Lotado
Luzia Duarte de Oliveira	******785	Porto Velho
Thiago Antônio Silva Aguiar	******104	Porto Velho

Art. 2°- Designar o Servidor Thiago Antônio Silva Aguiar como Condutor do Veículo Oficial.

Art. 3°- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 4°- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 5°- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro.
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77708159

AVISO
DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A **Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social- SEAS**, consoante as atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n.º 532/2009, através do Diretor Administrativo e Financeiro - Gestor e OD por Delegação, conforme prevê a Portaria n.º 634 de 01 de outubro de 2021, torna público, em atendimento ao que determina o parágrafo 1º do Art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015, e Art. 36 do Decreto n.º 21.431/2016, tendo em vista o Processo n.º 0005.002661/2026-77 a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Inexigibilidade de Chamamento Público, com fulcro no Art. 29 e Art. 31, inciso II da Lei Federal n.º 13.019/2014, para celebrar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vilhena – APAE**,**no valor global de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), recurso proveniente de Emenda Parlamentar, que se destina a aquisição de equipamentos, brinquedos e recursos de estimulação sensorial, destinados à estruturação e qualificação da Sala Sensorial

Desta feita, verifica-se a possibilidade de formalização de parceria sem chamamento público, com base jurídica supracitada, haja vista, tratar-se de Organização da Sociedade Civil destinada ao atendimento de emendas parlamentares com indicação, que desenvolve atividades voltadas a assistência social.

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77721838

Portaria nº 2159 de 16 de outubro de 2026

Designa servidor para atuar como gestor de parceria do processo em questão e dá outras providências.

O Diretor Administrativo e Financeiro, Gestor e Ordenador de Despesa por Delegação na Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, no uso de suas competências, atribuídas pela Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021;

Considerando o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações e o Decreto Estadual nº 21.431, de 29 de novembro de 2016, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB de 25/10/2019, que estabelece normas para gestão e fiscalização de contratos e convênios e congêneres no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, e dá outras providências e;

Considerando que os atos normativos acima descritos, determinam a designação de um responsável pela gestão de parcerias celebradas por meio de termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da legislação mencionada;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RACHEL EMERICH, matrícula n° ******462 para atuar como gestores de parceria titulares do Processo n° 0005.003110/2026-21, que visa a celebração de Termo de Fomento entre a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapuã do Oeste - APAE, atentando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, Decreto Estadual nº 26.165/2021 e Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB.

Art. 2º- Designar o servidor, **GRACILENE BRAGA DA SILVA SOUZA**, matrícula nº ******220, para atuar como gestora de parceria substituta, substituindo a titular em seus impedimentos legais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77705148

Portaria nº 2164 de 16 de outubro de 2026

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207.

Considerando o Memorando nº 148/2026/SEAS-SEAS-GERPVH, de 15 de setembro de 2026.

Resolve:

Art. 1°- Convalidar a concessão de diárias e o deslocamento aos servidores abaixo relacionados, ao Baixo Madeira - São Carlos, Nazaré, Calama, para realizar entregas presenciais das Carteiras de Identidade (RGs)

confeccionadas nas edições do Programa Rondônia Cidadã no Baixo Madeira. A concessão de diárias no período de 13 a 16/10/2026.

Nome	Matrícula	Lotado
Leila Maria de Souza Medeiros	******752	Porto Velho
Daiane Aline Desmarest Reis	******639	Porto Velho
Roberto Toledo Filho	******694	Porto Velho
Antônio Ermisson Lemos de Lima	******402	Porto Velho
Orlandino Meireles de Aguiar	******736	Porto Velho
Pedro Gomes de Oliveira	******954	Porto Velho

Art. 2°- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3°- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4°- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro.
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77713392

RESOLUÇÃO N. 05/2026/SEAS-CEDM
Dispõe sobre o Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para o Exercício de 2027.

O **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.575, de 23 de junho de 2015, em sua 3ª Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada em 29 de setembro de 2026,

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento antecipado das ações do Conselho para o exercício de 2027;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM para o Exercício de 2027(SEI nº 77186403).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

ANA CARLA PEREIRA DA COSTA

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Rondônia - CEDM/RO

[Assinatura Eletrônica]

Protocolo 77237183

ATA DE REUNIÃO

1. ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DE RONDÔNIA – CEDM/RO

1. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER- CEDM/RO , no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei no 3.575, de 23 e junho de 2015 bem como pelo Regimento Interno Decreto no 21.077, de 26 de junho de 2016, e em consonância com a portaria no 244, publicada em 12 de maio de 2022, o qual institui normas e recomendações para elaboração de Ata de Reuniões dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, torna pública a Ata da 3ª Reunião Extraordinária do exercício 2026, que após lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros presentes.

- Local: Casa dos ConselhosPlataforma Zoom

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

- Data: 29.09.2026

- Hora de início: 10hs.

- Duração da Reunião: 01H09

- Registro da Reunião: Rafaela Carvalho da Fonseca

- Ofício de Convocação: nº 8701/2026/SEAS-CEDM (76876038)

2. CONSELHEIROS(AS) PRESENTES

- Presidente: Ana Carla Pereira da Costa

Orgãos Presentes (7): FECAUBER; UBM; CRESS; SEAS; SESDEC, OAB e AMAAR.

- Conselheiros(as) Presentes:

Governamentais: SEAS: Greicy Kelly Silva Magosso; **SESDEC :** Dayane Alves Mendes

Sociedade Civil: FECAUBER: Ana Carla Pereira da Costa;**UBM**: Raimunda Denise Limeira Souza; **AMAAR:** Ana Claudia de Andrade; **CRESS:** Laura Cristina Anastácio Rodrigues e OAB RO: Miriam Pereira Mateus

3. ORGÃOS AUSENTES

FETAGRO; SEAGRI; SESAU; SEDUC e EMATER .

4. PAUTA DA REUNIÃO

Pauta Única: Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para o Exercício de 2027

5. RESUMO DA DISCUSSÃO DA REUNIÃO

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10 horas, de forma híbrida, com participação presencial na Casa dos Conselhos e participação virtual por meio de plataforma digital, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Rondônia – CEDM/RO. A reunião contou com a pauta única: Plano de Ação do Conselho Estadual dos dos Direitos da Mulher para o Exercício de 2027. O **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher** realizou uma reunião extraordinária para discutir e **aprovar o planejamento estratégico para 2027**, focando na descentralização de encontros regionais pelo estado de Rondônia. Durante o encontro, houve a apresentação da conselheira Greicy Kelly Silva Magosso em substituição à conselheira Priscila Umbeline em férias, colocando-se à disposição do conselho. As conselheiras debateram a necessidade de **fortalecer a rede de atendimento**, incluindo a fiscalização de hospitais, unidades prisionais, delegacias e abrigos. Também foram levantadas preocupações sobre a **falta de participação de algumas entidades**, resultando na deliberação de ofícios para verificar a substituição de representantes ausentes. As propostas apresentadas foram oficialmente **aprovadas pelo colegiado**, com a inclusão de sugestões específicas voltadas para a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade. A Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Rondônia CEDM teve como pauta central a discussão e deliberação da proposta do Planejamento 2027 e ações de fortalecimento da rede de proteção.Abaixo consta o resumo da fala das conselheiras e de suas respectivas contribuições durante a reunião. A **Presidente conselheira do CEDM** Ana Carla Pereira da Costa**, a**briu a reunião extraordinária destacando a necessidade de organizar o planejamento de 2027 com antecedência para aprovação prévia e evitar falhas ou atritos ocorridos em anos anteriores. Em seguida a presidente solicitou o registro em ata para o envio de ofícios às instituições que compõem o conselho, cobrando a assiduidade de suas representantes e solicitando a substituição dos nomes, caso necessário. APresidente Conselheira Ana Carla Pereira sugeriu ainda incluir no planejamento de 2027 a retomada de fiscalizações em unidades hospitalares, unidades prisionais e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher DEAM e defendeu a provocação e atuação conjunta com o Conselho Estadual de Saúde para averiguar denúncias de violações de direitos de gestantes e pacientes no Hospital de Base Maternidade e conduziu a deliberação e aprovação da proposta de planejamento com a incorporação de todas as contribuições apresentadas pelas conselheiras presentes. A conselheiraRaimunda Denise Limeira Souza, apresentou a estrutura base do plano para 2027, ressaltando que será um ano sem período eleitoral e com governo recém-empossado, momento propício para pactuar compromissos de enfrentamento à violência contra a mulher no estado. A conselheira Raimunda Denise Limeira Souza, propôs ainda a realização de encontros regionais de capacitação e aproximação das conselheiras e mobilizadoras nas 6 regionais do estado Madeira Mamoré, Central, Vale do Guaporé, Vale do Jamari, Regional do Café e Cone Sul, sugeriu desmembrar ações em polos maiores como Porto Velho, Guajará-Mirim e Ji-Paraná. Em seguida a conselheira e Proponente do Planejamento de 2027, defendeu ainda que, ao final de cada etapa regional, seja realizada uma audiência pública para cobrar a demanda prioritária daquela localidade como delegacia 24 horas, casa

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

abrigo ou cursos profissionalizantes. Proferiu a realização de um grande encontro estadual em Ji-Paraná ou Cacoal reunindo gestores e conselhos municipais por 3 a 4 dias, encerrando com uma manifestação ato público. Apelou ainda pelo envolvimento ativo de todas as comissões Finanças, Enfrentamento à Violência, Trabalho e Renda e entidades FETAGRO, AMAAR, SEAS, SEDUC, ressaltando a urgência de apoiar no levantamento de custos e controle do orçamento do evento. A conselheira Dayane Alves Mendes, concordou com a necessidade de mapear as urgências específicas de cada regional. A conselheira Dayane Alves Mendes, relatou a principal dificuldade prática da delegacia: a falta de retorno feedback e de controle integrado após o primeiro atendimento. Explicou que orienta as vítimas a buscarem o CREAS, a Defensoria Pública, o Navit ou a Casa Abrigo, mas não há um sistema unificado para confirmar se a mulher realmente recebeu o atendimento ou se desistiu. Apontou relatos informais de vítimas sobre dificuldades de contato/atendimento em núcleos de apoio e denúncias sobre acolhimento na Casa Abrigo de Porto Velho, sugerindo que o conselho atue para fiscalizar e integrar essa rede. A conselheira Laura Cristina Anastácio Rodrigues, concordou com as propostas e reforçou a importância de definir quantitativamente o número de oficinas e dias de evento, possibilitando à SEAS órgãos competentes o cálculo de despesas com diárias, espaço e alimentação. Sugeriu estabelecer regras de tempo teto de fala por participante e teto de duração total para tornar as reuniões do conselho mais dinâmicas e objetivas. A conselheira Laura Cristina Anastácio Rodrigues, recomendou que o problema trazido pela conselheira Dayane Alves Mendes sobre o fluxo e contrarreferência de atendimentos seja levado à discussão no âmbito da Rede Lilás, promovendo o alinhamento de comunicação entre as instituições. A conselheira Ana Claudia de Andrade propôs incluir formalmente no planejamento de 2027 ações direcionadas a dois grupos específicos de mulheres: mulheres privadas de liberdade e mulheres em situação de sofrimento psíquico internadas em alas psiquiátricas. A conselheira Miriam Pereira Mateus, endossou a fala da conselheira Dayane Alves Mendes, confirmando que, em sua atuação como advogada, observa constantes barreiras de acesso e falta de retorno dos canais da Defensoria Pública, Ministério Público e patrulhas de proteção às vítimas. Concordou com a proposta de submeter a pauta do fluxo de atendimento e integração de dados à discussão da Rede Lilás. A conselheira Dayane Alves Mendes, sugeriu acionar a Comissão de Fiscalização do CEDM para visitar a ala psiquiátrica do Hospital de Base, relatando ter presenciado condições precárias no local em vistoria por outro conselho. Solicitou ainda que o planejamento garanta dotação orçamentária específica para viagens de conselheiras a encontros e fóruns ordinários de gestores. Encaminhamento Final. A proposta prévia do Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para o Exercício de 2027, apresentada pela conselheira Raimunda Denise Limeira Souza foi aprovada por unanimidade ficando a seremincluídas todas as sugestões a serem feitas pelas conselheiras antes da aprovação final. As conselheiras comprometeram-se a enviar suas contribuições por escrito para consolidação do documento final. Na sequência, houve a Leitura do Ofício 9003/2026/SEAS-CEMP pela assessora Rafaela Carvalho da Fonseca, autorizado pela Presidente conselheira do CEDM Ana Carla Pereira da Costa, referente ao convite do conselho para a 1ª reunião do Grupo de Trabalho 4 GT4 do Comitê Estadual Mulher Protegida, focado na reeducação de autores de violência doméstica.

6. ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES

- **Aprovação da Prévia do Plano** de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher para o Exercício de 2027**:** O Conselho Estadual do Direito da Mulher CEDM aprovou formalmente a prévia da proposta do **Planejamento 2027** com a inclusão de todas as contribuições apresentadas pelas conselheiras, adotando uma metodologia descentralizada fundamentada em ações nas seis regionais do estado Madeira Mamoré, Vale do Guaporé, Central, Vale do Jamari, Regional do Café e Cone Sul, acompanhadas de audiências públicas locais voltadas às prioridades de cada região como delegacias 24h e casas-abrigo e cursos profissionalizantes, culminando em um Encontro Estadual de três a quatro dias em Ji-Paraná ou Cacoal com mostras de ações municipais encerrando com uma manifestação, ato público.
- Para o dimensionamento orçamentário, estabeleceu-se a necessidade de quantificar rigorosamente o número de oficinas e dias de duração para o cálculo de diárias, alimentação, locação de espaços físicos e o custeio de deslocamentos e viagens para encontros e fóruns ordinários.
- Expedição de ofícios para cobrar assiduidade das entidades membros com faltas recorrentes sob pena de substituição de representantes, além da provocação e ações conjuntas com o Conselho Estadual de Saúde para averiguar denúncias de violações de direitos de gestantes e pacientes no Hospital de Base Maternidade.
- Encaminhar ofluxo de atendimento e integração de dados foi recmendado encaminhar à discussão da Rede Lilás, bem como a contrarreferência.
- Solicitação parasolucionar a Comissão de Fiscalização do CEDM para visitar a ala psiquiátrica do Hospital de Base, devido às condições precárias no local em vistoria por outro conselho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

- Solicitação que o planejamento garanta dotação orçamentária específica para viagens de conselheiras a encontros e fóruns ordinários de gestores.

7. GRAVAÇÃO DA REUNIÃO

Link: https://drive.rondonia.ro.gov.br/index.php/f/902032

Observação: *Para assistir ou fazer o download da gravação da reunião, solicite uma cópia do arquivo de mídia para a Casa dos Conselhos Estadual - SEAS através do e-mail: gcc@seas.ro.gov.br.*

ANA CARLA PEREIRA DA COSTA

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Rondônia - CEDM/RO

[Assinatura Eletrônica]

Protocolo 77186403

Portaria nº 2168 de 16 de outubro de 2026

Designa servidor para atuar como gestor de parceria do processo em questão e dá outras providências.

O Diretor Administrativo e Financeiro, Gestor e Ordenador de Despesa por Delegação na Secretaria da Mulher, da Família, de Assistência e do Desenvolvimento Social, no uso de suas competências, atribuídas pela Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021;

Considerando o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações e o Decreto Estadual nº 21.431, de 29 de novembro de 2016, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB de 25/10/2019, que estabelece normas para gestão e fiscalização de contratos e convênios e congêneres no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, e dá outras providências e;

Considerando que os atos normativos acima descritos, determinam a designação de um responsável pela gestão de parcerias celebradas por meio de termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da legislação mencionada;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **RAISSA JAMILE PRESTES LIMA**, matrícula nº ******067, para atuar como gestora de parceria titular do Processo nº 0005.004698/2026-30, que visa a celebração de Termo de Fomento entre a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social e a Fundação Vida Nova do Município de Cacoal, atentando-se ao art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, art. 65 do Decreto Estadual nº 21.431/2016 e Portaria nº 582/2019/SEAS-GAB de 25/10/2019.

Art. 2º- Designar a servidora JUCINETE ANA DA CRUZ NOBRE, matrícula n° ******772, para atuar como gestora de parceria substituta, substituindo os titulares em seus impedimentos legais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77738741

Portaria nº 2154 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021 - publicado no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198.

RESOLVE

Art. 1º.**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar o recebimento da despesa concernente ao Termo de Contrato 1462/2024/PGE-SEAS (0054813560), cujo objeto é a contratação do serviço de 05 licenças

(acessos), para utilização da ferramenta de Banco de Preços com validade de 12 meses visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

Art. 2º. Fica designado como fiscal o servidor **HENRY FABRÍCIO DO CARMO ARAÚJO**, matrícula Nº ******957, e nos impedimentos legais, eventuais ou ausências, a servidora **GRACILENE BRAGA DA SILVA**, matrícula N° ******220, como suplente.

Art. 3º. Fica designada como gestora do contrato, a servidora BÁRBARA ELLEN DO NASCIMENTO FERRO, Matrícula n.º***.323, e nos impedimentos legais, eventuais ou ausências, a servidora MIRELE REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCÁ DAS CHAGAS, Matrícula nº ***.***.000, como gestora substituta.

Art. 4º.Ficam revogados os termos da Portaria nº 1533 de 17 de julho de 2026 (74545189).

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Diretor Administrativo Financeiro - DAF/SEAS

Gestor e OD por Delegação

Protocolo 77700755

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/RO

1 - O **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDÔNIA - CEAS/RO,** no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 1.052 de 12 de dezembro de 2019, e em consonância com a portaria nº 244, publicada em 12 de maio de 2022, o qual institui normas e recomendações para elaboração de Ata de Reuniões dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, torna pública a Ata da 9ª Reunião Ordinária do exercício, realizada no dia 30 de setembro de 2026, que após lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros presentes, conforme registro de presença abaixo.

Local: Plataforma Zoom e Casa dos Conselhos Estadual

Data: 30 de setembro de 2026

Hora de início: 09h18

Ofício de Convocação: nº 8876/2026/SEAS-CEASRO (77018992)

Duração da Reunião: 1h04min35

Registro da Reunião: Assessora Marines Maciel Paixão Silva

2 - CONSELHEIROS PRESENTES:

Presidente: Maria Antônia Oliveira de Almeida.

Entidades/Órgãos presentes (5) sendo: SEAS, SESAU, SEDUC, FEUSUAS, FEDER.

Conselheiros Governamentais (3): Fabiane Aparecida Passarini - **SEAS**; Karígina Suely de Oliveira - **SESAU**; Sirley Rosário Corsino do Carmo - **SEDUC**.

Conselheiros da Sociedade Civil (3): Maria Antônia Oliveira de Almeida eRosenildes França de Oliveira Zambam - **FEUSUAS**, José Roberto Candido Silva - **FEDER.**

Convidados: Assessores Técnicos SEAS-CAS: Naléi de Carvalho Sobrinho, Bruna Caroline Silva Mota Campos, Edina Regina Gomes, Greicielle Kassila Alves de Alencar, Gisele Iguchi, Alicy Leite, Nestor Alberto Chavez Júnior,dentre outros registrados na gravação.

3 - AUSÊNCIAS E FALTAS JUSTIFICADAS:

Ausência Justificada (1): CRESS

4 - PAUTA DA REUNIÃO:

1. Informes;

2. Deliberação sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual - exercício de 2025;

3. Ciência e apreciação do Termo de Aceite e Compromisso ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos - SPSBD-GC;

4. Avaliação da gestão do CEAS 2023/2025;

5. Planejamento das ações do CEAS para 2027;

6. Andamento da organização do Encontro Estadual do CEAS - Controle Social.

5 - RESUMO DA DISCUSSÃO DA REUNIÃO:

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dezoito minutos, realizou-se, em formato híbrido, presencialmente na Casa dos Conselhos Estadual e virtualmente por meio da plataforma Zoom, a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia - CEAS/RO, convocada por meio do Ofício nº 8876/2026/SEAS-CEASRO, sob a presidência da conselheira Maria Antônia Oliveira de Almeida. Na abertura, a Presidente cumprimentou os participantes, agradeceu a presença das conselheiras Karígina e Rosenildes e manifestou sua expectativa de maior participação presencial dos conselheiros nas reuniões, ressaltando, contudo, compreender as dificuldades decorrentes das agendas profissionais. Em seguida, declarou abertos os trabalhos e passou aos informes e às pautas previstas. **1. INFORMES GERAIS -** Inicialmente, a Presidente informou sobre o Ofício Circular nº 38/2026/MDS/CNAS/SE, referente ao Encontro Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, previsto para os dias 29 e 30 de outubro de 2026, em Brasília/DF. Esclareceu que as inscrições permaneceriam abertas até 16 de outubro de 2026. Na sequência, Fabiane, representante da SEAS, informou que a gestão estadual estava adotando providências para a aquisição das passagens aéreas, mediante adesão a uma ata de registro de preços. Orientou os indicados a efetivarem suas inscrições e que fossem abertos os respectivos processos administrativos para viabilizar a participação no evento, se autorizado. Durante a discussão, foram mencionados como representantes Maria Antônia e Rosenildes. Em seguida, a Presidente apresentou o convite para a 75ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, prevista para o dia 8 de outubro de 2026, das 8h às 13h, no Auditório do L'Acordes Hotel, localizado na Rua da Beira, n. 8250, BR 364, Porto Velho - RO. Marines destacou a divulgação do Encontro Estadual da Gestão do Trabalho e Educação Permanente, programado para os dias 8 e 9 de outubro de 2026, e Fabiane explicou que a programação foi organizada de modo a coincidir com a realização da CIB, permitindo otimizar o deslocamento dos gestores municipais. Dessa forma, após a reunião da CIB, prevista para o período da manhã, os participantes poderão permanecer no local para o almoço e, posteriormente, participar das atividades de capacitação em educação permanente, com continuidade no dia seguinte. **2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL – EXERCÍCIO 2025 -** A Presidente introduziu a pauta referente à apreciação e deliberação da prestação de contas do cofinanciamento estadual da política de assistência social, relativa ao exercício de 2025, passando a palavra à representante da SEAS, Fabiane. A mesma solicitou a retirada temporária da matéria da pauta, esclarecendo que, durante a análise dos dados orçamentários, identificou inconformidades nos percentuais de execução apresentados, o que exigiria revisão e organização das informações antes de submetê-las à deliberação do Conselho. Informou que a taxa média de execução dos recursos estaduais repassados aos municípios estaria em torno de 46%, ressaltando a necessidade de conferir os dados e apresentar demonstrativo mais detalhado ao colegiado. Para subsidiar a análise, comprometeu-se a elaborar uma planilha contemplando os processos dos municípios, com informações sobre os saldos existentes em conta em 31 de dezembro de 2024, os repasses realizados em 2025 e a execução dos recursos por bloco de financiamento, abrangendo a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial e os Benefícios Eventuais. A previsão apresentada foi de disponibilização do material até a terça ou quarta-feira seguinte à reunião. Fabiane também alertou que a prévia da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2027 não previa ampliação dos recursos destinados ao cofinanciamento estadual, mantendo, naquele momento, o montante vigente. A informação reforçou a importância de conhecer com precisão a execução financeira dos recursos disponibilizados aos municípios, a fim de subsidiar o acompanhamento do financiamento da política de assistência social. Após as manifestações, houve concordância quanto à necessidade de aprofundamento da análise antes da deliberação. Ficou acordada a realização de **Reunião Extraordinária presencial no dia 14 de outubro de 2026, às 9h**, para apreciação da prestação de contas 2025. **3. TERMO DE ACEITE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA GESTANTES E CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS - SPSBD-GC -** Na sequência, a Presidente passou a palavra a Bruna Caroline Silva Mota Campos, gerente de Proteção Social Básica e Programas Sociais da SEAS, para apresentação da proposta de adesão e formalização do reordenamento das ações anteriormente desenvolvidas no âmbito do Programa Criança Feliz, com sua incorporação à oferta de serviços do Sistema Único de Assistência Social. Bruna apresentou o histórico da proposta e esclareceu que o processo teve início com normativas do Conselho Nacional de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Assistência Social em 2023, sendo posteriormente regulamentado pelas Resoluções CNAS nº 218 e nº 219, de 25 de novembro de 2025. Informou que o período de adesão na plataforma SouSUAS, estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, compreendia o intervalo de 25 de agosto a 18 de dezembro de 2026, e que o Estado de Rondônia havia formalizado a pactuação em 18 de setembro de 2026. Ao explicar as mudanças previstas, Bruna destacou que a atenção à primeira infância deixaria de ser organizada como programa específico e passaria a integrar um serviço tipificado da Proteção Social Básica, denominado Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos. Informou que a faixa etária de atendimento seria ampliada, passando de crianças de 0 a 3 anos para crianças de 0 a 6 anos, além da inclusão das gestantes. Ressaltou que o serviço teria como foco o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da parentalidade positiva e protetiva. A gerente esclareceu, ainda, que as ações relacionadas ao acompanhamento do desenvolvimento infantil deixariam de constituir atribuição específica da política de assistência social, passando a ser desenvolvidas no âmbito da política de saúde, conforme a organização intersetorial das responsabilidades. Nesse contexto, enfatizou a necessidade de articulação entre as políticas públicas para assegurar a continuidade da atenção integral às crianças e às famílias. Quanto ao período de transição, informou que, até 31 de dezembro de 2026, os municípios permaneceriam executando as ações segundo as regras do Programa Criança Feliz. A partir de 1º de janeiro de 2027, passaria a vigorar integralmente o novo serviço, observadas as normativas aplicáveis. Acrescentou que os saldos de superávit vinculados ao Programa Criança Feliz poderiam ser reprogramados para ações relacionadas à implantação e à capacitação das equipes para o novo serviço, conforme as regras pertinentes. Em relação às atribuições do Estado, Bruna destacou a responsabilidade pelo apoio técnico, assessoramento continuado, capacitação das equipes regionais e coordenação da articulação intersetorial necessária à implantação e à execução do serviço. Como providências decorrentes da adesão, foram apontadas a formalização e o registro da pactuação na plataforma SouSUAS, a inclusão do serviço no Plano Estadual de Assistência Social e o registro da aprovação pelo Conselho em ata. Durante a discussão, a conselheira **Karígina** questionou se o serviço contaria com sede ou estrutura própria. Em resposta, Bruna esclareceu que a oferta permaneceria vinculada à estrutura dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, mas exigiria equipe técnica dedicada às visitas domiciliares, em conformidade com as diretrizes do serviço e do cofinanciamento federal. Concluída a apresentação e prestados os esclarecimentos, a Presidente submeteu a matéria à votação. A conselheira Karígina manifestou-se favoravelmente, seguida de Sirley, Fabiane e a própria presidente. O conselheiro José registrou seu voto favorável pelo chat. Verificada a manifestação favorável dos participantes que votaram, a Presidente declarou **aprovado por unanimidade** o Termo de Aceite do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos – SPSBD-GC. **4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CEAS NO PERÍODO DE 2023 A 2025 E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA 2027 -** Na pauta seguinte, a Presidente promoveu reflexão sobre a atuação do CEAS no biênio de 2023 a 2025, destacando sua preocupação com a baixa execução dos planos de ação anteriores. Segundo a avaliação apresentada, a mesma considerou o cenário atribuído, entre outros fatores, ao número reduzido de conselheiros com disponibilidade para participar das atividades e acompanhar sua implementação. Maria Antônia ressaltou a necessidade de fortalecer a atuação do Conselho para além das reuniões plenárias, com maior presença nos municípios e acompanhamento direto das realidades locais. Defendeu a realização de visitas *in loco*, especialmente nos municípios que apresentem maiores dificuldades na gestão orçamentária e na execução dos serviços socioassistenciais, como forma de qualificar o exercício do controle social e identificar necessidades de apoio. Durante o debate, Maria Antônia e Fabiane concordaram quanto à importância de organizar o planejamento das ações do Conselho para o exercício de 2027, com definição de prioridades, atividades, responsabilidades e cronograma de execução. Para tanto, ficou acordada a realização de **Reunião Extraordinária específica para elaboração do Planejamento das Ações do CEAS para 2027**, cuja data seria definida posteriormente, mediante enquete no grupo de mensagens dos conselheiros. **5. ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL DO CEAS – CONTROLE SOCIAL -** Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente tratou da realização do Encontro Estadual do CEAS - Controle Social, previsto para o dia 19 de novembro de 2026, em Porto Velho/RO. Marines informou que manteve contato com o CNAS acerca da participação de representantes nacionais no evento e obteve a confirmação da presença da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, de um conselheiro da Comissão de Acompanhamento de Conselhos – CAC e da Secretária-Executiva Nacional. Marines e Maria Antônia esclareceram que o evento foi mantido na capital em razão de aspectos logísticos e que o plano de trabalho havia sido ajustado em articulação com a SEAS. Informaram, ainda, que a representação de cada município será composta por até quatro participantes, sendo três conselheiros municipais de assistência social e um integrante da respectiva Secretaria Executiva. Foi destacada a necessidade de expedição de ofícios-convite aos presidentes dos CMAS e aos órgãos gestores municipais, com o objetivo de dar ampla ciência da realização do encontro e favorecer a participação dos

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

municípios. Durante a discussão sobre a logística de participação, Fabiane ressaltou a possibilidade de utilização de recursos do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGD-SUAS e do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF para custear despesas de deslocamento e diárias das delegações municipais, observadas as regras de utilização desses recursos. Nesse contexto, mencionaram a vinculação mínima de 10% dos recursos do IGD para o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, observando a importância de que os municípios verifiquem a possibilidade de custeio conforme a regulamentação aplicável. Fabiane propôs, ainda, que a programação do encontro contemplasse uma oficina prática sobre instrumentos de fiscalização e monitoramento de unidades e equipamentos socioassistenciais, incluindo CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e unidades de acolhimento. A atividade teria como referência orientações do Tribunal de Contas da União – TCU e buscaria contribuir para o aprimoramento da atuação dos conselheiros no acompanhamento das ofertas e dos serviços do SUAS. A proposta foi apresentada como contribuição para a organização da programação, devendo ser considerada no planejamento do evento. **6. ENCERRAMENTO -** Ao final, a Presidente Maria Antônia Oliveira de Almeida agradeceu a presença e a participação dos conselheiros, técnicos da SEAS e demais convidados. Reforçou a importância do compromisso dos membros com as atividades do Conselho e com o fortalecimento do controle social da política de assistência social em Rondônia. Nada mais havendo a tratar, senhora presidente Maria Antônia Oliveira de Almeida deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Marines Maciel Paixão Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos conselheiros presentes, que também concordaram com a divulgação de suas imagens registradas na gravação desta reunião pública.

6 - ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES:

1. **Prestação de contas do cofinanciamento estadual de 2025:** Fabiane, conselheira e Coordenadora da CAS-SEAS encaminhará planilha detalhada dos processos municipais, contendo os saldos em conta em 31/12/2024, os repasses realizados em 2025 e a execução dos recursos por bloco de financiamento, para subsidiar a análise do colegiado.
2. **Reunião Extraordinária para apreciação da prestação de contas:** realizar reunião presencial no dia 14 de outubro de 2026, às 9h, para apreciação da prestação de contas do cofinanciamento estadual do exercício de 2025, após a apresentação das informações complementares.
3. Fica registrado em ata a aprovação unanime do **Termo de Aceite e Compromisso ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos - SPSBD-GC**, de acordo com a apresentação e esclarecimentos técnicos efetivados na reunião.
4. **Planejamento do CEAS para 2027:** organizar Reunião Extraordinária específica para elaboração do planejamento das ações do Conselho para o exercício de 2027, com data a ser definida por enquete no grupo de mensagens dos conselheiros.
5. **Encontro Estadual do CEAS – Controle Social:** dar continuidade às providências de organização do evento previsto para 19 de novembro de 2026, em Porto Velho, incluindo os ajustes do plano de trabalho, a confirmação oficial da participação dos representantes nacionais e a expedição de ofícios-convite aos presidentes dos CMAS e órgãos gestores municipais.
6. **Participação dos municípios no Encontro Estadual:** orientar os Conselhos Municipais e os órgãos gestores quanto à composição das delegações, previstas em até quatro representantes por município, sendo três conselheiros e um integrante da Secretaria Executiva, bem como quanto à possibilidade de custeio de deslocamentos e diárias com recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF, respeitadas as regras aplicáveis.
7. **Programação do Encontro Estadual:** considerar a proposta de inclusão de oficina prática sobre instrumentos de fiscalização e monitoramento de CRAS, CREAS e unidades de acolhimento, com referência às orientações do TCU, durante a definição da programação do evento.

Link: **https://drive.rondonia.ro.gov.br/index.php/s/YeGGedmaddooAFH**

Observação: *Para assistir ou fazer o download da gravação da reunião, clique no link acima. Caso o arquivo esteja indisponível para download, solicite uma cópia do arquivo de mídia para a Casa dos Conselhos Estadual através do e-mail: seas.casac@gmail.com*

8 - PRÓXIMA REUNIÃO: Ordinária em 28 de outubro de 2026.

MARIA ANTÔNIA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente do CEAS-RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

[assinado eletronicamente]

Protocolo 77748507

RESOLUÇÃO N. 10/2026/SEAS-CEASRO

Dispõe sobre a manifestação do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia - CEAS/RO acerca da adesão estadual ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos - SPSBD-GC.

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDÔNIA – CEAS/RO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelo art. 35 da Lei Estadual nº 1.052, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Estado de Rondônia, e pelo art. 1º do Decreto nº 24.903, de 25 de março de 2020, que aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO as Resoluções CNAS nº 218 e nº 219, de 25 de novembro de 2025, que fundamentam a organização e a oferta do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos - SPSBD-GC;

CONSIDERANDO o Termo de Aceite e Compromisso dos Estados, que formaliza a adesão estadual ao reordenamento do Primeira Infância no SUAS e estabelece as responsabilidades relacionadas à oferta do SPSBD-GC e ao cofinanciamento federal;

CONSIDERANDO a pactuação estadual do SPSBD-GC, aceita pelo Estado de Rondônia em 18 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a apresentação e os esclarecimentos técnicos prestados pela Coordenadoria Estadual da Política de Assistência Social - SEAS-CAS, por meio da Gerência de Proteção Social Básica e Programas Sociais – SEAS-GPSB, da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia - CEAS/RO, durante a 9ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, para os fins previstos na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Aceite e Compromisso dos Estados, a adesão do Estado de Rondônia ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos - SPSBD-GC, formalizada pelo órgão gestor estadual.

Art. 2º Registrar a ciência do CEAS/RO acerca da pactuação estadual do SPSBD-GC e das responsabilidades assumidas pelo Estado de Rondônia, nos termos do Termo de Aceite e Compromisso e das normativas vigentes.

Art. 3º A adesão estadual ao SPSBD-GC deverá integrar o Plano de Ação do Estado, conforme previsto na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Aceite e Compromisso dos Estados, observadas as disposições normativas aplicáveis.

Art. 4º O CEAS/RO acompanhará a implementação do SPSBD-GC no âmbito estadual, no exercício de suas atribuições legais de controle social da Política de Assistência Social.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho - RO, 30 de setembro de 2026.

MARIA ANTÔNIA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia - CEAS/RO

[assinatura eletrônica]

Protocolo 77774954

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/RO

1 - O **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RONDÔNIA - CEAS/RO,** no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 1.052 de 12 de dezembro de 2019, e em consonância com a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

portaria nº 244, publicada em 12 de maio de 2022, o qual institui normas e recomendações para elaboração de Ata de Reuniões dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, torna pública a Ata da 8ª Reunião Ordinária do exercício, realizada no dia 02 de setembro de 2026, que após lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros presentes, conforme registro de presença abaixo.

Local: Plataforma Zoom e Casa dos Conselhos Estadual

Data: 02 de setembro de 2026

Hora de início: 09h27

Ofício de Convocação: nº 8029/2026/SEAS-CEASRO (76110742)

Duração da Reunião: 28min51

Registro da Reunião: Assessora Marines Maciel Paixão Silva.

2 - CONSELHEIROS PRESENTES:

Presidente: Maria Antônia Oliveira de Almeida.

Entidades/Órgãos presentes (3) sendo: SESAU, SEDUC, FEUSUAS

Conselheiros Governamentais (3): Luzivera Mosquini Nogueira e Karígina Suely de Oliveira - **SESAU**; Sirley Rosário Corsino do Carmo - **SEDUC**.

Conselheiros da Sociedade Civil (2): Maria Antônia Oliveira de Almeida eRosenildes França de Oliveira Zambam - **FEUSUAS.**

3 - AUSÊNCIAS E FALTAS JUSTIFICADAS:

Ausência Justificada (3): SEAS, CRESS e FEDER.

4 - PAUTA DA REUNIÃO:

1. Informes;

2. Deliberação sobre realização do Encontro Regional CEAS - Controle Social (Porto Velho);

3. Apresentação da participação da Presidente na Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e da 351ª Reunião Ordinária do CNAS;

4. Apresentação da participação da Equipe CEAS na 70ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONACEAS.

5 - RESUMO DA DISCUSSÃO DA REUNIÃO:

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, as nove horas e vinte e sete minutos realizou-se, em formato híbrido, a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia – CEAS/RO, convocada por meio do Ofício nº 8022/2026/SEAS-CEAS/RO, sob a presidência de Maria Antônia Oliveira de Almeida. Aberta a reunião, seguindo o Regimento Interno, a Presidente cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos, apresentando os informes iniciais e os assuntos constantes da pauta. Destacou a realização do Seminário “Nada de Nós sem Nós”, promovido pelo Conselho Estadual de Saúde, previsto para os dias 10 e 11 de setembro, ressaltando a relevância da participação do CEAS/RO. Informou que, inicialmente, estava prevista a participação apenas da conselheira Karígina Suely de Oliveira, mas, diante da importância da pauta, a Secretária Executiva, Marinês Maciel Paixão Silva, conseguiu ampliar para duas as vagas destinadas ao Conselho, e que também participará. **1. ORGANIZAÇÃO E MEDIAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL DO CEAS – CONTROLE SOCIAL.** Na sequência, passou-se à discussão da programação e à definição dos mediadores do Encontro Regional do CEAS – Controle Social, previsto, naquele momento, para ocorrer em duas etapas: a primeira, em 14 de setembro de 2026, em Porto Velho, no Lacord’s Hotel, destinada aos 22 municípios da região; e a segunda, em 4 de novembro de 2026, em Ji-Paraná, contemplando os demais 30 municípios, de modo a alcançar os 52 municípios do Estado. A Secretária Executiva, Marinês, foi autorizada a apresentar a proposta de programação para que fossem distribuídos os responsáveis pela condução dos painéis, esclarecendo que a intenção era assegurar a participação de representantes do CEAS/RO em cada atividade. Lembrou aos presentes necessidade de identificar os conselheiros com disponibilidade para deslocamento a Ji-Paraná, a fim de viabilizar, em tempo hábil, a instrução dos processos administrativos relativos às diárias e ao transporte. A conselheira Karígina manifestou disponibilidade para participar da etapa de Ji-Paraná, em 4 de novembro, e aceitou a indicação para mediar o Painel 1, registrando que a data de 14 de setembro já estava

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

reservada em sua agenda. O Painel 1, intitulado “Controle Social no SUAS – Desafios e Perspectivas para os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS)”, teria a participação, em formato on-line, de representantes da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos (CAC) e da Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Thaís Pereira Braga. Quanto ao Painel 2, “Fortalecimento dos CMAS: Competências Legais, Atribuições e Relação com o Órgão Gestor”, foi apontada a necessidade de definir um conselheiro estadual para compor a mediação junto ao representante do CNAS. Na ocasião, a conselheira Luzivera informou que estaria afastada a partir do dia 10 de setembro, em razão de procedimento cirúrgico, não podendo participar do evento. Também foi apresentada a proposta de realização de uma roda de conversa voltada à identificação dos principais desafios vivenciados pelos CMAS, com o objetivo de oportunizar a escuta das realidades municipais. A Presidente Maria Antônia informou que participaria da facilitação juntamente com a conselheira Rosenildes Zambam, que manifestou concordância e disponibilidade. Para o Painel 3, “Organização Administrativa dos Conselhos Municipais de Assistência Social”, foi indicada a condução pela Secretária Executiva do CEAS/RO, Marinês, em conjunto com Thaís, representante do CNAS. Durante os ajustes da programação, a Presidente e os conselheiros deliberaram pelo remanejamento das rodas de conversa e da apresentação de experiências exitosas para o encerramento do encontro, com o propósito de priorizar, no período inicial, a exposição dos conteúdos conceituais. A Secretaria Executiva ficou responsável por adequar a programação à organização definida pelo Plenário. Marinês informou, ainda, que a conselheira Sirley estaria em viagem de monitoramento entre os dias 13 e 17 de outubro, ficando impossibilitada de assumir a condução de painel, e que o conselheiro Massimo se encontrava em audiência naquele momento. Em relação ao Painel 4, “Construindo Caminhos para Fortalecer o Controle Social do SUAS”, voltado ao planejamento e ao apoio técnico aos municípios, foi indicada a participação da Presidente Maria Antônia e da conselheira Karígina na mediação e na explanação das atribuições regimentais do Conselho. A secretária executiva Marinês informou a todos que estaria convocada para atuar no Tribunal do Júri durante os meses de setembro e outubro, inclusive no dia 14, razão pela qual solicitou o empenho dos conselheiros e da equipe técnica na preparação antecipada das atividades, de modo a assegurar a organização e a execução do evento. Para o Painel 5, “Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e das Unidades do SUAS – Art. 30 da LOAS”, foram indicados os conselheiros Fabiane Passarini e Massimo. Por fim, a Presidente e a Secretária Executiva informaram que no decorrer do encontro, seria disponibilizado aos participantes um formulário eletrônico, por meio do Google Forms, acessível por QR Code e link, para registrar e sistematizar as demandas técnico-operacionais apresentadas pelos municípios, contribuindo para o planejamento das ações de orientação e apoio técnico futuros do CEAS/RO. **2. RECOMPOSIÇÃO DE SUPLÊNCIAS E DA MESA DIRETORA.** Dando prosseguimento à pauta, Marinês informou que o Conselho já havia recebido indicações para recomposição das suplências relacionadas as representações do CRESS e FEDER, permanecendo pendente o envio de documentação complementar e a indicação oficial da representante da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Na oportunidade, a Presidente Maria Antônia convidou a conselheira Karígina para contribuir com a recomposição da vacância existente na Mesa Diretora do CEAS/RO. A conselheira agradeceu a indicação e informou que consultaria sua chefia imediata antes de formalizar seu posicionamento. **3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXTERNAS E VIAGENS INSTITUCIONAIS.** A Presidente Maria Antônia apresentou ao Plenário relato das agendas institucionais das quais participou. Sobre a Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a 11ª Reunião Ordinária, realizadas em João Pessoa/PB, destacou que as discussões tiveram como eixo central a construção do 3º Plano Decenal da Assistência Social, abrangendo a avaliação dos avanços do plano anterior, o fortalecimento do controle social e a necessidade de capacitação continuada dos conselheiros e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na sequência, relatou sua participação no 70º Encontro Nacional do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais Assistência Social e CAS DF (FONACEAS), realizado em Rio Branco/AC, no período de 25 a 27 de agosto de 2026. Informou que foram discutidos temas relacionados ao Plano Decenal, à regularização de entidades e à organização das regiões. Destacou, ainda, que, durante a reunião do segmento da Região Norte, foi eleita para compor a nova Mesa Diretora do FONACEAS, representando a Região Norte do país. **4. COMISSÕES INTERNAS E COMUNICAÇÃO COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** No tocante aos trabalhos das comissões internas, foram registrados assuntos pendentes que demandavam providências para a continuidade das atividades do Conselho. Em relação à Comissão Especial, destacou-se a necessidade de realização de reunião para análise e emissão de deliberação referente ao parecer do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONEDCA) e à recomendação do Ministério Público. Quanto à Comissão de Finanças, ressaltou-se a necessidade de convocação urgente para análise do cofinanciamento estadual e da prestação de contas referente ao exercício de 2025. A conselheira Karígina informou que entraria em contato diretamente com o coordenador da Comissão de Finanças para tratar do agendamento da reunião e viabilizar o andamento da pauta. Na sequência, a conselheira Rosenildes e a Presidente Maria Antônia abordaram as dificuldades de comunicação com alguns municípios,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

mencionando, como exemplo, a situação de Ariquemes quanto ao recebimento de expedientes sobre eventos compartilhados pelo Conselho. No debate, foi ressaltada a importância de fortalecer a comunicação institucional com os CMAS, além de reconhecer o papel das respectivas Secretarias Executivas, considerando a necessidade de assegurar sua liberação e participação integral nas capacitações promovidas pela SEAS e CEAS, como condição importante para o fortalecimento do controle social e para a qualificação do funcionamento dos conselhos municipais. Nada mais havendo a tratar, senhora presidente Maria Antônia Oliveira de Almeida deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Marines Maciel Paixão Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos conselheiros presentes, que também concordaram com a divulgação de suas imagens registradas na gravação desta reunião pública.

6 - ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES:

I. Finalizar e ajustar a programação do Encontro Regional do CEAS – Controle Social, considerando as alterações deliberadas pelo Plenário quanto à sequência dos painéis, às rodas de conversa e à apresentação das experiências exitosas;

II. Confirmar a participação dos conselheiros na etapa prevista para Ji-Paraná, em 4 de novembro de 2026, e adotar as providências administrativas necessárias à instrução dos processos de diárias e transporte;

III. Providenciar a organização e a disponibilização do formulário eletrônico, por meio do Google Forms, com acesso via QR Code e link, para levantamento das demandas técnico-operacionais dos municípios participantes do encontro;

IV. Incentivar o agendamento de reunião da Comissão Especial para análise e deliberação referente ao parecer do CONEDCA e à recomendação do Ministério Público;

Link: https://drive.rondonia.ro.gov.br/index.php/s/HbgccjaL5sA7Kpt

Observação: *Para assistir ou fazer o download da gravação da reunião, clique no link acima. Caso o arquivo esteja indisponível para download, solicite uma cópia do arquivo de mídia para a Casa dos Conselhos Estadual através do e-mail: seas.casac@gmail.com*

8 - PRÓXIMA REUNIÃO: Ordinária em 30 de setembro 2026.

MARIA ANTÔNIA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente do CEAS-RO

[assinado eletronicamente]

Protocolo 77684262

AVISO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo n° 0005.003879/2026-49
Interessado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraíso - APAE
Assunto: Proposição de Termo de Fomento
Valor da Emenda: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

DA FUNDAMENTAÇÃO

A presente Justificativa foi elaborada com o objetivo de justificar a inexigibilidade do Chamamento Público, em atendimento ao disposto no artigo 36, caput", do Decreto Estadual nº 21.431/2016 e Art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.

DO OBJETO

Constitui objeto do presente processo administrativo a celebração de parceria, através de Termo de Fomento, entre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraíso - APAE e o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, visando a transferência de recursos no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a aquisição de materiais permanentes e instrumentos musicais para atender as demandas da entidade, conforme Ofício nº 4754/2026/GDEP-ALEX-REDANO/ALERO, id. 73781663.

DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Trata-se de recursos provenientes de Emenda Parlamentar Estadual, conforme preconiza o disposto no art. 75, da Lei Estadual nº 5.073/2021, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022, Lei Estadual nº 5.246/2022, art. 136-A da Constituição Estadual e art. 166, § 9º da Constituição Federal.

Nesse sentido, visto que os recursos são oriundos de emenda parlamentar individual, é cabível ao caso a inexigibilidade ao chamamento público, em conformidade ao disposto no art. 36, "caput", do Decreto Estadual nº 21.431/2016 e art. 29 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:

> Art. 36. A ausência de Chamamento Público, por dispensa ou inexigibilidade, exigirá a apresentação de justificativa formal pelo administrador público. (Decreto Estadual nº 21.431/2016)
>
> Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
>
> Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Desta feita, verifica-se a possibilidade de formalização de parceria sem chamamento público, com base jurídica supracitada, haja vista, tratar-se de Organização da Sociedade Civil destinada ao atendimento de emendas parlamentares com indicação, que desenvolve atividades voltadas a assistência social.

Porto Velho/RO, 14 de outubro de 2026.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de Outubro de 2021

Protocolo 77605285

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON

AVISO

AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL NO DISTRITO DE MIGRANTINÓPOLIS/RO

A IDARON, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando, junto as imobiliárias de imóveis e/ou profissionais de corretagem imobiliária, devidamente, cadastrados no CRECI-RO, seleção de instituições com fins lucrativos, para CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE IMÓVEL com a Administração Pública Estadual, conforme segue abaixo:

OBJETO: Contratação de aluguel de imóvel, com, no mínimo de 100 m² de área construída, terreno murado, devendo conter no mínimo 02 salas para atividades administrativas, 01 banheiro/sanitário social adaptado para pessoas com necessidades especiais, 01 banheiro para servidores, 01 copa/cozinha, garagem para 01 veículo, rede telefônica, elétrica, hidráulica e instalação para suportar aparelhos de ar condicionados, devendo o imóvel estar localizado próximo a pontos de recolhimento das taxas da Agência (bancos e/ou casas lotéricas), incluso a manutenção preventiva e corretiva, despesas municipais como IPTU, taxa de coleta de lixo e pintura na fachada padrão da Agência IDARON, no Distrito de **Migrantinópolis/RO**, para locação pelo período de 12 meses.

PROCESSO SEI: 0015.015551/2025-75

DATA PRA ENTREGA: Até o dia 23/10/2026.

LOCAIS DE ENTREGA: GECC - IDARON, sito a sito à Rua Padre Chiquinho, 913, Pedrinhas, ou por meio de SEDEX ao endereço supracitado ou E-mail: contratos.idaron@gmail.com.

Porto Velho - RO, 19 de outubro de 2026.

JULIO CESAR ROCHA PERES
Presidente

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Protocolo 77759029

AVISO

AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL NO MUNICÍPIO DE JARU/RO

A IDARON, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando, junto as imobiliárias de imóveis e/ou profissionais de corretagem imobiliária, devidamente, cadastrados no CRECI-RO, seleção de instituições com fins lucrativos, para CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE IMÓVEL com a Administração Pública Estadual, conforme segue abaixo:

OBJETO: Contratação de aluguel de imóvel, com, no mínimo de 85 m² de área construída, terreno murado, devendo conter no mínimo 04 salas para atividades administrativas, 01 banheiro/sanitário social, 01 copa/cozinha, garagem para veículos, rede telefônica, elétrica, hidráulica e instalação para suportar aparelhos de ar condicionados, devendo o imóvel estar localizado próximo a pontos de recolhimento das taxas da Agência (bancos e/ou casas lotéricas), incluso a manutenção preventiva e corretiva, despesas municipais como IPTU, taxa de coleta de lixo e pintura na fachada padrão da Agência IDARON, no Município de Jaru/**RO**, para locação pelo período de 12 meses.

PROCESSO SEI: 0015.008485/2024-04

DATA PRA ENTREGA: Até o dia 23/10/2026.

LOCAIS DE ENTREGA: GECC - IDARON, sito a sito à Rua Padre Chiquinho, 913, Pedrinhas, ou por meio de SEDEX ao endereço supracitado ou E-mail: contratos.idaron@gmail.com.

Porto Velho - RO, 19 de outubro de 2026.

JULIO CESAR ROCHA PERES
Presidente

Protocolo 77771019

AVISO

AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL NO DISTRITO DE TARILÂNDIA/RO

A IDARON, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando, junto as imobiliárias de imóveis e/ou profissionais de corretagem imobiliária, devidamente, cadastrados no CRECI-RO, seleção de instituições com fins lucrativos, para CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE IMÓVEL com a Administração Pública Estadual, conforme segue abaixo:

OBJETO: Contratação de aluguel de imóvel, com, no mínimo de 100 m² de área construída, terreno murado, devendo conter no mínimo 02 salas para atividades administrativas, 01 banheiro/sanitário social adaptado para pessoas com necessidades especiais, 01 copa/cozinha, rede telefônica, elétrica, hidráulica e instalação para suportar aparelhos de ar condicionados, devendo o imóvel estar localizado próximo a pontos de recolhimento das taxas da Agência (bancos e/ou casas lotéricas), incluso a manutenção preventiva e corretiva, despesas municipais como IPTU, taxa de coleta de lixo e pintura na fachada padrão da Agência IDARON, no Distrito de Tarilândia/**RO**, para locação pelo período de 12 meses.

PROCESSO SEI: 0015.014471/2025-01

DATA PRA ENTREGA: Até o dia 23/10/2026.

LOCAIS DE ENTREGA: GECC - IDARON, sito a sito à Rua Padre Chiquinho, 913, Pedrinhas, ou por meio de SEDEX ao endereço supracitado ou E-mail: contratos.idaron@gmail.com.

Porto Velho - RO, 19 de outubro de 2026.

JULIO CESAR ROCHA PERES
Presidente

Protocolo 77764044

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AVISO
DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados no prazo 3 (três) dias úteis a contar da data de publicação deste Aviso, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, para a Dispensa de Licitação, ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento de Menor Preço por LOTE, visando a Aquisição de material de limpeza (sacos de lixo, sabonete líquido e outros). Informamos que o Termo de Referência e SAMS, deverá ser solicitado através do e-mail gerencia.adm@sedam.ro.gov.br. Após conhecimento do Termo de Referência e preenchimento da SAMS, os interessados deverão encaminhar proposta de preço com todos os campos preenchidos e carimbadas para o referido e-mail.Porto Velho/RO, 16 de Outubro de 2026.

INGRID OLIVEIRA REIS
Coordenadora em substituição - COPAF
Portaria nº 394 de 08 de Outubro de 2026.
MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

Protocolo 77387306

Portaria nº 402 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017 e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. n° 59 de 29.03.2023.

CONSIDERANDO o Despacho SEDAM-CAD (77583188), constantes nos autos do Processo SEI/RO n.° 0028.017003/2025-31.

R E S O L V E:

Art. 1º. **CONCEDER** a Promoção Funcional no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, previsto na Lei Complementar n.º 1.120, de 22 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo discriminado:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	GRUPO	CLASSE/ REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO	CLASSE/ REFERÊNCIA DA PROGRESSÃO EM TELA	EFEITO FINANCEIRO RETROAGINDO A CONTAR DE
RICARDO SANTOS DE ABREU	******886	SOCIÓLOGO	23/08/2021 a 22/08/2026	II	2 C	3 A	23/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Protocolo 77612545

Portaria nº 403 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e o Decreto de Nomeação de 27 de março de 2023, publicado no Diário Oficial n.º 59 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que assegura aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais o direito à dispensa do serviço, mediante concessão de folga, em razão dos serviços prestados à Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO os autos do Processo SEI/RO n° 0028.025351/2026-62.

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1º - **CONCEDER 04 (quatro) dias de folga,** a serem usufruídos nos dias **03 de novembro de 2026 a 06 de novembro de 2026,** a servidora **MICHELE DA SILVA,** matrícula nº ******282, ocupante do cargo de Gerente Regional de Gestão Ambiental De Machadinho D'oeste, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, lotada no Escritório Regional de Gestão Ambiental de Machadinho D'oeste, em razão dos serviços prestados à Justiça Eleitoral, conforme comprovação constante da Declaração expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral de Rondônia - TSE/RO (ID 77690354).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Protocolo 77703340

Portaria nº 404 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41 a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **KARINY MARTINS FERREIRA**, ocupante do Cargo de Gerente de Cadastro e Capacitação, matrícula nº ******317, como substituta nos impedimentos legais, eventuais ou ausência, da servidora **JANAYNA PUPP**, ocupante do cargo de Coordenador de Gestão de Recursos Humanos, matricula nº ******254, para sem prejuízo de suas atribuições, **no período de 18 a 23 de outubro de 2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Protocolo 77715469

Portaria de férias nº 15016 de 19 de outubro de 2026.

O(A) Coordenadora de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 1 de 04 de janeiro de 2023 de 04/01/2023,publicada no DOE n.3, de 05/01/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ISMAEL COELHO FONSECA,** CASA CIVIL - Assessor XI - CDS-11 *, matrícula ******551, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, do(s) período(s) de**(09/07/2026 a 18/07/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (21/07/2026 a 30/07/2026) e (10/11/2026 a 19/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(09/07/2026 a 18/07/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (21/07/2026 a 30/07/2026) e (30/11/2026 a 09/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

JANAYNA PUPP

Coordenadora de Gestão de Recursos Humanos

Protocolo DOC65715

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0041. 002919/2026-07

Considerando que a presenteprestação de contas de diáriasfoi objeto de análise pelo Núcleo de Diárias e Suprimentos, através do Checklist de Prestação de Contas e Baixa 2026/SEDEC - NDS (77440166), no qual manifestou que os procedimentos estão regulares.

Considerando que a despesa encontra-se dentro das normas aplicáveis à Administração Pública, em cumprimento a Resolução nº 06/CGE-RO-2011, portanto, apta para ser homologada, nos termos do Decreto n° 18.728, de 27/03/2014 e Decreto n° 22.086, de 04/07/2017, manifesto-me pela sua homologação.

FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA
Coordenadora Administrativa e Financeira
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

ACOLHO E DECIDO:

Homologar a presente prestação de contas, com base noChecklist de Prestação de Contas e Baixa 2026/SEDEC - NDS (77440166). Portanto, determino à Coordenadoria de Administração e Finanças que proceda a baixa da responsabilidade dos beneficiário: KAIO LEITE VASCONCELOS, no SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL – SIGEF, ao processo supramencionado.

CELIO DOS SANTOS FERREIRA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Protocolo 77641447

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0041.002899/2026-66

Considerando que a presenteprestação de contas de diáriasfoi objeto de análise pelo Núcleo de Diárias e Suprimentos, através doChecklist de Prestação de Contas e Baixa 2026/SEDEC-NDS(77429747), no qual manifestou que os procedimentos estão regulares.

Considerando que a despesa encontra-se dentro das normas aplicáveis à Administração Pública, em cumprimento a Resolução nº 06/CGE-RO-2011, portanto, apta para ser homologada, nos termos do Decreto n° 18.728, de 27/03/2014 e Decreto n° 22.086, de 04/07/2017, manifesto-me pela sua homologação.

FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA
Coordenadora Administrativa e Financeira
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

ACOLHO E DECIDO:

Homologar a presente prestação de contas, com base no Checklist de Prestação de Contas e Baixa 2026/SEDEC - NDS (77429747). Portanto, determino à Coordenadoria de Administração e Finanças que proceda a baixa da responsabilidade dos beneficiários:AMANDA CRISTINNY COSTA DA SILVA; PEDRO HENRIQUE MESQUITA DONATO; PEDRO HENRIQUE AKL DE ARAÚJO. no SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL – SIGEF, ao processo supramencionado.

CELIO DOS SANTOS FERREIRA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Protocolo 77641151

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER

Portaria nº 2420 de 14 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE nº 191.

Considerando os termos da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, Publicada no DOE nº 1364 de 10/11/2009 e Processo n. 0009.008135/2026-81.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar parte da Portaria n.1911 de 30 de julho de 2026, publicado no DOE n. 148 de 03 de agosto de 2026, deProgressão Funcional do servidor MIGUEL NICOLAU NOGUEIRA, Matrícula ******705:

Onde se lê:

Período Efeito Financeiro

01.04.2024 a 31.03.2026 01.04.2026

Leia-se:

Período Efeito Financeiro

08.04.2023 a 07.04.2025 08.04.2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em Geral.

Publique, Registre-se, Cumpra-se.

Diego Muniz Miranda de Lucena

Diretor Geral – DER/RO

Protocolo 77633864

EXTRATO

1- EXTRATO: Termo de Adesão e Declaração de não duplicidade ao Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação -FITHA. **2- MUNICÍPIO**: NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE. **3- RESPASSE:** R$ 1.687.841,95 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), observados os critérios de distribuição aprovados pelo Conselho Administrativo do FITHA. **4- PROCESSO:** 0009.007669/2026-90. **5-DATA DA ASSINATURA:** 15.10.2026.

Protocolo 77683134

AVISO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, **TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS**, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento da Coordenadora de Gestão de Pessoas deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, para participação no **"20º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão"**, a ser realizado na modalidade presencial, nos dias **19 a 23 de outubro de 2026,** na cidade de **Foz do Iguaçu/PR** (Mabu Thermas Grand Resort), com carga horária total de 30 horas , em razão dos fundamentos expostos no Processo Administrativo n.º 0043.001382/2026-30, bem como no Parecer Referencial n.º 2/2024/PGE-GAB exarado pela Procuradoria-Geral do Estado, que opinou favoravelmente quanto à viabilidade jurídica, dessa forma, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em favor da empresa:

1. INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 10.498.974/0002-81, no valor total de R$ 6.597,00 (seis mil, quinhentos e noventa e sete reais).

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Nos termos do art. 72 da Lei n.º 14.133/2021, **RATIFICO** a presente contratação, em favor da empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.**,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

inscrita no CNPJ sob o n.º **10.498.974/0002-81**, no valor total de **R$ 6.597,00 (seis mil, quinhentos e noventa e sete reais)**, por meio de inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, inciso III, alínea "f", da referida Lei, tendo em vista a demonstração da legalidade do procedimento e a observância aos princípios que regem a Administração Pública.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral DER/RO

Protocolo 77705435

AVISO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes DER/RO, **TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS,** nos termos do art. 74, inciso III, alínea f, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratação de empresa especializada para capacitação e desenvolvimento de 02 (dois) servidores do Controle Interno (CI) do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), para participação no curso "Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos", com base no Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público (MNTASP), a ser realizado no período de 20 a 23 de outubro de 2026, na modalidade presencial, na cidade de São Paulo/SP, com carga horária total de 25 horas, em razão dos fundamentos expostos no Processo Administrativo n.º 0009.010282/2026-11, bem como no Parecer Referencial n° 2/2024/PGE-GAB (id. 77644909) exarado pela Procuradoria-Geral do Estado, que opinaram favoravelmente quanto à viabilidade jurídica, dessa forma, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em favor da empresa:

1. ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA., CNPJ nº 35.963.479/0001-46, com proposta no valor total de **R$** 9.580,00 (nove mil quinhentos e oitenta reais).

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Nos termos do Art. 72, Lei n.º 14.133/21, **RATIFICO** a presente contratação, em favor da empresa ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA., inscrita sob CNPJ n.º 35.963.479/0001-46, no valor total de **R$ 9.580,00 (nove mil quinhentos e oitenta reais)**, por meio da inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, inciso III, alínea f, da referida Lei, tendo em vista a demonstração da legalidade do procedimento e a observância aos princípios que regem a Administração Pública.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77646145

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90017/2024

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 281/2023/PGE-DERADM (0041200973), Despacho PGE-DER (0042788680) e Despacho PGE-ASSESADM (0042916635), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência n.º 90017/2024 pela presidente mediante o Termo de Julgamento (69783875) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 533/2026/DER-CI (69915660), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o item 1, referente ao Processo n.º 0009.006372/2023-64, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo com banho diluído (TSD), Drenagem, Obra de Arte Corrente e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-010; trecho: Estaca 136+0,00 (Urupá) – Estaca 2284+0,00 Rua Amapá (Mirante da Serra), segmento: Estaca 136+0,00 a Estaca 1200+0,00, com extensão de 21,28 km, referente ao Lote 01, sob a coordenação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, de acordo com o resultado:

ITEM 1: adjudicado à AC CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n.º 23.044.736/0001-67, no valor total de **R$ 42.767.821,28 (quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e um reais e vinte e oito**

centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (70371363), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 70360770

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90380/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 247/2025/PGE-DERADM (0063413845) e Despacho PGE-DER (0063576350), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência n.º 90380/2025 pelo presidente mediante o Termo de Julgamento (70058919) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 591/2026/DER-CI (70203578), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o item 1, referente ao Processo n.º 0009.003819/2025-13, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração dos estudos de viabilidade, elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, km 17,70, trecho: RO-473/BR-429, no município de Alvorada d' Oeste, de acordo com o resultado:

ITEM 1: adjudicado à PROESTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 42.521.652/0001-11, com nota técnica e preço 86,42, no valor total de R$ 364.552,00 (trezentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e dois reais).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (71753026), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 70360773

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90492/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 445/2025/PGE-DERADM (0066579963) e Despacho PGE-DER (0066863602), pelos quais a Procuradoria-Geral, manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência n.º 90492/2025 pelo presidente mediante o Termo De Julgamento (71084236) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 823/2026/DER-CI (71205877), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o item 1, referente ao Processo n.º 0009.014813/2024-82, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projeto básico de engenharia/projeto executivo de engenharia de obra de arte especial – ponte em concreto estrutural e Componentes Ambientais sobre o Rio Comemoração (conhecido popularmente como Rio Melgaço), localizado na Estrada do Capim (rodovia com intenção de estadualizar e se tornar a RO-438), Km 8,64 após entroncamento com a BR-364, trecho: BR-364/Final da Estrada do Capim (Km 49,20), no município de Pimenta Bueno, de acordo com o resultado:

ITEM 1: adjudicado à OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 09.608.622/0001-71, com nota técnica e preço 89,78, no valor total de R$ 279.221,19 (duzentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e um reais e dezenove centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (71489616), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 71444264

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 90527/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 334/2025/PGE-DERADM (0064734761), Despacho PGE-DER (0065017982) e Despacho PGE-GABADJ (0065341510), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência N.º 90527/2025 pelo presidente mediante o Termo de Julgamento (71427501) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 920/2026/DER-CI (71585917), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o respectivo item referente ao Processo nº 0009.008389/2025-18, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de Engenharia para a Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto), na Rodovia RO-496, sobre o Rio Pimenta Bueno no município de Chupinguaia, trecho RO-391 à Novo Plano, Km 22,30, de acordo com o resultado:

Item 1: adjudicado à CONSTRUTORA VALTRAN LTDA, CNPJ n.º 07.577.306/0001-54, no valor total de R$ 13.921.963,87 (treze milhões, novecentos e vinte e um mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (71753026), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 71751753

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90333/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 404/2025/PGE-DERADM (0065890636) e Despacho PGE-DER (0066164403), pelos quais a Procuradoria-Geral, manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência n.º 90333/2025 pelo presidente mediante o Termo de Julgamento (71635527) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 972/2026/DER-CI (71815892), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o item 1, referente ao Processo n.º 0009.003955/2025-03, cujo objeto é a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Componente Ambiental sobre o Rio Novo Mundo, localizado na Linha 48 (rodovia com intenção de estadualizar e se tornar a RO-422), Km 15,00, trecho: RO-429/RO-135 (PU Castanheiras), no município de Alvorada do Oeste, em trajeto de divisa com o município de Nova Brasilândia do Oeste**, de acordo com o resultado:

ITEM 1: adjudicado à OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 09.608.622/0001-71, com nota técnica e preço 91,78, no valor total de R$ 262.169,19 (duzentos e sessenta e dois mil cento e sessenta e nove reais e dezenove centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (71938038), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva - DER/RO

Protocolo 71935706

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONCORRÊNCIA Nº 90162/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 98/2025/PGE-DERADM (0059847733), Despacho PGE-DER (0060041369) e Despacho PGE-GABADJ (0063511978), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência n.º 90162/2025 pelo presidente mediante o Termo de Julgamento (71855287) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 1062/2026/DER-CI (72177070), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o item 1, referente ao Processo n.º 0009.014815/2024-71, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projetos básico e executivo de engenharia para Implantação de Pavimentação, Ponte de Concreto (OAE) e Componente Ambiental, em trecho da Rodovia RO-205 com extensão aproximada de 70,45 km, de acordo com o resultado:

ITEM 1: adjudicado à PROJECTA - PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n.º 06.066.204/0001-01, com nota técnica e preço 81,45, no valor total de R$ 1.739.111,00 (um milhão, setecentos e trinta e nove mil cento e onze reais).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (72198502), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 72197226

Portaria nº 2437 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE nº 191.

Considerando os termos da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, Publicada no DOE nº 1364 de 10/11/2009 e Processo n. 0009.011098/2026-98.

RESOLVE:

Art.1º - **CONCEDER** Progressão Funcional por Merecimento, de que trata o Capítulo VI, Sessão I e II da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, publicada no DOE nº 1364, de 10.11.2009, ao servidor pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo	Período	Classe/ Ref. Atual	Classe/ Ref. Prog.	Efeito Financeiro
Edmar Valerio Gripp da Silveira	******244	Geologo	07.02.2024 a 06.02.2026	2ª "C''	2ª "D"	07.02.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em Geral.

Publique, Registre-se, Cumpra-se.

Diego Muniz Miranda de Lucena

Diretor Geral – DER/RO

Protocolo 77706873

TERMO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 90520/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 411/2025/PGE-DERADM (0066033450), Despacho PGE-DER (0066367584) e Despacho PGE-GABADJ (0066811588), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência N.º

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

90520/2025 pela presidente mediante o Termo de Julgamento (74951550) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 1795/2026/DER-CI (75089314), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o respectivo item referente ao Processo nº 0009.010715/2024-76, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de engenharia para construção de 2 (duas) Pontes Mistas (Aço e Concreto), na rodovia RO-497, sobre o Rio Escondido, no município de Cabixi, de acordo com o resultado:

Item 1: adjudicado à CONSTRUTORA VALTRAN LTDA, CNPJ n.º 07.577.306/0001-54, no valor total de R$ 13.360.120,21 (treze milhões, trezentos e sessenta mil cento e vinte reais e vinte e um centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (75660729), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva — DER/RO

Protocolo 75660568

Portaria nº 2442 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE nº 191.

Considerando os termos da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, Publicada no DOE nº 1364 de 10/11/2009 e Processo n. 0009.011080/2026-96.

RESOLVE:

Art.1º - **CONCEDER** Progressão Funcional por Merecimento, de que trata o Capítulo VI, Sessão I e II da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, publicada no DOE nº 1364, de 10.11.2009, ao servidor pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo	Período	Classe/ Ref. Atual	Classe/ Ref. Prog.	Efeito Financeiro
Juarez Tenorio Cavalcante	******409	Operador de Máquinas Pesadas	24.06.2024 a 23.06.2026	2ª "C''	2ª "D"	24.06.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em Geral.6Publique, Registre-se, Cumpra-se.

Diego Muniz Miranda de Lucena

Diretor Geral – DER/RO

Protocolo 77716520

Portaria nº 2438 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE nº 191.

Considerando os termos da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, Publicada no DOE nº 1364 de 10/11/2009 e Processo n. 0009.010908/2026-99.

RESOLVE:

Art.1º - **CONCEDER** Progressão Funcional por Merecimento, de que trata o Capítulo VI, Sessão I e II da Lei Complementar nº 529 de 10.11.2009, publicada no DOE nº 1364, de 10.11.2009, a servidora pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo	Período	Classe/ Ref. Atual	Classe/ Ref. Prog.	Efeito Financeiro
Jandra Maria Castro de Oliveira Carvalho	******973	Cozinheiro	19.09.2023 a 18.09.2025	2ª "C''	2ª "D"	19.09.2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em Geral.

Publique, Registre-se, Cumpra-se.

Diego Muniz Miranda de Lucena

Diretor Geral – DER/RO

Protocolo 77707513

Portaria nº 2436 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação - FITHA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando a Lei Complementar nº 292, de 29 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação - FITHA;

Considerando a Lei Complementar nº 1.333, de 6 de abril de 2026, que alterou, acresceu e revogou dispositivos da Lei Complementar nº 292, de 29 de dezembro de 2003, vinculando o FITHA ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO;

Considerando que o art. 6º da Lei Complementar nº 292/2003, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.333/2026, dispõe que o acompanhamento das ações do FITHA ocorrerá por meio de Conselho Administrativo, composto por 2 representantes do DER, 1 representante da SEFIN, 1 representante da SEPOG, 1 representante da Casa Civil e 2 representantes da Associação Rondoniense de Municípios - AROM;

Considerando que o § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 292/2003 estabelece que o Diretor-Geral do DER/RO será o Presidente do Conselho Administrativo do FITHA;

Considerando que as funções do Conselho Administrativo do FITHA são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas, nos termos do § 3º do art. 6º da Lei Complementar nº 292/2003;

Considerando as indicações encaminhadas pela Casa Civil (71131898), SEPOG (71249975), SEFIN (71314399), AROM (71465173) e DER/RO (71947860) no Processo SEI nº 0009.004237/2026-27.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Administrativo do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação - FITHA, nos termos da Lei Complementar nº 292, de 29 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.333, de 6 de abril de 2026.

I - representantes da Casa Civil:

a) ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário-Chefe da Casa Civil, titular;

b) IRVING BORGES VITORINO, Diretor Executivo da Casa Civil, suplente.

II - representantes do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO:

a) DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA, Diretor-Geral do DER/RO, na condição de Presidente do Conselho Administrativo do FITHA;

b) ELIZA ELIS HENZ, Diretora Executiva do DER/RO.

III - representantes da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN:

a) MÁRCIO ALVES PASSOS, Secretário Adjunto de Estado de Finanças, titular;

b) EMERSON DE FREITAS DA SILVA, Auditor Fiscal, suplente.

IV - representantes da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG:

a) BEATRIZ BASÍLIO MENDES, Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, titular;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

b) JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE, Secretária Adjunta de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, suplente.

V - representantes da Associação Rondoniense de Municípios - AROM:

a) MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA, Prefeito do Município de Nova Mamoré e Presidente da AROM;

b) JOSÉ WELLINGTON DRUMOND GOUVEA, Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé.

Art. 2º Os suplentes designados substituirão os respectivos titulares nas hipóteses de ausência, impedimento ou impossibilidade de participação nas reuniões do Conselho Administrativo do FITHA.

Parágrafo único. Em caso de ausência ou impedimento do Diretor-Geral do DER/RO, os atos do FITHA serão praticados por seu substituto legal, nos termos do art. 5º-A da Lei Complementar nº 292/2003, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.333/2026.

Art. 3º As funções desempenhadas no âmbito do Conselho Administrativo do FITHA são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 4º A Coordenação Administrativa e Financeira do DER/RO deverá adotar as providências administrativas necessárias à instalação dos trabalhos do Conselho Administrativo do FITHA, inclusive quanto à convocação da reunião inaugural, organização da pauta, registro em ata e encaminhamento dos atos normativos a serem submetidos à deliberação do colegiado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Presidente do Conselho Administrativo
Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação-FITHA

Protocolo 77705349

EXTRATO

Processo Administrativo Punitivo: nº 0009.012114/2024-06

Processo Principal Físico: nº 01-1411.00022-0000/2016 e Digital nº (0009.402000/2018-06)

Edital de Licitação - Tomada de Preços nº 12/2016/CPLO/SUPEL/RO

Contrato: nº 026/2016/FITHA/DER-RO (0053641919)

Notificada: CONCRETO ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 01.999.130/0001-42, CNPJ nº 05.021.677/0001-20 (pós contrato)

End.: Rua Raimundo Cantuária, nº 3341, Bairro Nova Porto Velho, ou

End.: Sede: Rua da Paz, s/nº, sala 2, Chácara Betel, Bairro Lino Alves Teixeira - Presidente Médici/RO

End. Eletrônico: concretoltda@gmail.com

Representante legal (Procurador): JOSÉ RIBAMAR DA SILVA

Recorrido: Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transporte-DER-RO.

Objeto: Decisão Administrativa de Suspensão dos efeitos da penalidade - Tutela Provisória de Urgência

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER, no uso de suas atribuições legais e tendo como princípio o interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Esta Direção-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, no exercício de sua competência legal, considerando a Decisão Judicial constante nos autos nº 7001895-59.2026.8.22.0006, em cumprimento à determinação constante na Decisão:

a) **SUSPENDO** os efeitos da Decisão nº 43/2026/DER-ASTECDG (SEI n° 73598181), do Termo de Aplicação de Penalidade (SEI n° 76287879) e do Ofício n° 9484/2026/DER-ASTECDG (SEI n° 76306020) abstendo-se de utilizar a penalidade como óbice à participação da autora em licitações e contratações;

b) **ABSTENHO** de "*comunicar ou replicar a penalidade ao CEIS, ao SICAF ou a qualquer outro cadastro restritivo e, se já realizada a comunicação, promovam sua suspensão no prazo de 05 (cinco) dias*";

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

c) **SUSPENDO** "*a exigibilidade da multa de R$ 718,15 e do ressarcimento de R$7.181,50, abstendo-se de cobrança administrativa ou extrajudicial, inscrição em dívida ativa, protesto, compensação ou retenção de créditos da autora com base nos atos impugnados, enquanto perdurara tutela*", e

d) **SUSPENDO** o Ofício nº 10553/2026/DER-ASTECDG (77135330) que trata do pagamento voluntário da multa.

Assim, os atos administrativos objeto da referida ação judicial permanecem com seus efeitos suspensos, nos limites estabelecidos pela tutela provisória de urgência, enquanto vigente a determinação judicial proferida nos autos da Ação nº 7001895-59.2026.8.22.0006.

Publique-se.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

Protocolo 77738943

Portaria nº 2431 de 15 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 3.803, de 12 de maio de 2016, publicada no DOE nº 86, de 12 de maio de 2016, e nos termos do inciso XIX, do artigo 7º, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o constante do Requerimento (77671516) e Certidão de Nascimento (77671983), nos autos do Processo nº 0009.011258/2026-07;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** 20 (vinte) dias de **Licença Paternidade** ao servidor **ROGERIO PEREIRA PEGO**, matrícula nº ******321, Operador de Máquinas Pesadas, lotado na 3ª Residência Regional de Ouro Preto do Oeste, a contar da data de nascimento da sua filha, no período de **10/10/2026 a 29/10/2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral – DER/RO

Protocolo 77685273

Portaria nº 2432 de 15 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1488/2019/DER-NUSEGTRAB e a Errata DER-NUSEGTRAB (10138529), nos autos do Processo SEI nº 0009.490553/2019-81;

CONSIDERANDO o constante no Memorando (77553491) e Despacho DER-GST (77649817), nos autos do Processo eletrônico nº 0009.009345/2024-24;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** 4 (quatro) dias de folga relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, ao servidor NILTON GOMES CORDEIRO, matrícula nº ******919, ocupante do cargo de Assessor VIII, lotado na 9ª Residência Regional de Vilhena, deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, para usufruto em **16/11/2026 a 19/11/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77692524

Portaria nº 2434 de 15 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1488/2019/DER-NUSEGTRAB e a Errata DER-NUSEGTRAB (10138529), nos autos do Processo SEI nº 0009.490553/2019-81;

CONSIDERANDO o constante no Memorando (77597921) e Despacho DER-GST (77654221), nos autos do Processo eletrônico nº 0009.011176/2026-54;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** 2 (dois) dias de folga relativa à reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, ao servidor ISAIAS CORREA, matrícula nº ******583, ocupante do cargo de Vigilante, lotado na 9ª Residência Regional de Vilhena, deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, para usufruto em **16/10/2026 e 19/10/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77693192

Portaria nº 2435 de 15 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO as disposições na Convocação (77399201), nos autos do Processo SEI nº 0009.010970/2026-81 ;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LIBERAR** o servidor **NILSON GONÇALVES DOS SANTOS**, matrícula nº ******191, lotado na Seção de Almoxarifado, para participar dos Jogos Escolares de Rondônia - JOER, como árbitro da modalidade handebol no período de **08/10/2026 a 13/10/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77693247

Portaria nº 2375 de 06 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.° 191.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 529, de 10 de novembro 2009, publicada no DOE nº 1364 de 10 de novembro de 2009;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO o constante no Laudo Médico de Readaptação (76258569) e Despacho (76906955), nos autos do Processo SEI nº 0009.014523/2025-10.

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR a readaptação** de 365 dias (trezentos e sessenta e cinco) dias, no período de **10/12/2025** a **09/12/2026**, do servidor **ALACIDE DULCI**, matrícula nº ******901, ocupante do cargo de Auxiliar de Oficial de Manutenção, para exercer a função de Cozinheiro, lotado na 4ª Residência Regional de Cacoal, em virtude de o servidor apresentar limitação para exercer sua função de Auxiliar de Oficial de Manutenção.

Art. 2º - TORNAR SEM EFEITO, a contar da data de publicação, os efeitos da Portaria n.º 1053 de 14 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 71.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZMIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral – DER/RO

Protocolo 77397331

Portaria nº 2439 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO as disposições na Convocação (76983373), nos autos do Processo SEI nº 0029.047051/2026-24;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LIBERAR** o servidor **CLEILTON MONTE DO NASCIMENTO**, matrícula nº ******576, lotado na Coordenadoria de Logística, para participar dos Jogos Escolares de Rondônia - JOER, como Técnico de Basquetebol da equipe infantil do Centro de Ensino Classe A no período de **08/10/2026 a 14/10/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77710674

Portaria nº 2447 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO as disposições na Convocação (75890821), nos autos do Processo SEI nº 0029.047051/2026-24;

R E S O L V E:

Art. 1º - **LIBERAR** o servidor **CLEILTON MONTE DO NASCIMENTO**, matrícula nº ******576, lotado na Coordenadoria de Logística, para participar durante a Fase Estadual Jovenil dos Jogos Escolares de Rondônia - JOER, como Técnico de Basquetebol da equipe masculina da Delegação Metropolitana no período de **06/09/2026 a 12/09/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77720044

Portaria nº 2445 de 16 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei 14.133 de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nestas palavras:

> Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, apresenta em seus artigos 19 a 28, as atribuições da gestão e fiscalização dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** para atuarem, na observância da legislação vigente, como Gestor e Fiscal Titular do presente objeto a ser contratado, que visa a contratação de empresa especializada em capacitação e desenvolvimento, os servidores abaixo qualificados:

PROCESSO	NOTA DE EMPENHO	OBJETO	CONTRATADA	GESTOR TITULAR	FISCAL TITULAR
0009.008904/2026-41	NE - Nota de Empenho 2026NE001281 (77030270)	Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 01 (uma) servidora do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), lotada no Gabinete do Diretor-Geral, ocupante da função de Chefe de Gabinete, para participação no evento "21º Encontro Nacional de Secretariado, Assessoria e Gestão de Pessoas na Administração Pública", a ser realizado no período de 14 a 16 de outubro de 2026, na modalidade presencial, na cidade de Vitória/ES.	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA	PATRICIA DA SILVA SANTOS CUNHA Matrícula: ******371	NATALY BELEZA CARVALHO Matrícula: *****534

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77718748

Portaria nº 2444 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei 14.133 de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nestas palavras:

> Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, apresenta em seus artigos 19 a 28, as atribuições da gestão e fiscalização dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** para atuarem, na observância da legislação vigente, como Gestor e Fiscal Titular do presente objeto a ser contratado, que visa a contratação de empresa especializada em capacitação e desenvolvimento, os servidores abaixo qualificados:

PROCESSO	NOTA DE EMPENHO	OBJETO	CONTRATADA	GESTOR TITULAR	FISCAL TITULAR
0009.009439/2026-65	NE - Nota de Empenho 2026NE001297 (77190759)	Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 12 (doze) servidores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), que atuam direta ou indiretamente na execução e na fiscalização de pavimentação asfáltica, para participação no curso "Execução e Fiscalização de Pavimentação Asfáltica: Técnicas Atualizadas com Base na Norma DNIT 031/2024-ES", a ser realizado nos dias 13 e 14 de outubro de 2026, na modalidade presencial, na cidade de Porto Velho/RO.	NEW ROADS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	ANA LAURA RAMALHO GUERRA Matrícula: ******857	KARINE PARENTE RIBEIRO DE GOUVÊA Matrícula: *****216

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77718481

Portaria nº 2443 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei 14.133 de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nestas palavras:

> Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, apresenta em seus artigos 19 a 28, as atribuições da gestão e fiscalização dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** para atuarem, na observância da legislação vigente, como Gestor e Fiscal Titular do presente objeto a ser contratado, que visa a contratação de empresa especializada em capacitação e desenvolvimento, os servidores abaixo qualificados:

PROCESSO	NOTA DE EMPENHO	OBJETO	CONTRATADA	GESTOR TITULAR	FISCAL TITULAR
0009.007380/2026-71	NE - Nota de Empenho 2026NE001312 (77243166)	Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 01 (um) servidor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), lotado na Coordenadoria Administrativa e Financeira, ocupante do cargo de Gerente Financeiro, para participação no curso "eSocial no âmbito da Administração Pública: com prática e demonstração no ambiente oficial", a ser realizado nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026, na modalidade presencial, na cidade de São Paulo/SP.	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA	FELIPE COSTA MANUSSAKIS Matrícula: ******821	GUILHERME AMARAL OLIVEIRA Matrícula: *****818

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77717950

Portaria nº 2446 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei 14.133 de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nestas palavras:

> Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, apresenta em seus artigos 19 a 28, as atribuições da gestão e fiscalização dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** para atuarem, na observância da legislação vigente, como Gestor e Fiscal Titular do presente objeto a ser contratado, que visa a contratação de empresa especializada em capacitação e desenvolvimento, os servidores abaixo qualificados:

PROCESSO	NOTA DE EMPENHO	OBJETO	CONTRATADA	GESTOR TITULAR	FISCAL TITULAR
0009.010041/2026-71	NE - Nota de Empenho 2026NE01303 (77221086)	Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento da Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), para participação no evento "Seminário Nacional de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal no Serviço Público", a ser realizado no período de 07 a 09 de outubro de 2026, na modalidade presencial, na cidade de Fortaleza/CE.	CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA	YANN DE LUCAS RIBEIRO DE MEDEIROS Matrícula: ******735	MAXWEL CAVALCANTE LACERDA Matrícula: *****820

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral - DER/RO

Protocolo 77719150

Portaria nº 2414 de 13 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 12 de setembro de 2025, publicado no DOE n.º 174.

CONSIDERANDO o Memorando nº 83/2026/DER-CGP (77572200) e a Certidão nº 118 (77572539), nos autos do Processo SEI nº 0009.011143/2026-12;

RESOLVE:

Art. 1º - **RELOTAR**, a contar de 14/10/2026, na Coordenadoria de Logistica deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, o servidor **CLODOALDO NUNES DO NASCIMENTO**, Assessor XIII, matrícula nº ******116, anteriormente lotado no Gabinete Diretor Geral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON DIAS

Diretor-Geral Adjunto – DER/RO

Protocolo 77572660

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria nº 2440 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Despacho DER-NUADVHA (ID.77408097) , processo 0009.008370/2026-52, Certidão 561, nos autos do Processo 0009.006219/2024-18;

RESOLVE:

Art. 1º - **REMARCAR** o gozo de férias da servidora ROSINEIA MERCIAL FRANCISCO, matrícula n.º ******969, Auxiliar Serviços Gerais, lotado na Usina de Asfalto de Vilhena, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, anteriormente marcada para o período de 14/05/2024 - 01 (um) dia, ficando transferida para fruição o novo período a contar do dia 11/11/2026 - 01 (um) dia**,** referente ao exercício de **2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77713592

TERMO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90032/2025

A Diretora Executiva, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982), considerando a decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 7062786-95.2025.8.22.0001 e a orientação jurídica constante do Ofício nº 21244/2026/PGE-NUCADIN (76792988), resolve cancelar a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 90032/2025/SUPEL/RO, publicadas no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 46, de 10 de março de 2026 (69927553), nos seguintes termos:

1. Fica cancelada a adjudicação e da homologação à empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.604.122/0001-97, pelo valor total de R$ 27.595.350,88 (vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos), com taxa de administração de -7,47%, em cumprimento à decisão judicial e à orientação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado.

Ademais, torno público o ato de CANCELAMENTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal, consoante com o relatado acima.

O presente Termo restringe-se aos atos de adjudicação e homologação praticados em favor da referida empresa, não implicando o cancelamento integral do procedimento licitatório, que deverá prosseguir a partir da fase de habilitação, conforme determinado judicialmente.

Publique-se.

ELIZA ELIS HENZ
Diretora Executiva
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

Protocolo 76828901

Portaria nº 2441 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Requerimento DER-COFTC (ID.77403733), Termo de compromisso de Estágio (ID.0067215198) e Certidão 562 (ID.77714370), nos autos do processo 0009.014558/2025-59;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1º **CONCEDER** o gozo de recesso remunerado para a estagiária LÉZIA MARIA SILVA LIMA, matricula n.º ******498, lotada na Coordenadoria Operacional e Fiscalização, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com base no art. 13, da Lei Federal n. 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para usufruir no período de 09/12/2026 à 23/12/2026 - 15 (quinze) dias, referente ao Estágio Remunerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77714976

Portaria nº 2453 de 19 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, que institui o Trabalho Remoto no âmbito do poder executivo, bem como a Portaria nº 1122, de 12 de abril de 2024, que regulamenta o escritório remoto – home office no âmbito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes;

CONSIDERANDO o constante no Requerimento (77569065) e Plano de Trabalho Home Office (77569881), nos autos do Processo SEI nº 0009.000656/2025-17;

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR** pelo período de 19/10/2026 a 17/01/2027, o Regime de Escritório Remoto do servidor EDMAR VALERIO GRIPP DA SILVEIRA, Geólogo, matrícula nº ******244, lotado na Gerência Ambiental deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Art. 2º - Em caso de prorrogação, o servidor deverá apresentar novo plano de trabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor-Geral – DER/RO

Protocolo 77775809

Portaria nº 2454 de 19 de outubro de 2026

O **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, que institui o Trabalho Remoto no âmbito do poder executivo, bem como a Portaria nº 1122, de 12 de abril de 2024, que regulamenta o escritório remoto – home office no âmbito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes;

CONSIDERANDO o constante no Requerimento (77367610) e Plano de Trabalho Home Office (77367834), nos autos do Processo SEI nº 0009.000008/2026-33;

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR,** pelo período de 01/10/2026 a **30/12**/2026, o Regime de Escritório Remoto da servidora MARIA QUÉZIA REIS DOS SANTOS, Agente em Atividades Administrativas, matrícula nº ******750, lotada na Coordenação Administrativa e Financeira, deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Art. 2º - Em caso de prorrogação, o servidor deverá apresentar novo plano de trabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Diretor-Geral – DER/RO

Protocolo 77777021

Portaria nº 2451 de 19 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Requerimento DER-COUSATEC (ID.77584075), Termo de compromisso de Estágio (ID.0064630101) e Certidão 565 (ID.77756135), nos autos do processo 0009.011301/2025-45;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** o gozo de recesso remunerado para a estagiária NATALIA DE SOUSA BARROS, matricula n.º ******338, lotada na Coordenadoria de Usinas de Asfalto, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com base no art. 13, da Lei Federal n. 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para usufruir no período de 20/10/2026 a 29/10/2026 - 10 (dez) dias, referente ao Estágio Remunerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77756081

Portaria de férias nº 15017 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 15/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ELENILSON JOSE SATIMO FRELIK**, **DER - Gerente de Cadastro, Registro e Cotação - CDDS-08 ***, matrícula ******324, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65716

Portaria de férias nº 15018 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JAIRO NASCIMENTO DA SILVA,** AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, matrícula ******374, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**01/07/2026 a 30/07/2026**e que foram interrompidas a contar do

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

dia**01/07/2026 a 30/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/10/2026 a 03/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65717

Portaria de férias nº 15019 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 16/10/2026 a 30/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JOÃO MARCOS TASSI**, **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, matrícula ******167, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(16/10/2026 a 30/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65718

Portaria de férias nº 15020 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LEIA CAROLINA LISOWSKI,** ENGENHEIRO CIVIL, matrícula ******476, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**05/01/2026 a 14/01/2026 e 07/07/2026 a 16/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**12/01/2026 a 14/01/2026 e 07/07/2026 a 16/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **03/11/2026 a 12/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65719

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Portaria de férias nº 15021 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCIA CRISTINA DE FREITAS RODRIGUES,** DER - Assessor III - CDS-03 *, matrícula ******914, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**01/07/2025 a 20/07/2025**e que foram interrompidas a contar do dia**01/07/2025 a 20/07/2025,**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **07/12/2026 a 26/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65720

Portaria de férias nº 15022 de 19 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **RICARDO BARROS SILVA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******033, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**06/01/2025 a 25/01/2025**e que foram interrompidas a contar do dia**06/01/2025 a 20/01/2025 e 20/01/2025 a 25/01/2025,**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **17/09/2026 a 21/09/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 19/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65721

Portaria nº 2452 de 19 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o constante no Memorando nº 308 DER-USJA (ID.77708877), Certidão 566 (ID.77757562), nos autos do Processo 0009.011306/2026-59;

Atestado médico (ID.77710172) e Licença médica 0009.010819/2026-42.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Considerando o Artigo 17, inciso V, do Decreto 23.273, de 15/10/2018;

RESOLVE:

Art. 1° - **SUSPENDER** a contar de 30/09/2026 - 01 (um) dia, para tratamento da própria saúde, o gozo de férias do servidor RAFAEL RIBEIRO NUNES, matrícula nº ******148, ocupante do cargo de Chefe de Equipe de Campo, lotado na Usina de Jaru, pertencente ao quadro de servidores, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, marcadas anteriormente no período de 21/09/2026 á 30/09/2026 - 10 (dez) dias, **referente ao exercício de 2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77760761

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 926830 - 39/2026

A Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER torna público, a quem possa interessar, nos autos do Processo nº 0018.001938/2026-03, que o Presidente da JUCER, nos termos da Contratação Direta PNCP nº 926830 - 39/2026, resolve, por meio deste ato, HOMOLOGAR, ADJUDICAR e RATIFICAR a despesa decorrente da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, "f", da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como no amoldamento do caso concreto ao Parecer Referencial 2/2024/PGE-GAB - ID SEI 77391971, para a contratação de empresa especializada para viabilizar a participação desta Autarquia no 20º Pregão Week, em favor da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, no valor total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

Clébio Billiany de Mattos
Presidente/JUCER

Protocolo 77618705

Portaria nº 212 de 19 de outubro de 2026

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são pelo Art. 13 inciso XIX do Regimento Interno, e Decreto de 30 de Dezembro de 2024.

Designar a servidora **APARECIDA DONIZETE EVANGELISTA CABRAL**, Técnico do Registro do Comércio, matrícula nº ******127, para substituir a servidora **MARIA JOSÉ EVANGELISTA RODELINE RACK**, matrícula nº ******321, ocupante do cargo efetivo de Analista de Registro do Comércio, exercendo a função de Chefe de Escritório Regional /CDS-02, em virtude da titular estar em gozo de férias no período de **19 a 28 de outubro de 2026.**

CLÉBIO BILLIANY DE MATTOS
Presidente

Protocolo 77770666

FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO

AVISO

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026/SUPEL-RO

(ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE – "CARONA")

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0012.000414/2026-47

A **Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO**, por intermédio de seu Presidente e Ordenador de Despesas, torna

público, para conhecimento dos interessados e em atendimento aos princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa, que promoverá contratação por meio de **adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2026/SUPEL**, na condição de **Órgão Não Participante (Carona)**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Ata de Registro de Preços: nº 007/2026/SUPEL-RO

Licitação de Origem: Pregão Eletrônico nº 90036/2024

Órgão Gerenciador: Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL

2. ÓRGÃO ADERENTE

Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa - FAPERO

3. EMPRESA DETENTORA DA ATA

Empresa: BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA

CNPJ: 24.584.199/0001-00

4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de **papel higiênico de folha dupla 30 m 100%**, destinados ao atendimento das necessidades de higiene, funcionamento e manutenção das instalações da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa - FAPERO.

5. ESPECIFICAÇÃO DO ITEM

Item da Ata	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0012	Papel higiênico de folha dupla, 30m, 100% de fibras naturais de alta qualidade, de primeira linha, picotado, rolo de alta absorção, na cor branca, sem perfume, com dimensões mínimas de 10cm x 30m.	Rolo	352	R$ 0,94	R$ 330,88

Valor Total da Contratação: **R$ 372,88 (trezentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos).**

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente adesão fundamenta-se:

- na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;
- na Ata de Registro de Preços nº 007/2026/SUPEL-RO;
- no Pregão Eletrônico nº 90036/2024;
- nas demais normas que disciplinam o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública.

7. JUSTIFICATIVA DA ADESÃO

A adesão à Ata de Registro de Preços mostrou-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando que:

- os preços registrados permanecem compatíveis e inferiores aos praticados no mercado, conforme pesquisa de preços constante dos autos;
- a contratação proporciona economia aos cofres públicos, reduzindo os custos administrativos decorrentes da realização de novo procedimento licitatório;
- a solução atende integralmente às necessidades da FAPERO, assegurando maior eficiência, celeridade e continuidade dos serviços administrativos;
- o objeto possui especificações padronizadas e ampla oferta no mercado, permitindo sua aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

8. REGULARIDADE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

A contratação foi precedida da regular instrução do Processo Administrativo nº 0012.000389/2026-00, estando os autos instruídos com, entre outros documentos:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD;
- Termo de Referência;
- Pesquisa de Preços;
- Justificativa da Vantajosidade da Adesão;
- Demonstrativo da Vantajosidade Econômica;
- Declaração de Compatibilidade com o Plano de Contratações Anual - PCA;
- Declaração de Não Fracionamento da Despesa;
- Declaração de Adequação Orçamentária;
- Justificativa da Dispensa do Estudo Técnico Preliminar - ETP;
- Justificativa da Dispensa da Matriz de Gerenciamento de Riscos;
- Autorização do Ordenador de Despesas;
- Autorização do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços;
- Aceite formal da empresa detentora da Ata;
- Demais documentos exigidos pela legislação vigente.

9. CONDIÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será formalizada mediante emissão da respectiva **Nota de Empenho**, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, permanecendo mantidas todas as condições, especificações técnicas, preços, prazos e obrigações constantes da Ata de Registro de Preços nº 007/2026/SUPEL-RO e do Edital do Pregão Eletrônico nº 90036/2024.

10. PUBLICIDADE

O presente Aviso é publicado para fins de publicidade, transparência e controle dos atos administrativos, em observância aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021 e à regulamentação estadual aplicável.

Porto Velho/RO, 16 de outubro de 2026.

PAULO RENATO HADDAD

Presidente da FAPERO

Protocolo 77735950

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

RESULTADO FINAL DA ETAPA I – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO (APÓS O PERÍODO RECURSAL)

EDITAL Nº 10/2026/FAPERO-DC

PROGRAMA DE FIXAÇÃO DE DOUTORES EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA – PROFIX/FAPERO

A Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO, em observância às disposições do Edital nº 10/2026/FAPERO-DC, que rege o Programa de Fixação de Doutores em Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de Rondônia – PROFIX/FAPERO, torna público o **RESULTADO FINAL DA ETAPA I – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO**, após o encerramento do prazo recursal e a análise dos recursos administrativos interpostos pelos proponentes, conforme as disposições previstas no referido edital.

A análise de enquadramento, realizada pela equipe técnica da FAPERO, nos termos do item 10.1 do edital, compreendeu a verificação do atendimento aos requisitos de elegibilidade dos proponentes, da apresentação da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

documentação exigida e da conformidade das propostas com as normas e condições estabelecidas na Chamada Pública.

Após a apreciação dos recursos administrativos apresentados, ficam consolidadas as situações de enquadramento e não enquadramento das propostas, conforme relação apresentada a seguir, organizada em ordem alfabética. Ressalta-se que o enquadramento nesta etapa não implica aprovação de mérito técnico-científico ou concessão de apoio financeiro, constituindo requisito para o prosseguimento da proposta às etapas subsequentes de avaliação, nos termos do edital.

PROPONENTE	INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	SITUAÇÃO
Adriana Spirotto Stein Mesquita	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	BIOPROSPECÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE BIOMOLÉCULAS BIOATIVAS DA REGIÃO AMAZÔNICA POR ABORDAGENS INTEGRADAS DE MICROBIOLOGIA, QUÍMICA E AVALIAÇÃO BIOLÓGICA	ENQUADRADO
Aleff Ferreira Francisco	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	BIOTECNOLOGIA DE PRECISÃO CONTRA A BROCA-DO-CAFÉ: DESENVOLVIMENTO DE BIOINSETICIDAS PARA PRESERVAR A QUALIDADE E AGREGAR VALOR AOS ROBUSTAS AMAZÔNICOS CULTIVADOS EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Aline Barros da Silva Morenz	UNIR / Unir - Campus presidente Médici	MANEJO INTEGRADO DE PASTAGENS E CONTROLE DE NEMATOIDES GASTRINTESTINAIS NA OVINOCULTURA EM RONDÔNIA: MORINGA OLEIFERA E CAPIM-MASSAI	ENQUADRADO
Alyne Cunha Alves Dias	UNIR / Campus Unir - Pvh	INVESTIGAÇÃO DA INFLUÊNCIA DO TEMPO DE REVEGETAÇÃO E CONTEXTO DA ÁREA SOBRE ASSEMBLEIAS DE FORMICIDAE EM ÁREAS DE MINERAÇÃO DE CASSITERITA RECUPERADAS NA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI, RONDÔNIA.	ENQUADRADO
Ana Lúcia Miranda Tourinho	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	COLEÇÃO DE ARTRÓPODES DA FIOCRUZ RONDÔNIA: FORTALECIMENTO E VALIDAÇÃO DE REFERÊNCIA TAXONÔMICA REGIONAL E DOS ACERVOS DOCUMENTAIS, DIGITAIS E TÉCNICOS	ENQUADRADO
Ana Luiza Andrade	UNIR / Campus Unir - Pvh	BIODIVERSIDADE E SAÚDE AMBIENTAL COMO BASES PARA A PRIORIZAÇÃO E O MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Andréia Marcilane Aker	EMBRAPA / Embrapa/cpafro	DESEMPENHO AGRONÔMICO E PROPAGAÇÃO CLONAL DE THEOBROMA CACAO SOB SOMBREAMENTO E PLENO SOL EM RONDÔNIA.	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Andressa Graebin	UNIR / Campus Rolim de Moura	ASPECTOS BIOLÓGICOS E MANEJO DE Phidotricha erigens (LEPIDOPTERA: PYRALIDAE) ASSOCIADA AO CAFEEIRO EM RONDÔNIA	NÃO ENQUADRADO - Item 5, I: doutorado em andamento
Angela Márcia Selhorst e Silva Beserra	UNIR / Campus Cacoal	EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL A AGROTÓXICOS E CAPACIDADE PARA O TRABALHO NA CAFEICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO MATAS DE RONDÔNIA: PAPEL DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO RISCO QUÍMICO	ENQUADRADO
Anielly Laena Azevedo Dias	IFRO / Câmpus Ji-paraná	ECOSSISTEMAS MIDIÁTICOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E NARRATIVAS AMAZÔNICAS: DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE MULTILETRAMENTOS CRÍTICOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Antônia Kaylyanne Pinheiro	EMBRAPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	ILPF E PASTAGENS BIODIVERSAS: EFICIÊNCIA PRODUTIVA, ECONÔMICA E EMISSÃO DE METANO ENTÉRICO EM SISTEMAS INTENSIVOS DE PRODUÇÃO DE LEITE A PASTO EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Antonio Carlos Maciel	UNIR / Campus Unir - Pvh	A EDUCAÇÃO INTEGRAL POLITÉCNICA COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: INTERSETORIALIZANDO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR	ENQUADRADO
Bruno Campos Mantovanelli	EMBRAPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	DEMANDA HÍDRICA E ESTRATÉGIAS PARA O USO DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO DO CACAUEIRO EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Camila Cupper Vieira	EMBRAPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	DO COMPORTAMENTO AO AMBIENTE UTERINO: MONITORAMENTO AUTOMATIZADO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE EFICIÊNCIA REPRODUTIVA PÓSPARTO EM VACAS	ENQUADRADO
Camila Meira de Abreu Campos	UNIR / Campus Rolim de Moura	VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DO USO DE COBERTURA PLÁSTICA DO SOLO ASSOCIADO À IRRIGAÇÃO SUPLEMENTAR NO CULTIVO DO MAMOEIRO	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Celma Maria Ferreira	UNIR / Campus Unir - Pvh	VALIDAÇÃO DE PROTOCOLO INTEGRADO DE REPRODUÇÃO E PRODUÇÃO DE LAMBARI (ASTYANAX ALTIPARANAE) COMO ALIMENTO VIVO PARA JUVENIS DE PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS) EM UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DO PROAQUA	ENQUADRADO
Charles Nunes Boeno	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	INFECÇÃO SECUNDÁRIA NO OFIDISMO BOTRÓPICO EM RONDÔNIA: BIOMARCADORES INTEGRADOS E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA DE ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO	ENQUADRADO
Charlot Jn Charles	IFRO - CAMPUS CACOAL	BEM VIVER E LUGARIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: SABERES, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO AO LUGAR NO ESPAÇO ESCOLAR EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Cibelle Amaral Reis	UNIR / Campus Rolim de Moura	DENSIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA DE BIOMASSAS RESIDUAIS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Cristiane Maia da Silva Sérvio	IFRO - CAMPUS PORTO VELHO	DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE FORMULAÇÃO TÓPICA BASEADA EM REPOSICIONAMENTO DE FÁRMACOS PARA LEISHMANIOSE CUTÂNEA.	ENQUADRADO
Darllan Junior Luiz Santos Ferreira de Oliveira	IFRO / CAMPUS CACOAL	BATATA-DOCE BIOFORTIFICADA DE DUPLO PROPÓSITO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE RONDÔNIA: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, USO DA TERRA E SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS	ENQUADRADO
Dayane Targino de Medeiros	UNIR / Campus Rolim de Moura	CARACTERIZAÇÃO QUALI-QUANTITATIVA DE CACAU E CAFÉ DE RONDÔNIA POR ESPECTROSCOPIA NIR E MODELAGEM MULTIVARIADA	ENQUADRADO
Diego Andres Velasco Acosta	UNIR / Campus Unir - Pvh	ASSOCIAÇÕES FARMACOLÓGICAS PARA OTIMIZAR PROGRAMAS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS	ENQUADRADO
Diego Geraldo Caetano Nunes	UNIR / Campus Unir - Pvh	MONITORAMENTO DA INCIDÊNCIA DE PRAGAS E DOENÇAS DE COFFEA CANEPHORA (ROBUSTAS AMAZÔNICOS) E O POTENCIAL PRODUTIVO, MEDIDO PELO ÍNDICE MEIÓTICO, EM MUNICÍPIOS PRODUTORES NO ESTADO DE RONDÔNIA, FRENTE AO FENÔMENO ENSO (EL NIÑO-OSCILAÇÃO SUL)	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Edilaine Istefani Franklin Traspadini	UFL / University Of Florida	ESTRATÉGIAS DE MANEJO DA FERMENTAÇÃO PARA PADRONIZAÇÃO DA QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU PRODUZIDAS EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Eliana Alves Pereira Leite	UNIR / Campus Ji-paraná	DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM JI-PARANÁ: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DOS RESULTADOS DO SAERO E SUAS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS (2012–2026)	NÃO ENQUADRADO - Item 5, VI: vínculo efetivo vedado pelo edital
Eric Fabricio Marialva dos Santos	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	BIONOMIA DE FLEBOTOMÍNEOS COINFECTADOS COM LEISHMANIA E BACTÉRIAS DA MICROBIOTA	ENQUADRADO
Eva da Silva Alves	UNIR / Campus Unir - Pvh	CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOBRE PLANTAS MEDICINAIS E ANIMAIS PEÇONHENTOS: PRÁTICAS, NARRATIVAS E TRANSMISSÃO DE SABERES DO POVO SURUÍ E DA POPULAÇÃO DE SÃO CARLOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	ENQUADRADO
Fabianne Araújo Gomes dos Santos Alves	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	CARACTERIZAÇÃO MOLECULAR DO HPV, GRAU DE LESÃO CERVICAL E HISTÓRICO FAMILIAR DE NEOPLASIAS: UM MODELO DE ESTRATIFICAÇÃO PARA ACONSELHAMENTO GENÉTICO EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL DE RONDÔNIA	ENQUADRADO
Fábio Resadore	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	VIGILÂNCIA GENÔMICA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR EM RONDÔNIA: CARACTERÍSTICAS CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICAS E DIVERSIDADE GENÔMICA DE LEISHMANIA E LRV1	ENQUADRADO
Felipe Gomes Batista	UNIR / Campus Rolim de Moura	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE BIOPRODUTOS SUSTENTÁVEIS À BASE DE NANOFIBRILAS DE CELULOSE OBTIDAS DE RESÍDUOS AGROFLORESTAIS AMAZÔNICOS DE RONDÔNIA: INOVAÇÃO, BIOECONOMIA E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	ENQUADRADO
Flavia Geovana Fontineles Rios	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	VIGILÂNCIA INTEGRADA DE PATÓGENOS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE HUMANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: MOSQUITOS COMO SENTINELAS PARA XENOVIGILÂNCIA E ANÁLISE DE CARTÕES FTA E FONTES DE REPASTO SANGUÍNEOR	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Francisca de Jesus Holanda	CEPEM/SESAU / Centro de Pesquisa Em Medicina Tropical	ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA MALÁRIA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS E ASSENTAMENTOS DE RONDÔNIA: VISANDO A ELIMINAÇÃO DESTA DOENÇA NO ESTADO	ENQUADRADO
Francisca Helena Aguiar da Silva	UNIR / Campus Unir - Pvh	GRANDES ÁGUIAS FLORESTAIS COMO INDICADORAS DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS: RESPOSTAS NA ESTRUTURA TRÓFICA E NA EXPOSIÇÃO A CONTAMINANTES QUÍMICOS	ENQUADRADO
Francisco Ivam Castro do Nascimento	UNIR	DETERMINANTES CLIMÁTICOS E SOCIOAMBIENTAIS DAS ARBOVIROSES EM RONDÔNIA: ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO E APOIO À VIGILÂNCIA EM SAÚDE.	ENQUADRADO
Gean Magalhães da Costa	IFRO / CAMPUS CACOAL	REGIÕES DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA: IDENTIFICAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E PROPOSTA DE AÇÕES	ENQUADRADO
Hellen Virginia da Silva Alves	IFRO / REITORIA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE PARA DIVERSIDADES	ENQUADRADO
Henri Francis Ternes de Oliveira	IFRO / CAMPUS CACOAL	TERRITÓRIO ESCOLAR, NEOLIBERALISMO E MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA: DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA	ENQUADRADO
Heriton Marcelo Ribeiro Antonio	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	TRAJETÓRIA DA INCAPACIDADE FUNCIONAL E EFETIVIDADE DA REABILITAÇÃO HÍBRIDA APÓS ACIDENTE BOTRÓPICO NA REGIÃO CAFEEIRA DE RONDÔNIA	ENQUADRADO
Iara Almeida Roque	UNIR / Campus Rolim de Moura	RESPOSTAS FISIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS E PRODUTIVAS DO MARACUJAZEIRO SUBMETIDO A ESTRESSES ABIÓTICOS E ATENUANTES EXÓGENOS EM CONDIÇÕES AMAZÔNICAS	ENQUADRADO
Isac José da Silva Filho	FAPERO	DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE BIOINSUMO À BASE DE MICROALGAS E CIANOBACTÉRIA PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA NUTRICIONAL E TOLERÂNCIA AO DÉFICIT HÍDRICO EM Coffea canephora NO CONE SUL DE RONDÔNIA	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Ivaneide Nunes da Costa Silva	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	SAÚDE ÚNICA E INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA NA INVESTIGAÇÃO DA CIRCULAÇÃO SILENCIOSA DE Riquetsioses EM RONDÔNIA: EVIDÊNCIAS LABORATORIAIS, ESPAÇO-TEMPORAIS E DE VIGILÂNCIA	ENQUADRADO
Jacqueline de Albuquerque Varella	UNIR / Campus Unir - Pvh	MULHERES EDUCADORAS, REDES DE SOCIABILIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO EM PORTO VELHO (1910-1930)	ENQUADRADO
Jane Kelly Silva Araujo	EMBRAPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	CONTROLES PEDOGENÉTICOS E DE MANEJO SOBRE A VULNERABILIDADE DO CARBONO ORGÂNICO E O POTENCIAL DE RECARBONIZAÇÃO EM SOLOS DE RONDÔNIA	ENQUADRADO
Jeane do Nascimento Moraes	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA BIOTECNOLÓGICA BASEADA EM CATEPSINA D HUMANA RECOMBINANTE PARA TRIAGEM DE INIBIDORES COM POTENCIAL DE PROTEÇÃO INTELECTUAL	ENQUADRADO
Joseph Albert Medeiros Evaristo	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	AMAZÔNIA TRANSLACIONAL: PLATAFORMA INTEGRADA PARA DESCOBERTA DE FÁRMACOS DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA APLICANDO A MALÁRIA COMO MODELO	ENQUADRADO
Julio Mariano Fernandes Praseres	CEREALISTA OURO VERDE IMPORTACAO / CEREALISTA OURO VERDE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	COMPLIANCE AMBIENTAL E ESG NO PODER PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR	ENQUADRADO
Leandro do Nascimento Martinez	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	DA VIGILÂNCIA À DESCOBERTA DE FÁRMACOS: QUIMIOSSENSIBILIDADE DE PLASMODIUM SPP. E PROSPECÇÃO DE ANTIMALÁRICOS MULTIETAPAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	ENQUADRADO
Leidiane Amorim Soares Galvão	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	MODELO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL COMO SUBSÍDIO À ESTRUTURAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE FARMÁCIAS VIVAS DE RONDÔNIA	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Lindomar Alves de Souza	UNIR / Campus Rolim de Moura	FLORESTA PRODUTIVA TECNOLOGIAS INTEGRADAS PARA SEMENTES, MUDAS E SILVICULTURA DE ESPÉCIES NATIVAS EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Lucas Christian de Sousa Paula	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE FERRAMENTAS ÔMICAS PARA O ESTUDO DE FLEBOTOMÍNEOS NA AMAZÔNIA: SISTEMÁTICA, MICROBIOMAS E APLICAÇÕES EM VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.	ENQUADRADO
Luis Gonzalo Salinas Jimenez	UNIR / Campus Unir - Pvh	NOVAS ABORDAGENS PARA O BIOMONITORAMENTO DE ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS AMAZÔNICOS: MORFOMETRIA GEOMÉTRICA E ASSIMETRIA FLUTUANTE COMO BIOMARCADORES DE ESTRESSE AMBIENTAL	ENQUADRADO
Maria Cristina Celuppi	UNIR / Campus Unir - Pvh	RESILIÊNCIA DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MADEIRA: ARQUITETURA, VEGETAÇÃO, CENÁRIOS FUTUROS E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	ENQUADRADO
Mariana Moreira dos Anjos	UNIR / Campus Rolim de Moura	ATIVAÇÃO PUERPERAL PRECOCE NA EFICIÊNCIA REPRODUTIVA DE BOVINOS DE CORTE	ENQUADRADO
Mauro Valentino Paloschi	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	ASSINATURAS MOLECULARES E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO OFIDISMO: INTEGRAÇÃO DE BIOMARCADORES PARA ESTRATIFICAÇÃO DA EVOLUÇÃO CLÍNICA DO ENVENENAMENTO BOTRÓPICO EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Michelle de Oliveira e Silva	CEPEM/SESAU / Centro de Pesquisa Em Medicina Tropical	VIGILÂNCIA MOLECULAR E GENÔMICA DE PLASMODIUM NA AMAZÔNIA: DIVERSIDADE POPULACIONAL E IMPLICAÇÕES PARA O DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E RESPOSTA IMUNE	ENQUADRADO
Milena Daniela Souza Silva	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	EFEITOS DO VENENO BOTRÓPICO E DA METALOPROTEINASE BJUSSUMP-II SOBRE A BARREIRA EPITELIAL E A IMUNIDADE DA MUCOSA INTESTINAL	ENQUADRADO
Nairo Brilhante da Silva	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DIAGNÓSTICA PARA IDENTIFICAÇÃO DIFERENCIAL DE ENVENENAMENTOS CAUSADOS POR JARARACAS E CASCAVÉIS	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Paulo Ricardo Dell'armelina Rocha	UNIR / Campus Rolim de Moura	VIGILÂNCIA INTEGRADA DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA NA INTERFACE AGROPECUÁRIA TERRESTRE E AQUÁTICA NO ESTADO DE RONDÔNIA: ESCHERICHIA COLI E AEROMONAS HYDROPHILA SOB A PERSPECTIVA DA SAÚDE ÚNICA	ENQUADRADO
Pedro Vitor Pereira Guimaraes	EMBRAPA / Embrapa/cpafro	DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE MODELO INTEGRADO DE BENCHMARKING PARA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA TÉCNICO-OPERACIONAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DE UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Rafael dos Santos Lima	UNIR / Campus Ji-paraná	APLICAÇÃO DE ÁGUA DE REÚSO, AGREGADO RECICLADO E FIBRAS DE BANANEIRA E AÇAÍ NA PRODUÇÃO DE PISOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO	ENQUADRADO
Rafaela Diniz Sousa	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE PEPTÍDEOS DERIVADOS DE TOXINAS DE SERPENTES SOBRE Acinetobacter baumannii EM MODELO IN VIVO DE Galleria mellonella	ENQUADRADO
Raul Afonso Pommer Barbosa	UNIR	TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Renato Fernandes Caetano	UNIR / Campus Unir - Pvh	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TERRITORIALIDADES DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO E BAIXO MADEIRA (PORTO VELHO/RO): CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PERMANÊNCIA TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS	ENQUADRADO
Ricardo de Melo Katak	UNIR / Campus Unir - Pvh	PROSPECÇÃO DE BACILLUS SPP. ISOLADOS DE CRIADOUROS NATURAIS E ARTIFICIAIS DE VETORES PARA O BIOCONTROLE DE AEDES AEGYPTI E ANOPHELES DARLINGI EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Romário Pimenta Gomes	IFRO-SMG / IFRO Campus São Miguel do Guaporé	MAPEAMENTO DA SUSCETIBILIDADE MAGNÉTICA, ESTOQUE DE CARBONO E PEDOINDICADORES PARA FINS DE MANEJO ESPECÍFICO DO SOLO NO ESTADO DE RONDÔNIA	ENQUADRADO
Ronaldo Maran Deliberali	UNIR	QUEM PRODUZ E ABATE OVINOS EM RONDÔNIA CONSIDERA A VIABILIDADE ECONÔMICA?	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Rosa Maria dos Santos Pessoa	UNIR / Unir - Campus presidente Médici	VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS POR MEIO DA PELETIZAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE BIOPRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL	ENQUADRADO
Sandra de Souza Schmidt	IFRO / IFRO - CAMPUS PORTO VELHO	GÊNERO, DIVERSIDADE E MUNDO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UMA PROPOSTA FORMATIVA	ENQUADRADO
Sara Ugulino Cardoso	UNIR / Unir - Campus presidente Médici	EFICIÊNCIA PRODUTIVA E ECONÔMICA DA PISCICULTURA EM RONDÔNIA: diagnóstico digital dos sistemas de produção e geração de indicadores para apoio à gestão	ENQUADRADO
Selma Maria de Arruda Silva	UNIR / Campus Unir - Pvh	MICROPLÁSTICOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: ANÁLISE EM DIFERENTES COMPARTIMENTOS AMBIENTAIS E INVESTIGAÇÃO DO POTENCIAL DE BIODEGRADAÇÃO POR BACTÉRIAS.	ENQUADRADO
Semirian Campos Amoêdo	UNIR / Campus Unir - Pvh	ESPECTROSCOPIA NO INFRAVERMELHO PRÓXIMO E APRENDIZADO DE MÁQUINA NA IDENTIFICAÇÃO TAXONÔMICA DE ESPÉCIES VEGETAIS EM HERBÁRIOS: FUNDAMENTOS, APLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A COLEÇÃO DO PPBIO RONDÔNIA	ENQUADRADO
Sibele Andrade Roberto	Fiocruz / Fundação Oswaldo Cruz	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS POLIMÉRICOS PARA PERMEAÇÃO CUTÂNEA DE BIOFÁRMACO BASEADO EM ANTICORPOS DO TIPO VHH COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA PARA O ENVENENAMENTO OFÍDICO	ENQUADRADO
Sônia Ribeiro de Souza	UNIR / Campus Unir - Pvh	IANDÉ – NÓS DA SOCIEDADE CIVIL SOCIEDADE CIVIL E GOVERNANÇA EM REDE NO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM RONDÔNIA	ENQUADRADO
Sulamita da Silva Setubal	FIOCRUZ-RO / Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz	COMUNICAÇÃO ENTRE CÉLULAS DA MUCOSA E CÉLULAS DO SISTEMA IMUNE EM RESPOSTA AOS VENENOS DE SERPENTES DO GÊNERO Bothrops E SUAS TOXINAS ISOLADAS: ESTUDO EM MODELOS IN VITRO DE MONOCULTURA E CO-CULTURA CELULAR	ENQUADRADO
Susan Aragón Carrasco	UNIR / Campus Unir - Pvh	MODELOS DE SAFs OTIMIZADOS PARA O SEQUESTRO DE CARBONO	ENQUADRADO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Tárcio Peixoto Roca	Fiocruz / Fundação Oswaldo Cruz	VIGILÂNCIA MOLECULAR E GENÔMICA INTEGRADA DE VÍRUS DE IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE ÚNICA EM RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM ONE HEALTH EM SERES HUMANOS, ANIMAIS E AMBIENTE	ENQUADRADO
Tássia Karina Alexandre de Medeiros	EMBRAPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	“RESINA DA CASTANHEIRA (BERTHOLLETIA EXCELSA) COMO POTENCIAL BIOPRODUTO AMAZÔNICO: SUSTENTABILIDADE FISIOLÓGICA, MANEJO E INOVAÇÃO NA CADEIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE”.	NÃO ENQUADRADO - Item 5, VI: emprego público permanente vedado pelo edital
Valéria Ana Corvalã dos Santos	IFRO / IFRO - CAMPUS PORTO VELHO	PASTAGENS DE BAIXA EMISSÃO EM RONDÔNIA: APLICAÇÃO DE BIOINSUMOS E BIORRACIONAIS PARA INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL, EFICIÊNCIA PRODUTIVA E MITIGAÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA	ENQUADRADO
Vanderley Jose Pereira	EMBRAPA / Embrapa/cpafro	ARQUITETURA RADICULAR E MODELAGEM PREDITIVA DA QUALIDADE DE MUDAS DE CASTANHEIRA-DA-AMAZÔNIA SOB CONFINAMENTO E MANEJO RADICULAR	ENQUADRADO
Vanessa Oliveira dos Reis	FIOCRUZ-RO / Unidade de Rondonia	USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PORTO VELHO - RO E BIOPROPECÇÃO DE BIOATIVOS COM POTENCIAL ANTIMALARICO, ORIUNDOS DA AMAZONIA LEGAL.	ENQUADRADO

Porto Velho, 19 de outubro de 2026.

MARCUS VINICIUS RIVOIRO - MATRÍCULA nº 300212496.

Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 229 em 04/12/2025 e disponível para consulta no processo 0066857974.

Diretor Científico da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO)

Protocolo 77752654

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

Portaria nº 1708 de 15 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos, e conforme o Processo n. 0010.015653/2026-11;

Considerando o Processo n. 0042.001977/2026-03, que trata da autorização para manuseio do sistema de gerenciamento de abastecimento:

Considerando as demandas específicas das Unidades Estaduais quanto à utilização do sistema:

Considerando a responsabilidade das Unidades Contratantes quanto à fiscalização, controle e acompanhamento da execução contratual, nos termos do Termo de Referência:

Considerando a necessidade de atribuir responsabilidade aos operadores do sistema quanto ao gerenciamento de saldo, bem como à definição e atualização de parâmetros restritivos individuai:

Considerando a solicitação referente à Portaria de Fiscalização e Gestão do Contrato n. 1551/2024/PGE-SUGESP:

Considerando a Portaria n. 761, de 11 de maio de 2026 (72059263), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 90, de 12 de maio de 2026, que designou os operadores do sistema de gerenciamento de abastecimento da DETRAN-GERLOT:

Considerando a necessidade de substituir servidor designado, a fim de assegurar a continuidade das operações de gerenciamento de saldo e de parâmetros restritivos individuais no sistema:

Considerando a Portaria de Fiscalização e Gestão do Contrato n. 1551/2024/PGE-SUGESP.

Resolve:

Art. 1º **Dispensar** o servidor **SAULO LEVINO DE OLIVEIRA**, matrícula n. ******471, Agente de Trânsito, lotado na Divisão de Controle de Frota – DIVCOF, da função de operador do sistema de gerenciamento de abastecimento da DETRAN-GERLOT, designado pela Portaria n. 761, de 11 de maio de 2026.

Art. 2º **Designar** o servidor **IVAN LUIZ FEITOSA CRUZ**, matrícula n. ******477, Gerente de Logística e Transporte, lotado na Gerência de Logística e Transporte – GERLOT, para exercer a função de operador do sistema de gerenciamento de abastecimento da DETRAN-GERLOT, em substituição ao servidor de que trata o art. 1º.

Art. 3º Ficam ratificadas as demais disposições da Portaria n. 761, de 11 de maio de 2026.

Art. 4º Esta Portaria não exime os Fiscais de Contrato e demais responsáveis das atribuições previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, especialmente quanto à fiscalização e controle da execução contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

Protocolo 77649889

Portaria nº 1712 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8, de 5 de janeiro de 2026 (67923605), e conforme o Processo n. 0010.034143/2026-43;

Resolve:

Art. 1º Designar o servidor D**AVID** ANDRE CHAGAS LUZ, comissionado sem vínculo, matrícula n. ******866, para responder, em substituição à servidora DANIELE DE FREITAS PORTUGAL BLASER, matrícula n. ******954, pelo cargo de Chefe de Ciretran, 3ª Categoria, Novo Horizonte d'Oeste, C**DS-03**, concomitante ao cargo de Chefe de Divisão da Ciretran, 3ª Categoria (Divisão de Serviços de Veículos), Novo Horizonte d'Oeste, CDS-01, no período de **14/10/2026 a 23/10/2026**, correspondente ao gozo de férias da titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77698370

Portaria nº 1714 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8, de 5 de janeiro de 2026, e conforme o Processo n. 0010.034395/2026-72;

Resolve:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 1º **Designar** o servidor FELIPE LUTERO WEISS DE SOUZA**,** estatutário, matrícula n. ******877, para responder, em substituição à servidora GEOVANA DA SILVA GERALDINO, matrícula n. ******634, pelo cargo de Chefe de Ciretran - 3° Categoria, Alto Alegre dos Parecis, CDS-03, concomitante ao cargo de Assessor I, Alto Alegre dos Parecis, CDS-01, no período de **13/10/2026 a 22/10/2026**, correspondente ao gozo de férias do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77699705

Portaria nº 1709 de 15 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos, e conforme o Processo n. 0010.007240/2024-00;

Resolve:

Art. 1º **Designar** servidores nas funções de Gestores e Fiscais do Termo de Convênio n. 233/2024/PGE-DETRAN (0049061582), celebrado entre o Detran/RO e a Geap Autogestão em Saúde, conforme segue:

SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	FUNÇÃO
LUCAS COSTA PEREIRA MATIAS	******829	GESTOR
MARJORIE LAGOS TIOSSI	******860	GESTORA INTERINA
JAMILE KELLY ALMEIDA BATISTA RAMIRES	******073	FISCAL
TATIANE GOMES NOGUEIRA	******629	FISCAL INTERINO

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 1041, de 3 de julho de 2026 (74044608).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a contar de 1º/10/2026.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

Protocolo 77669481

Portaria nº 1716 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos, e conforme o Processo n. 0010.080570/2022-70;

Resolve:

Art. 1º **Excluir o servidor SAULO LEVINO DE OLIVEIRA**, matrícula n. ****471, referente ao 3º quinquênio, correspondente ao período de 20/8/2019 a 19/8/2024, da Portaria n. 1599, de 28 de setembro de 2026 (77078787), que tornou público a licença prêmio por assiduidade deferida e convertida em pecúnia.

Art. 2º **Tornar sem efeito** a Portaria n. 1705, de 14 de outubro de 2026 (77611171).

Art. 3º Ficam mantidas e permanecem válidas e em vigor as demais disposições e informações constantes da Portaria n. 1599, de 28 de setembro de 2026 (77078787), que não tenham sido expressamente alteradas por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

Protocolo 77702680

Portaria nº 1722 de 16 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos, e conforme o Processo n. 0010.005390/2025-51;

Resolve:

Art. 1º **Designar** servidores nas funções de Gestores e Fiscais Setoriais do Contrato n. 106/2024/PGE-DETRAN (0045630827) celebrado entre o Detran/RO e Elienes de Jesus Brito Santos (Lotes 01, 02 e 03)conforme segue:

LOCALIDADE	FISCAL SETORIAL	MATRICULA
Sede Administrativa - Porto Velho	GUILHERME SOUZA FERREIRA PEREIRA	******948
Ciretran de Candeias do Jamari	ERIKA NUNES DE OLIVEIRA JOSÉ PEREIRA LIMA (interino)	******174 ******970
Cometran - Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho	CIBELLE ROBERTA LIMA RAMOS	******932
Prédio Pedrinhas (DTET/DTFAT)	DYEGO ZILLIG PAIVA DE SOUZA	******113
Diretoria de Patrimônio e Leilões e Posto Avançado Zona Leste	ESLI FERREIRA DE OLIVEIRA	******176
Ciretran de Itapuã do Oeste	SIMONEY RANDRESSON VITALIANO DE SOUZA	******426
Posto Avançado da Zona Sul	ANA BEATRIZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA MANOEL	******625
Posto Avançado De Extrema	JULIANA MARIA MELO	******441
Posto Avançado De Jaci Paraná	NAIARA BRITO VELOZO	******209
Posto Avançado De Nova Califórnia	MATHEUS SILVA RODRIGUES	******234
Posto Avançado De União Bandeirantes	LETICIA FERNANDES MOREIRA DE SOUZA	******437
Posto Avançado De Vista Alegre do Abunã	ELIENE FERREIRA DA SILVA RODRIGUES	******578
Posto Avançado Triunfo	MARCIA AUGUSTA DA SILVA	******753
Patio de Veículos Apreendidos de Porto Velho II (Av. Rio Madeira);	TIAGO REAL DE SOUZA	******659
Galpão de Veículos Apreendidos I (Rua Benedito)	SAULO LEVINO DE OLIVEIRA	******471
Ciretran de Guajará Mirim	FRANCISCO QUEREMA MEJIA	******410
Ciretran de Nova Mamoré	CELIA FAUSTINO DE FREITAS	******995
Posto Avançado de Nova Dimensão	ALINE DE GOIS LUIZ	******008
Ciretran de Ariquemes	GABRIEL BRITES PEREIRA DOS SANTOS	******723
Ciretran de Terreno de Ariquemes	GABRIEL BRITES PEREIRA DOS SANTOS	******723
Ciretran de Alto Paraíso	ANSELMO DO NASCIMENTO PESSOA	******763
Ciretran de Buritis	LETÍCIA TAVARES DA SILVA	******822
Ciretran de Pátio de veículos Buritis	SILVANA CRISTIANA DOS SANTOS	******895
Ciretran de Cacaulândia	EDU LIMA DE OLIVEIRA	******645
Ciretran de Campo Novo De Rondônia	PATRICIA FERNANDES	******140
Ciretran de Cujubim	FABIO ZACARIAS DE JESUS	******015
Ciretrande Monte Negro	ELISANGELA MARIA M. DA SILVA	******097
Ciretran de Rio Crespo	MARIA MERCEDES GAVIOLI	******160
Posto avançado do 5º BEC	GERALDO RONCONI JUNIOR	******274

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Ciretran de Machadinho do Oeste	ELIZANIA DOMINGUES DE CAMPOS	******506
Ciretran de Jaru, Galpão e Pátio de Veiculos de Jaru	SHIRLEI TEREZINHA SANTOS	******038
Ciretrande Governador Jorge Teixeira	EVANI DOS SANTOS SILVA	******072
Posto Avançado De Colina Verde	WANDERSON MARTINS GONÇALVES	******839
Ciretran de Theobroma	RENATA PINHO DA SILVA	******285
Terreno Theobroma	RENATA PINHO DA SILVA	******285
Ciretrande Vale Do Anari	LEIDA GALDINO DA SILVA OLIVEIRA	******847
Posto Avançado de Tarilândia	CARMEM LUCIA DA SILVA ARAUJO LUCAS EDUARDO COUTINHO TEIXEIRA (Interino)	******033 ******806
Ciretran de Ouro Preto do Oeste e Pista de Teste	ANTONIO JOSÉ COSTA CAMPOS	******610
Ciretran de Mirante da Serra	ANDERSON DE OLIVEIRA DIESEL	******726
Terreno de Mirante da Serra		
Ciretran de Nova União	SOLANGE PEREIRA DAMAZIO	******837
Ciretran de Vale Do Paraíso	MARCIA BINZ	******189
Posto Avançado Rondominas	GILVANNI ALVES RODRIGUES	******618
Ciretran de Teixeiropólis	ADRIANO CEZAR	******605
Ciretran de Alvorada do Oeste	SHIRLEY PEREIRA DIAS	******945
Ciretran de Castanheiras	AGNALDO DE OLIVEIRA	******554
Ciretran de Ji-Paraná	TALYSSON MACHADO BEZERRA	******284
Posto Avançado de Ji-Parana	PAULO RICARDO UCHAKI JUNIOR	******001
Pista de Teste de Direção Veicular de Ji-Paraná	TALYSSON MACHADO BEZERRA	******284
Ciretran de Presidente Médici	HAILTON ARTIAGA SANTIAGO	******203
Posto Avançado de Nova Londrina	PAULO MARCIANO DE JESUS	******930
Posto Avançado de Estrela de Rondônia	GEORGE HERMÓGENES GARCIA	******272
Ciretran de Urupá	ITACIR SCATOLIN	******394
Terreno Ji-Paraná (Rua C, Gleba Pyrineos)	TALYSSON MACHADO BEZERRA	******284

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 1655, de 7 de outubro de 2026 (77414168).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

Protocolo 77726938

Portaria nº 1720 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 8, de 5 de janeiro de 2026 (67923605), e conforme o Processo n. 0010.034021/2026-57;

Resolve:

Art. 1º **Designar** a servidora ZILDA QUIRINO DA SILVA, estatutária, matrícula n. ******163, para responder, em substituição à servidora GABRIELA GONÇALVES VIERA PEREIRA, matrícula n. ******247, pelo cargo de Chefe de Posto Avançado - 2ª Categoria, Colina Verde (Governador Jorge Teixeira), **CDS-01**, concomitante ao cargo de Assessor I,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Colina Verde (Governador Jorge Teixeira), CDS-01, no período de 19/10/2026 a 28/10/2026, correspondente ao gozo de férias da titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Portaria n. 8, de 5 de janeiro de 2026

Protocolo 77713858

EXTRATO

EXTRATO DO 14º TACNT **N.** 051/2012

ADITANTES: DETRAN/RO e ROSANA CHRISOSTHEMOS SOARES MENDES (CPF n. ***.029.032-**).

OBJETO: Fica prorrogado de prazo de vigência do Contrato n. 051/2012 por mais 12 (doze) meses, a contar de 10/10/2026, nas mesmas condições preestabelecidas. O valor mensal do contrato será de R$ 3.831,70 (três mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta centavos), e o valor anual R$ 45.980,40 (quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e quarenta centavos).

PROCESSO SEI N. 0010.025450/2017-42

ASSINAM:

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

ROSANA CHRISOSTHEMOS SOARES

Locadora

Protocolo 77673573

Portaria nº 1711 de 15 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos;

Considerando a Portaria n. 1.098, de 10 de junho de 2025, que estabelece as diretrizes gerais para o credenciamento, regulação e fiscalização de atividades delegadas pelo Detran/RO:

Considerando as competências previstas nos arts. 184, 185 e 186 da Lei Complementar n. 1.209/2023:

Considerando a necessidade de análise documental, apreciação de impugnações referentes ao julgamento de documentos, organização dos processos das empresas habilitadas e realização de inspeções in loco, para fins de credenciamento e cadastro das empresas vinculadas aos serviços da Diretoria Técnica de Veículos, de modo a assegurar o cumprimento das normas, a regularidade das atividades delegadas e a proteção do interesse público.

Resolve:

Art. 1º Designar, sem ônus adicional e em caráter permanente, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Credenciamento da Coordenadoria de Credenciamento e Cadastro – COCC, com a finalidade de atuar nas atividades de recebimento e análise documental, apreciação de impugnações de documentos, organização dos processos das empresas habilitadas e realização de inspeções in loco, para fins de credenciamento e cadastro das empresas vinculadas aos serviços da Diretoria Técnica de Veículos:

SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	FUNÇÃO
ANA CÉLIA GALDINO LEITE	******308	PRESIDENTE
ÂNDERSON DE ARAÚJO NEVES	******972	MEMBRO
EMANUEL DE OLIVEIRA SOUSA	******396	MEMEBRO
GUSTAVO FERREIRA BELO	******378	MEMBRO
GRACIELE MARIANE DE OLIVEIRA CASTOLDI	******410	MEMEBRO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Art. 2º Os membros designados responderão solidariamente pelos atos praticados pela Comissão, observadas as competências individuais e a legislação vigente.

Art. 3º É assegurada a ressalva de responsabilidade ao membro que, apresentando posição fundamentada e divergente, registrar sua manifestação em ata da reunião em que a decisão for deliberada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de setembro de 2026, revogando todas as disposições em contrário e atos anteriores que tratem da mesma matéria.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

Protocolo 77670969

Portaria nº 1728 de 19 de outubro de 2026

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 17, de 5 de janeiro de 2026 (67935427);

Considerando o Decreto n. 23.273, de 15/10/2018, e Decreto n. 25.394, de 11/9/2020, e conforme Processo n. 0010.033483/2026-57;

Resolve:

Art. 1º **Converter** o gozo de férias em pecúnia de servidor(a) pertencente ao Quadro de Pessoal do Detran/RO, conforme os termos seguintes:

SERVIDOR(A)	EXERCÍCIO	QUANT. DIAS	PORTARIAS	PERÍODO	
				INÍCIO	FINAL
GERALDO RONCONI JUNIOR matrícula n. ******274	2024/2025	10	CONCESSÃO n. 13861 de 6/11/2024	8/7/2025	17/7/2025
			INTERRUPÇÃO n. 9259 de 9/7/2025		
	2025/2026	10	CONCESSÃO n. 14097 de 5/11/2025	10/3/2026	19/3/2026
			INTERRUPÇÃO n. 4946 de 20/3/2026		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

TAINÃ SERNALDO FRITZ MELO

Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 77760377

Portaria nº 1723 de 16 de outubro de 2026

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 17, de 5 de janeiro de 2026 (67935427);

Considerando o Decreto n. 23.273, de 15/10/2018, e Decreto n. 25.394, de 11/9/2020, e conforme Processo n. 0010.033569/2026-80;

Resolve:

Art. 1º **Converter** o gozo de férias em pecúnia de servidor(a) pertencente ao Quadro de Pessoal do Detran/RO, conforme os termos seguintes:

SERVIDOR(A)	EXERCÍCIO	QUANT. DIAS	PORTARIAS	PERÍODO	
				INÍCIO	FINAL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

NILTON DE MELLO PEREIRA matrícula n. ******424	2024/2025	10	CONCESSÃO n. 13861 de 6/11/2024 INTERRUPÇÃO n. 13666 de 22/10/2025	7/10/2025	16/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

TAINÃ SERNALDO FRITZ MELO

Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 77728247

Portaria nº 1724 de 19 de outubro de 2026

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DETRAN-RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria de Delegação n. 17, de 5 de janeiro de 2026 (67935427);

Considerando o Decreto n. 23.273, de 15/10/2018, e Decreto n. 25.394, de 11/9/2020, e conforme Processo n. 0010.030660/2026-43;

Resolve:

Art. 1º **Converter** o gozo de férias em pecúnia de servidor(a) pertencente ao Quadro de Pessoal do Detran/RO, conforme os termos seguintes:

SERVIDOR(A)	EXERCÍCIO	QUANT. DIAS	PORTARIAS	PERÍODO	
				INÍCIO	FINAL
DELKER KLEMES MIRANDA NOBRE matrícula n. ******017	2025/2026	10	CONCESSÃO n. 14097 de 5/11/2025 REMARCAÇÃO n. 1617 de 1º/10/2026 INTERRUPÇÃO n. 1670 de 7/10/2026	10/8/2026	19/8/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

TAINÃ SERNALDO FRITZ MELO

Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 77751583

ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008292/2026-47 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia –EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor dos servidores Paulo Henrique Custodio R$ 267,00 Aline Mikos Rabelo R$ 222,50 no período de 31/08/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77426977

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.004832/2026-13 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor dos servidores Adriana Silvestre Vital, Valdemar Gomes da Rocha, Marcos da Silva Ribeiro, Juliesio Nascimento Garcia, Antonio Vieira Brito R$ 222,50 cada no período de 27/05/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77720483

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.004811/2026-06 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor do servidor Antonio Vieira Brito, Márcio André de Menezes, Gabriel Felipe Pereira Magalhães e Roberto Antonio de Oliveira R$ 222,50 cada no período de 26/05/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77720131

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008956/2026-78- A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor da servidora Fabiana Indira Loures Lira Lopes, R$ 222,50 no período de 22/09/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77756420

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON E O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES CONFEREM A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.100, PUBLICADA NO DOE Nº 207.1, DE 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.174498/2021-18.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato nº 103/DIPREV/09,** publicado no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 1225, de 16/04/2009,** que trata da concessão de pensão aos beneficiários do servidor ativo **EDROALDO GONÇALVES OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº **xxx.002.942-xx**, falecido em **25/06/1998,** ocupante do cargo de **Agente de Vigilância**, código **2004**, classe A, referência **7**, cadastro **xxxxx98-1**, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, em cumprimento à **Decisão nº 2454/IPERON-PRES.**

ONDE SE LÊ:

[...] com fundamentos na **Lei Complementar nº 068/92, artigos 259; 261, inciso II, alínea "a" e 262, § 3º e Lei Complementar nº 228/2000, artigo 22, inciso I combinado com o artigo 23, inciso IV, alínea "a" e Artigo 40, § 7º da Constituição Federal de 1988.**[...]

LEIA-SE:

[...] com fundamentos no **artigo 40, § 5º da Constituição Federal de 1988 e artigos 259, 260, § 2º, 261, inciso II, alínea "a" e 262, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 068/1992.**[...]

3 - Este Ato entra em vigor a contar da **data de sua publicação**, com efeitos retroativos a contar de **16/04/2009.**

Elton Parente de Oliveira

Diretor de Previdência do Iperon

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 77650143

Portaria nº 758 de 06 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 31 de dezembro de 2025, publicado no DOE/RO n. 247, de 31 de dezembro de 2025;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Considerando o disposto no art. 94 da Lei Complementar n. 1.100, de 18 de outubro de 2021;

Considerando o teor do Processo SEI n. 0016.007029/2026-91;

RESOLVE:

Art. 1º **CONVALIDAR** a lotação, a contar de 6 de outubro de 2026, da servidora **SILVIA HELENA HONÓRIO MAIA SANTANA,** matrícula n. ******372, CPF n. ***010.722-**, ocupante do cargo de Assistente Previdenciário, na Equipe de Certidão - EQCERT,do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Iperon

Protocolo 77367059

Portaria nº 772 de 09 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 31 de dezembro de 2025, publicado no DOE/RO n. 247, de 31 de dezembro de 2025;

Considerando o disposto no art. 94 da Lei Complementar n. 1.100, de 18 de outubro de 2021;

Considerando o teor do Processo SEI n. 0016.005179/2026-60;

RESOLVE:

Art. 1º **ALTERAR** a redação do art. 1º da Portaria nº 666, de 19 de agosto de 2026 (75699796), que passa a vigorar com a seguinte redação: **Comissão de Trabalho destinada a uniformizar o procedimento de reposição ao erário de valores pagos indevidamente a aposentados e pensionistas**, conforme Processos SEI n. 0016.005179/2026-60 e 0016.000373/2025-78.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 666, de 19 de agosto de 2026.

Art. 3º Designar os seguintes servidores para compor a referida Comissão:

Nº	Servidor(a)	Matrícula	CPF	Função
1	Tiago Cordeiro Nogueira	******986	***.077.502-**	Presidente
2	Delner do Carmo Azevedo	******600	***.647.722-**	Membro titular
3	Natyelli Emily Ohara Lima	******707	***.926.782-**	Membro suplente
4	Aline Cavalcante Cordeiro	******996	***.534.482-**	Membro titular
5	Sophia Bezerra de Figueiredo	******820	***.960.502-**	Membro suplente
6	Frank William dos Anjos Silva	******129	***.687.202-**	Secretário
7	Alice Jeronimo Low Lopes	******734	***.469.962-**	Membro suplente
8	Allison Rafael Yushi Hasegawa	******928	***.220.612-**	Membro titular
9	Bianca dos Santos Lisboa	******466	***.534.612-**	Membro suplente

Art. 4º Compete à Comissão elaborar estudo e proposta de padronização dos procedimentos relacionados à matéria que trata da uniformização dos procedimentos de apuração e reposição ao erário de valores pagos indevidamente após o óbito de beneficiários.

Art. 5º A apuração será realizada pela Comissão de Trabalho, limitados às atividades no período de **30 (trinta) dias**, contados da publicação, prorrogável mediante justificativa devidamente fundamentada.

Art. 6º A Comissão extinguir-se-á, automaticamente, com o término da apuração para a qual ela foi devidamente constituída.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Iperon

Protocolo 77516954

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE RONDÔNIA - AGERO

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2026/AGERO-PRES

Disciplina os Procedimentos Administrativos, Operacionais e Econômico-Financeiros para a Implementação e Aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto no Estado de Rondônia

A **DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – AGERO**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação estadual, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.898/2024, na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Complementar Estadual nº 1.200/2023, RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos administrativos, operacionais, cadastrais e econômico-financeiros para a concessão, manutenção, controle e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente à aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto no âmbito dos prestadores regulados pela AGERO no Estado de Rondônia.

Art. 2º. A Tarifa Social de Água e Esgoto constitui categoria tarifária especial destinada a residências ocupadas por famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com vistas a garantir a modicidade tarifária e o acesso universal aos serviços essenciais de saneamento básico.

Art. 3º. Fazem jus ao benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto as unidades usuárias da categoria residencial cujos membros atendam a pelo menos um dos seguintes critérios, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 14.898/2024:

I. Renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo, com inscrição ativa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); ou

II. Presença, no grupo familiar, de pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, ou pessoa com deficiência (PCD), beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC)
previsto nos arts. 20 e 21 da Lei Federal nº 8.742/1993.

§1º. Para fins do cálculo da renda familiar per capita, excluem-se expressamente os valores percebidos a título do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Programa Bolsa Família e
de outros programas de transferência de renda que os venham a substituir (Art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.898/2024).

§2º. Cada grupo familiar terá direito à concessão da Tarifa Social em apenas uma única unidade usuária residencial.

Art. 4º. O benefício da Tarifa Social consistirá na aplicação de desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a tarifa residencial regular incidente sobre a primeira faixa de consumo, correspondente a até 15 m³ (quinze metros cúbicos) por mês por residência (Art. 6º da Lei nº 14.898/2024).

Parágrafo Único: O consumo mensal que exceder a 15 m³ será faturado com base nas tarifas regulares da categoria residencial do respectivo prestador de serviço.

CAPÍTULO II - DO FLUXO OPERACIONAL E CADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 5º. A classificação das unidades usuárias elegíveis na categoria Tarifa Social será realizada prioritariamente de forma automatizada pelo prestador de serviços, mediante o cruzamento das bases cadastrais de seus usuários com as bases do CadÚnico e do BPC (Art. 4ºda Lei nº 14.898/2024).

§1º. A inclusão automatizada independe de requerimento prévio ou comunicação prévia do usuário (Art. 4º, § 4º, da Lei nº 14.898/2024).

§2º. Os prestadores deverão atualizar e utilizar a versão mais recente do CadÚnico disponível para a efetivação das inclusões.

Art. 6º. Caso a unidade usuária preencha os requisitos, mas não seja identificada no procedimento automatizado, o usuário poderá solicitar a inclusão presencialmente nos postos de atendimento ou pelos canais virtuais do prestador (Art. 5º da Lei nº 14.898/2024), apresentando:

I. Documento oficial de identificação com foto do responsável familiar; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

II. Comprovante de inscrição no CadÚnico, cartão de beneficiário do BPC ou extrato de pagamento emitido pelo INSS.

§1º. É vedado ao prestador exigir documentos adicionais não previstos na Lei Federal nº 14.898/2024.

§2º. O prestador terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da solicitação e documentação completa, para analisar, deferir e incluir o benefício no faturamento do mês subsequente.

CAPÍTULO III - DO TRATAMENTO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS (LGPD)

Art. 7º. No tratamento e compartilhamento das bases de dados pessoais e socioeconômicas entre órgãos públicos, órgãos de assistência social e prestadores regulados, serão observadas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD):

I. Os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para a validação da elegibilidade à Tarifa Social.

II. Os prestadores adotarão medidas de segurança de TI, criptografia em trânsito e em repouso e controle de acesso baseado em papéis (RBAC), conforme especificado na OS-17 da AGERO.

CAPÍTULO IV - DA MANUTENÇÃO, TRANSIÇÃO E CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 8º. A unidade usuária beneficiada que deixar de preencher os critérios de elegibilidade socioeconômica terá assegurado o direito de permanecer cadastrada na Tarifa Social pelo período de transição de, no mínimo, 3 (três) meses (Art. 2º, § 2º, da Lei nº 14.898/2024).

Parágrafo Único: Nas faturas emitidas durante o período de transição, o prestador deverá fazer constar aviso destacado alertando sobre a perda iminente do benefício e o motivo do desenquamento.

Art. 9º. O benefício da Tarifa Social será suspenso ou cancelado nas hipóteses de comprovação das seguintes infrações técnicas e operacionais (Art. 3º da Lei nº 14.898/2024):

I. Intervenção indevida ou manipulação nas instalações do sistema público de água e esgoto;

II. Adulteração, danificação proposital, inversão ou supressão do hidrômetro;

III. Existência de ligação clandestina de água ou esgoto;

IV. Compartilhamento ou interligação do fornecimento de água com outros imóveis não cadastrados;

V. Falsidade nas informações declaradas ou documentos apresentados.

Art. 10. Detectada qualquer das irregularidades previstas no Art. 9º, o prestador deverá instaurar procedimento administrativo fiscalizatório (conforme Produto 1.4 da AGERO), assegurando o contraditório e a ampla defesa.

§1º. O prestador deverá notificar o usuário expressamente na fatura, por pelo menos 3 (três) meses consecutivos, detalhando a irregularidade e o prazo para regularização antes de efetuar a exclusão da Tarifa Social (Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 14.898/2024).

§2º. Regularizada a situação técnica ou sanada a inconformidade cadastral, o usuário poderá solicitar a reativação imediata do benefício.

CAPÍTULO V - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Art. 11. A concessão e ampliação da Tarifa Social assegura ao prestador de serviços o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de prestação de serviços (Art. 6º, § 3º, e Art. 8º, § 1º, da Lei nº 14.898/2024).

Art. 12. A cobertura do subsídio da Tarifa Social será financiada prioritariamente por subsídio cruzado, consistente no rateio do custo marginal do benefício entre os demais blocos de consumo e categorias de usuários (comercial, industrial, pública e residencial regular), proporcionalmente ao volume consumido (Art. 8º da Lei nº 14.898/2024).

Art. 13. Para fins do cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a perda de receita decorrente da implantação da Tarifa Social será apurada segundo a seguinte fórmula paramétrica, em conformidade com o Caderno Tarifário da AGERO:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

$$\Delta R_{TS} = \sum_{i=1}^{N} [V_{i,TS} \cdot (T_{reg} - T_{TS})]$$

Onde:

ΔRTS: Perda total de receita decorrente da Tarifa Social no período (R$);

Vi,TS: Volume mensal faturado (até o limite de 15 m³) na unidade usuária i beneficiada;

Treg: Tarifa regular por m³ aplicável à 1ª faixa de consumo residencial (R$/m³);

TTS: Tarifa social aplicável com 50% de desconto (R$/m³);

N: Número total de unidades usuárias ativas no benefício no período.

Art. 14. O prestador submeterá à AGERO o requerimento de reequilíbrio instruído com o demonstrativo analítico de faturamento por unidade usuária beneficiada.

§1º. A AGERO analisará a instrução processual e a consistência dos dados em até 45 (quarenta e cinco) dias, emitindo parecer técnico e decisão da Diretoria Colegiada.

§2º. A recomposição será operada mediante aplicação de fator de reajuste extraordinário ou incorporação na revisão tarifária ordinária subsequente, sem solução de continuidade.

CAPÍTULO VI - DOS REPORTES, INTEGRIDADE E SISTEMA DIGITAL DE DADOS

Art. 15. Os prestadores de serviços deverão enviar à AGERO, até o dia 30 de junho de cada ano, o Relatório Anual de Beneficiários da Tarifa Social (Art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.898/2024).

Art. 16. O envio de dados será realizado obrigatoriamente por meio do Sistema Digital do Banco de Dados Regulatórios da AGERO, contendo os seguintes campos estruturados: Código da Unidade Usuária (CDC/Matrícula), Nome Completo e CPF do Responsável, NIS/CadÚnico ou BPC, Coordenadas Georreferenciadas (Latitude/Longitude), Volume Consumido (m³), Valor do Desconto (R$) e Status do Benefício.

Art. 17. A AGERO consolidará as informações enviadas pelos prestadores de Rondônia e as transmitirá à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), para fins de composição da Lista Positiva Nacional e eventual acesso a recursos da Conta de Universalização de Água (Arts. 11 e 12 da Lei nº 14.898/2024).

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. A parametrização técnica, a modelagem de intercâmbio de dados e a integração à Lista Positiva Nacional associadas à Tarifa Social de Água e Esgoto ficam com sua eficácia sob condição suspensiva no âmbito desta Agência quanto ao envio centralizado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em face da pendência de regulamentação e disponibilização dos sistemas nacionais de integração por parte da referida agência federal, conforme o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei Federal nº 14.898/2024.

Parágrafo Único: Imediatamente após a publicação oficial dos atos normativos complementares e a disponibilização da infraestrutura tecnológica de recepção pela ANA, a AGERO promoverá o acoplamento compulsório e a transmissão imediata do banco de dados consolidado dos prestadores regulados, por meio de ato normativo complementar, sem prejuízo da aplicabilidade e vigência imediata desta Instrução Normativa no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 19. Os prestadores de serviços terão o prazo transitório de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Instrução Normativa, para adequar seus sistemas de faturamento e canais de atendimento às exigências

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

operacionais e aos leiautes de dados estabelecidos nos Anexos desta Norma.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS
Diretora Presidente

Decreto 24021/2023 (0042689157)

ANEXOS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS PADRONIZADOS
ANEXO I – MODELO DE REQUERIMENTO PRESENCIAL/VIRTUAL DE CADASTRAMENTO

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – AGERO,

Formulário Padronizado de Solicitação de Benefício Tarifário (Art. 5º da Lei Federal nº 14.898/2024)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome do Prestador: _____

Município: _____ Nº Protocolo: _____

2. DADOS DO RESPONSÁVEL FAMILIAR (TITULAR DO REQUERIMENTO)

Nome Completo: _____

CPF: _____RG: _____

Data de Nascimento: _____ Telefone: ( ) _____

E-mail: _____

Endereço da Unidade Usuária: _____Nº ___

Bairro: _____ CEP _____

Código da Unidade (CDC/Matrícula): _____

3. ENQUADRAMENTO NOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

[ ] Opção A – CadÚnico: Renda per capita de até 1/2 salário-mínimo.

Número NIS: _____

[ ] Opção B – BPC: Integrante beneficiário do BPC (Idoso/PCD). Número Benefício.

INSS: _____

4. DECLARAÇÕES E CONSENTIMENTO LGPD

Declaro que as informações são verdadeiras, que o grupo familiar reside no imóvel e que autorizo o tratamento de dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018 para fins regulatórios.

_____, _____ de _____ de 2026

_____

Assinatura do Requerente

ANEXO II – CHECKLIST DE VALIDAÇÃO DOCUMENTAL PARA ATENDIMENTO

Item	Documento Exigido (Rol Taxativo)	Critério de Validação	Status
01	Documento Oficial com Foto	RG, CNH ou Carteira de Trabalho do Responsável Famíliar	[ ] OK [ ] Ausente
02	CPF	Documento oficial contendo o número do CPF	[ ] OK [ ] Ausente
03	Comprovante Socioeconômico	Comprovante de NIS ativo no CadÚnico OU Cartão BPC / Extrato INSS	[ ] OK [ ] Ausente

04	Vínculo com o imóvel	Fatura de água do imóvel ou comprovante de residência/posse	[ ] OK [ ] Ausente
05	Verificação de Unicidade	Consulta ao sistema: ausência de outro benefício ativo no mesmo CPF/NIS	[ ] OK [ ] Ausente

Parecer do Atendimento:

[ ] Deferido (Ciclo ____/2026)

[ ] Indeferido (Motivo): _____

ANEXO III – MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO (ΔRTS):

Formulário de Instrução Processual de Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Mês/Ano	Nº Economias Beneficiadas (N)	Volume Faturado Social até 15m³ (m³)	Tarifa Regular 1ª Faixa (R$/m³)	Tarifa Social Aplicada (R$/m³)	Perda Bruta de Receita ΔRTS (R$)
Jan/ 2026					
Fev/ 2026					
TOTAL					

ANEXO IV – MINUTA DE NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE / PERDA NA FATURA

Prestador de Serviço: _____

NOTIFICAÇÃO EXPRESSA NA FATURA (Cumprimento do Art. 8º e Art. 10 da IN AGERO nº XX/2026)

AVISO IMPORTANTE DE TARIFA SOCIAL:

Prezado(a) Usuário(a) da Unidade Usuária CDC nº [XXXXXXXX], informamos que foi identificada [Inconformidade Cadastral no CadÚnico / Infrações Técnicas na Ligação]. Conforme determinado no Art. 3º da Lei Federal nº 14.898/2024 e na IN AGERO nº XX/2026, V. Sa. dispõe do prazo de 90 (noventa) dias (3 faturas consecutivas) para regularizar sua situação junto ao atendimento do prestador ou apresentar defesa administrativa. Caso a irregularidade não seja sanada até o dia [DD/MM/AAAA], o benefício da Tarifa Social será suspenso no ciclo faturado subsequente.

ANEXO V – LEIAUTE DO ARQUIVO DE CARGA (.CSV / API REST) PARA O SISTEMA DIGITAL (OS-16/OS-17)

Campo	Nome da Variável	Tipo de Dado	Tamanho	Descrição / Regra de Validação
01	CDC_MATRICULA	Texto (Alfanumérico)	20	Identificador único da unidade usuária no prestador.
02	CPF_TITULAR	Texto (Numérico)	11	CPF do responsável familiar (com validação de dígito).
03	COD_NIS_BPC	Texto (Numérico)	11	Número NIS no CadÚnico ou Número do Benefício BPC.
04	LATITUDE	Decimal (Float)	10,6	Coordenada geográfica em SIRGAS 2000.
05	LONGITUDE	Decimal (Float)	10,6	Coordenada geográfica em SIRGAS 2000.
06	VOL_FAT_SOCIAL	Decimal (Float)	8,2	Volume de água consumido no mês faturado na tarifa social (m³).
07	VALOR_DESCONTO	Decimal (Float)	10,2	Valor do subsídio/desconto concedido no mês (R$).
08	STATUS_BENEFICIO	Texto (Enum)	15	Valores válidos: [ATIVO, EM_TRANSIÇÃO, CANCELADO].

Protocolo 77611761

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 035/2026, Exclusivo para MPEs, de menor preço por Lote, Processo n.º 1-1739/2026/SEMUSA, objetivando a aquisição de estojos organizadores de medicamentos, bolsas térmicas para transporte e acondicionamento de insulina e acumuladores térmicos reutilizáveis em gel para a SEMUSA, com sessão pública no dia 05/11/2026, às 9h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R$ 64.728,80. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553.

Cabixi – RO, 16 de outubro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação
Dec. n.º 381/2026

Protocolo DO43773

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 037/2026, com Lote de Ampla Concorrência e Lote Exclusivo para MPEs, de menor preço por Lote, Processo n.º 1-1601/2026/SEMUSA, objetivando a aquisição de equipamentos de informática (notebooks e tablets) para a SEMUSA, com sessão pública no dia 06/11/2026, às 9h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R$ 199.358,04. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553.

Cabixi – RO, 16 de outubro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação
Dec. n.º 381/2026

Protocolo DO43778

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

EXTRATO DO CONTRATO N° 084/2026
Processo nº 537/2026

Pregão Eletrônico nº 013/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. **Contratado:** INOVATTO VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 37.115.386/0001-97, estabelecida na Rua 18, nº 145, Quadra A9, Lote 24, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120-080. O presente contrato tem por objeto a a aquisição de 01 (uma) ambulância Tipo C – suporte avançado de vida, nova, zero quilômetro, devidamente adaptada e equipada, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera de Rondônia/RO. O valor global do presente contrato é de R$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais). O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito

Protocolo DO43787

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/CPL/2026

O excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, o Senhor Denair Pedro da Silva, no uso de suas atribuições legais, baseado nos valores ADJUDICADOS, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, destinada ao **Registro de Preço**, referente a **Aquisição de medicamentos injetáveis, destinados a suprir as necessidades das unidades básicas de saúde (UBS) e hospital de pequeno porte Ana Nery**. Processo Administrativo ID: 12E.D35 - 0001469.01.10-2026 - Fundo Municipal de Saúde. Foi **ADJUDICADO**, o objeto licitado, as empresas: **OESTE SUL CIRURGICA LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 61.828.536/0001-94**, vencedora dos itens 1, 3, 6, 9, 11, 13, 14, 31, 34, 35, 36, 38, 41, 44, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 77, 80, 83, 84, 85 e 88, perfazendo o valor total de **R$ 148.402,00** (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e dois reais); **DOM BOSCO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 35.020.039/0001-55**, vencedora dos itens 2, 7, 17, 18, 20, 21, 25, 30, 32, 40, 50, 51, 76, 81 e 82, perfazendo o valor total de **R$ 96.598,00** (noventa e seis mil quinhentos e noventa e oito reais); **F&R HOSPITALAR IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 51.837.171/0001-00**, vencedora dos itens 4, 5, 10, 12, 15, 24, 46 e 49, perfazendo o valor total de **R$ 73.320,00** (setenta e três mil trezentos e vinte reais); **CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 09.135.378/0001-77**, vencedora dos itens 8, 26, 29, 75, 79 e 87, perfazendo o valor total de **R$ 38.779,50** (trinta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos); **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 59.043.023/0001-26**, vencedora dos itens 16, 22, 27, 39, 42, 43, 58, 72, 78 e 86, perfazendo o valor total de **R$ 16.516,30** (dezesseis mil quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos); **GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 41.836.567/0001-80**, vencedora dos itens 19, 23 e 71, perfazendo o valor total de **R$ 50.460,00** (cinquenta mil quatrocentos e sessenta reais); **JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 38.460.625/0001-09**, vencedora do item 33, perfazendo o valor total de **R$ 1.046,00** (mil e quarenta e seis reais), por ter apresentado proposta em conformidade com o edital e que se revelou mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 11 e demais disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021. Publique-se para que produza os efeitos legais.

Alto Alegre dos Parecis - RO, 19 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva

Prefeito Municipal

Protocolo DO43788

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2026

CONTRATO Nº 051/PGM/2026, de 17 de agosto de 2026.

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 051/PGM/2026; Data do Termo Aditivo: 16/10/2026; Contratante: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; Contratado (a): JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 63.384.391/0001-05; Objeto: prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato até 18/11/2026; Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Processo: ID: 116.B89 - 0000703.69.02-2026 – SEMEC; Signatários: pelo Contratante, Denair Pedro da Silva e, pelo Contratado, Juliano Cesar Ceslinski.

Alto Alegre dos Parecis, 19 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva

Prefeito Municipal

Protocolo DO43801

EXTRATO DO CONTRATO 062/PGM/2026

Espécie: Contrato 062/PGM/2026; Data do Contrato: 01/10/2026; Contratante: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; Contratado (a): VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 06.020.318/0001-10; Objeto: Aquisição de ônibus escolares, Ônibus Rural Escolar ORE 3, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Amparo: TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. º 07/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/FNDE/MEC, Processo nº 23034.022586/2026-19; Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021; Processo Administrativo: ID: 12E.EAB - 0001473.73.02-2026 /SEMEC; Vigência: 13/04/2027; Valor Global: R$ 2.773.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e três mil reais); Signatários: pelo Contratante, Denair Pedro da Silva e, pelo Contratado, Adriana Cecconello.

Alto Alegre dos Parecis, 16 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

Prefeito Municipal

Protocolo DO43802

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO C.E Nº 05/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste torna pública a retificação do edital da Concorrência Eletrônica nº 05/2026, onde se lê: [...] **ABERTURA DA SESSÃO** dia **03/11/2026 às 09h** [...] leia-se: **ABERTURA DA SESSÃO** dia **06/11/2026 às 09h** [...]. As demais informações permanecem inalteradas.

Colorado do Oeste/RO, 19 de outubro de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Agente de Contratação

Protocolo DO43790

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO
CONTRATO Nº 017/PMAP/2026

PROCESSO: 1-1257/SEMAGRI/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO – RO.
CONTRATADA: EMPRESA TDB INDUSTRIAL METALMECÂNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.258.784/0001-76, estabelecida na Av. Carlos Alberto Chebabe, Travessão, KM 9.3, Cep:28.175-000, Campos dos Goytacazes – RJ.
DO OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de entrega do bem, estabelecido no item 7.1.1, do Contrato nº 017/PMAP/2026, que visa a aquisição de implemento agrícola, tipo semirreboque prancha de 2 eixos.
DA VIGENCIA: O prazo estabelecido no item 7.1.1 do Contrato nº 017/PMAP/2026, será prorrogado por 30 (trinta) dias úteis, período este compreendido de 18/10/2026 a 30/11/2026.
DA PUBLICAÇÃO: O presente Termo Aditivo será levado à publicação em conformidade com as exigências legais, através do setor competente do Município. O Termo aditivo em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: 49979E1B data de circulação 20/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 16 de outubro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPA

Protocolo DO43789

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 043/2026

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGA, através do Processo Administrativo nº 1-1822/2026, a despesa referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO/RO, em favor das empresas: 01) MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 25.341.162/0001-14, com valor total de R$ 17.817,64 (dezessete mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos); 02) EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 71.505.564/0001-24, com valor total de R$ 20.783,27 (vinte mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos); 03) P H COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 44.779.242/0001-09, com valor total de R$ 30.679,55 (trinta mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos); 04) ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 54.322.844/0001-88, com valor total de R$ 2.355,00 (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais); 05) DENTAL HIGIX

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 26.240.632/0001-16, com valor total de R$ 17.637,00 (dezessete mil, seiscentos e trinta e sete reais). O valor total geral homologado é de R$ 89.272,46 (oitenta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Alto Paraíso-RO, 16 de outubro de 2026.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente

Protocolo DO43795

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 055/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1325/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA
Decreto Municipal nº 5705/2025

Objeto: “SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (UTENSÍLIOS DESCARTÁVEIS E NÃO DESCARTÁVEIS), PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO-RO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES”. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R$ 952.767,42 (novecentos e cinquenta dois mil, setecentos e sessenta sete reais e quarenta e dois centavos). Início da sessão pública dia 05/11/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 99974-9293 ou através dos e-mails: cpl.pmap123@hotmail.com cpl@altoparaiso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 19 de outubro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

Protocolo DO43794

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1822/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO.
OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO/RO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 89.272,46 (oitenta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia. A ata na íntegra encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.altoparaiso.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia: www.diariomunicipal.com.br/arom, Código Identificador: 594D4F71, circulação em 20/10/2026

Alto Paraíso/RO, 16 de outubro de 2026.

.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Protocolo DO43793

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´OESTE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA
Nº 10/SEMAS/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, por meio de sua Agente de Contratação tornar público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Dispensa de Licitação Eletrônica nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021; Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura para 02 (duas) caminhonetes novas, marca/modelo Chevrolet S10 WT DD4, ano/modelo 2026 em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social Tipo: Menor Preço por LOTE. Modo de Disputa: Aberto. Processo Administrativo n° 3901/2026. O envio das propostas será das 09h00min do dia 20/10/2026 até as 08h59min do dia 26/10/2026. A sessão pública virtual será das 09h00min às 15h00min do dia 26/10/2026 (Horários de Brasília). Valor Previsto: R$ 9.608,64 (nove mil seiscentos e oito reais e sessenta e quatro centavos). O Termo de Dispensa de Licitação e os anexos estão disponíveis no site: www.licitanet.com.br e no Portal da Transparência do Município, https://transparencia.machadinho.ro.gov.br/. Informações em dia úteis das 07h30min às 13h30min (horário local) na Av. Rio de Janeiro, nº 3098 – Centro – Machadinho D'Oeste - RO – Setor de Licitações ou e-mail: cpl@machadinho.ro.gov.br

Machadinho D'Oeste - RO, 19/10/2026

Samara Raquel Kuss de Souza
Agente de Contratação

Protocolo DO43791

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 36/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1976/2026
Participação Ampla, exclusiva e cota

Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste, RO; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais permanentes, equipamentos de tecnologia da informação, eletroeletrônicos, equipamentos assistenciais e itens de apoio destinados às unidades de saúde do Município de Nova Brasilândia d'Oeste/RO.; Valor estimado: R$ 760.342,12(setecentos e sessenta mil, trezentos e quarenta e dois reais e doze centavos); Data da sessão: 04 de novembro de 2026 às 08h30min (Horário de Brasília); Local de realização do certame: www.licitanet.com.br; Do edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – "Transparência Municipal" e https://www.gov.br/pncp/pt-br Portal Nacional de Contratações Públicas; Informações: Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 19/10/2026.
Melissa de Cássia Barbieri
Pregoeiro – Port. 306/GP/2025

Protocolo DO43792

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2169/2026
Participação ampla, exclusiva e cota

Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste, RO; Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO - LABORATORIAIS E REAGENTES.; Valor estimado: R$ 1.089.390,89 (um milhão e oitenta e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

nove mil, trezentos e noventa reais e oitenta e nove centavos); Data da sessão: 05 de novembro de 2026 às 08h30min (Horário de Brasília); Local de realização do certame: www.licitanet.com.br; Do edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – "Transparência Municipal" e https://www.gov.br/pncp/pt-br Portal Nacional de Contratações Públicas; Informações: Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 19/10/2026.

Melissa de Cássia Barbieri

Pregoeiro – Port. 306/GP/2025

Protocolo DO43803

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

Estado De Rondônia

Município De Alvorada D'oeste

Extrato de Contrato

CONTRATO Nº: 112/PGM/2026
PROCESSO Nº: 1647.02.06-2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE – RO
CONTRATADO: BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP
OBJETO: Aquisição de uma VAN/FURGÃO para transporte de passageiros, com acessibilidade para pessoa usuária de cadeira de rodas.
DATA:14/10/2026
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 444.600,00
ASSINAM:
JAIR LUIZ – Prefeito Municipal – Contratante
BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP, representada por ALBERTO FERNANDO FORTOLAN – Contratado
VERA LÚCIA QUADROS - Secretária Municipal de Saúde - interveniente
OBS.: Contrato Assinado Nos Autos Respectivo

ALINE DA SILVA CAMPOS

ASSESSORA JURÍDICA

Protocolo DO43800

MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE

ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1657.02.08-2026/SEMOSP

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2026/SUPEL/PMAO

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

ADJUDICO E HOMOLOGO o procedimento licitatório acima, em face do parecer exarado pela Comissão de Licitação, devidamente designada e;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE/RO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE PELA LEI Nº 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2026/SUPEL/PMAO, REFERENTE AO PROCESSO DE Nº 1657.02.08-2026/SEMOSP, QUE TEM POR OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS, CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-078877, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS; CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIA DE CÁLCULO, PLANO DE TRABALHO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E CROQUI, E DEMAIS DOCUMENTOS ACOSTADOS NOS AUTOS, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO – SEMOSP, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE/RO.

EM FAVOR DO(S) LICITANTE(S): ILUMINAR CONSTRUCAO CIVIL LTDA – ME - CNPJ: 33.492.741/0001-96, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.041.148,41 (UM MILHÃO, QUARENTA E UM MIL, CENTO E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

PUBLICA-SE NOS MESMOS MEIOS QUE FORAM PUBLICADOS O AVISO DE LICITAÇÃO.

ALVORADA D'OESTE/RO, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

JAIR LUIZ
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo DO43804

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 124/2026
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Seringueiras.
Processo Nº: 2389/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA INSTALAÇÃO DE REFLETORES E LUMINÁRIAS NA QUADRA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO.
Valor estimado: R$ 26.857,52 (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).
Abertura da sessão pública: 06/11/2026 às 09:00h
O certame será realizado na sede da Prefeitura Municipal de Seringueiras, estando o edital disponível no endereço http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencialicitacoes local https://licitanet.com.br/ . **Contato:** Maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.
Seringueiras - RO, 19 DE OUTUBRO de 2026.

Sergio V. Knoner
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORT.N°.48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43796

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 125/2026
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Seringueiras.
Processo Nº: 2250/2026.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À MELHORIA DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO FARMACÊUTICO E DO ALMOXARIFADO DO FUNDO MUNICIPAL.
Valor estimado: R$ 271.942,05 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).
Abertura da sessão pública: 06/11/2026 às 09:00h
O certame será realizado na sede da Prefeitura Municipal de Seringueiras, estando o edital disponível no endereço http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencialicitacoes local https://licitanet.com.br/ . **Contato:** Maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.
Seringueiras - RO, 19 DE OUTUBRO de 2026.

Sergio V. Knoner
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORT.N°.48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43797

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 126/2026
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Seringueiras.
Processo Nº: 2309/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS FUNCIONAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COMPOSTOS POR CARRO FUNCIONAL EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTRUTURA REFORÇADA, RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE ALTA DURABILIDADE E COMPARTIMENTOS DESTINADOS AO TRANSPORTE E À ORGANIZAÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.
Valor estimado: R$ 27.809,64 (vinte e sete mil, oitocentos e nove reais e sessenta e quatro centavos).
Abertura da sessão pública: 05/11/2026 às 09:00h
O certame será realizado na sede da Prefeitura Municipal de Seringueiras, estando o edital disponível no endereço http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencialicitacoes.
Contato: Maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.
Seringueiras - RO, 19 DE outubro de 2026.

Sergio V. Knoner

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORT.N°.48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43798

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

ADENDO MODIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 091/SML/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1- 1559/SEMADRH/2026.

O Pregoeiro do município de Presidente Médici/RO, no uso das atribuições legais, torna público que está retificando, através deste adendo, o AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº. 091/SML/2026, referente ao Processo Administrativo Nº. 1-1559/SEMADRH/2026, cujo objeto é: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento informatizado da manutenção da frota municipal, mediante sistema integrado via web e rede de estabelecimentos credenciados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, mão de obra, serviços de reboque e socorro mecânico, destinados aos veículos leves e pesados, máquinas agrícolas e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses. VALOR ESTIMADO: R$ 2.415.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quinze mil reais). ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. DO TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03 de novembro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/

Onde se Lê:

DO TIPO: Menor preço POR ITEM

Leia Sê:

DO TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM.

Ficam mantidas as demais exigências contidas no Edital, inicialmente elaborado, bem como nas demais peças que o integram.

Presidente Médici, 19 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
PREGOEIRO

Protocolo DO43799

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO
P. E. Nº 105/26/SRP
MODO DE DISPUTA ABERTO
(EXCLUSIVO MEI, ME e EPP)

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06/01/25, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO,** do tipo **Menor Preço Por Lote.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do **Registro de Preços**, para a futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológico, destinados ao atendimento das demandas da Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. P. A. nº **1671/26**. Valor total de R$: 486.901,20. Data para recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **22/10/26**; data de início da sessão pública: às **09:00 horas do dia 06/11/26;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br "acesso identificado no link - licitações". Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br.

CHUPINGUAIA, 19/10/26.
MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro

Protocolo DO43805

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

AVISO DE LICITAÇÃO

GRUPO DE EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO

Processo nº: **1296/SEMAFP/2025**	Julgamento do tipo: **Menor preço por item**
Modalidade: **PREGÃO**	Modo de disputa: **ABERTO**
Edital nº: **081/PMMS/2026**	Valor estimado: **R$ 55.216,00**
Forma: **ELETRÔNICA**	Amostra/Demonstração/Prova de Conceito: **NÃO**
OBJETO: Aquisição de cerca colorida, incluindo todos os materiais, componentes, ferragens, parafusos, acessórios, transporte, montagem e instalação, destinada à delimitação e complementação da área do playground já adquirido pela Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO, em atendimento à finalidade estabelecida no Termo de Convênio nº 220/2025/PGE-SEOSP.	

A **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com julgamento **Menor preço por item**, sob a condução do **Pregoeiro** designado pela **Portaria nº 7365/2025**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto Municipal nº 3.425/2023**, do **Decreto Municipal nº 2.125/2017** e das demais normas aplicáveis.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/10/2026 **LIMITE DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/11/2026 às 09h00min** **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETR.: 03/11/2026 às 09h01min**
Todas as referências de tempo observarão o Horário de Brasília (DF).
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

SESSÃO E EDITAL	A sessão será realizada em www.licitanet.com.br. O edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma, no Portal da Transparência (https://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br) e no PNCP (www.pncp.gov.br).
DÚVIDAS	**pregoeiro@mirantedaserra.ro.gov.br**, (69) 99366-5739

Mirante da Serra/RO, 19 de Outubro de 2026.

RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA
Agente de Contratação (Pregoeiro) | Portaria nº 7365/2025 | (Assinado Eletronicamente)

Protocolo DO43806

AVULSOS

DECISAO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - ME

PEDIDO RENOVAÇÃO OUTORGA

O Empreendedor: Sinézio Alves Vieira, Localizado no Lote Rural 66 da Gleba 55, localizado na Linha 610, Km 10, Município de Jaru – RO, Torna Público que requereu junto ao COREH/SEDAM – RO, a Renovação De OUTORGA; para atividade de Piscicultura, com Lâmina de água de 3,230 há Lâmina de água

Jaru – RO, 15 de outubro de 2026
Sinézio Alves Vieira
Proprietário

Protocolo DO43742

AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00

GOVERNADORIA
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

VICEGOV
SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA

CASA CIVIL
ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

OGE
ERASMO MEIRELES E SA

CASA MILITAR
VALDEMIR CARLOS GOES

SECOM
RENAN FERNANDES BARRETO

PGE
THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

CGE
JOSE ABRANTES ALVES DE AQUINO

SUGESP
SEMAYRA GOMES ZILLIG

SETIC
DELNER FREIRE

SIBRA
AUGUSTO LEONEL DE SOUZA MARQUES

SEPOG
BEATRIZ BASILIO MENDES

SEGEP
JOSE MARIA GISBERT BEZERRA

SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

SEPAT
DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO

COGES
JURANDIR CLAUDIO DADDA

SEFIN
FRANCO MAEGAKI ONO

SESDEC
JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA

PM
GLAUBER ILTON DE SOUSA SOUTO

CBM
DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA

PC
JEREMIAS MENDES DE SOUZA

SEJUS
MARCUS CASTELO BRANCO A.S.RITO

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO
DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA DA SILVA

SESAU
EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

HBAP
JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II
RAFAELA GARCIA DANCINI JENSEN

HICD
FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA

COHREC
JAQUELINE TEIXEIRA TEMO

HRC
LODOVICO BENLOLO MOREIRA

HEURO
ANDERSON FERREIRA DA COSTA

HRSF
JESSICA TEZORI

HRE
JEANE PATRICIA LIMA COSTA

POC
GEANE SOCORRO LOPES DA SILVA

CEMETRON
EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

FHEMERON
ANILTO FUNEZ JUNIOR

AGEVISA
GILVANDER GREGORIO DE LIMA

CONEPODFESPREN
DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO

IESPRO
MARCELA MILREA ARAUJO BARROS

LEPAC
PAULO JOSE GIROLDI

SEDUC
MASSUD JORGE BADRA NETO

FUNCER
LEONILDO NERY RODRIGUES

IDEP
IASMIN BRANDAO NOGUEIRA

SEJUCEL
GODOFREDO GONCALVES NETO

SI
GASODÁ SURUI

SEAS
LUANA NUNES OLIVEIRA ROCHA SANTOS

FEASE
ELZA GUARDA BELLO FREITAS

SEAGRI
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

IDARON
JULIO CESAR ROCHA PERES

SEDAM
MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

SEDEC
CELIO DOS SANTOS FERREIRA

SETUR
GILVAN JOSÉ PEREIRA JUNIOR

SEOSP
VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA

DER
DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

JUCER
CLÉBIO BILLIANY DE MATTOS

IPEM
MARCELO SILVA DOS SANTOS

FAPERO
PAULO RENATO HADDAD

DETRAN
SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

CETRAN
ANDRÉ FRANC ARAÚJO GALEAZZI

EMATER
ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA

IPERON
TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

AGERO
SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS

CAERD
CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA

CMR
ANÍBAL DE JESUS RODRIGUES

SOPH
FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31751
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 19/10/2026, às 19:00